



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1535

Sexta-feira - 25 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	13	Herval d'Oeste	230	Santa Rosa do Sul	417
Alto Bela Vista.....	14	Ilhota	235	Santa Terezinha do Progresso	419
Anchieta	24	Imbituba	235	São Bento do Sul.....	419
Antônio Carlos	24	Iomerê	236	São Domingos.....	427
Arroio Trinta.....	25	Ipumirim	237	São João do Sul	430
Ascurra.....	25	Irineópolis	237	São José.....	431
Balneário Rincão	35	Itaiópolis	238	São José do Cedro.....	436
Barra Velha.....	39	Itapiranga.....	238	São Lourenço do Oeste.....	437
Bela Vista do Toldo.....	40	Itapoá	240	São Pedro de Alcântara.....	443
Bom Jesus do Oeste	49	Jacinto Machado	242	Schroeder.....	450
Brunópolis	51	Joaçaba.....	246	Serra Alta	466
Brusque.....	78	Lages	250	Timbó	467
Caçador.....	78	Lauro Muller	251	Três Barras	470
Campo Alegre	80	Lebon Regis	252	Treze Tílias	470
Campos Novos	103	Leoberto Leal.....	254	Trombudo Central.....	471
Canoinhas.....	106	Lindóia do Sul	274	Tunápolis.....	473
Capinzal	130	Macieira.....	274	Turvo	483
Catanduvás.....	189	Mafra	275	Vargem Bonita	486
Chapadão do Lageado	189	Maravilha.....	277	Videira.....	487
Concórdia	191	Massaranduba.....	315	Vitor Meireles.....	504
Cordilheira Alta	193	Meleiro	316	Xavantina	508
Coronel Freitas.....	194	Modelo	317	Xaxim.....	509
Correia Pinto.....	195	Morro da Fumaça	318		
Corupá	211	Navegantes.....	332	Associações	
Curitibanos	214	Nova Trento	333	AMREC	509
Dionísio Cerqueira	217	Novo Horizonte	333	AMUREL	509
Faxinal dos Guedes.....	217	Orleans	358		
Forquilha.....	219	Ouro Verde.....	362	Consórcios	
Fraiburgo.....	224	Palhoça	362	CIGA	510
Galvão.....	225	Papanduva.....	365	CIMCATARINA.....	510
Garopaba.....	226	Penha.....	367	CIS/AMARP.....	512
Garuva	227	Peritiba.....	368	CISAM	513
Gaspar	227	Pinheiro Preto	368	CITMAR.....	513
Governador Celso Ramos	228	Ponte Serrada	376	Consórcio Catarina	514
Grão Pará	228	Porto União.....	376		
Guaramirim.....	229	Rio do Sul.....	414		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



25 DE JULHO

Parabéns, Agrolândia, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





25 DE JULHO

Parabéns, Água Doce, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





25 DE JULHO

Parabéns, Jaraguá do Sul, por seus 138 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

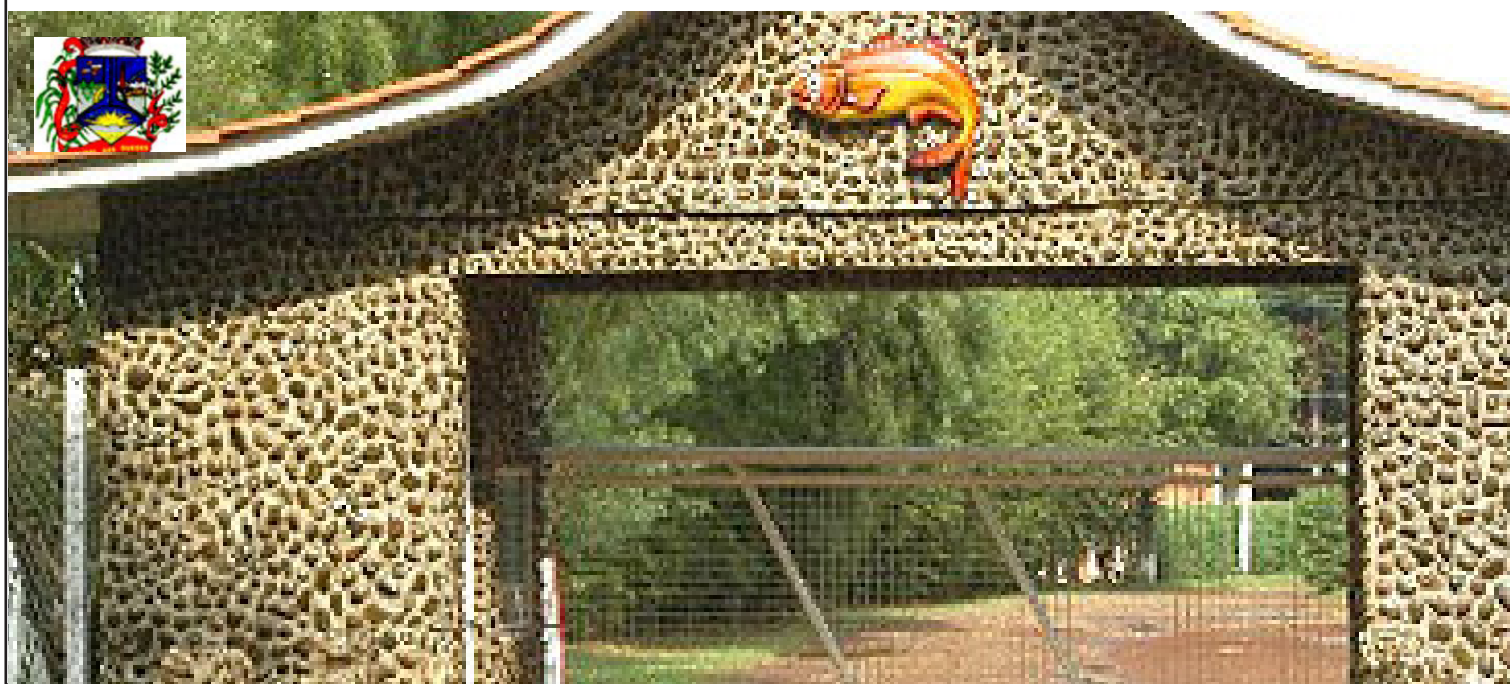




26 DE JULHO

Parabéns, Faxinal dos Guedes, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

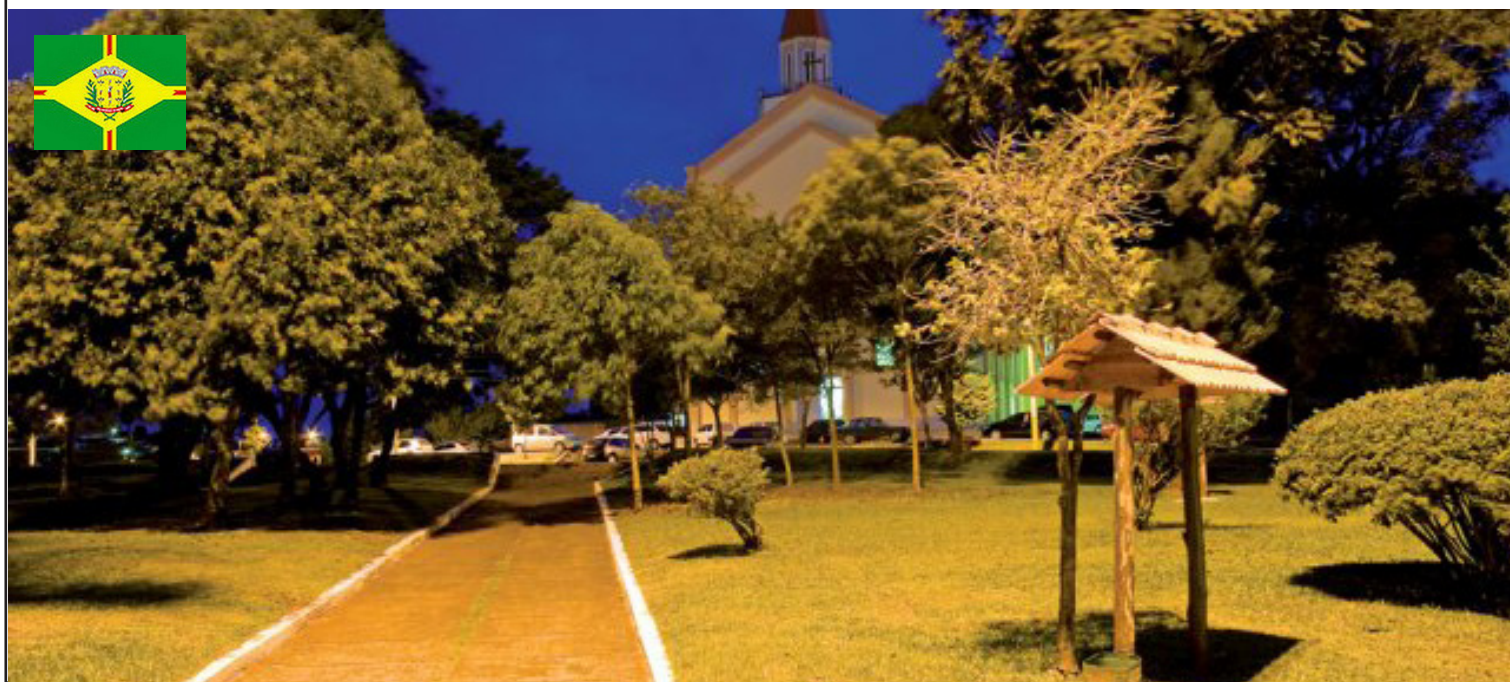




26 DE JULHO

Parabéns, São Lourenço do Oeste, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





27 DE JULHO

Parabéns, Abelardo Luz, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





27 DE JULHO

Parabéns, Campo Erê, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

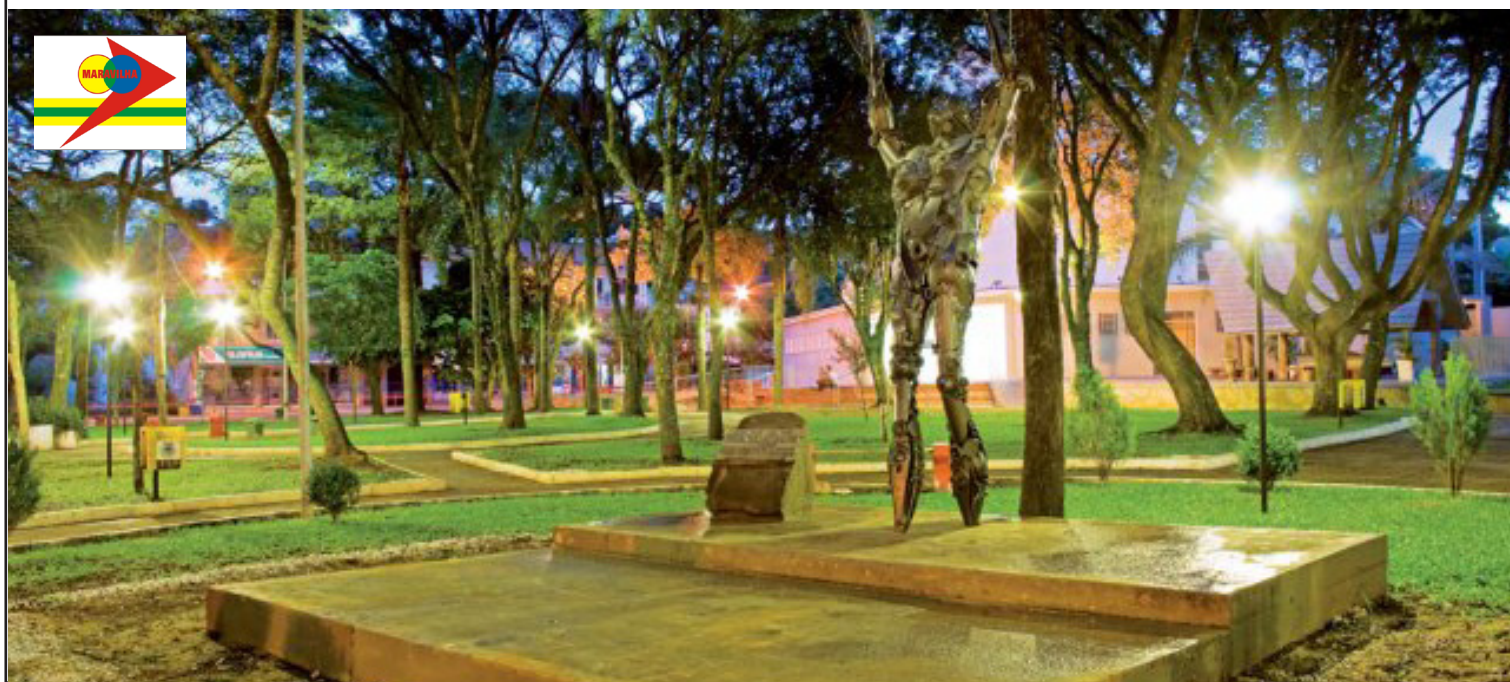




27 DE JULHO

Parabéns, Maravilha, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





27 DE JULHO

Parabéns, Ponte Serrada, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





27 DE JULHO

Parabéns, Rio das Antas, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





27 DE JULHO

Parabéns, São José do Cedro, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.294/2014

LEI Nº 2.294/2014 - DE 23 DE JULHO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com repasse de recursos na ordem de 300 litros de gasolina mensais, com o objeto a manutenção dos serviços de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas policiais periódicas e atendimento de ocorrências no município, através de guarnições de radiopatrulha da polícia militar.

Art. 2º. O prazo de vigência do Convênio é de 05 (cinco) anos, contado da data de sua assinatura, podendo ser alterado ou complementado mediante lavratura de Termo Aditivo, facultado o exercício da denúncia mediante aviso expresso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, caso uma das partes não respeitar o acordado.

Art. 3º. As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de julho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 50/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 50/2014

TOMADA DE PREÇO 5/2014

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede administrativa na praça João Macagnan, 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2014, na modalidade de TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 5/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, destinado a selecionar proposta mais vantajosa para construção de Gavetário no Cemitério de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 11 de agosto de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 24 de julho de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Chamada Pública Nº. 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 010/2014

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que está aberto edital de chamada pública n. 010/2014 para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, devendo ser entregue documentação e plano de vendas até o dia 08 de agosto de 2014 às 13h30, junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322.

Água Doce 24 de julho de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Retificação de Edital Anexo E 019/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

1 - PREÂMBULO

1.1 - A Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Rua do Comércio, nº 1015, Centro, Alto Bela Vista, SC, através da Prefeita Municipal, Sra. Cátia Tessmann Reichert, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, para a aquisição do objeto indicado no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h45 do dia 29 de julho de 2014, no Setor de Compras desta Prefeitura, situado no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09h00 do dia 29 de julho de 2014, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Alto Bela Vista, situada no endereço citado no item 1.1.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de concurso público, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte

identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Alto Bela Vista e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos

benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes no momento do credenciamento.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual ou Municipal da proponente;
- b) Número deste Pregão;
- c) Preço total para a execução completa do objeto deste certame, em algarismos e por extenso;
- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pelo mesmo da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);

- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
- g) Cópia do Registro do Responsável da Empresa junto ao CRA (Conselho Regional de Administração);
- h) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B".

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "f" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pelo Departamento de Compras do Município de Alto Bela Vista.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Alto Bela Vista, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados

aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "f", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "C", deverá vir anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital, sob pena de desclassificação), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o Valor Global do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou

empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão, inclusive a consulta da regularidade, de documentos emitidos pela internet que foram apresentados vencidos.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao

direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a homologação, devendo os seus responsáveis retirá-los em 05 (cinco) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO GLOBAL, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DO VALOR ORÇADO E PREÇO MÁXIMO

9.1 - O valor global orçado pela Administração Municipal de Alto Bela Vista para a realização de todas as etapas do concurso público, objeto desta licitação, é de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

9.2 - O valor mencionado no subitem 9.1 figura ainda como preço máximo a ser respeitado pelas proponentes participantes deste certame licitatório, sob pena de desclassificação.

10 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

10.1 - A licitante vencedora deverá executar os serviços objeto deste Edital, em comum acordo e sob as orientações do pessoal técnico do Município, conforme cronograma a ser estabelecido, com previsão de 60 (sessenta) dias consecutivos para a homologação do Concurso, e iniciando a realização dos trabalhos em no máximo 10 dias após a assinatura do futuro Contrato.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista efetuará o pagamento do valor total proposto pela licitante vencedora, para execução do serviço objeto desta licitação, em até 15 (quinze) dias

após a homologação do resultado final do concurso.

11.1.1 - Para efeito do disposto no item 11.1, os prazos de pagamento serão contados a partir das datas de apresentação das notas fiscais de prestação dos serviços, mediante aprovação prévia da Administração Municipal de Alto Bela Vista.

11.2 - As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão à seguinte dotação, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.

Despe-sas	Unidade-Orçamen-tária	Projeto Ativida-de	Descrição Projeto/Ati-vidade	Elemento Despesa
17	02-01	2.007	Atividades Adminis-trativas e Burocráticas	3.3.90.00.00.00.00.00.0000

12 - DO REAJUSTE

12.1. O preço ora contratado é fixo e irreajustável.

13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão, ficando os procedimentos de abertura das propostas suspensos até seu julgamento.

13.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

13.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

13.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.6 - Decididos os recursos, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

14 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

14.1 - Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o pertinente contrato (minuta constante do Anexo "D"), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16, deste Edital.

14.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

14.3 - O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2014.

14.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstre a conveniência para a Administração.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 14.1 do presente instrumento convocatório.

16.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando o objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.2 - A penalidade de multa, prevista no item 16.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

16.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

16.4 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de

Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3455-9022, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente normal.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

17.3 - A Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

17.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Alto Bela Vista não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.6 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da Lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87, do referido diploma legal.

17.7 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Concórdia, SC, excluindo qualquer outro.

18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) Anexo "B" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- c) Anexo "C" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- d) Anexo "D" - MINUTA DE CONTRATO;
- e) Anexo "E" - TERMO DE REFERÊNCIA.

Alto Bela Vista, SC, 10 de julho de 2014.
CÁTIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº

10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, instaurado pela Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC.

Local, _____ de _____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

ANEXO "D"

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

Pelo presente instrumento, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.614.374/0001-60, com sede à Rua do Comércio, nº 1015, Centro, nesta Cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. Cátia Tessmann Reichert, portadora da Cédula de Identidade nº _____ SSP/SC e inscrita no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, _____, Bairro _____, _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 019/2014, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a realização de concurso público para provimento de cargos na Administração Municipal de Alto Bela Vista.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº. 019/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. A CONTRATADA executará os serviços objeto deste termo, em comum acordo e sob as orientações do pessoal técnico do Município conforme cronograma a ser estabelecido, com previsão de 60 (sessenta) dias consecutivos para a homologação do Concurso, e iniciando a realização dos trabalhos em no máximo 10 dias após a assinatura deste Termo, devendo para tanto cumprir todas as determinações contidas no Anexo "E" do Edital que a este deu causa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. Pela execução de todas as etapas do concurso público, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

3.2. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à seguinte dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2014:

Despesas	Unidade-Orçamentária	Projeto Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Elemento Despesa
17	02-01	2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas	3.3.90.00.00.00.00.00.0000

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2014 ou até a conclusão total do concurso.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor total da execução do serviço objeto deste Contrato, em até 15 (quinze) dias após a homologação do resultado final do concurso.

5.1.1. Para efeito do disposto no item 5.1, o prazo de pagamento será contado a partir da data de apresentação das notas fiscais de prestação dos serviços, mediante aprovação prévia da Administração Municipal de Alto Bela Vista.

5.2. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Ao preço contratado não será concedido reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

7.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e/ou equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

7.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

7.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

7.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

7.1.3. Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto deste Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

7.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

7.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

7.1.6. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.

7.1.7. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.

7.1.8. Das obrigações da CONTRATADA, relativas à execução dos serviços:

a) No prazo de três dias após a assinatura deste contrato, apresentar o nome, endereço e telefone para contato de cinco pessoas que irão integrar a Comissão Executiva do Concurso;

b) No prazo de 10 (dez) dias, apresentar e publicar o edital do Concurso, sendo que para elaboração das provas deverá manter o imprescindível sigilo e ética no conteúdo das mesmas e manifestar-se por escrito, de acordo com o plano de cargos e com o estatuto do servidor público.

c) Disponibilizar as inscrições somente via internet, nos sítios da empresa executora e do município, devendo abranger a criação de programa para confecção do requerimento de inscrição, com emissão de boleto bancário, de forma identificada, bem como a criação de layout para divulgação do Concurso, sendo que a operacionalização do depósito das taxas de inscrição será efetuada entre o Município e o Banco do Brasil e os valores depositados em conta corrente do Município, especialmente criada para este fim.

d) Efetuar todo e qualquer procedimento, assim como adotar todas as providências necessárias para que o Banco do Brasil viabilize a operacionalização dos depósitos das taxas, incluindo tratativas diretamente com a Instituição Bancária, disposição do programa, programador e layout para execução dos serviços.

e) Disponibilizar endereço na internet para divulgação dos atos do concurso público, conforme disposto no edital.

f) Informar ao Município, antes da publicação do Edital do Concurso Público, o(s) horário(s) para a realização das provas escrita e de títulos.

g) Viabilizar profissionais com titulação mínima de especialização, na área específica, para a elaboração das provas.

h) Responsabilizar-se tanto pela realização da prova escrita, prática e quanto pela prova de títulos, disponibilizando, pessoal, equipamentos, materiais, entre outros que se façam necessários.

i) Encaminhar à Comissão Coordenadora, antes do repasse aos fiscais, cópia das instruções acerca das provas, para análise e aprovação dos termos da mesma e, após, comprovar o repasse dessas informações, objetivando evitar imprevistos durante a realização das provas.

j) As instruções deverão mencionar todas as orientações constantes no Edital do Concurso Público, bem como proibir os fiscais de avalizarem qualquer rasura nos cartões-resposta; a necessidade de todas as questões serem respondidas, sob pena de perda dos pontos das que estiverem em branco; a impossibilidade de receber recursos acerca da formulação das questões durante a realização das provas e a necessidade da conferência de todos os cartões-respostas pelos 3 (três) últimos candidatos que permanecerem no local da prova.

k) Aplicar as provas segundo o nível, técnicas e métodos recomendados para cada cargo, inclusive quanto à segurança em relação ao não conhecimento prévio do conteúdo dos testes a serem aplicados, com pessoal próprio.

l) Todas as atividades (aplicação das provas) deverão ser desenvolvidas na Escola de Educação Básica Municipal Sonho Encantado, situada no Centro desta Cidade, local este cedido pela Contratante.

m) Informar imediatamente a CONTRATANTE por escrito qualquer pedido efetuado ou anormalidade ocorrida, assim como, entregar os dados necessários (por escrito e em meio eletrônico) para que sejam documentados e publicados pela CONTRATANTE.

n) Ao final do processo do Concurso Público, além de encaminhar à CONTRATANTE relatório circunstanciado de todas as atividades ocorridas em meio impresso e magnético, arquivar todo o material utilizado na aplicação das provas, de forma organizada, mantendo a guarda destes, pelo prazo mínimo de 05 cinco anos.

o) Entregar a lista dos aprovados para homologação do Chefe do Poder Executivo dentro do prazo estabelecido pela Comissão, sendo que os demais resultados deverão ser entregues à Comissão Coordenadora no prazo determinado pelo Edital de Concurso para publicação.

p) Encaminhar à Administração Municipal documentos como listas de inscritos, de classificados, entre outros, impressos e também por meio eletrônico, todos como documentos do Word, fonte Times New Roman, tamanho, preferencialmente 12.

q) As listas de inscritos, de classificados e de aprovados devem conter dados completos, sem qualquer abreviatura, o número de inscrição, a nota nas provas escrita e de títulos, a nota final e em ordem de classificação, conforme o caso requisitar.

r) Viabilizar o desempate dos candidatos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a homologação do Concurso Público, conforme critérios estabelecidos no Edital.

s) Além das 5 (cinco) pessoas indicadas para compor a Comissão Executiva do Concurso, a empresa deverá também indicar 1 (uma) pessoa para compor a Equipe Multidisciplinar, com a finalidade de promover a avaliação dos portadores de deficiência, de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 7/96, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Fornecer a legislação, assim como as demais informações pertinentes, bem como o local para realização das provas escritas e as máquinas/equipamentos para as provas práticas.

7.2.2. Instituir comissão de acompanhamento, efetuar a publicação de resumos de editais e listas de classificação e outras publicações que se fizerem necessárias.

7.2.3. Ceder os equipamentos rodoviários para a realização de prova prática nos cargos de operadores de máquinas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

8.2. A rescisão contratual poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

8.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

9.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

9.3.1. aplicação da sanção prevista no art. 7, da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;

9.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.2.1 e 9.3.1 será o valor total inicial deste Contrato.

9.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através da Comissão Especial para coordenação do Concurso Público especialmente designada, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas de imediato, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

10.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Alto Bela Vista, SC, ____ de _____ de 2014.

CONTRATADA	CÁTIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal CONTRATANTE
------------	--

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: _____ Nome: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2014

ANEXO "E"

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta mais vantajosa à Administração Municipal, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS FASES DE SELEÇÃO DE PESSOAL PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

2 - A empresa que será contratada em decorrência desta licitação coordenará e executará todas as fases do Concurso Público, compreendendo;

2.1 - Efetuar a elaboração do edital, pronunciando-se, inclusive, acerca de possíveis impugnações. O edital deverá estar de acordo com as normas constitucionais e com a legislação municipal e guardar conformidade com todas as normas de direito administrativo aplicável a espécie.

2.2 - Disponibilizar pessoal próprio para a coordenação e execução da fase das inscrições, inclusive procedendo a respectiva homologação, como deferimento e indeferimento de inscrições e resolver os recursos que venham a ser apresentados nesta fase.

2.3 - Disponibilizar pessoal próprio para elaborar, aplicar e corrigir as provas escritas, práticas, apurar o resultado das provas, conforme consta no item "3" deste Edital, observando:

a) As provas escritas devem ser do tipo objetivas, observadas as regras e conteúdo mínimo estabelecido no Edital do Concurso Público, elaboradas segundo a habilitação mínima e as atribuições de cada um dos cargos em concurso.

b) As provas práticas serão aplicadas segundo orientações pre-regadas no Edital. Para a aplicação das provas práticas a Administração Municipal disporá de máquinas e veículos próprios, bem como local adequado a realização desta fase do Concurso Público.

2.4 - Disponibilizar pessoal próprio para o processo de aplicação das provas, inclusive para a recepção e identificação dos candidatos, fiscalização das provas, identificação das salas, em fim, para todo o processo de aplicação das provas escritas e práticas.

2.5 - Elaborar editais e relatórios de publicação intermediária - homologação das inscrições, resultados das provas, resultado final e classificação, responsabilizando-se pela publicação, no Mural Público da Prefeitura Municipal, na internet em sitio próprio da empresa vencedora e contratada e disponibilizar arquivos para a publicação na internet no sitio da Prefeitura Municipal.

2.6 - Apreçar e resolver recursos, tanto em relação à homologação das inscrições, tanto em relação às questões das provas escritas, dos resultados e da classificação.

3 - Serão aplicadas aos candidatos e/ou submetidos às seguintes provas:

a) Prova escrita para TODOS os concorrentes;

b) Prova prática, exclusivamente aos concorrentes às vagas dos cargos de Operador de Máquinas Rodoviárias e de Motorista.

3.2 - As provas escritas do Concurso Público serão realizadas no mesmo local, data e horário, em educandário(s) disponibilizado(s) pela Administração Municipal.

4 - Todas as despesas decorrentes da coordenação e operacionalização das fases do Concurso Público correrão à conta da contratada, inclusive, locomoções, estadia, alimentação do pessoal utilizado, da elaboração, impressão e aplicação das provas, da elaboração dos relatórios e editais com resultados, excluindo-se as despesas relativas à publicação em jornais e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, que serão suportadas pela Administração Municipal.

5 - Relação dos cargos, nº de vagas, cargas horárias, níveis de habilitação e tipos de provas necessárias a execução do objeto a ser contratado:

	Cargo	Vagas Imediatas	Vagas Reserva	Carga Horária	Alfabetização	Prova Prática	Perguntas Específicas	Perguntas de Português / Matemática ou Conhecimentos Gerais
01	Auxiliar de Serviços Gerais	02	01	44 Horas	Alfabetização	Não	-	20
02	Agente de Limpeza e Copa	01	01	40 Horas	Alfabetização	Não	-	20
03	Operador de Moto niveladora	00	01	44 Horas	Alfabetização	Sim	-	20
04	Operador de Retro escavadeira	02	01	44 Horas	Alfabetização	Sim	-	20
05	Motorista	02	02	44 Horas	Alfabetização	Sim	-	20
06	Operador de Trator de Esteiras	01	01	44 Horas	Alfabetização	Sim	-	20
07	Operador de Escavadeira Hidráulica	01	00	44 Horas	Alfabetização	Sim	-	20
08	Agente Comunitário de Saúde	01	01	40 Horas	Ensino Fundamental	Não	15	10
09	Auxiliar de Creche	01	01	40 Horas	Ensino Médio	Não	-	25
10	Tesoureiro	01	00	37,5 Horas	Ensino Médio	Não	15	10
11	Médico Veterinário	00	01	37,5 Horas	Ensino Superior	Não	20	10
12	Farmacêutico	01	00	40 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
13	Psicólogo	01	00	40 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
14	Nutricionista	01	00	20 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
15	Assistente Social	01	00	20 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
16	Assistente Social	01	00	40 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
17	Contador	01	00	37,5 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
18	Engenheiro Civil	01	00	20 Horas	Ensino Superior	Não	22	8

19	Fonoaudiólogo	01	00	20 Horas	Ensino Superior	Não	22	8
20	Professor II	01	00	20 Horas	Ensino Superior	Não	22	8

Processo de Licitação Nº 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2014

Modalidade: PREGÃO nº 23/2014

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra de forma parcelada, segundo as necessidades, de Tubos de Concretos, para utilização em rodovias municipais e propriedades rurais e urbanas, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08:50 horas, do dia 11 de agosto de 2014, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital encontra-se sítio do município, acessado através do endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: compras@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 24 de julho de 2014.

Décio Grätner

Prefeito Municipal em exercício.

Anchieta**CÂMARA MUNICIPAL****Termo Aditivo Nº002/2014**

TERMO ADITIVO N. 02/2014

1º TEMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2013

Pelo presente termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIE-
TA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vereador
Geraldo Garlet, nº. 01, centro, CNPJ sob o nº. 06.054.817/0001-29
Inscrição Estadual Isenta na cidade de Anchieta - SC, neste ato,
representada pelo seu Presidente, Vereador Eduardo Rafael Sch-
neider, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n. 064.967.589-
48, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Porto Se-
guro Cia de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ 61.198.164/0001-60, com endereço na Rua Rio
Branco, 1489, São Pulo - SP, CEP: 01205-905, representada por
seu agente junto a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados São Miguel do Oeste - SICOOB SÃO MIGUEL, pela Se-
nhora Shirley Oestreich de Mello Kempa, casada, inscrito sob o
CPF nº 028.218.889-45, com endereço Rua Virgílio de Ross, 183,
Bairro: São Gotardo, São Miguel do Oeste-SC, ocupante do Cargo
de Supervisora Comercial II.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contrato de seguro do veículo FIAT Siena, da Câmara de Ve-
readores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 meses, contados a
partir da data de sua assinatura, com vigência até 31/07/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGA-
MENTO**

Pela cobertura global do seguro, objeto deste contrato, a CON-
TRATANTE pagará à CONTRATADA, a título de prêmio, o valor
total global anual de R\$ 1.422,74 (mil quatrocentos e vinte e dois
reais e setenta e quatro centavos), dividido em 2 (duas) parcelas
mensais de R\$ 711,37 (setecentos e onze reais).

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado perma-
necem em vigor.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em
2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na
presença de 2 (duas) testemunhas, obrigando seus sucessores
legais a cumpri-lo mutuamente.

Anchieta (SC) 23 de julho de 2014.
Vereador Eduardo Rafael Schneider
Contratante

Shirley Oestreich de Mello Kempa
p/ Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Jussara Santin
CPF nº 026.265.849-67

Nome: Edegar Luiz Griebler
CPF nº 060.415.549-28

Antônio Carlos**PREFEITURA****Ata de Registro de Preço Nº 144/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 144/2014; Origem: Processo Licita-
tório nº. 082/2014 - Pregão Presencial nº. 054/2014; Contratante:
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: NUTRIPO
COMERCIAL LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de leite em pó e
alimentos especiais para crianças carentes e/ou com deficiência
em caso grave de saúde do Município de Antônio Carlos /SC; Va-
lor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); Prazo: 15/07/2014
- 14/07/2015.

Antônio Carlos, 15 de julho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Errata Nº 0001 - Resíduos da Saúde - Lixo Hospitalar

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
ERRATA

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta informa que houve alterações em alguns itens do Processo Licitatório nº 0011/2014, Pregão Presencial nº 0008/2014, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DA SAÚDE (LIXO HOSPITALAR) DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

DAS EXCLUSÕES

- 1 - Fica excluído o item nº 1.2.7 do presente Edital;
- 2 - Fica excluído o item nº 5.2.10 do presente Edital;

DAS ALTERAÇÕES

- 2 - Fica alterado o item nº 5.2.17 do presente Edital, que passa a ser:
5.2.17 - Licença Ambiental de Operação - LAO, expedida pela FATMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente ou órgão similar, no caso de empresa licitante possuir sede noutro Estado, em nome da empresa licitante e em vigor, atestando a existência de instalações atinentes às atividades de tratamento e destinação final de resíduos da Saúde.

DAS INCLUSÕES

- 3 - Fica incluso no presente Edital o item nº 5.2.22 - Caso a licitante não possua unidade própria de tratamento e ou destinação final dos resíduos de serviços de saúde, a mesma deverá apresentar declaração emitida por empresa devidamente licenciada que possua contrato com a licitante para execução dos serviços especificados.
5.2.22.1 - Como condição para firmar o contrato com o Fundo Municipal de Saúde, a licitante vencedora deverá apresentar o mencionado contrato de prestação de serviços acompanhado da respectiva licença.

DA NOVA DATA PARA A ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Os documentos para credenciamento e os envelopes de habilitação e proposta deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Prefeitura até às 9h:00 do dia 07/08/2014 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, para abertura no mesmo dia às 09h:30m pela Comissão de Licitações.

Arroio Trinta, 24 de julho de 2014.
TARCISIO LIDANI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

Ascurra

PREFEITURA

Lei Nº 1329, de 29/10/2013. Dispõe Sobre O Plano Plurianual do Município Para O Quadriênio 2014/2017

LEI Nº 1329, de 29 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Ascurra para o quadriênio 2014/2017 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no ANEXO II desta lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, são aquelas constantes no Anexo III desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta lei, serão estruturadas em programa, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

- I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II. Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- III. Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- IV. Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- V. Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 6% ao ano.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante lei específica votada na Câmara.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 29 de outubro de 2013.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 29 de outubro de 2013

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Lei Nº 1331 de 25/11/2013 - Dispõe Sobre As Diretrizes Para A Elaboração da Lei Orçamentária Para 2014

LEI Nº 1331, de 25 de novembro de 2013
"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2014 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública

municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2014, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com identificação da classificação institucional,

funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 03 de 14 de outubro de 2008, que trata do Manual da Receita e Despesa Nacional editada pelo Secretário do tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social ou;

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo Federal (MA 20);

II - administração municipal (MA 40);

III - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

IV - consórcios públicos (MA 71-93);

V - aplicação direta (MA 90); e

VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (MA 91).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações em nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma

dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P) observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e

Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor Municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2014, a no máximo 2% (dois por

cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão

orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Seção II

Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26 As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2014 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2014.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo. § 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta Lei.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30. Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Art. 32. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

Art. 33. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de Ascurra;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;

VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do município de Ascurra.

Art. 34. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964.

Art. 35. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 31, 32 e

33 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2014 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 36. O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 38. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 39. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 43. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 44. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 47. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no Art. 1º dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Ascurra.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 51. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 25 de novembro de 2013.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 25 de novembro de 2013

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Lei Nº 1342, de 09/12/2013 - Estima Receita E Fixa Despesa do Município de Ascurra Para O Exercício de 2014.

LEI Nº 1342, de 09 de dezembro de 2013

"Estima Receita e Fixa Despesa do Município de Ascurra para o Exercício de 2014."

AIRES ROGERIO DALFOVO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - O Orçamento Consolidado do Município de ASCURRA, para o Exercício de 2014, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 22.030.000,00 (Vinte e dois milhões e trinta mil reais).

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES		R\$	16.620.100,00
(+)	Receita Tributária	R\$	1.859.600,00
(+)	Receita Patrimonial	R\$	50.500,00
(+)	Receita de Contribuições	R\$	430.000,00
(+)	Transferências Correntes	R\$	13.992.000,00
(+)	Outras Receitas Correntes	R\$	288.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE		R\$	2.165.100,00
(-)	Dedução para formação do FUNDEB	R\$	2.165.100,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$	7.575.000,00
(+)	Transferências de Capital	R\$	6.375.000,00
(+) Operações de Crédito		R\$	1.200.000,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		R\$	22.030.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com os anexos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fazem parte da presente Lei, obedecendo à classificação econômica e funcional-programática e o seguinte desdobramento institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL			
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	R\$	455.000,00
02	GABINETE DO PREFEITO	R\$	311.000,00
03.01	SECRET. DE ADM. E PLANEJAMENTO	R\$	2.558.000,00
03.02	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$	251.000,00
04.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	R\$	5.506.455,00
04.02	ESPORTE E CULTURA	R\$	495.000,00
05	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$	3.475.515,00
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	R\$	780.000,00

07	SECRET. TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS	R\$	7.787.530,00
07.03	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DEFESA CIVIL	R\$	5.000,00
08	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	R\$	20.000,00
09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	R\$	287.500,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$	88.000,00
90	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
TOTAL		R\$	22.030.000,00

Art. 4º - O desdobramento do Orçamento Consolidado de que trata o Art. 1º desta Lei, dentro de suas Unidades Gestoras, fica assim classificado, considerando Receitas, Despesas e Transferências Financeiras:

I - PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA QUADRO 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES		R\$	15.620.100,00
(+)	Receita Tributária	R\$	1.859.600,00
(+)	Receitas Patrimoniais	R\$	44.000,00
(+)	Receita de Contribuições	R\$	430.000,00
(+)	Transferências Correntes	R\$	12.998.500,00
(+)	Outras Receitas Correntes	R\$	288.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE		R\$	2.165.100,00
(-)	Dedução para formação do FUNDEB	R\$	2.165.100,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$	7.275.000,00
(+)	Transferências de Capital	R\$	6.075.000,00
(+)	Operações de Crédito	R\$	1.200.000,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		R\$	20.730.000,00

QUADRO 2 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

DESPESAS CORRENTES		R\$	9.903.905,00
(+)	Pessoal e Encargos	R\$	5.598.000,00
(+)	Juros e Encargos da Dívida	R\$	10.000,00
(+)	Outras Despesas Correntes	R\$	4.295.905,00
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	8.185.580,00
(+)	Investimentos	R\$	8.115.580,00
(+)	Amortização da Dívida	R\$	70.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		R\$	10.000,00
(+)	Reserva de Contingência	R\$	10.000,00
TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDA		R\$	2.630.515,00
(+)	Transferências Concedidas	R\$	2.630.515,00
TOTAL DA DESP. ORÇAM. (+) TRANSF.		R\$	20.730.000,00

II - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA QUADRO 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

RECEITAS CORRENTES		R\$	1.000.000,00
(+)	Receitas Patrimoniais	R\$	6.500,00
(+)	Transferências Correntes	R\$	993.500,00
TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA		R\$	2.175.515,00
(+)	Transferências Recebidas	R\$	2.175.515,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$	300.000,00
(+)	Transferências de Capital	R\$	300.000,00

TOTAL DA REC. ORÇAM. (+) TRANSF.	R\$	3.475.515,00
----------------------------------	-----	--------------

QUADRO 2 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES		R\$	3.053.635,00
(+)	Pessoal e Encargos	R\$	2.149.635,00
(+)	Outras Despesas Correntes	R\$	904.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	421.880,00
(+)	Investimentos	R\$	421.880,00
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		R\$	3.475.515,00

III - CAMARA DE VERADORES DE ASCURRA QUADRO 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+) TRANSF.

RECEITAS CORRENTES		R\$	0,00
(+)	Receitas Tributárias	R\$	0,00
(+)	Transferências Correntes	R\$	0,00
TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA		R\$	455.000,00
(+)	Transferências Recebidas	R\$	455.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$	0,00
(+)	Transferências de Capital	R\$	0,00
TOTAL DA REC. ORÇAM. (+) TRANSF.		R\$	455.000,00

QUADRO 2 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES		R\$	390.000,00
(+)	Pessoal e Encargos	R\$	340.000,00
(+)	Outras Despesas Correntes	R\$	50.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		R\$	65.000,00
(+)	Investimentos	R\$	65.000,00
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		R\$	455.000,00

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
(+)	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 10.000,00

Parágrafo 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feito por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos Fiscais especificados neste artigo.

Parágrafo 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçados ou orçados a menor.

Parágrafo 3º - Não se efetivando até o dia 30/11/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por decreto do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2014 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Corrente estimada no artigo 2º desta lei, utilizando como

fonte de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por decreto Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Fica o executivo municipal autorizado a remanejar por Decreto dotações de uma modalidade de aplicação de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais e vínculo de recurso.

Art. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Município de Ascurra em, 09 de dezembro de 2013.

AIRES ROGERIO DALFOVO

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 09 de dezembro de 2013

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Edital de Pavimentação Nº 01/2014

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 01/2014

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - RUA PE SILVIO MONDINI

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faz saber aos interessados que foi efetuada Drenagem e Pavimentação com Lajotas de concreto, com preparação da cancha na RUA PE SILVIO MONDINI, através do Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136, de 15/06/2009, neste município de Ascurra.

1 - De acordo com o Artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009, combinado com o Artigo 448 da Lei Complementar nº 043, de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008, torna público mediante este Edital os orçamentos para pavimentação da Rua acima citada na extensão total de 83,80 m².

1.1 - Orçamento da pavimentação com área de 83,80 m², conforme ata de reunião com moradores em 13/06/2013.

Empresa	Valor Mat. p/m²	Valor Mão de obra e Material	Valor Total
RCPA - Empreiteira Ltda	47,36	3.968,76	3.968,76
Terra Planagem JDA Ltda ME	53,00	4.441,40	4.441,40
Comis Artefatos de Cimento Ltda ME	55,00	4.609,00	4.609,00

1.2 - Valor para pavimentação da Rua acima citada na extensão de 83,80 m², no valor de R\$2.938,00 (dois mil novecentos e trinta e oito reais) correspondendo a 74,03%(setenta e quatro virgula

zero tres por cento), custeados pelo proprietário e R\$1.030,76 (mil e trinta reais e setenta e seis centavos) correspondendo a 25,97% (vinte e cinco virgula noventa e sete por cento) custeados pelo município, totalizando o valor total de R\$ 3.968,76 (três mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos), tendo a melhor proposta a Empresa RCPA EMPREITEIRA LTDA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos proprietários que não aderiram ao programa, o município contratou a empresa que apresentou melhor preço, conforme "caput" deste artigo e de acordo com o artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009, rateando entre estes o valor pago, respeitando a valorização dos imóveis, através de Laudo de avaliação emitido por profissional competente.

2. CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO, CONFORME ORÇAMENTOS, (dispensa de licitação - Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, alterada pela 9.648/98 - para obras e serviços de Engenharia) - e em conformidade com o Art. 449, I, b, da LC 043, de 10/12/2002 alterada pela LC 089, de 08/12/2008:

EMPRESA CONTRATADA: RCPA EMPREITEIRA LTDA (melhor preço) - 1ª Etapa

Materiais Aplicados e serviços	Metros²	Valor Total	Valor M²
Lajotas de concreto prensado 25X25X8; meio fio de concreto 100x30x11; areia Média, mão de obra para pavimentação.	83,80m²	R\$ 3.968,76	47,36

2.1 - Delimitação da Zona Beneficiada (Art. 449, I, d, da LC 043, de 10/12/2002 - alterada pela LC 089, de 08/12/2008).

Fica fixado como zona beneficiada pelas obras públicas ora descrito neste Edital, os terrenos que os proprietários que não aderiram ao Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136, de 15/06/2009, conforme Anexo II da já citada Lei (Termo de Compromisso) sendo: Proprietário Cadastro Testada

HELENA MORA	632.7	56,00 m².
PM Ascurra - curva de Concordância da Rua Pe. Theobaldo Hech		27,80 m²
TOTAL		83,80 m²

2.2 - Fator de Absorção (Art. 449, I, e, da LC 043/02)

A zona beneficiada terá um fator de absorção de 100% (cem por cento) do benefício advindo da valorização proporcionada pela obra pública descrita neste Edital.

3. A cada proprietário a seguir relacionado, caberá de acordo com o artigo 449, I, c, § 1º c/c o artigo 454 ambos da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008; artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009 e considerando o limite total da obra, as parcelas abaixo discriminadas: RUA PE SILVIO MONDINI

PROPRIETÁRIO Cadastro Vao Vdo Valorização % Vcm

HELENA MORA	632.7	44.800,00	47.738,00	2.938,00	74,03	2.938,00
Total Proprietário						2.938,00
PM Ascurra - curva de Concordância da Rua Pe. Theobaldo Hech				1.030,76	25,97	1.030,76
TOTAL PM ASCURRA						1.030,76

TOTAL OBRA						
- Conforme Orçamento			3.968,76	100		3.968,76

4 SISTEMA DE PAGAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO

4.1 - Pagamento a vista com 10% (dez por cento) de desconto ou em até 36 parcelas, conforme Artigo nº 462, § 1º da Lei Complementar nº 043/2002 de 10/12/2002, e alterações, revogada pela Lei Complementar 143/2013, de 20/12/2013.

5 DO PRAZO PARA RECLAMANÇÃO E/OU IMPUGNAÇÃO

5.1 - De acordo com o artigo 449, II, da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008, os proprietários ou titulares dos imóveis acima relacionados, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do presente Edital, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 - A impugnação deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, através de petição fundamentada, que servirá para o início do Processo Administrativo Fiscal. (Art. 449, III da LC 043/02), alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

6 As partes a serem rateadas pelos proprietários dos imóveis beneficiados com a pavimentação, devem ser lançados pelo setor competente, de acordo com o previsto no item 2, observadas e anotadas as alterações que porventura se fizerem necessárias, em face de reclamações ou erros de cálculos.

Município de Ascurra em, 24 de julho de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 24 de julho de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 02/2014

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO Nº 02/2014
(CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - RUA SANT'ANA)

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, faz saber aos interessados que foi efetuada Drenagem e Pavimentação com Lajotas de concreto, com preparação da cancha na RUA SANT'ANA, através do Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136, de 15/06/2009, neste município de Ascurra.

1 - De acordo com o Artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009, combinado com o Artigo nº 448 da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008, torna público mediante este Edital os orçamentos para pavimentação da Rua acima citada na extensão total de 44,80 m²

1.1 - Orçamento da pavimentação com área de 44,80 m², conforme ata reunião moradores 20/06/2013.

Empresa	Valor Mat. p/m²	Valor Mão de obra e Material	Valor Total
RCPA - Empreiteira Ltda	47,36	2.121,73	2.121,73
Terra Planagem JDA Ltda ME	53,00	2.374,40	2.374,40
Comis Artefatos de Cimento Ltda ME	55,00	2.464,00	2.464,00

1.2 Valor para pavimentação da Rua acima citada na extensão de 44,80 m², no valor de R\$ 2.121.73 (dois mil cento e vinte e um reais e setenta e três centavos) correspondendo a 100%, custeados pelo proprietário, tendo a melhor proposta a Empresa RCPA EMPREITEIRA LTDA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos proprietários que não aderiram ao programa, o município contratou a empresa que apresentou melhor preço, conforme "caput" deste artigo e de acordo com o artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009, rateando entre estes o valor pago, respeitando a valorização dos imóveis, através de Laudo de avaliação emitido por profissional competente.

2. CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO, CONFORME ORÇAMENTOS, (dispensa de licitação - Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, alterada pela 9.648/98 - para obras e serviços de Engenharia) - e em conformidade com o Art. 449, I, b, da LC 043, de 10/12/2002, alterada pela LC 089, de 08/12/2008:

EMPRESA CONTRATADA: RCPA EMPREITEIRA LTDA (melhor preço) - 1ª Etapa

Materiais Aplicados e serviços	Metros²	Valor Total	Valor M²
Lajotas de concreto prensado 25X25X8; meio fio de concreto 100x30x11; areia Média, mão de obra para pavimentação.	44,80m²	R\$ 2.121,73	47,36

2.1 - Delimitação da Zona Beneficiada (Art. 449, I, d, da LC 043, de 10/12/2002 - alterada pela LC 089, de 08/12/2008).

Fica fixado como zona beneficiada pelas obras públicas ora descrito neste Edital, os terrenos que os proprietários que não aderiram ao Programa de Pavimentação de Ruas com a Participação dos Proprietários Lindeiros, Lei nº 1136. De 15/06/2009, conforme Anexo II da já citada Lei (Termo de Compromisso) sendo: Proprietário Cadastro Testada

OSNI JOSE NAU	2927.0	44,80 m².
TOTAL		44,80m²

2.2 - Fator de Absorção (Art. 449, I, e, da LC 0043/02)

A zona beneficiada terá um fator de absorção de 100% (cem por cento) do benefício advindo da valorização proporcionada pela obra pública descrita neste Edital.

3. A cada proprietário a seguir relacionado, caberá de acordo com o artigo 449, I, c, § 1º c/c o artigo 454 ambos da Lei Complementar nº 043 de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008; artigo 5º da Lei nº 1136, de 15/06/2009 e considerando o limite total da obra, as parcelas abaixo discriminadas:

RUA SANT'ANA

PROPRIETÁRIO Cadastro Vao Vdo Valorização % Vcm

OSNI JOSE NAU	2927.0	167.798,00	170.219,00	2.421,00	100,00	2.121,73
Total Proprietário						2.121,73

4 SISTEMA DE PAGAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO

4.1 Pagamentos a vista com 10% (dez por cento) de desconto ou em até 36 parcelas, conforme Artigo nº 462, § 1º da Lei Complementar nº 043, de 10/12/2002, e alterações, revogada pela Lei Complementar 143, de 20/12/2013.

5 DO PRAZO PARA RECLAMANÇÃO E/OU IMPUGNAÇÃO

5.1 De acordo com o artigo 449, II, da Lei Complementar nº 043, de 10/12/2002, alterada pela Lei Complementar 089, de 08/12/2008, os proprietários ou titulares dos imóveis acima relacionados, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da

publicação do presente Edital, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida ao Prefeito Municipal, através de petição fundamentada, que servirá para o início do Processo Administrativo Fiscal. (Art. 449, III da LC 0043/02), alterada pela LC 089, de 08/12/2008.

6. As partes a serem rateadas pelos proprietários dos imóveis beneficiados com a pavimentação, devem ser lançados pelo setor competente, de acordo com o previsto no item 2, observadas e anotadas as alterações que porventura se fizerem necessárias, em face de reclamações ou erros de cálculos.

Município de Ascurra em, 24 de julho de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 24 de julho de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

Lei Complementar 006/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 01/2013 E SEUS ANEXOS, CRIANDO OS CARGOS DE MOTORISTA DE CAMINHÃO E GARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Altera a lei complementar nº 01/2013, alterando o quadro de servidores efetivos, criando os cargos de motorista de caminhão e gari ou coletor de lixo.

§1º- A amplitude de referência, atribuições e vagas dos referidos cargos estão elencadas nos Anexos da presente Lei.

§2º- Os reajustes e correções sofridas na tabela anexa a lei 02/2013 serão repassados aos vencimentos ora fixados.

Art. 2º - Fica desde já autorizada a contratação temporária dos servidores acima até a data de 01/08/2015, ou até a realização de concurso público, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º - Fica autorizada a contratação temporária, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o aumento repentino e sazonal da população entre os meses de dezembro a março.

§ 1º Os servidores serão contratados temporariamente, por até 120 dias, através de chamamento público, em edital devidamente publicado em jornais de circulação local.

§ 2º O número de vagas a serem preenchidas durante a temporada de verão constam no anexo da presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 24 de Julho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 24 de julho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXOS

CATEGORIA FUNCIONAL, CARGA HORÁRIA SEMANAL, AMPLITUDE DE REFERÊNCIA E VENCIMENTOS

Empregos Efetivos:

GARI OU COLETOR DE LIXO

Carga Horária Semanal: 40 horas

Amplitude de Referência: 07a 14

Vencimentos: R\$938,07

MOTORISTA DE CAMINHÃO

Carga Horária semanal: 40 horas

Amplitude de referência 14 a 21

Vencimento: R\$ 1.319, 95

DOS CARGOS PERMANENTES - EMPREGO EFETIVO

GRUPO	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DO CARGO	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
EMPREGO EFETIVO	08	GARI OU COLETOR DE LIXO	07 a 14
	04	Motorista de Caminhão	14 a 21

DOS CARGOS EM PROVIMENTO TEMPORÁRIO - TEMPORADA DE VERÃO

GRUPO	Nº DE CARGOS	DESCRIÇÃO DO CARGO	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA
EMPREGO TEMPORÁRIO	08	GARI OU COLETOR DE LIXO	07 A 14
	04	MOTORISTA DE CAMINHÃO	14 A 21

DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

MOTORISTA DE CAMINHÃO

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA: 16 a 23

ATRIBUIÇÕES:a) **DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Conduzir e zelar pela conservação do veículo.b) **DESCRIÇÃO ANALÍTICA:** Dirigir automóveis, principalmente caminhões, inclusive compactadores de lixo, todos de propriedade ou a disposição do SAMAE - Balneário Rincão; recolher o veículo à garagem quando concluído o serviço do dia; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo; transportar carga de natureza diversa e registrar, quando for o caso, o tipo e a quantidade do material transportado, bem como o número de viagens; promover o abastecimento do veículo; comunicar, no recolher o veículo, qualquer defeito por ventura existente; verificar sempre o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação do veículo; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibragem dos pneus; manter controle do histórico do veículo, inclusive em relação aos eventos de consumo, mecânica, IPA, etc.; executar outras tarefas correlatas.**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Geral: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito ao uso de uniforme e EPI's, fornecido pelo SAMAE, plantões, viagens e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Idade Mínima: 18 anos.

b) Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental e estar habilitado para conduzir veículos necessários, ou seja possuir habilitação nacional nas categorias A, B e C.

c) Outros: Conforme instruções reguladoras da Legislação Municipal

Recrutamento através de concurso público.

GARI OU COLETOR DE LIXO

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA 07 A 14

a) **DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Conservar a limpeza de logradouros públicos por meio de coleta de lixo, em caminhões coletores com compactador, varrições, lavagem, pintura de guias, aparos de gramas e outros serviços afins.b) **DESCRIÇÃO ANALÍTICA:** - percorrer logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos para recolher o lixo, despejar o lixo, amontoando ou acondicionando em latões ou sacos plásticos, em caminhões especiais, valendo-se de esforço físico e ferramentas manuais, para possibilitar seu transporte; separar o lixo, por tipo de classificação de material, para reciclagem; realizar a varrição de logradouros públicos; capinar vegetação das guias, calçadas e margens de rios; pintar guias, sarjetas e alambrados; retirar detritos das margens dos rios; utilizar equipamento de proteção individual e coletiva; zelar pela conservação e guarda dos bens que lhe forem confiados; executar outras atribuições afins.**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Geral: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito ao uso de uniforme e EPI's, fornecido pelo SAMAE, plantões, viagens e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Idade Mínima: 18 anos.

b) Escolaridade: Portador do Atestado de Conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental.

c) Outros: Conforme instruções reguladoras da Legislação Municipal

d) Recrutamento: Mediante concurso público de provas e prova de esforço físico.

Aviso de Revogação 051/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 051/PMBR/2014.

Considerando a ausência de interessados no certame, em sua segunda abertura. A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que: A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/PMBR/2014, cujo objeto é a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de aparelhos eletro musicais, para atendimento a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneário Rincão /SC, com abertura programada para o dia 24/07/2014, às 14h00min horas, SERÁ REVOGADA, face a ausência de interessados.

Balneário Rincão, 24 de Julho de 2014.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA MUNICIPAL

Aviso de Pregão 016/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LITRO.

Data e horário da sessão de abertura: 06/08/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículos próprios e locados do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante o ano de 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 24 de Julho de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira

Aviso de Retificação E Prorrogação PP 058/Pmbr/2014

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/PMBR/2014 O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 058/PMBR/2014, que tem como objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de expediente e pedagógico para uso dos diversos departamentos da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão - SC, fica retificado em sua Planilha Orçamentária, os itens: 01, 03, 04, 05, 06, 22, 23,

25, 29, 49, 62, 68 e 70 dos lotes 01, 04 e 05, onde se lê:

LOTE 1 - ELETRONICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOVÉL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	APARELHO DE DVD Características Técnicas: Função: Reproduz DVD · VCD · CD de áudio · AVI (MP4) · CD± R/RW · MP3 · CD JPEG Cor: preto Especificações elétricas:CA, 100-240 V, 60 Hz Consumo de energia:10 W (em operação) 2,5 W (em modo stand-by) Saída de áudio: Analógica 2.1,2 Vrms (1 kHz) Sistemas de sinais :PAL, NTSC, AUTO, PAL-M Acessórios: Cabo A/V, controle remoto, 2 pilhas AAA, Manual do Usuário	Unidade	2	R\$ 134,23	R\$ 268,46
03	FORNO MICROONDAS 20L Características técnicas: Forno Microondas de Bancada 30l 220v Capacidade 30 litros; Auto-descongelamento Função Memória; Função Autorreaquecimento; Trava de Segurança Eletrônica; 11 níveis de potência; Relógio digital; Tecla + 30 minutos; Tecla pipoca; Tempo de espera; Trava de segurança eletrônica; Garantia: 1 ano.	Unidade	1	R\$ 365,48	R\$ 365,48
04	FORNO ELÉTRICO Características técnicas: Capacidade: 30l Composição/material: aço inox e vidro Possui: tampa seletor de temperatura, grelha e timer. Voltagem: bivolt Funções: Assar, grelhar e aquecer. Alimentação via energia elétrica Garantia do fornecedor de no mínimo 1 ano Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP): 33x47x29cm	Unidade	1	R\$ 263,98	R\$ 263,98

05	CÂMERA DIGITAL Características técnicas: Tipo de câmera: câmera digital tipo de monitor: LCD-TFT com Ajuste de brilho em 5 níveis Tamanho do Monitor: 2,7 pol. na diagonal Resolução em megapixels (MP): 20.1MP Memória interna: 27MB Memória externa: 4G Zoom digital: 7x Idioma do menu: inglês e português Microfone: imbutido Com modos de cena e editor de imagem na camera. Vídeo: AVI (vídeo: Motion-JPEG, áudio: monaural PCM (22.050 kHz, 16 bits) HD: 1280px720p/30 qps QVGA (320x240) VGA: 640x480 Bateria/Baterias Bateria Recarregável de Li-ion EN-EL19 Dimensões aproximadas: (Largura x Altura x Profundidade) 96,8 mm x 57,8 mm x20,5 mm Conteúdo da embalagem: câmera digital, cabo USB, manual e bateria. Garantia do fornecedor: no mínimo 3 meses	Unidade	1	R\$ 456,33	R\$ 456,33
06	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO Características técnicas: Frequência Hz: digital Cor: preto Com Display/Tela voltagem:bivolt Distância fora da base:Até 50m em locais fechados e 300m em locais abertos. Funções flash, redial, pause e mute,chamadas em espera,teclado luminoso,volume da campainha e 1 manual do usuário. Garantia no mínimo 1 ano.	Unidade	1	R\$ 88,18	R\$ 88,18

LOTE 4 - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

22	IMPRESSORA LASER COLORIDA Características técnicas: Impressora laser color com conexão wireless, CP 1025	Unidade	1	R\$ 930,00	R\$ 930,00
23	NOTEBOOK Características Técnicas: Notebook Gateway (BY Acer) NE56R06b com Intel Core i3/ 4GB /500GB /LED 15,6 Windows 8	Unidade	1	R\$ 1.496,33	R\$ 1.496,33

LOTE 5 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGOGICO

25	MASSA DE MODELAR Características técnicas: Caixa com 12 cores, soft, acrílex	Caixa	24	R\$ 4,40	R\$ 105,60
----	---	-------	----	----------	------------

29	PINCÉIS Características técnicas: Cerdas sintéticas, cabo de madeira, nº10	Unidades	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60
49	Clips para papel fabricado com arame de aço niquelado,tamanho 8/0 caixa com 100 unidades	Unidade	7	R\$ 8,10	R\$ 56,70
62	Postit (pacote com 4 unidades)	Unidade	10	R\$ 4,43	R\$ 44,30
68	Papel toalha (pacote com 2 uni- dades)	Unidade	80	R\$ 3,50	R\$ 280,00
70	Tek bond (cola estantanea eva) 20g	Unidade	20	R\$ 9,50	R\$ 190,00

....leia-se:

LOTE 1 - ELETRONICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOVÉL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	APARELHO DE DVD Características Técnicas: Função: Reproduz DVD · VCD · CD de áudio · CD± R/RW · MP3 · CD JPEG Cor: preto Especificações elétricas:CA, 100-240 V, 60 Hz Sistemas de sinais :PAL, NTSC, AUTO, PAL-M Acessórios: Cabo A/V, con- trole remoto, 2 pilhas AAA, Manual do Usuário	Unida- de	2	R\$ 134,23	R\$ 268,46
03	FORNO MICROONDAS20L Características técnicas: Forno Microondas de Ban- cada 20l 220v Capacidade 20 litros; Autodescongelamento Função Memória; Função Autorreaquecimento; Trava de Segurança Eletrônica; 11 níveis de potência; Relógio digital; Tecla + 30 minutos; Tecla pipoca; Tempo de espera; Trava de segurança eletrô- nica; Garantia: 1 ano.	Unida- de	1	R\$ 365,48	R\$ 365,48
04	FORNO ELÉTRICO Características técnicas: Capacidade: 30l Compo- sição/material: aço inox e vidro Possui: tampa seletor de temperatura, grelha e timer. Voltagem: bivolt Funções: Assar, grelhar e aquecer. Alimentação via energia elétrica Garantia do fornecedor de no míni- mo 1 ano	Unida- de	1	R\$ 263,98	R\$ 263,98

05	CÂMERA DIGITAL Características técnicas: Tipo de câmera: câmera digital tipo de monitor: LCD-TFT com Ajuste de brilho em 5 níveis Tamanho do Monitor: 2,7 pol. na diagonal Resolução em megapixels (MP): 20.1MP Memória interna aproxima- damente: 27MB Memória externa: 4G Zoom optico: 7x Idioma do menu: inglês e português Microfone: imbutido Com modos de cena e editor de imagem na camera. Vídeo:AVI (vi- deo: Motion-JPEG, audio: monaural PCM (22.050 kHz, 16 bits) HD: 1280px720p/30 qps QVGA (320x240) VGA: 640x480 Bateria/ Baterias Bateria Recarre- gável de Li-ion Dimensões aproximadas: (Largura x Altura x Profundidade) 96,8 mm x 57,8 mm x20,5 mm Conteúdo da embalagem: câmera digital, cabo USB, manual e bateria. Garantia do fornecedor: no mínimo 3 meses	Unida- de	1	R\$ 456,33	R\$ 456,33
06	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO Características técnicas: Frequência Hz: digital Cor: preto Com Display/ Tela voltagem:bivolt Distância fora da base:Até 50m em locais fecha- dos e 300m em locais abertos. Funções flash, redial e mute,chamadas em espera,teclado luminoso,volume da campainha e 1 manual do usuário. Garantia no mínimo 1 ano.	Unida- de	1	R\$ 88,18	R\$ 88,18

LOTE 4: EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

22	IMPRESSORA LASER COLORIDA Características técnicas: Impres- sora laser color com conexão wireless. Velocidade aproxima- da impressão em preto: 16.0 ppm Velocidade aproximada impressão em cores: 4.0 ppm - Impressão rápida - Cartuchos de cores individuais - Fácil instalação - Compatível com diferentes sistemas operacionais (Windows, Linux e Mac Os)	Unida- de	1	R\$ 930,00	R\$ 930,00
----	---	--------------	---	------------	------------

23	NOTBOOK Características Técnicas: Notebook com Intel Core i3/ 4GB /500GB /LED 15,6 Windows 8	Unidade	1	R\$ 1.496,33	R\$ 1.496,33
----	---	---------	---	--------------	--------------

LOTE 5 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGOGICO

25	MASSA DE MODELAR Características técnicas: Caixa com 12 cores, soft.	Caixa	24	R\$ 4,40	R\$ 105,60
29	PINCÉIS Características técnicas: Cerdas sintéticas, cabo de madeira, nº10 ponta chata	Unidades	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60
49	Clips para papel fabricado com arame de aço niquelado, tamanho 8/0 caixa com 500g	Unidade	7	R\$ 8,10	R\$ 56,70
62	Postit 38x50 com 100 folhas (pacote com 4 unidades cores diversas)	Unidade	10	R\$ 4,43	R\$ 44,30
68	Papel toalha (pacote com 2 rolos aproximadamente 55 unidades cada)	Unidade	80	R\$ 3,50	R\$ 280,00
70	Cola para eva de 20g	Unidade	20	R\$ 9,50	R\$ 190,00

fica prorrogado para o dia: 07/08/2014 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por retificação de planilha, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 24 de Julho de 2014.
GISELE P. FERREIRA
PREGOEIRA

Barra Velha

PREFEITURA

PP 040/2014 Pmbv

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 060/2014 - Pregão Presencial nº 040/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de caminhão caçamba e escavadeira hidráulica (Convênio nº 2014TR2748 Processo SDR 3477/2014 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville) conforme especificações detalhadas do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/08/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 07/08/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de julho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

PP 007/2014 Fumtec

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 016/2014 - FUMTEC
Pregão Presencial nº 007/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço Global para Serviço publicação e divulgação de campanhas, atos, ações, eventos da prefeitura de Barra Velha e Fundação de Turismo Esporte e Cultura, conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 21/08/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 21/08/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de julho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

PP 041/2014 Pmbv

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 061/2014 - Pregão Presencial nº 041/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote para Aquisição de material para uso no sistema viário, confecção de placas de identificação de ruas incluindo serviço e aplicação. De acordo com o anexo I Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 21/08/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 21/08/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de julho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

PP 018/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 021/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 018/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição de combustível para a frota da secretaria de saúde do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/08/2014 às 15:00 horas. Data da Sessão Pública: 07/08/2014 às 15:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de julho de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS
Prefeito

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Decreto Nº 176**

DECRETO N.º 176/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1047/2014 de 21 de julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
72-12.365.0005-2.011	2.011	Manutenção do Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	900.000,00
TOTAL GERAL			900.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
39-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção do Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	400.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
90-15.452.0006-1.007	1.007	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	500.000,00
TOTAL GERAL			900.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto 177

DECRETO N.º 177/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1048/2014 de 21 de julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 125.290,00 (Cento e vinte e cinco mil e duzentos e noventa reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
149-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	58.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
150-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal Educação	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
151-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	37.290,00
TOTAL GERAL	125.290,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 125.290,00 (Cento e vinte e cinco mil e duzentos e noventa reais), referente a Abertura de Crédito Adicional Especial por conta de Leilão autorizado pela Lei nº1.038/2014 de 29 de maio de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 178

DECRETO N.º 178/2014 DE 21 DE JULHO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	11.00	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	11.01	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
01-20.606.0004-2.006	2.006	AÇÕES VOLTADAS A MELHORIA DA AGRICULTURA	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	8.000,00
TOTAL GERAL	8.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	11.00	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	11.01	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
05-20.606.0004-2.006	2.006	AÇÕES VOLTADAS A MELHORIA DA AGRICULTURA	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	8.000,00
TOTAL GERAL	8.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 179

DECRETO N.º 179/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1049/2014 de 21 de julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
95-15.452.0006-2.020	2.020	Convênio Radio Patrulha	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
101-15.452.0006-2.021	2.021	Manutenção e Segurança no Trânsito	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0734	Aplicações Diretas	3.000,00
TOTAL GERAL			18.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
27-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	18.000,00
TOTAL GERAL			18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 180

DECRETO N.º 180/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1050/2014 de 21 de julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 324.981,30 (Trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
148-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL			324.981,30

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 324.981,30 (Trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
05-04.122.0003.0.001	0.001	Transferências a Instituições Públicas s/ fins Lucrativos	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	24.000,00
ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
27-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	

29-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	200.981,30
TOTAL GERAL			324.981,30

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 181

DECRETO N.º 181/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.

"RETIFICA DECRETO Nº 137/2014, DE 10 DE ABRIL DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o art. 1º do Decreto Municipal nº 137/2014, de 10 de abril de 2014, o qual aprovou o desmembramento de uma área de terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento de uma área total de 6.559,00 m², (seis mil e quinhentos e cinquenta e nove metros quadrados), registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, objeto da matrícula nº 37.057, de propriedade de ERACIDES KARVAT E ELTON RUBENS KARVAT, contendo as seguintes descrições:

MEMORIAL DESCRIPTIVO

DESCRIÇÃO DA ÁREA TOTAL

Para quem da Rodovia SC - 423, Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente: Para a Rodovia SC-423 Ovídio Damaso da Silveira com 185,77 m

Fundos: Com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat 177,84 m

Lado direito: Confronta com terras de Altair Karvat 54,12 m

Lado Esquerdo: Com terras de Francisco Schimbórski 35,30 m

De acordo com o projeto de desmembramento urbano o terreno acima descrito (situação anterior) ficou dividido em 06 lotes conforme apresentado abaixo (situação pretendida).

Situação Pretendida (atual)

Descrição dos Lotes:

Lote n. 01 Área: 1.000,00 m²

Para quem da Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente (Oeste): 25,00 m para a Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira.

Lado Direito (Sul): 54,12 m com terras de Altair Karvat.

Lado Esquerdo (Norte): 45,90 m com lote 02 deste mesmo desmembramento.

Fundos (Leste): 19,00 m com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat.

Lote n. 02 Área: 1.125,00 m²

Para quem da Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente (Oeste): 25,00 m para a Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira.

Lado Direito (Sul): 45,90 m com lote 01 deste mesmo desmembramento.

Lado Esquerdo (Norte): 44,00 m com lote 03 deste mesmo desmembramento.

Fundos (Leste): 26,40 m com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat.

Lote n. 03 Área: 2.974,63 m²

Para quem da Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente (Oeste): 93,97 m para a Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira.

Lado Direito (Sul): 44,00 m com lote 02 deste mesmo desmembramento.

Lado Esquerdo (Norte): 31,90 m com lote 04 deste mesmo desmembramento.

Fundos (Leste): 79,56 m com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat.

Lote n. 04 Área: 468,00 m²

Para quem da Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente (Oeste): 15,35 m para a Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira.

Lado Direito (Sul): 31,90 m com lote 03 deste mesmo desmembramento.

Lado Esquerdo (Norte): 30,50 m com lote 05 deste mesmo desmembramento.

Fundos (Leste): 15,00 m com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat.

Lote n. 05 Área: 501,85 m²

Para quem da Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente (Oeste): 12,50 m para a Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira.

Lado Direito (Sul): 30,50 m com lote 04 deste mesmo desmembramento.

Lado Esquerdo (Norte): 32,60 m com lote 06 deste mesmo desmembramento.

Fundos (Leste): 19,40 m com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat.

Lote n. 06 Área: 489,52 m²

Para quem da Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira olha o imóvel

Frente (Oeste): 13,40 m para a Rodovia SC - 423 Ovídio Damaso da Silveira.

Lado Direito (Sul): 32,60 m com lote 05 deste mesmo desmembramento.

Lado Esquerdo (Norte): 35,30 m com terras de Francisco

Schimbórski.

Fundos (Leste): 18,50 m com terras de Eracides Karvat e Elton Rubens Karvat.

Descrição do Terreno

Apresenta-se com uma topografia plana dista a 500 metros aproximadamente da ponte do Rio do Toldo para quem vai a Canoinhas o imóvel está situado do lado direito.

Obs.: O Referido terreno encontra-se devidamente demarcado com marcos, muros ou cerca.

Os trabalhos de campo e de escritório foram executados tomando-se por base os métodos da "A.B.N.T".

No levantamento de campo foi usado GPS- PRO-XR da marca Trimble e Teodolito marca Hopecom auxilio de trena de fibra.

Bela Vista do Toldo - SC, 23 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1046

LEI Nº 1.046/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DA ÁREA DE TERRAS COM 3.502,11 M², SITUADA NO LUGAR DENOMINADO ARROIO FUNDO, MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC DE PROPRIEDADE DE OSMAR DAMASO DA SILVEIRA E SOELI BUENO DA SILVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à desapropriação amigável de área de terra com 3.502,11 m² (três mil, quinhentos e dois metros e onze centímetros quadrados), no lugar denominado Arroio Fundo, Município de Bela Vista do Toldo - SC, parte integrante da matrícula nº 15.647 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC, de propriedade de Osmar Damaso da Silveira e Soeli Bueno da Silveira, identificada no Memorial Descritivo e Levantamento Planialtimétrico, elaborado por João Engelberto Linzmeier - Engenheiro Civil CREA/SC - 15.355-4 - Anexo.

Art. 2º. A desapropriação da área destina-se a Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário na Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho, nos termos dos artigos 2º e 5º, alínea "h", do Decreto-lei nº 3.365/41.

Art. 3º. O valor da área a ser desapropriada, a título de justa indenização, será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) conforme apurado pela Comissão de Avaliação.

Parágrafo único: A desapropriação poderá se dar de forma parcelada, de acordo com o interesse e a conveniência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Fica incluída a ação de desapropriação tratada no art. 1º, no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da Presente Lei serão custeadas pelo orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1047

LEI Nº 1.047/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1o. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
72-12.365.0005-2.011	2.011	Manutenção do Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	900.000,00
TOTAL GERAL			900.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
39-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção do Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	400.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	

90-15.452.0006-1.007	1.007	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	500.000,00
TOTAL GERAL			900.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1048

LEI Nº 1.048/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 125.290,00 (Cento e vinte e cinco mil e duzentos e noventa reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
149-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	58.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
150-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal Educação	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
151-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	37.290,00
TOTAL GERAL			125.290,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 125.290,00 (Cento e vinte e cinco mil e duzentos e noventa reais), referente a Abertura de Crédito Adicional Especial por conta de Leilão autorizado pela Lei nº1.038/2014 de 29 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1049

LEI Nº 1.049/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
95-15.452.0006-2.020	2.020	Convênio Radio Patrulha	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	07.00	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
101-15.452.0006-2.021	2.021	Manutenção e Segurança no Trânsito	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0734	Aplicações Diretas	3.000,00
TOTAL GERAL			18.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
27-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	18.000,00
TOTAL GERAL			18.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1050

LEI Nº 1.050/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 324.981,30 (Trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
148-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL			324.981,30

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 324.981,30 (Trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	

05-04.122.0003.0.001	0.001	Transferências a Instituições Públicas s/ fins Lucrativos	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	24.000,00
ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
27-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
29-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	200.981,30
TOTAL GERAL			324.981,30

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1051

LEI Nº 1.051/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" - COOPESA, COM INTERVENIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEDUP VIDAL RAMOS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Centro de Educação Profissional "Vidal Ramos" - "CEDUP Vidal Ramos", visando a aquisição de 06 (seis) vagas no curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, sendo as 06 (seis) vagas com 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º. O valor do Convênio ora autorizado será de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) anuais por vaga, perfazendo um valor total de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) anuais, divididos em 02 (duas) parcelas mensais, iguais, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), a serem pagas a partir do mês de julho.

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Bem Estar Social realizar o acompanhamento dos adolescentes indicados para as vagas constantes do artigo 1º, com orientação e encaminhamento para estágio nos Programas desenvolvidos pelo Município.

Art. 4º. As vagas de que trata o artigo 1º serão destinadas, preferencialmente, à adolescentes filhos de agricultores do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 5º. A liberação das parcelas mensais ficará condicionada à prestação de contas da parcela anterior e ao fornecimento de relatório de serviços prestados.

Art. 6º. As despesas advindas da presente autorização, correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, conforme abaixo descrito:

2038 - Manutenção do Ensino Profissional

(146) - 3.3.90.00.00.00.00.0701 - Aplicações Diretas

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2014.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1052

LEI Nº 1.052/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC, COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 869/2012 E A LEI MUNICIPAL Nº 1000/2013, INSERE META NO PPA, LDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Bela Vista do Toldo, Estado Santa Catarina, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º. Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer

a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

CAPÍTULO I

DO FUMDEC

SEÇÃO I

DA DURAÇÃO E FINALIDADE

Art. 3º. O FUMDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e terá por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução das ações de defesa civil, as quais compreendem os aspectos globais de prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução e recuperação originada por desastres.

§ 1º. O FUMDEC será administrado pelo Prefeito Municipal, em conjunto com a Comissão Gestora.

§ 2º. As ações de prevenção de desastres compreendem:

I - avaliação dos riscos de desastres:

a) estudo e mapeamento das ameaças dos desastres;

b) estudo e mapeamento do grau de vulnerabilidade dos sistemas;

c) elaboração de projetos destinados à minimização de desastres; e

d) confecção de projetos educativos e de divulgação.

II - redução dos riscos de desastres:

a) adoção de medidas não estruturais que englobam o planejamento da ocupação e/ou da utilização do espaço geográfico, em função da definição de áreas de riscos, visando a redução de desastres; e

b) execução de medidas estruturais que englobam obras de engenharia de qualquer espécie, destinadas a redução de desastres.

§ 3º. As ações de preparação para emergências e desastres compreendem:

I - capacitação e treinamento de recursos humanos;

II - aparelhamento dos órgãos de coordenação, execução e apoio logístico, integrantes do sistema de defesa civil;

III - desenvolvimento científico e tecnológico;

IV - informação e pesquisa sobre desastre;

V - articulação e integração de ações de informações;

VI - desenvolvimento institucional;

VII - motivação e articulação empresarial e da população;

VIII - desenvolvimento e instalação de sistemas de monitoração, alerta e alarme, para áreas de riscos ou sujeitas a desastres;

IX - planos operacionais e de contingências; e

X - planejamento de proteção de populações contra riscos de desastres.

§ 4º. As ações de resposta aos desastres compreendem:

I - socorro e assistência às populações afetadas por desastres;

II - as ações de socorro e assistência emergenciais compreendem as despesas de custeio operacional e apoio financeiro às entidades assistenciais sem fins lucrativos, às quais deverão prestar contas da aplicação do recurso, respaldando providências básicas para atendimento durante e após a fase de impacto, inclusive a recuperação de áreas de risco.

§ 5º. As ações de reconstrução e recuperação compreendem:

I - restabelecimento dos serviços públicos, da economia da área afetada, do moral social e o bem - estar da população;

II - realocação de populações afetadas por desastres;

III - reconstrução e reabilitação de cenários de desastres; e

IV - destinação de recursos para as despesas de custeio operacional das obras necessárias de recuperação e reconstrução dos locais atingidos pelos desastres.

SEÇÃO II DA COMISSÃO GESTORA

Art. 4º. Fica instituída a Comissão Gestora do FUMDEC, com a seguinte composição:

I - Presidente

II - Secretário Municipal de Administração e Fazenda;

III - um representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

V - um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural; e

VI - um representante da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

§ 1º. O presidente da Comissão Gestora do FUMDEC será nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. Os membros da Comissão Gestora não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO GESTORA

Art. 5º. Compete a Comissão Gestora do FUMDEC:

I - administrar recursos financeiros;

II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

III - prestar contas da gestão financeira; e

IV - desenvolver outras atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com os objetivos do FUNDO.

SEÇÃO IV DAS RECEITAS E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 6º. Constitui receita do FUMDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos da União, do Estado ou do Município;

III - os auxílios, as dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, destinados à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

IV - os recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública ou situação de emergência, não aplicados e ainda disponíveis; e

VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Art. 7º. Os recursos do Orçamento do FUMDEC serão movimentados através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, sendo o saldo positivo do Fundo apurado em balanço transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 8º. Os recursos alocados no FUMDEC terão destinação específica nas ações definidas no artigo segundo desta Lei, não podendo servir de fonte para qualquer outro fundo ou programa instituído pelo Município.

SEÇÃO V DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a inserir meta no Plano Plurianual - PPA, observadas as disposições do art. 5º da Lei Municipal 992/2013 de 10 de outubro de 2013, o Fundo Municipal de Defesa Civil e seus respectivos programas, cujas programações orçamentárias estão definidas no Anexo II desta Lei, estabelecendo objetivos, indicadores, fontes de recursos e respectivas ações, metas físicas e financeiras e outros atributos.

Art. 10. Os anexos II, III e IV do Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017, constantes da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013 ficam automaticamente alteradas pela operacionalização das inclusões das programações orçamentárias referidas no art. 9º desta Lei.

Art. 11. Ficam incluídas no Anexo - Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, os Programas e Ações definidas no Anexo II desta Lei, que constarão dos Projetos e das Leis Orçamentárias Anuais.

Parágrafo Único: Para o Orçamento do FUMDEC servirá de fonte,

recurso decorrente de Convenio Federal e Estadual.

Art. 12. O FUMDEC será implementado logo após a publicação desta Lei e suas dotações orçamentárias serão consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Art. 13. Fica criado a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 14. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 15. A COMPDEC compor-se-á de:

- I - Coordenador
- II - Conselho Municipal
- III - Secretaria
- IV - Setor Técnico
- V - Setor Operativo

Art. 16. O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e compete ao mesmo coordenar, organizar e executar as atividades de proteção defesa civil no âmbito do município, além de outras definidas por lei ou regulamento.

Art. 17. Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Proteção e Defesa Civil.

Art. 18. O Conselho Municipal será composto pelo Presidente, Coordenador e por representantes das Secretarias Municipais e dos órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal sediados no Município, e por representantes das classes produtoras e trabalhadoras, entidades religiosas e de organizações não governamentais - ONG - que apoiam as atividades de Defesa Civil em caráter voluntário. Art. 19. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único: A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 20. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Lei Municipais nº 869/2012, de 18 de julho de 2012 e nº 1.000/2013 de 29 de novembro de 2013.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de julho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Contrato Nº 61/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 61/14 DE 22.07.2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 53/14 DE 03.06.2014.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa CARGAOESTE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 10.567.023/0001-36, com sede na Vila Bento Gonçalves, s/n, interior, na cidade de Cordilheira Alta, Cep: 89.819-000, neste ato representada pelo seu sócio, senhor André Ricardo Signor Mafatti, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Julia Sartori Tozzo, 49D, Edifício Bela Vista, Apto 104, Centro, município de Cordilheira Alta/SC, portador do RG nº 4.042.750 SSP/SC e do CIC nº 030.780.749-51, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 8.883/94, Processo Licitatório nº 1275/2014, Edital de Pregão Presencial nº 34/14, homologado em 03/06/2014, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 53/14 de 03 de junho de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO PREÇO

1 - Fica pelo presente termo aditivo suprido o valor em R\$ 500,00 (Quinhentos reais), da carroceria metálica basculante, marca Librelato, capacidade mínima de 14 m³, cantos redondos com dimensões internas de 5000/4500x2400x1250 mm, com caixa de carga em chapa de aço 3/16 assoalho 1/4; reforçada externamente com calhas laterais em chapa de aço dobradas em perfil U; posição de descarga na traseira em sentido vertical com angulo de 45 °; tampa traseira abertura lateral e padrão, com 07 costelas laterais; fecho automático, roteiro de calhas externo no assoalho, protetor de cabine;chassi e sob chassi em viga U; sistema de levantamento hidráulico frontal de 01 cilindro hidráulico, 01 bomba hidráulica, tomada de força; para lamas em chapa de aço para choque traseiro com reforços; para barros traseiro, para uso na Secretaria Municipal da Agricultura, sendo o valor final a ser pago de R\$ 38.800,00 (Trinta e oito mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 007/2014 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 22 de julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

ANDRE RICARDO SIGNOR MARFATTI

Contratado

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS

ANTONIO NASCIMENTO

CIC Nº 446.591.219-68

CIC Nº 001.178.149-95

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA

ASSESSOR JURIDICO

Portaria Nº 173/2014 de 24 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 173/2014, DE 24 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. GABRIELA PAGLIARINI, inscrita na matrícula nº 510-0, ocupante do cargo de Nutricionista, conforme Atestado Médico, no período de 15 de julho de 2014 a 28 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 15/07/2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 24 de julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº.047/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1808/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 06 de Agosto de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de próteses auditivas para manutenção das atividades da secretaria da saúde.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em

horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 25 de Julho de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1789/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:30 horas do dia 06 de Agosto de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de microcomputador impressora e climatizadores para a secretaria do esporte e da saúde.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 25 de Julho de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 01/2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.900.000,00	9.900.000,00	2.042.933,06	20,64	5.849.756,06	59,09
2	RECEITAS CORRENTES	9.900.000,00	9.900.000,00	1.709.664,09	17,27	5.202.393,36	52,55
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	319.920,00	319.920,00	56.073,26	17,53	145.349,15	45,43
4	Impostos	309.600,00	309.600,00	54.376,16	17,56	132.837,76	42,91
5	Taxas	10.320,00	10.320,00	1.697,10	16,44	12.511,39	121,23
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	10.167,13	14,52	30.797,97	44,00
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	70.000,00	70.000,00	10.167,13	14,52	30.797,97	44,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	53.420,00	53.420,00	19.265,45	36,06	59.930,45	112,19
12	Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	700,00	35,00	2.181,00	109,05
13	Receitas de Valores Mobiliários	51.420,00	51.420,00	18.565,45	36,11	57.749,45	112,31
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	61.560,00	61.560,00	7.428,30	12,07	25.509,20	41,44
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.373.770,00	9.373.770,00	1.611.820,73	17,20	4.933.787,28	52,63
30	Transferências Intergovernamentais	9.176.770,00	9.176.770,00	1.579.437,67	17,21	4.863.712,66	53,00
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	197.000,00	197.000,00	32.383,06	16,44	70.074,62	35,57

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.330,00	18.330,00	4.909,22	26,78	7.019,31	38,29	11.310,69	38,29	11.310,69	38,29	11.310,69
37	Multas e Juros de Mora	5.640,00	5.640,00	615,66	10,92	1.678,10	29,75	3.961,90	29,75	3.961,90	29,75	3.961,90
38	Indenizações e Restituições	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	240,00	0,00	240,00
39	Receita da Dívida Ativa	2.760,00	2.760,00	145,48	5,27	343,01	12,43	2.416,99	12,43	2.416,99	12,43	2.416,99
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	9.690,00	9.690,00	4.148,08	42,81	4.998,20	51,58	4.691,80	51,58	4.691,80	51,58	4.691,80
42	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	333.268,97	0,00	647.362,70	0,00	-647.362,70	0,00	-647.362,70	0,00	-647.362,70
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	38.679,00	0,00	-38.679,00	0,00	-38.679,00	0,00	-38.679,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	38.679,00	0,00	-38.679,00	0,00	-38.679,00	0,00	-38.679,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	333.268,97	0,00	608.683,70	0,00	-608.683,70	0,00	-608.683,70	0,00	-608.683,70
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	0,00	0,00	333.268,97	0,00	608.683,70	0,00	-608.683,70	0,00	-608.683,70	0,00	-608.683,70
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	9.900.000,00	9.900.000,00	2.042.933,06	20,64	5.849.756,06	59,09	4.050.243,94	59,09	4.050.243,94	59,09	4.050.243,94
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	9.900.000,00	9.900.000,00	2.042.933,06	20,64	5.849.756,06	59,09	4.050.243,94				
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	9.900.000,00	9.900.000,00	2.042.933,06	20,64	5.849.756,06	-	-	-	-	-	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	903.570,10	-	-	777.144,90	-	-	-	-	-	-
75	Superávit Financeiro	-	903.570,10	-	-	777.144,90	-	-	-	-	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.900.000,00	2.833.237,62	12.733.237,62	1.974.680,38	7.363.715,94	1.898.885,48	5.660.457,90	44,45	7.072.779,72
78	DESPESAS CORRENTES	8.477.338,00	421.762,56	8.899.100,56	1.412.061,03	5.527.056,42	1.662.956,47	4.329.050,72	48,65	4.570.049,84
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.569.142,00	15.200,00	4.584.342,00	835.252,75	2.414.779,87	829.442,43	2.334.335,90	50,92	2.250.006,10
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.908.196,00	406.562,56	4.314.758,56	576.808,28	3.112.276,55	833.514,04	1.994.714,82	46,23	2.320.043,74
82	DESPESAS DE CAPITAL	1.407.662,00	2.411.475,06	3.819.137,06	562.619,35	1.836.659,52	235.929,01	1.331.407,18	34,86	2.487.729,88
83	INVESTIMENTOS	1.402.662,00	2.411.475,06	3.814.137,06	562.619,35	1.836.659,52	235.929,01	1.331.407,18	34,91	2.482.729,88
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII-IX)	9.900.000,00	2.833.237,62	12.733.237,62	1.974.680,38	7.363.715,94	1.898.885,48	5.660.457,90	44,45	7.072.779,72
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI+XI)	9.900.000,00	2.833.237,62	12.733.237,62	1.974.680,38	7.363.715,94	1.898.885,48	5.660.457,90	44,45	7.072.779,72
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	189.298,16	-	-
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	9.900.000,00	2.833.237,62	12.733.237,62	1.974.680,38	7.363.715,94	1.898.885,48	5.849.756,06	-	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	25/07/2014	Diário Oficial dos Municípios - DOM

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabecinhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:
Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERS ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC: 032837/O-1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.900.000,00	12.733.237,62	1.974.680,38	7.363.715,94	1.898.885,48	5.660.457,90	7.072.779,72
2	00001	Legislativa	600.000,00	600.000,00	38.556,05	201.774,56	38.556,05	201.774,56	398.225,44
3	01031	Ação Legislativa	600.000,00	600.000,00	38.556,05	201.774,56	38.556,05	201.774,56	398.225,44
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	1.890.000,00	1.874.900,00	287.366,68	1.215.901,26	301.586,92	901.454,56	973.445,44
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.853.000,00	1.837.900,00	282.190,78	1.200.972,26	296.390,53	886.970,92	950.929,08
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	37.000,00	37.000,00	5.175,90	14.929,00	5.196,39	14.483,64	22.516,36
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	25.560,00	25.560,00	-0,56	9.253,34	3.185,94	7.190,35	18.369,65
28	06181	Policimento	25.560,00	25.560,00	-0,56	9.253,34	3.185,94	7.190,35	18.369,65
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	712.700,00	664.300,00	82.197,79	372.294,51	106.015,81	282.995,12	381.304,88
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	111.000,00	126.100,00	12.514,28	74.407,54	19.191,73	51.823,34	74.276,66
38	08244	Assistência Comunitária	601.700,00	538.200,00	69.683,51	297.886,97	86.824,08	231.171,78	307.028,22

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

[illegible]

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17544	Recursos Hídricos	135.000,00	171.827,05	11.794,88	81.594,51	21.019,86	53.800,50	0,95	31,31	118.026,55
82	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	463.000,00	515.500,00	190.054,72	343.625,26	66.144,47	174.528,87	3,08	33,86	340.971,13
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	463.000,00	515.500,00	190.054,72	343.625,26	66.144,47	174.528,87	3,08	33,86	340.971,13
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	00026	Transporte	230.840,00	1.060.840,00	0,00	749.500,00	0,00	749.500,00	13,24	70,65	311.340,00
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	230.840,00	1.060.840,00	0,00	749.500,00	0,00	749.500,00	13,24	70,65	311.340,00
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	30.000,00	43.500,00	11.353,21	28.838,24	6.121,45	19.152,37	0,34	44,03	24.347,63
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	30.000,00	43.500,00	11.353,21	28.838,24	6.121,45	19.152,37	0,34	44,03	24.347,63
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	125.000,00	125.000,00	0,00	110.000,00	18.270,19	52.152,50	0,92	41,72	72.847,50
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	125.000,00	125.000,00	0,00	110.000,00	18.270,19	52.152,50	0,92	41,72	72.847,50
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Providência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	797.673,15	893.533,08	947.876,15	863.382,20	993.019,92	1.333.946,34	1.086.903,38
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	20.428,28	29.640,76	17.141,79	24.567,53	18.842,55	45.122,64	10.109,65
3	IP TU	0,00	0,00	203,93	2.221,08	2.063,79	222,96	0,00
4	ISS	2.635,69	6.866,27	3.744,33	5.172,25	6.064,69	10.897,16	1.204,67
5	ITBI	8.713,57	11.696,31	4.125,13	5.154,55	166,08	1.068,12	1.860,66
6	IRRF	7.102,76	8.301,41	6.285,33	8.479,71	8.544,38	30.126,39	6.255,78
7	Outras Receitas Tributárias	1.976,26	2.776,77	2.783,07	3.539,94	2.003,61	2.808,01	788,54
8	Receita de Contribuições	4.427,01	4.784,98	4.112,27	4.771,31	0,00	5.014,76	5.178,43
9	Receita Patrimonial	6.535,62	26.381,76	5.980,52	7.248,04	11.290,56	7.967,34	6.084,74
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	50,00	0,00	150,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	4.294,51	3.216,00	3.217,50	5.328,50	2.871,40	3.675,06	5.257,70
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	761.283,12	827.668,41	916.698,44	819.028,79	959.501,63	1.271.647,04	1.059.286,83
14	Cota-Parte do FPM	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36
15	Cota-Parte do ICMS	300.120,79	255.672,33	271.648,11	264.106,84	290.028,32	288.798,48	293.088,84
16	Cota-Parte do IPVA	12.971,60	14.629,33	11.894,91	8.430,32	4.959,86	4.041,67	7.286,29
17	Cota-Parte do ITR	23,14	71,71	3.073,89	14.754,51	4.768,56	3.330,90	3.419,97
18	Transferências da LC 87/1996	1.200,46	1.200,46	1.200,46	1.200,46	1.200,46	1.200,46	1.239,07
19	Transferências da LC 61/1989	3.914,89	4.188,95	3.810,37	4.073,33	4.518,37	4.829,18	4.688,94
20	Transferências do FUNDEB	55.827,51	60.253,33	60.737,35	59.019,81	66.436,12	66.249,52	82.217,29
21	Outras Transferências Correntes	61.310,91	65.522,53	211.655,06	114.759,81	97.014,06	163.105,43	72.515,07
22	Outras Receitas Correntes	702,61	1.840,17	675,63	2.438,03	363,78	519,50	986,03
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	128.824,49	140.378,34	128.860,99	129.049,60	159.210,10	161.638,71	180.910,70
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	128.824,49	140.378,34	128.860,99	129.049,60	159.210,10	161.638,71	180.910,70
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	668.848,66	753.153,74	819.015,16	734.332,60	833.809,82	1.172.307,63	905.992,68

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maió 2014	Junho 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	-------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	----------------------	--------------------------------

Pag. 10/ 27

28	RECEITAS CORRENTES (1)
----	------------------------

Pag. 11/ 27

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	185.973,40	135.232,77	146.525,66	176.304,79	147.179,63	1.820.089,18	R\$ 1,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	922.229,96	730.683,08	921.587,11	903.291,24	803.621,13	10.168.872,81	1.860.800,00
								9.899.520,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em. 30/Jun/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	2.001.852,84	1.971.118,94	2.072.734,83
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.052.944,08	1.983.379,19	2.084.995,08
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	51.091,24	12.260,25	12.260,25
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.001.852,84	-1.971.118,94	-2.072.734,83
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.001.852,84	-1.971.118,94	-2.072.734,83

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-101.615,89	-70.881,99

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Abr/2014	Em. 30/Jun/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	9.848.580,00	1.691.098,64	5.144.643,91	4.457.815,63
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	319.920,00	56.073,26	145.349,15	92.885,18
3	IPTU	4.200,00	0,00	0,00	71,20
4	ISS	105.000,00	8.708,76	41.505,67	21.246,93
5	ITBI	120.000,00	27.990,04	49.247,51	23.773,45
6	IRRF	80.400,00	17.677,36	42.084,58	29.277,81
7	Outras Receitas Tributárias	10.320,00	1.697,10	12.511,39	18.515,79
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	70.000,00	10.167,13	30.797,97	28.902,67
9	Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	70.000,00	10.167,13	30.797,97	28.902,67
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	2.000,00	700,00	2.181,00	0,00
12	Receita Patrimonial	53.420,00	19.265,45	59.930,45	30.908,24
13	(-) Aplicações Financeiras	51.420,00	18.565,45	57.749,45	30.908,24
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	9.373.770,00	1.611.820,73	4.933.787,28	4.306.004,75
15	FPM	4.640.000,00	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
16	ICMS	2.608.000,00	452.443,06	1.357.555,42	1.185.324,57
17	Convênios	197.000,00	32.383,06	70.074,62	100.632,11
18	Outras Transferências Correntes	1.928.770,00	324.699,14	1.074.370,73	763.372,96
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	82.890,00	12.337,52	32.528,51	30.023,03
20	Dívida Ativa	2.760,00	145,48	343,01	3.120,77
21	Diversas Receitas Correntes	80.130,00	12.192,04	32.185,50	26.902,26
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	0,00	333.268,97	608.683,70	167.905,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	0,00	333.268,97	608.683,70	167.905,00
27	Convênios	0,00	333.268,97	608.683,70	167.905,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	0,00	333.268,97	608.683,70	167.905,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	9.848.580,00	2.024.367,61	5.753.327,61	4.625.720,63

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	8.899.100,56	1.662.956,47	4.329.050,72	3.454.797,86
33	Pessoal e Encargos Sociais	4.584.342,00	829.442,43	2.334.335,90	1.800.712,42
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	4.314.758,56	833.514,04	1.994.714,82	1.654.085,44
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	8.899.100,56	1.662.956,47	4.329.050,72	3.454.797,86
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	3.819.137,06	235.929,01	1.331.407,18	193.056,84
38	Investimentos	3.814.137,06	235.929,01	1.331.407,18	193.056,84
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	5.000,00	0,00	0,00	2.124,85
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	3.814.137,06	235.929,01	1.331.407,18	193.056,84
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	12.713.237,62	1.898.885,48	5.660.457,90	3.647.854,70
----	---	---------------	--------------	--------------	--------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-2.864.657,62	125.482,13	92.869,71	977.865,93
----	--	---------------	------------	-----------	------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	777.144,90	0,00
----	--------------------------------	---	---	------------	------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-46.420,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO

CONTADOR

CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER.ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	51.091,24	38.830,99	0,00	12.260,25	12.324,88	156.472,95	125.194,58	125.194,58	0,00	43.603,25
2	EXECUTIVO	0,00	51.091,24	38.830,99	0,00	12.260,25	12.324,88	156.472,95	125.194,58	125.194,58	0,00	43.603,25
3	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420,00	1.420,00	1.420,00	0,00	0,00
4	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.246,79	47.971,50	47.971,50	0,00	11.275,29
5	SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	454,62	0,00	0,00	0,00	454,62
6	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.252,55	8.406,47	8.406,47	0,00	28.846,08
7	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.932,00	7.932,00	7.932,00	0,00	0,00
8	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.027,26	0,00	0,00	0,00	3.027,26
9	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	280,00	0,00	0,00
10	SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.099,54	8.099,54	8.099,54	0,00	0,00
11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.431,22	14.431,22	14.431,22	0,00	0,00
12	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00
13	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.199,42	1.199,42	1.199,42	0,00	0,00
14	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	939,55	939,55	939,55	0,00	0,00
15	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	160,00	0,00	0,00
16	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.476,00	1.476,00	1.476,00	0,00	0,00
17	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,00	220,00	220,00	0,00	0,00
18	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.554,00	7.554,00	7.554,00	0,00	0,00
19	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM-ESTAR SOCIAL E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.780,00	5.780,00	5.780,00	0,00	0,00
20	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	50.757,97	38.830,99	0,00	11.926,98	12.324,88	3.600,00	15.924,88	15.924,88	0,00	0,00
21	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	333,27	0,00	0,00	333,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)		R\$ 1,00											
25	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	TOTAL (III) = (I + II)	0,00	51,091,24	0,00	38.830,99	0,00	0,00	12.260,25	0,00	12.324,88	0,00	125.194,58	43.603,25

Fonte:
Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	9.468.521,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	9.900.000,00
3	Previsão Atualizada	-	9.900.000,00
4	Receitas Realizadas	2.042.933,06	5.849.756,06
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	777.144,90
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	9.900.000,00
9	Créditos Adicionais	-	2.833.237,62
10	Dotação Atualizada	-	12.733.237,62
11	Despesas Empenhadas	1.974.680,38	7.363.715,94
12	Despesas Liquidadas	1.898.885,48	5.660.457,90
13	Superávit Orçamentário	-	189.298,16

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	1.974.680,38	7.363.715,94
15	Despesas Liquidadas	1.898.885,48	5.660.457,90

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	10.168.872,81

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	-70.881,99	0,00
31	Resultado Primário	-46.420,00	92.869,71	-200,06

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.091,24	0,00	38.830,99	12.260,25
33	Poder Executivo	51.091,24	0,00	38.830,99	12.260,25
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	168.797,83	0,00	125.194,58	43.603,25
36	Poder Executivo.	168.797,83	0,00	125.194,58	43.603,25
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	219.889,07	0,00	164.025,57	55.863,50

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	930.788,21	15,00	18,64

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014072311002300503264

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 23/07/2014

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO

CONTADOR

CRC.: 032837/O-1

Brusque**PREFEITURA****Extrato Processo Licitatório N. 005/2014 - FMAS**

Processo Licitatório n. 005/2014 - FMAS. Tomada de Preços n. 001/2014 - FMAS. EXTRATO DE DESPACHO DE ANULAÇÃO. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93. Súmulas n. 346 e n. 473 do STF. Objeto resumido: prestação de serviços de tratamento (acolhimento) de pessoas com deficiência e idosos. Data: 24.07.2014

Caçador**PREFEITURA****Lei Nº 3.143**

LEI Nº 3.143, de 23 de julho de 2014.

Altera a redação da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, que autoriza repassar recursos financeiros às Associações de Pais e Professores - APPs das Escolas Municipais de Educação Básica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 2º A manutenção e conservação de que trata o caput deste artigo, refere-se a pequenos reparos, pagamento de mão de obra, aquisição de materiais e pagamento de faturas de telefone. (NR)"

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O repasse referido será feito da seguinte forma, considerando o custo de R\$ 5,00 (cinco reais) por aluno de acordo com o Mapa Mensal entregue pelas APPs das escolas até o dia 25 de cada mês:

APPS ESCOLAS MUNICIPAIS	CNPJ DA APP	TOTAL DE ALUNOS	VALOR
01 - EMEB Alcides Tombini	78.497.120/0001 - 33	182	910,00
02 - EMEC Alto Bonito	73.732.836/0001 - 54	558	2.790,00
03 - EMEB Castelhana	83.683.698/0001 - 14	97	485,00
04 - EMEB Dr. Ulysses Guimarães	02.452.843/0001 - 54	401	2.005,00
05 - EMEB Esperança	00.892.410/0001 - 94	243	1.215,00
06 - EMEB Henrique Júlio Berger	00.958.216./0001- 64	861	4.305,00
07 - EMEB Hilda Grannemann	02.017.035/0001 - 69	1054	5.270,00
08 - EMEB Irmão Venâncio José	00.590.575/0001 - 01	391	1.955,00
09 - EMEB Maria Luiza M. Barbosa	04.410.720/0001 - 86	618	3.090,00
10 - EMEB Morada do Sol	02.353.032/0001 - 04	551	2.755,00
11 - EMEB Nossa Senhora Salete	00.566/475/0001 - 40	111	555,00
12 - EMEB Padre José Chamot	00.628.949/0001 - 30	291	1.455,00
13 - EMEB Pierina Santin Perret	00.899.007/0001 - 97	428	2.140,00
14- EMEB Tabajara	00.848.619/0001 - 50	312	1.560,00
15 - EMEB Vereda dos Trevos	00.525.372/0001 - 31	162	810,00
16 - EMEB Walsin Nunes Garcia	05.689.541/0001 - 92	141	705,00
Soma total		6.401	32.005,00

(NR)''

Art. 3º Os arts. 4º, 7º e 8º da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

''Art. 4º A escola municipal de educação básica beneficiada, juntamente com a Associação de Pais e Professores para qual for repassado o recurso, deverá prestar contas à Secretaria Municipal de Educação, com apresentação das notas fiscais e faturas pagas, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do repasse. (NR)''

Art. 7º Caso ocorram problemas com a administração dos valores repassados, na prestação de contas, ou ausência desta, pela Administração da Escola e/ou a APP, a Secretaria Municipal de Educação, retomará a administração da escola, no que se refere à manutenção e conservação, e, cessará o repasse dos recursos previstos nesta Lei, até nova habilitação ou solução dos problemas. (NR)

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação. (NR)''

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.144

LEI Nº 3.144, de 23 de julho de 2014.

Acresce dispositivo ao art. 3º da Lei nº 3.111 de 2014, que autoriza a aderir ao ''Programa Mais Médicos'', a conceder auxílio moradia e auxílio alimentação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 3º, da Lei nº 3.111, de 24 de abril de 2014, que autoriza a aderir ao ''Programa Mais Médicos'', a conceder auxílio moradia e auxílio alimentação, e dá outras providências, que passa a vigorar da seguinte forma:

''Art.3º''

Parágrafo único. Poderá o Município, mediante prévia licitação e aceite dos médicos, locar imóvel para acomodação dos mesmos, repassando, neste caso, somente o valor do auxílio alimentação.'' (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.145

LEI Nº 3.145, de 23 de julho de 2014.

Denomina via pública - RUA ANTÔNIO PELIZZER.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA ANTÔNIO PELIZZER, a Rua ''A'', do Loteamento Cidade Nova.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.146

LEI Nº 3.146, de 23 de julho de 2014.

Denomina via pública - RUA IVO JOSÉ CASAGRANDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA IVO JOSÉ CASAGRANDE, a Rua ''B'', do Loteamento Cidade Nova.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 09/2014-Prefeitura9

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 09/2014, Processo Licitatorio nº 94-2014, para Contratação da Empresa Santos & Bassoli Ltda - ME, CNPJ - 02.326.652/0001-46 para Locação de EQUIPAMENTOS DE GINASTICA ARTISTICA, para realização dos 27º JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, ETAPA REGIONAL no período de 25 de julho á 02 de agosto de 2014, pelo valor total de R\$ 25.000,00,(vinte e cinco mil reais), nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Caçador/SC, 24 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 21-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E LETRODOMÉSTICOS PARA MOBILIAR MORÁDIAS PARA OS PROFISSIONAIS MÉDICOS DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO GOVERNO FEDERAL QUE ESTÃO ATUANDO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 06/08/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 06/08/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito de Caçador

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Audiência Pública Nº 06/2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 06/2014.

A Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, que se realizará no dia 13 de agosto de 2014, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sítio à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de avaliar as condições estruturais (física, equipamentos, material humano e veículos); os atendimentos nas unidades básicas; o tratamento fora de domicílio, o encaminhamento de exames e a qualidade do atendimento por parte dos SUS, hospital, pronto atendimento e unidades de saúde, visando definir metas para a melhoria dos serviços de saúde para a população caçadorenses.

Caçador, em 25 de julho de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
Presidente da CMC.

Valmor de Paula,
Presidente da CLJR.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 11.096 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.096 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 06 (zero seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, VANESSA BLASZKOVSKY, Matrícula Funcional nº 000739, Registro no Sistema sob nº 955264, referente ao período aquisitivo 24 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 02 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.097 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.097 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000445, Registro no Sistema sob nº 955386, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.098 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.098 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ANA LUIZA DA CRUZ KMIETIK, Matrícula Funcional nº 000451, Registro no Sistema sob nº 95462, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.099 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.099 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública

Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 0232, Registro no Sistema sob nº 437501, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.100 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.100 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, BERNARDETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.101 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.101 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, BERTINA BAHAR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2013 a 01 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.102 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.102 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor IV, exercendo a função de Coordenadora Pedagógica, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEURNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2013 a 01 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.103 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.103 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2012 a 02 de julho de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.104 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.104 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2013 a 18 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.105 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.105 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.106 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.106 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELIANE BAUM, Matrícula Funcional nº 000090, Registro no Sistema sob nº 272000, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.107 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.107 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELISABET SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 a 01 de maio de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.108 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.108 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, FERNANDO LUIS RANK, Matrícula Funcional nº 000677, Registro no Sistema sob nº 955108, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.109 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.109 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, FERNANDO LUIS RANK, Matrícula Funcional nº 000677, Registro no Sistema sob nº 955108, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.110 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.110 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, JAIRO AFONSO BELLE, Matrícula Funcional nº 000464, Registro no Sistema sob nº 954471, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.111 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.111 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JANETE DRANCKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2013 a 20 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.112 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.112 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JEANE IENSEN CLEMENTE, Matrícula Funcional nº 000658, Registro no Sistema sob nº 955084, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.113 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.113 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JOELISE IENSEN, Matrícula Funcional nº 000659, Registro no Sistema sob nº 955085, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.114 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.114 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VII, exercendo a função de Professor de Ciências, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de

2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.115 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.115 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VII, exercendo a função de Professor de Ciências, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.116 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.116 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de

setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 a 15 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.117 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.116 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 a 15 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.118 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.118 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEHL, Matrícula Funcional nº 000723, Registro no Sistema sob nº 955224, referente ao período aquisitivo 06 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.119 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.119 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000189, Registro no Sistema sob nº 302010, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.120 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.120 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.121 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.121 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.122 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.120 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.123 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.123 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública

Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARCIA REGINA FELICIANO DAMAZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.124 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.124 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 361, Registro no Sistema sob nº 386520, referente ao período aquisitivo 04 de agosto de 2013 a 03 de agosto de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.125 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.125 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARGARIDA DO RÓCIO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.126 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.126 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARI LUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, Matrícula Funcional nº 000722, Registro no Sistema sob nº 955219, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.127 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.127 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, Matrícula Funcional nº 0229, Registro no Sistema sob nº 310540, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.128 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.127 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, Matrícula Funcional nº 0229, Registro no Sistema sob nº 310540, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.129 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.129 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MERI TEREZINHA MACHADO HUBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2013 a 12 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.130 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.130 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública

Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, referente ao período aquisitivo 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 24 de julho de 2014 à 04 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.131 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.131 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2013 a 15 de março de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.132 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.132 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor IX, exercendo a função de Professor de História, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000571, Registro no Sistema sob nº 954546, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.133 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.133 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor VIII, exercendo a função de Professor de Geografia, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.134 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.134 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, Matrícula Funcional nº 000160, Registro no Sistema sob nº 299120, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.135 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.135 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLEZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, referente ao período aquisitivo 16 de julho de 2013 a 15 de julho de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.136 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.136 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLEZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, referente ao período aquisitivo 16 de julho de 2013 a 15 de julho de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.137 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.137 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública

Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, Registro no Sistema sob nº 101970, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2013 a 05 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.138 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.138 DE 24 DE JULHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 á 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.139 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.139 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVA-NIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2013 a 08 de fevereiro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.140 de 24 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.140 DE 24 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.949 de 21 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.949 DE 21 DE MAIO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional I - CRISTIANO CUNHA, matrícula nº 000510, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 26 de maio de 2008 a 04 de junho de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.948 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.948 DE 16 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, matrícula nº 000154, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2 Sub-Nível 22A para Nível P2 Sub-Nível 22B no valor de R\$ 441,44

(quatrocentos e quarenta e um reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.947 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.947 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - SOLANGE REGINA DOS PASSOS, matrícula nº 000195, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2 Sub-Nível 22A para Nível P2 Sub-Nível 22B no valor de R\$ 1.140,81 (um mil, cento e quarenta reais, oitenta e um centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.946 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.946 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - ORIANE LINZMEYER STELZNER, matrícula nº 000168, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2 Sub-Nível 21B para Nível P2 Sub-Nível 21C no valor de R\$ 1.163,62 (um mil, cento e sessenta e três reais, sessenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.945 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.945 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - TACIANA AMORIM CUNHA, matrícula nº 000153, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3 Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.359,15 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais, quinze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº

014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.944 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.944 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - SILVANIRA TELMA, matrícula nº 000226, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3 Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.359,15 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais, quinze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.943 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.943 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - BERTINA BAHR, matrícula nº 0230, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3 Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.359,15 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais, quinze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.942 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.942 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000377, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência DA no valor de R\$ 518,34 (quinhentos e dezoito reais, trinta e quatro centavos) mensal, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.941 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.941 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Instrutor de Música - ELVIS ALEXSANDRO VIER, matrícula nº 000416, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Sub-Nível 41, Referência B para Sub-Nível 41 Referência A no valor de R\$ 4,02 (quatro reais, e dois centavos) por hora, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.940 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.940 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de

setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Motorista - AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, matrícula nº 000122, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência C no valor de R\$ 990,15 (novecentos e noventa reais, quinze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.938 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.838 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2008
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Professora: MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH, matrícula nº 0154, por motivo de doença, pelo período de 08 de fevereiro de 2008 a 09 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2008.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.937 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.937 DE 16 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - MARIA OLÍVIA DOS SANTOS, matrícula nº 0223, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência C no valor de R\$ 600,90 (seiscentos reais, noventa centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.936 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.936 DE 16 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - EDELA FUCKNER, matrícula nº 0221, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 618,93 (seiscentos e dezotoito reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.935 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.935 DE 16 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - ANGELA CATARINA BIBOW ANDRADE, matrícula nº 000124, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência C no valor de R\$ 251,62 (duzentos e cinquenta e um reais, sessenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.934 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.935 DE 16 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - ANGELA CATARINA BIBOW ANDRADE, matrícula nº 000124, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência C no valor de R\$ 251,62 (duzentos e cinquenta e um reais, sessenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.933 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.933 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ, matrícula nº 0156, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 618,93 (seiscentos e dezoito reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.932 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.932 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - ROSA APARECIDA BAGNHUCK FRANCO, matrícula nº 279, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência C no valor de R\$ 600,90 (seiscentos reais, noventa centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.931 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.931 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Motorista - JOSÉ BAGNHUCK, matrícula nº 000026, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência C para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência D no valor de R\$ 1.019,87 (um mil dezoito reais, oitenta e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.930 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.930 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, matrícula nº 000179, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 618,93 (seiscentos e dezoto reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.929 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.929 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - MARGARIDA TELMA SUOMINSKI, matrícula nº 000178, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência D no valor de R\$ 309,46 (trezentos e nove reais, quarenta e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.928 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.928 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Agente Administrativo I - VALDENIR LADER, matrícula nº 0172, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência F para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência A no valor de R\$ 933,30 (novecentos e trinta e três reais, trinta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.927 de 16 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.927 DE 16 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal ao Servidor Público Municipal - Agente Operacional I - CARLOS GUILHERME STOLBERG, matrícula nº 368, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência C no valor de R\$ 503,23 (quinhentos e três reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.926 de 15 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.926 DE 15 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, Inciso II Alínea b da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, matrícula nº. 0229, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31

Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
15/05/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.925 de 15 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.925 DE 15 DE MAIO DE 2008
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - MARLI TEREZINHA DE SOUZA, matrícula nº. 000130, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência B para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
15/05/008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.924 de 15 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.924 DE 15 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, matrícula nº. 000188, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.332,48 (um mil, trezentos e trinta e dois reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de maio de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
15/05/008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.923 de 15 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.923 DE 15 DE MAIO DE 2008

CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA GESTANTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Gestação à Servidora, Enfermeira, Srª. FABIANA PACKER, matrícula nº 000507, por um período de 120 dias, a partir de 15 de maio de 2008 até 11 de setembro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de maio de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.922 de 08 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.922 DE 08 DE MAIO DE 2008

CONCEDE LICENÇA À CONSELHEIRA GESTANTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.548 de 20 de setembro de 2001;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Gestação à Conselheira Tutelar, Srª. BIANCA KESTERING GREIPEL, no um período de 120 dias, a partir de 29 de abril de 2008 até 26 de agosto de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 29 de abril de 2008.

Art.3º)revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de maio de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.921 de 07 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.921 DE 07 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seu Artigo 71 Inciso VII;

RESOLVE:

Art.1º) Delegar ao Sr. Dr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, CRM - 12297, à responsabilidade pela Autorização de Internação Hospitalar do HOSPITAL SÃO LUIZ deste Município, também autorizador de APAC'S e exames de média/alta complexidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde "CIS/AMUNESC".

Art.2º) Fica indicado o Sr. Dr. HAROLDO RAETSCH, CRM- 37272063, para ser o suplente no caso de impedimento do Titular citado no Artigo 1º (primeiro) desta Portaria, sem que lhe seja conferido qualquer vínculo Emprego, Trabalho ou Estatutário.

Art.3º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 3.875 de 03 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
07 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 07/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.920 de 07 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.920 DE 07 DE MAIO DE 2008
DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seu Artigo 71 Inciso VII;
RESOLVE:

Art.1º) Delegar ao Servidor Público Municipal, ocupante da função de Médico II, Matriculado sob nº 000489, Sr. Dr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Portador do CRM - 12297, e do CPF/MF nº 500.734.940-20, a responsabilidade pela autorização de Internação Hospitalar do I.E.A.S - HOSPITAL SÃO LUIZ deste Município.

Art.2º) Fica indicado o Servidor Público Municipal, ocupante da função de Médico Clínico Geral, Matriculado sob nº 370, Sr. HAROLD RAETSCH, Portador do CRM - 3727, e inscrito no CPF/MF nº 403.413.999-49, para ser o suplente no caso de impedimento do Titular citado no Artigo 1º (primeiro) desta Portaria.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 5.874 de 03 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 5.919 de 07 de Maio de 2008

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5.919 DE 07 DE MAIO DE 2008
DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seus Artigos 14, inciso VII e Artigo 71;
RESOLVE:

Art.1º) Delegar ao Sr. Dr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Portador

do CRM-12297, e do CIC nº 500.734.940-20, a responsabilidade pela emissão de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alto Custo (APAC) aos usuários deste Município do Sistema Único de Saúde .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 5.873 de 03 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de maio de 2008.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.469 de 24 de Julho de 2014

DECRETO Nº 8.469 DE 24 DE JULHO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:
Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenação de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenação de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto 7083

DECRETO Nº 7.083/14 DE 24/07/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 238.870,80 (Duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e setenta reais e oitenta centavos) no projeto/atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.074 - Manutenção do Programa Assistência Farmacêutica
Elementos de despesa: 44 -3.3..90.00.00.00.00.00.01.002 3.000000 - Aplicações DiretasR\$148.751,03
Elemento de despesa: 45 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.000 013 - Aplicações diretas R\$ 90.119,77

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit financeiro, Ex. anterior, Recursos do Programa Farmácia Básica Federal no valor de R\$ 90.119,77 e Recursos do Programa Farmácia Básica Estadual no valor de R\$ 148.751,03.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 24 de julho de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

Ata de Registro de Preços 07/2014 - Wlpm Transportes de Resíduos Ltda

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 21/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos - SC, sito na Rua Caetano Carlos, 466, inscrito no CNPJ sob n.º 83.158.105/001-09, e a empresa WLPN Transportes de Resíduos Ltda com sede na Rua João Foresti, nº12, em Caçador-SC, inscrita no CNPJ sob n.º00.553.801/0001-84, doravante neste ato, denominados CONTRATANTE E CONTRATADA, respectivamente, sendo a primeira representada por seu Diretor, Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF n.º 543.523.209-00 e a segunda pela Sra. Loeni Aparecida Nhoatto, portadora do

CPF n.º543.565.049-68, doravante denominado FORNECEDOR, para a prestação de serviços na coleta, transporte e destinação de resíduos sépticos; desentupimento de rede esgoto, limpeza de tanques de elevatórias, limpeza do poço do crivo da captação de água bruta do SAMAE, hidrojateamento, auto bomba, auto vácuo, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÉPTICOS; DESENTUPIMENTO DE REDE ESGOTO, LIMPEZA DE TANQUES DE ELEVATÓRIAS, LIMPEZA DO POÇO DO CRIVO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO SAMAE, HIDROJATEAMENTO, AUTO BOMBA, AUTO VÁCUO, com realização estimada para o período de 12 (doze) meses, sendo conforme proposta comercial de preços apresentada pelo FORNECEDOR do Edital do Pregão Presencial nº 11/2014, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

CLÁUSULA II - DO PREÇO

2.1 - O pagamento dos materiais adquiridos da contratada será feito de acordo com a proposta que a mesma apresentou, sendo que este ocorrerá no dia 10 (dez) do mês subsequente aos serviços prestados e estando de acordo com solicitado, além disso, devem ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	800	M3	Coleta, transporte e destinação de resíduos sépticos	R\$76,00
02	300	Hora	Serviço de hidrojateamento com equipamento combinado, mínimo 180 bar de pressão para desobstrução de tubulação, galerias e rede de esgoto pluvial	R\$250,00
03	300	Hora	Serviço de caminhão auto vácuo para sucção e desentupimento de rede pluvial, galerias, bueiros, limpeza de tanques de elevatórias, com capacidade de no mínimo 8m³	R\$210,00

2.2 - A NOTA FISCAL deverá indicar o número do EMPENHO correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

2.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA, incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

2.4 - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

2.5 - Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO.

2.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase

de habilitação.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

2.8 - A CONTRATADA fornecerá os serviços mediante requisição, não havendo compromisso do SAMAE em consumir o total contratado, no prazo de vigência desta ATA.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA - O início do fornecimento se dará na data de assinatura, prorrogando-se pelo período de 12 meses.

SUBCLAUSULA SEGUNDA - O quantitativo contratado esta sujeito ao disposto no art. 65, inciso 1º da lei nº 8.666/93.

SUBCLAUSULA TERCEIRA - Fica ressalvado o direito ao reajuste ou dedução do preço do material (desde que existam documentos que o comprovem) para eventual alteração para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II "d", da lei n.º 8.666/93, (desde que existam documentos que comprovem).

CLÁUSULA III - DAS DESPESAS E FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento do exercício de 2014 e 2015.

CLÁUSULA IV - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

4.1 - A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias, trabalhistas e de segurança.

Subcláusula Primeira: É de total responsabilidade da CONTRATADA, a observância das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste Contrato.

Subcláusula Segunda: A Contratada é a única responsável pelo pagamento de todas as verbas e direitos trabalhistas dos empregados que designar para realizar os serviços que são objetos do contrato, não havendo qualquer tipo de responsabilidade do SAMAE, seja solidária ou subsidiária. Se, no entanto, o SAMAE vier a ser processado em ação trabalhista, sendo condenado ou não, a Contratada será responsável pelo pagamento de honorários advocatícios aos advogados do SAMAE na ordem de 20% sobre o valor que for dado à causa, como forma de indenização pela simples inclusão do SAMAE no processo.

CLÁUSULA V - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

5.1 - Fornecer o objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

5.2 - A proponente deverá prestar os serviços imediatamente após emissão da autorização de fornecimento emitida pelo setor de Compras do SAMAE, com tolerância de no máximo 04 (quatro) horas nos locais especificados nas autorizações, dentro dos limites do Município de Campos Novos/SC. Não serão aceitos entendimentos verbais;

a) - A proponente deverá dar destino adequado aos resíduos decorrentes da execução dos serviços, atendendo a legislação ambiental vigente;

b) - A proponente vencedora terá total responsabilidade sobre os serviços executados e prestará garantia sobre os mesmos, devendo refazê-los no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da notificação no caso de má execução dos mesmos. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses, devendo a proponente vencedora refazê-los em caso de eventuais problemas que estejam cobertos pela garantia;

c) - A licitante vencedora é responsável por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive perante terceiros;

d) - A licitante vencedora deverá efetuar o pagamento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, referente à execução dos serviços em local confinado, juntamente com a declaração assinada por um Técnico de Segurança do Trabalho que o(s) funcionário(s) possui curso para esta atividade;

e) - No preço proposto estão inclusos: mão de obra e materiais necessários para a realização dos serviços e obras, taxas, seguros, impostos, encargos e obrigações vinculadas à Legislação Tributária, Trabalhista e Previdenciária que incidirem sobre a contratação, todas as despesas com uniformes, equipamentos de proteção, deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços;

f) - A empresa contratada fornecerá uniforme e equipamentos de proteção - EPIs aos seus subordinados e providenciará a utilização dos mesmos durante a realização dos serviços ora licitados;

g) - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o SAMAE perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

5.3 - Manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4 - Não prestar declaração ou informação, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, a respeito do objeto do presente contrato ou a ele inerentes;

5.5 - Adquirir todos os equipamentos, ferramentas necessários à execução do objeto deste Contrato;

5.6 - Não será permitido subempreitar a obra, em parte ou no todo;

5.7 - Arcar com responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

CLÁUSULA VI - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

6.1 - Cumprir orientações e procedimentos técnicos especializados pela CONTRATADA;

6.2 - Facilitar à CONTRATADA acesso as informações necessárias à execução dos serviços dos materiais explícitos neste Contrato;

6.3 - Colocar a disposição da CONTRATADA dados e informações necessárias para execução dos serviços.

CLÁUSULA VII - DA VIGÊNCIA

7.1 - O Prazo de validade da presente ATA de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 - O presente Contrato fica subordinado às condições estabelecidas no Edital, na proposta da Contratada, às normas estabelecidas na lei n.º 8.666/93 e a legislação aplicável à execução dos Contratos, obrigando-se a CONTRATADA, ainda, durante a execução contratual, a manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades cotadas, em até 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA IX - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso

fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA XI - DO FORO

Todas as questões derivadas do presente CONTRATO serão processadas no Foro da cidade de Campos Novos - SC, expressamente eleito pelos contratantes para o mesmo fim.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo:

Campos Novos - SC, 24 de Julho de 2014.
PELO SAMAE
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

PELA CONTRATADA
LOENI APARECIDA NHOATTO
WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

TESTEMUNHAS:
Rodrigo Carpes de Oliveira
CPF- 049.807.399.89

Neusa Aparecida de Lima
CPF-693.438.029.00

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Resultado do Julgamento da Documentação E Propostas da Tomada de Preços Nº PMC 11/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 103/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE 15 (QUINZE) UNIDADES HABITACIONAIS EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 42,70M² CADA, TOTALIZANDO 640,50M², SITUADO NAS RUAS MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO E ESMAEL CUNHA, NO LOTEAMENTO CAMPO D'ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Aos 23 (vinte e três) dias, do mês de julho, do ano de 2014, às 15h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, pelo Sr. Cleison Tarcisio Fuck e pela Srta. Karoline Aparecida Crestani, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas J LUMA CONSTRUTORA LTDA representada por Elvino Augusto Junior e da empresa FERNANDO SIMÃO MARON EIRELI - ME representada pelo Sr. Fernando Simão Maron. Primeiramente foram abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. A Comissão de Licitação, por entender que a documentação apresentada pela empresa FERNANDO SIMÃO MARON EIRELI - ME não atende o edital em função de que a empresa SIMÃO MARON EIRELI - ME não apresentou o Atestado de Capacidade técnica operacional, item 6.2.2.1, declarou a empresa FERNANDO SIMÃO MARON EIRELI - ME inabilitada no certame e que a documentação apresentada pela empresa J LUMA CONSTRUTORA atende na íntegra o edital, estando portanto a empresa J LUMA CONSTRUTORA LTDA habilitada no certame. Tendo em vista que as empresas participantes assinaram o termo de renúncia referente ao julgamento dos documentos de habilitação a Comissão de Licitação resolveu proceder a abertura do envelope contendo a proposta da empresa habilitada no certame, ou seja, J LUMA CONSTRUTORA LTDA. Aberta a proposta, o valor para execução das obras apresentado pela empresa J LUMA CONSTRUTORA LTDA foi de R\$ 591.709,26. A comissão de licitação considerou a empresa J LUMA CONSTRUTORA LTDA vencedora desta licitação com o valor global de: R\$ 591.709,26 (quinhentos e noventa e um mil setecentos e nove reais e vinte e seis centavos). E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli

Cleison Tarcisio Fuck

Karoline Aparecida Crestani

Elvino Augusto Junior

J Luma Construtora Ltda

Fernando Simão Maron

Termo de Adesão A Ata de Registro de Preços Nº001/2014

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2014

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho de 2014, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº19/2013/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº15827/2014 - CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, com vistas à eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, a serem entregues nos Estados, Municípios e no Distrito Federal e demais entidades autorizadas a aderir de acordo com a legislação vigente, conforme as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, sendo que esta municipalidade formalizara instrumento contratual com a empresa Eletrolux da Amazônia Ltda, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº02.421.684/0001-20, para aquisição de 02 (dois) aparelhos de ar condicionado - 12.000 BTU, ao valor unitário de R\$1.159,99 (um mil cento e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Canoinhas (SC), 24 de julho de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/07/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação da Alteração do Edital de Pregão Presencial Nº 84/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 118/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 84/2014
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima, portanto, no referido edital, onde lia-se: LÂMINAFUROS COM ESPESSURRA DE ¾ AR1, Leia-se: LÂMINAFUROS COM ESPESSURRA DE ¾ COM DUREZA/RESISTÊNCIA ENTRE 440 E 520HB. Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº PMC 13/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 121/2014
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 13/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/08/2014, às 14h15mim, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA DE 772,40M², NA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO WARDENSKI - DISTRITO DO SALTO D'ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 15/08/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Bimestre de 2014

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.830.472,72	129.830.472,72	19.254.766,80	14,83	56.425.300,12	43,46
RECEITAS CORRENTES	105.844.472,72	105.844.472,72	15.725.049,00	14,86	52.460.745,66	49,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.428.000,00	16.428.000,00	1.928.257,93	11,74	7.756.061,30	47,21
IMPOSTOS	12.500.000,00	12.500.000,00	1.618.147,78	12,95	6.284.025,23	50,27
TAXAS	2.428.000,00	2.428.000,00	278.575,80	11,47	1.391.219,58	57,30
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.500.000,00	1.500.000,00	31.534,35	2,10	80.816,49	5,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.400.000,00	2.400.000,00	280.315,18	11,68	835.122,23	34,80
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	700.000,00	700.000,00	13.278,49	1,90	36.976,87	5,28
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	1.700.000,00	1.700.000,00	267.036,69	15,71	798.145,36	46,95
RECEITA PATRIMONIAL	475.000,00	475.000,00	238.245,96	50,16	557.501,95	117,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	470.000,00	470.000,00	238.245,96	50,69	557.501,95	118,62
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	661.600,00	661.600,00	24.170,00	3,65	114.399,50	17,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.845.172,72	83.845.172,72	12.731.312,97	15,18	41.855.488,96	49,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.745.172,72	82.745.172,72	12.737.531,32	15,39	41.310.878,45	49,93
Transf. de Conv.	1.100.000,00	1.100.000,00	-6.218,35	0,00	544.610,51	49,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.034.700,00	2.034.700,00	522.746,96	25,69	1.342.171,72	66,96
Multas e Juros de Mora	301.000,00	301.000,00	226.291,53	75,18	549.631,14	182,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.200,00	17.200,00	1.669,36	9,71	4.953,72	28,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.310.000,00	1.310.000,00	246.498,44	18,82	673.996,47	51,45
RECEITAS DIVERSAS	406.500,00	406.500,00	48.287,63	11,88	113.590,39	27,94
RECEITAS DE CAPITAL	23.986.000,00	23.986.000,00	3.529.717,80	14,72	3.964.554,46	16,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.500.000,00	8.500.000,00	174.405,53	2,05	534.883,28	6,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	8.500.000,00	8.500.000,00	174.405,53	2,05	534.883,28	6,29
ALIENAÇÃO DE BENS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	7.875,00	2,46
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	7.875,00	2,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.166.000,00	15.166.000,00	3.355.312,27	22,12	3.421.796,18	22,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.166.000,00	15.166.000,00	3.290.314,79	21,70	3.291.801,23	21,71
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	64.997,48	0,00	129.994,95	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	129.830.472,72	129.830.472,72	19.254.766,80	14,83	56.425.300,12	43,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	129.830.472,72	129.830.472,72	19.254.766,80	14,83	56.425.300,12	43,46
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	129.830.472,72	129.830.472,72	19.254.766,80	14,83	56.425.300,12	43,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.822.831,03	—	—	735.078,17	—
Superávit Financeiro	—	4.822.831,03	—	—	735.078,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	129.820.472,72	18.219.882,32	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	28,67
DESPESAS CORRENTES	100.640.072,72	6.322.633,47	106.962.706,19	11.036.137,27	59.104.605,21	15.775.297,39	39.621.221,26	37,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.706.010,00	1.722.385,66	55.428.395,66	7.352.732,66	25.674.570,47	9.187.929,08	24.416.652,86	44,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	74.502,87	219.566,33	54,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.534.062,72	4.600.247,81	51.134.310,53	3.683.404,61	33.030.034,74	6.512.865,44	14.985.002,07	29,31
DESPESAS DE CAPITAL	29.120.400,00	11.907.248,85	41.027.648,85	2.526.573,35	14.164.837,70	1.351.465,21	2.825.134,77	6,89
INVESTIMENTOS	26.420.400,00	12.053.788,96	38.474.188,96	2.526.573,35	12.352.901,63	1.001.173,84	1.836.509,44	4,77
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	-146.540,11	53.459,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	1.811.936,07	350.291,37	988.625,33	39,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	-10.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	129.820.472,72	18.219.882,32	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	28,67

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	129.820.472,72	18.219.882,32	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	28,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.978.944,09	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	129.820.472,72	18.219.882,32	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	56.425.300,12	28,67

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.820.472,72	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	100,00	28,67
Legislativa	3.350.000,00	3.350.000,00	-1.178.450,04	1.291.485,94	456.203,84	1.267.966,54	2,99	37,85
Controle Externo	3.350.000,00	3.350.000,00	-1.178.450,04	1.291.485,94	456.203,84	1.267.966,54	2,99	37,85
Administração	13.260.000,00	13.290.892,95	1.325.251,39	5.066.506,39	1.452.308,90	3.784.958,05	8,92	28,48
Planejamento e Orçamento	1.355.000,00	1.355.000,00	169.585,48	776.678,59	206.994,51	513.741,61	1,21	37,91
Administração Geral	11.905.000,00	11.935.892,95	1.155.665,91	4.289.827,80	1.245.314,39	3.271.216,44	7,71	27,41
Segurança Pública	421.000,00	621.408,60	40.422,40	146.264,88	32.596,65	82.320,89	0,19	13,25
Policimento	421.000,00	621.408,60	40.422,40	146.264,88	32.596,65	82.320,89	0,19	13,25
Assistência Social	5.877.925,16	6.876.705,30	847.009,80	2.582.361,15	590.276,38	1.458.854,60	3,44	21,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	112.000,00	112.000,00	3.412,00	40.809,19	9.260,03	14.845,03	0,03	13,25
Assistência Comunitária	5.765.925,16	6.764.705,30	843.597,80	2.541.551,96	581.016,35	1.444.009,57	3,40	21,35
Saúde	30.122.307,56	38.409.690,60	5.508.418,91	23.196.825,58	5.054.528,65	12.754.936,85	30,05	33,21
Atenção Básica	11.275.010,00	14.738.080,06	3.775.566,88	7.317.889,57	1.966.421,99	4.012.448,46	9,45	27,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.809.310,00	20.299.815,89	1.511.499,80	14.617.389,93	2.539.319,49	7.747.586,17	18,25	38,17
Suporte Profilático e Terapêutico	1.284.987,56	1.448.033,50	56.904,60	653.473,46	309.983,62	467.120,22	1,10	32,26
Vigilância Sanitária	1.013.750,00	1.071.178,51	95.038,57	253.103,08	136.994,71	232.668,55	0,55	21,72
Vigilância Epidemiológica	739.250,00	852.582,64	69.409,06	354.959,54	101.808,84	295.123,45	0,70	34,62
Trabalho	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	39.481.580,00	40.762.123,25	5.001.472,36	18.828.618,08	5.876.546,52	14.053.728,28	33,11	34,48
Ensino Fundamental	27.047.140,00	28.176.913,87	3.249.733,99	13.516.761,56	4.111.621,53	9.655.794,79	22,75	34,27
Ensino Médio	453.000,00	453.000,00	0,00	450.000,00	70.859,65	198.980,19	0,47	43,92
Ensino Profissional	0,00	58.300,00	58.300,00	58.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	310.000,00	310.000,00	33.560,72	102.357,75	35.959,35	84.642,52	0,20	27,30
Educação Infantil	11.347.500,00	11.366.195,38	1.652.052,85	4.684.810,51	1.651.796,05	4.104.557,91	9,67	36,11
Educação de Jovens e Adultos	323.940,00	397.714,00	7.824,80	16.388,26	6.309,94	9.752,87	0,02	2,45
Cultura	642.400,00	701.288,10	57.308,38	255.461,99	80.025,38	173.620,96	0,41	24,76
Diffusão Cultural	642.400,00	701.288,10	57.308,38	255.461,99	80.025,38	173.620,96	0,41	24,76
Urbanismo	17.925.860,00	23.016.437,74	859.071,72	12.827.809,12	1.727.345,78	4.471.441,40	10,53	19,43
Serviços Urbanos	17.925.860,00	23.016.437,74	859.071,72	12.827.809,12	1.727.345,78	4.471.441,40	10,53	19,43

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.820.472,72	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	100,00	28,67
Habituação	2.405.500,00	2.576.500,00	43.740,19	159.986,54	54.547,27	150.379,66	0,35	5,84
Habituação Urbana	2.405.500,00	2.576.500,00	43.740,19	159.986,54	54.547,27	150.379,66	0,35	5,84
Saneamento	1.000,00	55.681,23	1.005,00	1.055,00	1.005,00	1.005,00	0,00	1,80
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	55.681,23	1.005,00	1.055,00	1.005,00	1.005,00	0,00	1,80
Gestão Ambiental	3.545.000,00	3.645.000,00	270.141,97	3.263.297,29	517.221,85	1.271.525,77	3,00	34,88
Preservação e Conservação Ambiental	3.545.000,00	3.645.000,00	270.141,97	3.263.297,29	517.221,85	1.271.525,77	3,00	34,88
Agricultura	3.956.500,00	4.439.978,46	449.474,45	932.723,60	195.021,89	459.037,10	1,08	10,34
Extensão Rural	3.956.500,00	4.439.978,46	449.474,45	932.723,60	195.021,89	459.037,10	1,08	10,34
Comércio e Serviços	2.432.000,00	3.618.319,44	202.936,22	842.874,39	259.165,56	507.968,06	1,20	14,04
Promoção Comercial	2.432.000,00	2.108.582,42	202.936,22	643.272,96	236.306,27	485.098,77	1,14	23,01
Turismo	0,00	1.509.737,02	0,00	199.601,43	22.859,29	22.859,29	0,05	1,51
Transportes	0,00	33.390,00	33.390,00	33.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	33.390,00	33.390,00	33.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	639.400,00	892.939,37	74.577,33	548.118,75	232.740,11	367.979,67	0,87	41,21
Desporto Comunitário	639.400,00	892.939,37	74.577,33	548.118,75	232.740,11	367.979,67	0,87	41,21
Encargos Especiais	4.500.000,00	4.500.000,00	26.940,54	3.292.664,21	597.228,82	1.640.653,20	3,87	36,46
Serviço da Dívida Interna	2.900.000,00	2.900.000,00	0,00	2.211.936,07	424.794,24	1.208.191,66	2,85	41,66
Outras Transferências	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	145.665,72	351.905,08	0,83	35,19
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	26.940,54	80.728,14	26.768,86	80.556,46	0,19	13,43

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.820.472,72	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	100,00	28,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	129.820.472,72	148.040.355,04	13.562.710,62	73.269.442,91	17.126.762,60	42.446.356,03	100,00	28,67

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

REO--ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OUT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	Jan/2014	FEV/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		7.419.236,03	8.598.233,80	8.408.677,00	7.867.899,57	8.591.827,54	10.419.464,00	9.229.126,98	8.837.965,87	11.407.905,46	10.092.917,70	8.320.760,62	9.060.807,16	106.244.413,78	116.146.472,72
RECEITA TRIBUTÁRIA		862.873,11	777.593,24	785.443,88	886.521,74	859.090,84	1.393.936,34	643.705,34	1.091.636,79	2.819.282,14	1.334.882,72	983.116,97	948.522,73	13.326.616,84	13.425.000,00
L.P.T.U.		138.136,53	127.468,99	128.655,26	145.711,38	117.987,51	133.867,81	19.044,02	224.576,51	1.656.489,65	448.393,96	186.228,44	161.058,22	3.486.628,28	3.500.000,00
I.R.R.F.		92.801,37	91.317,43	94.130,77	93.877,34	76.433,81	486.407,21	146.941,69	79.663,90	83.096,30	82.933,81	63.888,66	104.046,41	1.500.000,00	1.600.000,00
I.S.S.		420.013,48	369.631,23	379.789,51	411.932,21	410.175,68	468.951,49	344.947,78	404.842,46	386.185,83	477.024,93	486.783,00	486.960,75	5.026.208,35	6.000.000,00
L.T.E.L.		96.526,44	83.861,24	67.749,45	107.594,12	53.233,68	61.474,29	59.530,75	111.058,79	71.277,01	90.594,68	66.226,37	62.355,70	991.464,52	1.400.000,00
Outras Receitas Tributárias		117.595,29	105.314,35	114.117,89	127.416,69	201.246,16	243.235,54	73.242,10	210.485,13	642.233,35	235.955,34	174.886,50	135.111,65	2.380.953,99	3.625.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		48.726,27	59.040,22	64.794,14	70.203,15	60.616,46	92.104,35	65.713,64	63.904,39	278.691,74	146.497,28	136.752,42	143.562,76	2.000.545,83	2.400.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		47.809,88	46.625,97	50.541,00	56.089,66	55.151,96	91.984,09	66.291,61	73.409,93	80.285,22	96.299,23	112.197,82	126.048,14	905.694,51	475.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.307.094,99	7.543.109,89	7.236.627,44	6.694.479,36	7.503.224,91	7.833.411,75	8.191.205,78	7.508.887,55	7.958.270,36	10.586,00	2.622,00	21.546,00	114.399,50	661.600,00
Cota-Parte do FPM		1.185.024,74	1.562.475,79	1.293.173,59	1.293.173,59	1.298.778,20	2.713.688,45	2.181.046,33	2.329.040,62	1.381.575,39	1.576.835,71	2.101.327,45	1.575.859,96	21.001.981,94	24.100.000,00
Cota-Parte do L.C.M.S.		1.613.381,50	1.691.688,18	1.797.287,97	1.747.382,86	1.916.685,64	1.910.758,63	1.886.023,94	1.794.263,71	1.820.221,72	1.774.027,08	1.803.278,94	1.829.470,49	21.596.574,64	23.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		451.434,48	423.628,09	403.757,84	406.130,71	284.742,33	166.106,82	241.747,30	282.676,78	375.755,89	424.827,73	459.853,16	453.014,57	4.333.658,70	5.000.000,00
Cota-Parte do ITR		361,52	215,74	12.518,45	39.950,18	4.526,51	3.895,66	7.575,60	256,44	144,72	281,90	145,26	123,18	69.965,16	75.000,00
Outras Transferências Correntes		1.493.363,56	2.195.860,60	2.050.133,98	1.573.788,28	1.678.339,70	1.203.349,48	1.881.622,26	1.157.765,55	2.591.301,13	2.380.863,35	825.798,97	1.806.438,60	20.846.635,46	20.025.172,72
Transferências de LC 61/1989		25.901,83	27.715,12	25.053,41	25.872,20	28.686,99	30.873,04	28.944,50	24.505,10	23.944,65	44.423,14	9.972,58	26.992,28	322.866,84	390.000,00
Transferências de LC 87/1996		7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.967,37	7.967,37	0,00	7.967,37	7.967,37	7.967,37	87.482,09	100.000,00
Transferências do FUNDEB		1.513.674,81	1.633.674,83	1.946.799,54	1.600.229,00	1.801.311,00	1.792.015,13	1.956.276,48	1.912.421,98	1.765.325,86	2.087.696,77	1.635.792,60	1.840.446,20	21.185.696,20	21.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		151.741,84	161.864,48	271.270,54	160.625,66	113.734,37	179.067,46	261.941,61	149.640,71	203.096,10	204.743,44	241.834,08	280.812,88	2.360.476,07	2.094.700,00
DEDUÇÕES (II)		669.809,12	742.712,85	707.812,89	703.229,82	803.758,79	793.915,13	869.696,40	886.922,95	720.055,10	764.190,96	875.423,90	777.713,21	9.304.242,02	10.305.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		669.809,12	742.712,85	707.812,89	703.229,82	803.758,79	793.915,13	869.696,40	886.922,95	720.055,10	764.190,96	875.423,90	777.713,21	9.304.242,02	10.305.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		6.749.426,96	7.855.520,95	7.700.864,11	7.164.669,75	7.788.068,75	9.625.538,87	8.359.432,58	7.951.042,92	10.687.449,36	9.328.726,74	7.445.336,82	8.283.093,95	96.940.171,76	105.841.472,72

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.795.839,07	6.517.982,86	6.342.097,02
DEDUÇÕES (II)	11.464.476,31	20.209.533,69	22.173.815,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.684.634,09	20.464.603,38	22.422.025,62
Demais Haveres Financeiros	32.015,46	32.015,46	32.015,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	252.173,24	287.085,15	280.225,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.668.637,24	-13.691.550,83	-15.831.718,56
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.668.637,24	-13.691.550,83	-15.831.718,56

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-2.140.167,73	-11.163.081,32

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.000.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	105.374.472,72	15.486.803,04	51.903.243,71	43.746.019,82
Receita Tributária	16.428.000,00	1.928.257,93	7.756.061,30	6.837.952,27
I.P.T.U.	3.500.000,00	347.286,66	2.695.601,94	2.225.869,98
I.S.S.	6.000.000,00	969.331,98	2.562.332,98	2.192.312,52
I.T.B.I.	1.400.000,00	128.584,07	460.509,54	420.120,87
I.R.R.F.	1.600.000,00	172.945,07	565.580,77	600.118,62
Outras Receitas Tributárias	3.928.000,00	310.110,15	1.472.036,07	1.399.530,28
Receita de Contribuição	2.400.000,00	280.315,18	835.122,23	417.857,59
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.400.000,00	280.315,18	835.122,23	417.857,59
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	475.000,00	238.245,96	557.501,95	240.765,86
(-) Aplicações Financeiras	470.000,00	238.245,96	557.501,95	240.765,86
Transferências Correntes	83.845.172,72	12.731.312,97	41.855.488,96	35.693.056,03
F.P.M.	19.500.000,00	2.941.749,97	8.916.550,09	8.274.475,06
I.C.M.S.	18.400.000,00	2.906.199,71	8.725.816,37	7.961.677,32
Convênios	1.100.000,00	-6.218,35	544.610,51	329.955,52
Outras Transferências Correntes	44.845.172,72	6.889.581,64	23.668.511,99	19.126.948,13
Demais Receitas Correntes	2.696.300,00	546.916,96	1.456.571,22	797.153,93
Dívida Ativa	1.310.000,00	246.498,44	673.996,47	441.038,96
Diversas Receitas Correntes	1.386.300,00	300.418,52	782.574,75	356.114,97
RECEITAS DE CAPITAL (II)	23.986.000,00	3.529.717,80	3.964.554,46	1.246.232,47
Operações de Crédito (III)	8.500.000,00	174.405,53	534.883,28	392.614,67
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	320.000,00	0,00	7.875,00	0,00
Transferências de Capital	15.166.000,00	3.355.312,27	3.421.796,18	853.617,80
Convênios	0,00	64.997,48	129.994,95	582.284,47
Outras Transferências de Capital	15.166.000,00	3.290.314,79	3.291.801,23	271.333,33
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	15.166.000,00	3.355.312,27	3.421.796,18	853.617,80
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	120.540.472,72	18.842.115,31	55.325.039,89	44.599.637,62

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	106.962.706,19	15.775.297,39	39.621.221,26	35.154.663,03
Pessoal e Encargos Sociais	55.428.395,66	9.187.929,08	24.416.652,86	21.931.430,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	74.502,87	219.566,33	344.315,26
Outras Despesas Correntes	51.134.310,53	6.512.865,44	14.985.002,07	12.878.917,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	106.562.706,19	15.700.794,52	39.401.654,93	34.810.347,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	41.027.648,85	1.351.465,21	2.825.134,77	3.566.092,26
Investimentos	38.474.188,96	1.001.173,84	1.836.509,44	1.692.384,20
Inversões Financeiras	53.459,89	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	53.459,89	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.500.000,00	350.291,37	988.625,33	1.873.708,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	38.527.648,85	1.001.173,84	1.836.509,44	1.692.384,20

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	145.140.355,04	16.701.968,36	41.238.164,37	36.502.731,97
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-24.599.882,32	2.140.146,95	14.086.875,52	8.096.905,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	735.078,17	0,00
Superávit Financeiro	-	-	735.078,17	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.000.000,00

FONTE:

CANOINHAS, 23/07/2014

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Pagos	CANCELADOS	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	193.149,18	59.024,06	3.262,25	190.653,02	1.171.365,38	4.870.693,72	3.511.784,60	872.823,62
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	68.760,24	51.010,66	973,87	68.552,46	819.001,62	3.540.871,59	2.444.905,04	728.092,54
FUNDO DE ASSIST. À SAÚDE DO SERVIDOR P.UB. I	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.536,94	13.884,31	12.848,01	2.273,24	88.105,15	288.176,69	226.220,15	29.891,04
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	9.043,69	80.771,31	13.185,39	10.110,13
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	14.782,25	64.185,22	39.793,64	11.422,14
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBAN	48.648,38	0,00	0,00	48.648,38	342.461,63	1.029.872,51	867.785,07	343.600,06
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	4.715,25	0,00	0,00	4.715,25	24.706,75	36.205,62	25.118,12	21.852,33
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	20.286,61	27.624,94	13.263,65	13.393,88
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	13.476,55	204.668,09	48.822,39	168.894,43
SECRETARIA MUNIC. DES. SOCIAL E DA FAMÍLIA	0,03	0,00	0,00	0,03	47.906,23	83.579,58	60.557,47	68.151,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	127,87	29,79	0,00	157,66	37.179,74	277.705,12	154.787,53	113.161,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	14.614,07	0,00	973,87	13.640,20	185.319,83	0,00	11.050,00	124.277,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.698,88	4.698,88	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	37.396,56	0,00	117,70	35.334,19	1.428.024,80	912.086,83	205.626,54
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.443,22	9.143,33	2.995,40	1.031,39
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.443,22	0,00	4.963,22	0,00
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.143,33	2.515,40	1.031,39
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,73	8.939,22	5.769,25	2.447,80
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,73	8.939,22	6.475,90	5.769,25
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,69	10.298,17	4.577,12	5.721,05
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,69	10.298,17	4.577,12	4.612,69
FUNDO MUN. DESENV. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	68,08	56.447,65	25.029,72	198,82
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	68,08	56.447,65	25.029,72	198,82
FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-CJ	0,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68	1.072,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. SANEAMENTO BASICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS	123.388,94	8.013,40	2.288,38	121.100,56	321.579,08	1.243.931,76	1.027.801,42	135.332,02
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	123.388,94	8.013,40	2.288,38	121.100,56	321.579,08	1.243.931,76	1.027.801,42	135.332,02
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	193.149,18	59.024,06	3.262,25	190.653,02	1.171.365,38	4.870.693,72	3.511.784,60	872.823,62

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	14.081.000,00	14.081.000,00	1.928.007,08	7.089.661,85	50,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.715.000,00	4.715.000,00	620.812,76	3.405.442,23	72,23
1.1.1- IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	347.286,66	2.695.790,90	77,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.886,77	2.367,56	15,78
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	136.096,49	385.475,31	38,55
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	135.540,84	321.808,56	160,90
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.401.000,00	1.401.000,00	128.584,07	460.525,86	32,87
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	128.584,07	461.035,30	32,93
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	16,32	1,63
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(525,76)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.365.000,00	6.365.000,00	1.005.665,18	2.658.112,99	41,76
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	972.713,75	2.565.714,75	42,76
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	40.000,00	40.000,00	5.506,21	18.869,92	47,17
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	18.641,75	46.794,21	15,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	9.680,90	27.611,54	110,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(877,43)	(877,43)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	172.945,07	565.580,77	35,35
1.4.1- IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	172.945,07	565.580,77	35,35
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	51.525.000,00	51.525.000,00	8.275.972,61	24.497.979,95	47,55
2.1- Cota-Parte FPM	23.000.000,00	23.000.000,00	3.677.187,41	11.145.687,46	48,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.000.000,00	23.000.000,00	3.677.187,41	11.145.687,46	48,46
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	23.000.000,00	23.000.000,00	3.632.749,43	10.907.269,86	47,42
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	100.000,00	100.000,00	15.934,74	39.836,85	39,84
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	350.000,00	350.000,00	36.964,86	158.782,25	45,37
2.5- Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	268,44	8.527,10	11,37
2.6- Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	912.867,73	2.237.876,43	44,76
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	65.606.000,00	65.606.000,00	10.203.979,69	31.587.641,80	48,15
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.208.000,00	3.208.000,00	503.020,74	1.468.166,54	45,77
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.100.000,00	2.100.000,00	333.609,86	1.108.163,33	52,77
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.000,00	8.000,00	214,22	214,22	2,68
5.3- Transferências Diretas - FNAE	600.000,00	600.000,00	99.012,00	254.512,00	42,42
5.4- Transferências Diretas - FNATE	350.000,00	350.000,00	70.184,66	105.276,99	30,08
5.5- Outras Transferências do FNDE	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.373.800,00	5.373.800,00	394.245,59	652.966,31	12,15
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.581.800,00	8.581.800,00	897.266,33	2.121.132,85	24,72
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.305.000,00	10.305.000,00	1.653.137,01	4.893.477,66	47,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.600.000,00	4.600.000,00	735.437,44	2.229.137,37	48,46
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	4.600.000,00	4.600.000,00	726.549,72	2.181.453,49	47,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.186,94	7.967,35	39,84
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	70.000,00	70.000,00	6.160,81	26.463,71	37,81
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	15.000,00	15.000,00	53,66	1.705,89	11,37
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	181.748,44	446.748,85	44,67
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.476.238,80	11.197.961,89	52,08
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.476.238,80	11.197.961,89	52,08
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	11.195.000,00	11.195.000,00	1.823.101,79	6.304.484,23	56,32
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	17.255.000,00	17.255.000,00	3.412.412,43	8.962.865,61	51,94
13.1- Com Educação Infantil	5.500.000,00	5.500.000,00	1.352.682,89	3.607.680,37	65,59
13.2- Com Ensino Fundamental	11.755.000,00	11.755.000,00	2.059.729,54	5.355.205,24	45,56
14- OUTRAS DESPESAS	4.085.000,00	4.085.000,00	529.464,32	1.370.422,66	33,55
14.1- Com Educação Infantil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	4.080.000,00	4.080.000,00	529.464,32	1.370.422,66	33,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.340.000,00	21.340.000,00	3.941.876,75	10.333.288,27	48,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					10.333.288,27
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					80,04
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					12,24
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					7,72
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	16.401.500,00	16.401.500,00	2.550.994,92	7.896.910,45	48,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.075.000,00	8.075.000,00	1.524.394,76	3.847.080,39	47,64
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	21.252.680,00	21.252.680,00	3.371.314,27	8.577.608,82	40,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.835.000,00	15.835.000,00	2.589.193,86	6.725.627,90	42,47
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.417.680,00	5.417.680,00	782.120,41	1.851.980,92	34,18
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	29.327.680,00	29.327.680,00	4.895.709,03	12.424.689,21	42,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.304.484,23
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.304.484,23
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.120.204,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					19,38
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.115.000,00	2.115.000,00	532.736,28	866.094,28	40,95
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	480.076,77	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.451.900,00	8.422.632,48	405.831,92	668.724,52	7,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	9.866.900,00	11.017.709,25	938.568,20	1.534.818,80	13,93
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	39.194.580,00	40.345.389,25	5.834.277,23	13.959.508,01	34,60

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	43.800,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	43.800,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	385.435,35	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.197.961,89	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	11.181.261,18	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	10.869.900,31	0,00
49.2 Restos a Pagar	311.360,87	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	402.136,06	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	8.500.000,00	534.883,28		7.965.116,72
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	41.027.648,85	2.825.134,77	0,00	38.202.514,08
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	41.027.648,85	2.825.134,77	0,00	38.202.514,08
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-32.527.648,85	-2.290.251,49		-30.237.397,36

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	320.000,00	7.875,00	312.125,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	7.875,00	312.125,00
TOTAL	320.000,00	7.875,00	312.125,00

DESpesas (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	349.152,11	0,00	0,00	349.152,11
Investimentos	349.152,11	0,00	0,00	349.152,11
TOTAL	349.152,11	0,00	0,00	349.152,11

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	175.783,53	7.875,00	183.658,53

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	14.081.000,00	14.081.000,00	7.091.065,04	50,36		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	2.695.790,80	77,02		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	461.035,30	32,93		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	2.565.714,75	42,76		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	565.580,77	35,35		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	56.000,00	56.000,00	21.253,80	37,95		
Dívida Ativa dos Impostos	1.300.000,00	1.300.000,00	432.269,52	33,25		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	225.000,00	225.000,00	349.420,10	155,30		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	51.525.000,00	51.525.000,00	24.497.979,95	47,55		
Cota-Parte FPM	23.000.000,00	23.000.000,00	11.145.687,46	48,46		
Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	8.527,10	11,37		
Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	2.237.876,43	44,76		
Cota-Parte ICMS	23.000.000,00	23.000.000,00	10.907.269,86	47,42		
Cota-Parte IPI-Exportação	350.000,00	350.000,00	158.782,25	45,37		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	39.836,85	39,84		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	100.000,00	100.000,00	39.836,85	39,84		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	65.606.000,00	65.606.000,00	31.589.044,99	48,15		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	12.693.847,56	12.693.847,56	6.649.124,40	52,38		
Provenientes da União	12.693.847,56	12.693.847,56	6.649.124,40	52,38		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.200.200,00	3.200.200,00	2.354.821,20	73,58		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.894.047,56	15.894.047,56	9.003.945,60	56,65		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	26.725.107,56	31.320.303,86	20.340.210,04	64,94	12.534.611,00	40,02
Pessoal e Encargos Sociais	10.676.310,00	11.716.344,01	5.022.167,88	42,86	4.879.661,54	41,65
Outras Despesas Correntes	16.048.797,56	19.603.959,85	15.318.042,16	78,14	7.654.949,46	39,05
DESPESAS DE CAPITAL	3.017.250,00	6.709.436,74	2.775.381,64	41,37	172.241,75	2,57
Investimentos	3.017.250,00	6.709.436,74	2.775.381,64	41,37	172.241,75	2,57

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	3.017.250,00	6.709.436,74	2.775.381,64	41,37	172.241,75	2,57
Investimentos	3.017.250,00	6.709.436,74	2.775.381,64	41,37	172.241,75	2,57
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	29.742.357,56	38.029.740,60	23.115.591,68	60,78	12.706.852,75	33,41
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	16.234.097,56	22.170.135,37	14.909.085,67	64,50	7.002.836,11	55,11
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	13.194.097,56	16.670.703,02	11.848.456,07	51,26	6.346.335,08	49,94
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.040.000,00	5.499.432,35	3.060.629,60	13,24	656.501,03	5,17
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	16.234.097,56	22.170.135,37	14.909.085,67	64,50	7.002.836,11	55,11
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	13.508.260,00	15.859.605,23	8.206.506,01	-3,72	5.704.016,64	-21,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			18,06			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]			965.659,89			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013				0,00	4.994,74	472.410,84	-472.410,84	0,00	
TOTAL				0,00	4.994,74	472.410,84	-472.410,84	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				4.994,74	0,00			4.994,74	
TOTAL (VIII)				4.994,74	0,00			4.994,74	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º				LIMITE NÃO CUMPRIDO					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
				-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m) %	
						(m/Total m)*100			
Atenção Básica				11.201.310,00	14.664.380,06	7.308.513,17	31,62	4.007.648,46	31,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				15.604.310,00	20.094.815,89	14.590.761,93	63,12	7.745.958,22	60,96
Suporte Profilático e Terapêutico				1.272.487,56	1.435.533,50	653.473,46	2,83	467.120,22	3,68
Vigilância Sanitária				927.250,00	984.678,51	207.883,58	0,90	191.002,40	1,50
Vigilância Epidemiológica				737.000,00	850.332,64	354.959,54	1,54	295.123,45	2,32
TOTAL				29.742.357,56	38.029.740,60	23.115.591,68	100,00	12.706.852,75	100,00

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

- O valor do último bimestre, será utilizado a fórmula $[M(i+1) - (15 \times IIIb)/100]$

Município de CANOINHAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	129.830.472,72	
Previsão Atualizada		—	129.830.472,72	
Receitas Realizadas		19.254.766,80	56.425.300,12	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	735.078,17	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	129.820.472,72	
Créditos Adicionais		—	18.219.882,32	
Dotação Atualizada		—	148.040.355,04	
Despesas Empenhadas		13.562.710,62	73.269.442,91	
Despesas Liquidadas		17.126.762,60	42.446.356,03	
Superavit Orçamentário		—	13.978.944,09	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		13.562.710,62	73.269.442,91	
Despesas Liquidadas		17.126.762,60	42.446.356,03	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			98.940.171,76	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		2.000.000,00	-11.163.081,32	
Resultado Primário		-3.000.000,00	-469,56	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.042.059,10	1.657.450,88	3.511.784,60	872.823,62
EXECUTIVO	6.042.059,10	1.657.450,88	3.511.784,60	872.823,62
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	252.173,24	3.262,25	58.257,97	190.653,02
EXECUTIVO	252.173,24	3.262,25	58.257,97	190.653,02
TOTAL:	6.294.232,34	1.660.713,13	3.570.042,57	1.063.476,64
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.120.204,98	25%	19,38
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.962.865,61	60%	80,04
Liquidadas		8.962.865,61		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		534.883,28	7.965.116,72	
Despesa de Capital Líquida		2.825.134,77	38.202.514,08	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			7.875,00	312.125,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	349.152,11
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		5.704.016,64	15,00	18,06
Liquidadas		5.704.016,64		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 30/2014 - Concede Progressão por Titulação**

PORTARIA Nº 30/2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão de graduação por servidores ocupantes dos cargos de nível médio, bem como parecer jurídico favorável;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a progressão por titulação, pelo nível de graduação ao servidor público efetivo DIEGO RAFAEL ALVES, ocupante de cargo de nível médio, incorporando em seus vencimentos iniciais, o percentual de 10 (dez por cento), nos termos do art. 16, da Lei Complementar nº 042, de 13/03/2013.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 23 de julho de 2014.

Neno Pangratz
Presidente

Renato Pike	Chiquinho da Silva
1º Secretário	2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 23 de julho de 2014.

Capinzal**PREFEITURA****Portaria 521/2014**

PORTARIA Nº 521, DE 02 DE JUNHO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 2365/2014, o servidor Rodrigo Augusto Nardi, matrícula nº 407494/01, ocupante do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, a contar de 01 de junho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2014.

Capinzal - SC, em 02 de junho de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portaria 539/2014

PORTARIA Nº 539, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 16 de junho a 13 de dezembro de 2014, Susete Louzada, matrícula nº 410012/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, para atuar no CECON, no Complemento Educacional.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de junho de 2014

Capinzal - SC, em 16 de junho de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

Portaria 548/2014

PORTARIA Nº 548, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Convoca servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e em conforme a legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado o servidor Paulo Ronaldo Wames, matrícula nº 94714/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Cadastrista, nível 77, referência J, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º O servidor deverá retornar às atividades antes do vencimento do período de Licença Prêmio, por interesse da Administração Municipal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 30 de junho de 2014.

Capinzal - SC, em 30 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

RREO 3º Bimestre de 2014

Município de Capinzal - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		10.619.035,85	29.191.362,33	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	336.514,25	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	5.166.680,54	
Dotação Atualizada		—	75.042.198,49	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
Superavit Orçamentário		—	4.086.126,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			56.284.002,03	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-152.017,93	-3.962.365,33	2.606,51
Resultado Primário		-149.614,34	4.583.178,44	-3.063,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
TOTAL:	792.287,15	8.033,20	644.254,34	139.999,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.584.894,45	25%	23,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.464.885,02	60%	69,13
Liquidadas		3.464.885,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.969.012,74	24.112.858,32	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	139.195,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.488.161,52		15,00	23,13
Liquidadas	4.488.161,52			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 24/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		10.619.035,85	29.191.362,33	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	336.514,25	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	5.166.680,54	
Dotação Atualizada		—	75.042.198,49	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
Superavit Orçamentário		—	4.086.126,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			56.284.002,03	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-152.017,93	-3.962.365,33	2.606,51
Resultado Primário		-149.614,34	4.583.178,44	-3.063,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.584.894,45	25%	23,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.464.885,02	60%	69,13
Liquidadas		3.464.885,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.969.012,74	24.112.858,32	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	139.195,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.488.161,52	15,00		23,13
Liquidadas	4.488.161,52			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 24/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		10.619.035,85	29.191.362,33	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	336.514,25	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	5.166.680,54	
Dotação Atualizada		—	75.042.198,49	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
Superavit Orçamentário		—	4.086.126,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			56.284.002,03	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-152.017,93	-3.962.365,33	2.606,51
Resultado Primário		-149.614,34	4.583.178,44	-3.063,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
TOTAL:	792.287,15	8.033,20	644.254,34	139.999,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.584.894,45	25%	23,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.464.885,02	60%	69,13
Liquidadas		3.464.885,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.969.012,74	24.112.858,32	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	139.195,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.488.161,52	15,00		23,13
Liquidadas	4.488.161,52			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 24/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	69.875.517,95	
Previsão Atualizada		—	69.875.517,95	
Receitas Realizadas		10.619.035,85	29.191.362,33	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	336.514,25	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	69.875.517,95	
Créditos Adicionais		—	5.166.680,54	
Dotação Atualizada		—	75.042.198,49	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
Superavit Orçamentário		—	4.086.126,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.174.515,21	26.821.744,56	
Despesas Liquidadas		9.551.728,18	25.105.235,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			56.284.002,03	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-152.017,93	-3.962.365,33	2.606,51
Resultado Primário		-149.614,34	4.583.178,44	-3.063,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
EXECUTIVO	788.099,90	8.033,20	640.067,09	139.999,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
EXECUTIVO	4.187,25	0,00	4.187,25	0,00
TOTAL:	792.287,15	8.033,20	644.254,34	139.999,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.584.894,45	25%	23,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.464.885,02	60%	69,13
Liquidadas		3.464.885,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.969.012,74	24.112.858,32	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	155.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	139.195,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.488.161,52		15,00	23,13
Liquidadas	4.488.161,52			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 24/07/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
RECEITAS CORRENTES	68.307.822,95	68.307.822,95	10.489.035,85	15,36	29.061.362,33	42,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	1.449.450,52	30,64	2.809.273,36	59,39
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	1.423.729,93	43,32	2.600.132,62	79,12
TAXAS	429.778,84	429.778,84	25.720,59	5,98	209.140,74	48,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	64.694,40	8,23	328.868,48	41,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	64.694,40	8,39	328.868,48	42,66
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	105.487,42	16,30	268.807,42	41,54
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	180,00	0,46	1.682,03	4,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	100.216,07	16,52	252.146,46	41,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	5.091,35	828,51	14.978,93	437,50
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	29.446,84	39,88	76.128,66	103,09
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	29.446,84	40,32	76.128,66	104,23
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	923.713,05	18,12	2.640.288,85	51,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	6.975.853,07	12,92	21.158.217,67	39,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	6.844.420,26	14,98	20.859.034,97	45,64
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	1.738,38	8,55
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	2.000,00	47,34	2.000,00	47,34
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	129.432,81	1,57	295.444,32	3,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	940.390,55	31,55	1.779.777,89	59,70
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	68.205,34	16,69	162.467,37	39,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	7.270,00	4,40	18.181,07	11,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	46.410,18	6,83	298.884,71	43,99
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	818.505,03	47,37	1.300.244,74	75,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	1.567.695,00	130.000,00	8,29	130.000,00	8,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—
Superávit Financeiro	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	33,45	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45	49.936.962,80
DESPESAS CORRENTES	48.121.538,72	813.788,71	48.935.327,43	8.286.163,37	24.033.918,44	47,28	8.369.341,56	23.136.222,95	47,28	25.799.104,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.764.393,68	74.213,24	25.838.606,92	4.422.035,80	12.994.708,29	50,08	4.408.593,58	12.940.205,53	50,08	12.898.401,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	304.000,00	0,00	304.000,00	44.546,16	144.806,86	47,63	44.546,16	144.806,86	47,63	159.193,14

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	739.575,47	22.792.720,51	3.799.581,41	10.894.403,29	3.916.201,82	10.051.210,56	44,10
DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	4.352.891,83	26.081.871,06	1.908.351,84	2.787.826,12	1.182.386,62	1.969.012,74	7,55
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	4.352.891,83	24.874.447,06	1.706.842,02	2.183.490,92	980.876,80	1.364.677,54	5,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	201.509,82	604.335,20	50,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.083.126,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	29.191.362,33	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
RECEITAS CORRENTES	68.307.822,95	68.307.822,95	10.489.035,85	15,36	29.061.362,33	42,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	1.449.450,52	30,64	2.809.273,36	59,39
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	1.423.729,93	43,32	2.600.132,62	79,12
TAXAS	429.778,84	429.778,84	25.720,59	5,98	209.140,74	48,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	64.694,40	8,23	328.868,48	41,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	64.694,40	8,39	328.868,48	42,66
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	105.487,42	16,30	268.807,42	41,54
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	180,00	0,46	1.682,03	4,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	100.216,07	16,52	252.146,46	41,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	5.091,35	828,51	14.978,93	437,50
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	29.446,84	39,88	76.128,66	103,09
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	29.446,84	40,32	76.128,66	104,23
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	923.713,05	18,12	2.640.288,85	51,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	6.975.853,07	12,92	21.158.217,67	39,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	6.844.420,26	14,98	20.859.034,97	45,64
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	1.738,38	8,55
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	2.000,00	47,34	2.000,00	47,34
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	129.432,81	1,57	295.444,32	3,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	940.390,55	31,55	1.779.777,89	59,70
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	68.205,34	16,69	162.467,37	39,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	7.270,00	4,40	18.181,07	11,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	46.410,18	6,83	298.884,71	43,99
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	818.505,03	47,37	1.300.244,74	75,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	1.567.695,00	130.000,00	8,29	130.000,00	8,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—
Superávit Financeiro	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SALDO 40.684.155,62						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	33,45	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45	49.936.962,80
DESPESAS CORRENTES	48.121.538,72	813.788,71	48.935.327,43	8.286.163,37	24.033.918,44	47,28	8.369.341,56	23.136.222,95	47,28	25.799.104,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.764.393,68	74.213,24	25.838.606,92	4.422.035,80	12.994.708,29	50,08	4.408.593,58	12.940.205,53	50,08	12.898.401,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	304.000,00	0,00	304.000,00	44.546,16	144.806,86	47,63	44.546,16	144.806,86	47,63	159.193,14

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	739.575,47	22.792.720,51	3.799.581,41	10.894.403,29	3.916.201,82	10.051.210,56	44,10
DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	4.352.891,83	26.081.871,06	1.908.351,84	2.787.826,12	1.182.386,62	1.969.012,74	7,55
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	4.352.891,83	24.874.447,06	1.706.842,02	2.183.490,92	980.876,80	1.364.677,54	5,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	201.509,82	604.335,20	50,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.083.126,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	29.191.362,33	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
RECEITAS CORRENTES	68.307.822,95	68.307.822,95	10.489.035,85	15,36	29.061.362,33	42,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	1.449.450,52	30,64	2.809.273,36	59,39
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	1.423.729,93	43,32	2.600.132,62	79,12
TAXAS	429.778,84	429.778,84	25.720,59	5,98	209.140,74	48,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	64.694,40	8,23	328.868,48	41,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	64.694,40	8,39	328.868,48	42,66
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	105.487,42	16,30	268.807,42	41,54
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	180,00	0,46	1.682,03	4,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	100.216,07	16,52	252.146,46	41,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	5.091,35	828,51	14.978,93	437,50
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	29.446,84	39,88	76.128,66	103,09
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	29.446,84	40,32	76.128,66	104,23
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	923.713,05	18,12	2.640.288,85	51,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	6.975.853,07	12,92	21.158.217,67	39,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	6.844.420,26	14,98	20.859.034,97	45,64
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	1.738,38	8,55
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	2.000,00	47,34	2.000,00	47,34
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	129.432,81	1,57	295.444,32	3,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	940.390,55	31,55	1.779.777,89	59,70
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	68.205,34	16,69	162.467,37	39,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	7.270,00	4,40	18.181,07	11,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	46.410,18	6,83	298.884,71	43,99
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	818.505,03	47,37	1.300.244,74	75,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	1.567.695,00	130.000,00	8,29	130.000,00	8,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00	27.665,82
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39	382.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39	382.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—	—
Superávit Financeiro	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	739.575,47	22.792.720,51	3.799.581,41	10.894.403,29	3.916.201,82	10.051.210,56	44,10
DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	4.352.891,83	26.081.871,06	1.908.351,84	2.787.826,12	1.182.386,62	1.969.012,74	7,55
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	4.352.891,83	24.874.447,06	1.706.842,02	2.183.490,92	980.876,80	1.364.677,54	5,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	201.509,82	604.335,20	50,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.083.126,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	29.191.362,33	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78
RECEITAS CORRENTES	68.307.822,95	68.307.822,95	10.489.035,85	15,36	29.061.362,33	42,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	4.730.166,92	1.449.450,52	30,64	2.809.273,36	59,39
IMPOSTOS	3.286.257,40	3.286.257,40	1.423.729,93	43,32	2.600.132,62	79,12
TAXAS	429.778,84	429.778,84	25.720,59	5,98	209.140,74	48,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	64.694,40	8,23	328.868,48	41,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.890,00	770.890,00	64.694,40	8,39	328.868,48	42,66
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	647.035,19	105.487,42	16,30	268.807,42	41,54
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	38.988,86	38.988,86	180,00	0,46	1.682,03	4,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	606.623,85	606.623,85	100.216,07	16,52	252.146,46	41,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	614,52	614,52	5.091,35	828,51	14.978,93	437,50
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	29.446,84	39,88	76.128,66	103,09
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	29.446,84	40,32	76.128,66	104,23
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40	5.098.679,40	923.713,05	18,12	2.640.288,85	51,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.990.411,59	53.990.411,59	6.975.853,07	12,92	21.158.217,67	39,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.702.392,49	45.702.392,49	6.844.420,26	14,98	20.859.034,97	45,64
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	1.738,38	8,55
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	2.000,00	47,34	2.000,00	47,34
Transf. de Conv.	8.263.454,10	8.263.454,10	129.432,81	1,57	295.444,32	3,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97	2.981.060,97	940.390,55	31,55	1.779.777,89	59,70
Multas e Juros de Mora	408.630,92	408.630,92	68.205,34	16,69	162.467,37	39,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.214,25	165.214,25	7.270,00	4,40	18.181,07	11,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	679.500,67	679.500,67	46.410,18	6,83	298.884,71	43,99
RECEITAS DIVERSAS	1.727.715,13	1.727.715,13	818.505,03	47,37	1.300.244,74	75,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	1.567.695,00	130.000,00	8,29	130.000,00	8,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	155.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	128.029,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00	27.665,82
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39	382.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	512.000,00	512.000,00	130.000,00	25,39	130.000,00	25,39	382.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.875.517,95	69.875.517,95	10.619.035,85	15,20	29.191.362,33	41,78	40.684.155,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—	—
Superávit Financeiro	—	1.699.980,05	—	—	336.514,25	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.232,69	33,45	49.936.962,80
DESPESAS CORRENTES	48.121.538,72	813.788,71	48.935.327,43	8.286.163,37	24.033.918,44	8.369.341,56	23.136.225,95	47,28	25.799.104,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.764.393,68	74.213,24	25.838.606,92	4.422.035,80	12.994.708,29	4.408.593,58	12.940.205,53	50,08	12.898.401,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	304.000,00	0,00	304.000,00	44.546,16	144.806,86	44.546,16	144.806,86	47,63	159.193,14

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04	739.575,47	22.792.720,51	3.799.581,41	10.894.403,29	3.916.201,82	10.051.210,56	44,10
DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	4.352.891,83	26.081.871,06	1.908.351,84	2.787.826,12	1.182.386,62	1.969.012,74	7,55
INVESTIMENTOS	20.521.555,23	4.352.891,83	24.874.447,06	1.706.842,02	2.183.490,92	980.876,80	1.364.677,54	5,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.424,00	0,00	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	201.509,82	604.335,20	50,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	33,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.083.126,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	69.875.517,95	5.166.680,54	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	29.191.362,33	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	1,75	14,46
Administração	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	1,75	14,46
Administração Geral	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	17,37	44,72
Administração Pública	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	17,37	44,72
Segurança Pública	875.594,00	1.189.969,83	127.056,87	237.242,92	127.056,87	237.242,92	0,94	19,94
Policimento	462.200,00	626.556,89	53.605,78	88.320,03	53.605,78	88.320,03	0,35	14,10
Defesa Civil	413.394,00	563.412,94	73.451,09	148.922,89	73.451,09	148.922,89	0,59	26,43
Assistência Social	1.392.528,00	1.939.987,35	159.310,05	335.605,27	159.310,05	335.605,27	1,34	17,30
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.797,50	12.595,99	6.797,50	12.595,99	0,05	13,06
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	892.710,42	87.757,26	238.707,50	87.757,26	238.707,50	0,95	26,74
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	64.755,29	84.301,78	64.755,29	84.301,78	0,34	8,87
Saúde	12.021.687,32	13.482.168,28	2.170.427,25	5.636.537,10	2.171.225,70	5.636.537,10	22,45	41,81
Atenção Básica	10.584.811,52	11.984.553,29	1.916.002,37	5.137.453,75	1.916.800,82	5.137.453,75	20,46	42,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	579,26	4.761,86	679,26	4.761,86	0,02	4,89
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	195.318,56	389.261,63	195.318,56	389.261,63	1,55	47,82
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.127,35	6.504,35	2.127,35	6.504,35	0,03	29,20
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	0,00	7.948,00	0,00	7.948,00	0,03	12,62
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	56.299,71	90.607,51	56.299,71	90.607,51	0,36	18,09
Educação	15.195.204,20	15.396.961,14	2.469.828,35	6.652.707,84	2.469.828,35	6.652.707,84	26,50	43,21
Ensino Fundamental	11.902.620,20	12.104.377,14	2.045.486,35	5.504.642,59	2.045.486,35	5.504.642,59	21,93	45,48
Ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.486,40	2.486,40	2.486,40	2.486,40	0,01	6,23
Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	3.057.560,00	3.057.560,00	414.355,60	1.108.078,85	414.355,60	1.108.078,85	4,41	36,24
Educação Especial	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	106.960,00	106.960,00	7.500,00	37.500,00	7.500,00	37.500,00	0,15	35,06
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.176.756,00	1.176.756,00	80.188,15	269.107,16	80.188,15	269.107,16	1,07	22,87
Diffusão Cultural	20.000,00	20.000,00	1.158,71	1.362,20	1.158,71	1.362,20	0,01	6,81
	1.156.756,00	1.156.756,00	79.029,44	267.744,96	79.029,44	267.744,96	1,07	23,15

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						100,00	33,45
Urbanismo	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	49.936.962,80
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.914.566,72	1.027.252,26	2.911.869,93	1.027.252,26	2.911.869,93	10.002.696,79
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	8.859,05	17.821,16	8.859,05	17.821,16	4.669.796,93
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	893.128,14	2.519.177,97	893.128,14	2.519.177,97	4.615.050,66
Habituação	1.092.720,00	1.092.720,00	125.265,07	374.870,80	125.265,07	374.870,80	717.849,20
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	606.448,13
Saneamento	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	606.448,13
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.488.078,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4.373.734,54
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.056,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.343.022,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4.228.678,54
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.576,70	4.601,30	3.576,70	4.601,30	84.918,70
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.576,70	4.546,30	3.576,70	4.546,30	54.349,70
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.704,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	0,00	55,00	0,00	55,00	13.865,00
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.235.815,96	133.160,33	476.604,26	133.160,33	476.604,26	799.211,70
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.544,00
Promoção da Produção Animal	1.030.727,96	1.030.727,96	117.865,33	434.369,89	117.865,33	434.369,89	596.358,07
Defesa Sanitária Animal	46.400,00	46.400,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	42.215,00
Extensão Rural	55.680,00	55.680,00	8.082,55	24.436,92	8.082,55	24.436,92	31.243,08
Comércio e Serviços	58.464,00	58.464,00	7.212,45	13.612,45	7.212,45	13.612,45	44.851,55
Promoção Comercial	496.600,00	496.600,00	8.192,49	91.754,35	8.192,49	91.754,35	404.845,65
Turismo	419.560,00	419.560,00	7.882,49	32.701,99	7.882,49	32.701,99	386.858,01
Comunicações	77.040,00	77.040,00	310,00	59.052,36	310,00	59.052,36	17.987,64
Telecomunicações	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	211.560,00
Transporte	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	211.560,00
Transporte Rodoviário	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	2.280.924,98
Desporto e Lazer	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	2.280.924,98
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	1.664.350,69
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	1.664.350,69
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	1.482.938,92
	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	1.482.938,92

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						100,00	33,45
Legislativa	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	49.936.962,80
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	2.594.114,94
Administração	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	2.594.114,94
Administração Geral	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	5.391.575,45
Administração Pública	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	5.391.575,45
Segurança Pública	875.594,00	1.189.969,83	127.056,87	237.242,92	127.056,87	237.242,92	962.726,91
Policimento	462.200,00	626.556,89	53.605,78	88.320,03	53.605,78	88.320,03	538.236,86
Defesa Civil	413.394,00	563.412,94	73.451,09	148.922,89	73.451,09	148.922,89	414.490,05
Assistência Social	1.392.528,00	1.939.987,35	159.310,05	335.605,27	159.310,05	335.605,27	1.604.382,08
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.797,50	12.595,99	6.797,50	12.595,99	83.816,62
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	892.710,42	87.757,26	238.707,50	87.757,26	238.707,50	664.002,92
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	64.755,29	84.301,78	64.755,29	84.301,78	886.562,54
Saúde	12.021.687,32	13.482.168,28	2.170.427,25	5.636.537,10	2.171.225,70	5.636.537,10	7.845.631,18
Atenção Básica	10.584.811,52	11.984.553,29	1.916.002,37	5.137.453,75	1.916.800,82	5.137.453,75	6.847.099,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	679,26	4.761,86	679,26	4.761,86	92.678,14
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	195.318,56	389.261,63	195.318,56	389.261,63	424.705,08
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.127,35	6.504,35	2.127,35	6.504,35	15.767,65
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	0,00	7.948,00	0,00	7.948,00	55.052,00
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	56.299,71	90.607,51	56.299,71	90.607,51	410.328,77
Educação	15.195.204,20	15.396.961,14	2.469.828,35	6.652.707,84	2.469.828,35	6.652.707,84	8.744.253,30
Ensino Fundamental	11.902.620,20	12.104.377,14	2.045.486,35	5.504.642,59	2.045.486,35	5.504.642,59	6.599.734,55
Ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.486,40	2.486,40	2.486,40	2.486,40	37.417,60
Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.400,00
Educação Infantil	3.057.560,00	3.057.560,00	414.355,60	1.108.078,85	414.355,60	1.108.078,85	1.949.481,15
Educação de Jovens e Adultos	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.760,00
Educação Especial	106.960,00	106.960,00	7.500,00	37.500,00	7.500,00	37.500,00	69.460,00
Cultura	1.176.756,00	1.176.756,00	80.188,15	269.107,16	80.188,15	269.107,16	907.648,84
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	1.158,71	1.362,20	1.158,71	1.362,20	18.637,80
Diffusão Cultural	1.156.756,00	1.156.756,00	79.029,44	267.744,96	79.029,44	267.744,96	889.011,04

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.914.566,72	1.027.252,26	2.911.869,93	1.027.252,26	2.911.869,93	11,60	22,55
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	8.859,05	17.821,16	8.859,05	17.821,16	0,07	0,38
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	893.128,14	2.519.177,97	893.128,14	2.519.177,97	10,03	35,31
Habituação	1.092.720,00	1.092.720,00	125.265,07	374.870,80	125.265,07	374.870,80	1,49	34,31
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	0,09	3,45
Saneamento	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	0,09	3,45
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.488.078,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4,44	20,30
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.343.022,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4,44	20,86
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.576,70	4.601,30	3.576,70	4.601,30	0,02	5,14
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.576,70	4.546,30	3.576,70	4.546,30	0,02	7,72
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	0,00	55,00	0,00	55,00	0,00	0,40
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.235.815,96	133.160,33	476.604,26	133.160,33	476.604,26	1,90	38,57
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Animal	1.030.727,96	1.030.727,96	117.865,33	434.369,89	117.865,33	434.369,89	1,73	42,14
Defesa Sanitária Animal	46.400,00	46.400,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,02	9,02
Extensão Rural	55.680,00	55.680,00	8.082,55	24.436,92	8.082,55	24.436,92	0,10	43,89
Comércio e Serviços	58.464,00	58.464,00	7.212,45	13.612,45	7.212,45	13.612,45	0,05	23,28
Promoção Comercial	496.600,00	496.600,00	8.192,49	91.754,35	8.192,49	91.754,35	0,37	18,48
Turismo	419.560,00	419.560,00	7.882,49	32.701,99	7.882,49	32.701,99	0,13	7,79
Comunicações	77.040,00	77.040,00	310,00	59.052,36	310,00	59.052,36	0,24	76,65
Telecomunicações	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	0,04	4,27
Transporte	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	0,04	4,27
Transporte Rodoviário	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	3,71	28,98
Desporto e Lazer	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	3,71	28,98
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	0,78	10,47
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	0,78	10,47
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	5,65	48,88
	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	5,65	48,88

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	1,75	14,46
Administração	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	1,75	14,46
Administração Geral	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	17,37	44,72
Administração Pública	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	17,37	44,72
Segurança Pública	875.594,00	1.189.969,83	127.056,87	237.242,92	127.056,87	237.242,92	0,94	19,94
Policimento	462.200,00	626.556,89	53.605,78	88.320,03	53.605,78	88.320,03	0,35	14,10
Defesa Civil	413.394,00	563.412,94	73.451,09	148.922,89	73.451,09	148.922,89	0,59	26,43
Assistência Social	1.392.528,00	1.939.987,35	159.310,05	335.605,27	159.310,05	335.605,27	1,34	17,30
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.797,50	12.595,99	6.797,50	12.595,99	0,05	13,06
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	892.710,42	87.757,26	238.707,50	87.757,26	238.707,50	0,95	26,74
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	64.755,29	84.301,78	64.755,29	84.301,78	0,34	8,87
Saúde	12.021.687,32	13.482.168,28	2.170.427,25	5.636.537,10	2.171.225,70	5.636.537,10	22,45	41,81
Atenção Básica	10.584.811,52	11.984.553,29	1.916.002,37	5.137.453,75	1.916.800,82	5.137.453,75	20,46	42,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	579,26	4.761,86	679,26	4.761,86	0,02	4,89
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	195.318,56	389.261,63	195.318,56	389.261,63	1,55	47,82
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.127,35	6.504,35	2.127,35	6.504,35	0,03	29,20
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	0,00	7.948,00	0,00	7.948,00	0,03	12,62
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	56.299,71	90.607,51	56.299,71	90.607,51	0,36	18,09
Educação	15.195.204,20	15.396.961,14	2.469.828,35	6.652.707,84	2.469.828,35	6.652.707,84	26,50	43,21
Ensino Fundamental	11.902.620,20	12.104.377,14	2.045.486,35	5.504.642,59	2.045.486,35	5.504.642,59	21,93	45,48
Ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.486,40	2.486,40	2.486,40	2.486,40	0,01	6,23
Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	3.057.560,00	3.057.560,00	414.355,60	1.108.078,85	414.355,60	1.108.078,85	4,41	36,24
Educação Especial	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	106.960,00	106.960,00	7.500,00	37.500,00	7.500,00	37.500,00	0,15	35,06
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.176.756,00	1.176.756,00	80.188,15	269.107,16	80.188,15	269.107,16	1,07	22,87
Diffusão Cultural	20.000,00	20.000,00	1.158,71	1.362,20	1.158,71	1.362,20	0,01	6,81
	1.156.756,00	1.156.756,00	79.029,44	267.744,96	79.029,44	267.744,96	1,07	23,15

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.914.566,72	1.027.252,26	2.911.869,93	1.027.252,26	2.911.869,93	11,60	22,55
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	8.859,05	17.821,16	8.859,05	17.821,16	0,07	0,38
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	893.128,14	2.519.177,97	893.128,14	2.519.177,97	10,03	35,31
Habituação	1.092.720,00	1.092.720,00	125.265,07	374.870,80	125.265,07	374.870,80	1,49	34,31
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	0,09	3,45
Saneamento	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	0,09	3,45
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.488.078,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4,44	20,30
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.343.022,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4,44	20,86
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.576,70	4.601,30	3.576,70	4.601,30	0,02	5,14
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.576,70	4.546,30	3.576,70	4.546,30	0,02	7,72
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	0,00	55,00	0,00	55,00	0,00	0,40
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.235.815,96	133.160,33	476.604,26	133.160,33	476.604,26	1,90	38,57
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Animal	1.030.727,96	1.030.727,96	117.865,33	434.369,89	117.865,33	434.369,89	1,73	42,14
Defesa Sanitária Animal	46.400,00	46.400,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	0,02	9,02
Extensão Rural	55.680,00	55.680,00	8.082,55	24.436,92	8.082,55	24.436,92	0,10	43,89
Comércio e Serviços	58.464,00	58.464,00	7.212,45	13.612,45	7.212,45	13.612,45	0,05	23,28
Promoção Comercial	496.600,00	496.600,00	8.192,49	91.754,35	8.192,49	91.754,35	0,37	18,48
Turismo	419.560,00	419.560,00	7.882,49	32.701,99	7.882,49	32.701,99	0,13	7,79
Comunicações	77.040,00	77.040,00	310,00	59.052,36	310,00	59.052,36	0,24	76,65
Telecomunicações	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	0,04	4,27
Transporte	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	0,04	4,27
Transporte Rodoviário	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	3,71	28,98
Desporto e Lazer	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	3,71	28,98
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	0,78	10,47
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	0,78	10,47
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	5,65	48,88
	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	5,65	48,88

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
Ação Legislativa	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	1,75	14,46
Administração	3.032.500,00	3.032.500,00	11.189,54	438.562,80	11.011,80	438.385,06	1,75	14,46
Administração Geral	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	17,37	44,72
Administração Pública	9.332.414,00	9.753.133,55	1.825.984,67	4.729.866,81	1.602.042,97	4.361.558,10	17,37	44,72
Segurança Pública	875.594,00	1.189.969,83	127.056,87	237.242,92	127.056,87	237.242,92	0,94	19,94
Policimento	462.200,00	626.556,89	53.605,78	88.320,03	53.605,78	88.320,03	0,35	14,10
Defesa Civil	413.394,00	563.412,94	73.451,09	148.922,89	73.451,09	148.922,89	0,59	26,43
Assistência Social	1.392.528,00	1.939.987,35	159.310,05	335.605,27	159.310,05	335.605,27	1,34	17,30
Assistência ao Idoso	91.360,00	96.412,61	6.797,50	12.595,99	6.797,50	12.595,99	0,05	13,06
Assistência à Criança e ao Adolescente	803.624,00	892.710,42	87.757,26	238.707,50	87.757,26	238.707,50	0,95	26,74
Assistência Comunitária	497.544,00	950.864,32	64.755,29	84.301,78	64.755,29	84.301,78	0,34	8,87
Saúde	12.021.687,32	13.482.168,28	2.170.427,25	5.636.537,10	2.171.225,70	5.636.537,10	22,45	41,81
Atenção Básica	10.584.811,52	11.984.553,29	1.916.002,37	5.137.453,75	1.916.800,82	5.137.453,75	20,46	42,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.440,00	97.440,00	579,26	4.761,86	679,26	4.761,86	0,02	4,89
Suporte Profilático e Terapêutico	774.243,80	813.966,71	195.318,56	389.261,63	195.318,56	389.261,63	1,55	47,82
Vigilância Sanitária	22.272,00	22.272,00	2.127,35	6.504,35	2.127,35	6.504,35	0,03	29,20
Vigilância Epidemiológica	63.000,00	63.000,00	0,00	7.948,00	0,00	7.948,00	0,03	12,62
Alimentação e Nutrição	479.920,00	500.936,28	56.299,71	90.607,51	56.299,71	90.607,51	0,36	18,09
Educação	15.195.204,20	15.396.961,14	2.469.828,35	6.652.707,84	2.469.828,35	6.652.707,84	26,50	43,21
Ensino Fundamental	11.902.620,20	12.104.377,14	2.045.486,35	5.504.642,59	2.045.486,35	5.504.642,59	21,93	45,48
Ensino Médio	39.904,00	39.904,00	2.486,40	2.486,40	2.486,40	2.486,40	0,01	6,23
Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	3.057.560,00	3.057.560,00	414.355,60	1.108.078,85	414.355,60	1.108.078,85	4,41	36,24
Educação Especial	41.760,00	41.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	106.960,00	106.960,00	7.500,00	37.500,00	7.500,00	37.500,00	0,15	35,06
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.176.756,00	1.176.756,00	80.188,15	269.107,16	80.188,15	269.107,16	1,07	22,87
Diffusão Cultural	20.000,00	20.000,00	1.158,71	1.362,20	1.158,71	1.362,20	0,01	6,81
	1.156.756,00	1.156.756,00	79.029,44	267.744,96	79.029,44	267.744,96	1,07	23,15

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						100,00	33,45
Urbanismo	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	49.936.962,80
Infra-Estrutura Urbana	12.603.724,92	12.914.566,72	1.027.252,26	2.911.869,93	1.027.252,26	2.911.869,93	10.002.696,79
Serviços Urbanos	4.687.618,09	4.687.618,09	8.859,05	17.821,16	8.859,05	17.821,16	4.669.796,93
Transportes Coletivos Urbanos	6.823.386,83	7.134.228,63	893.128,14	2.519.177,97	893.128,14	2.519.177,97	4.615.050,66
Habituação	1.092.720,00	1.092.720,00	125.265,07	374.870,80	125.265,07	374.870,80	717.849,20
Habituação Urbana	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	606.448,13
Saneamento	623.015,00	628.137,48	18.649,90	21.689,35	18.649,90	21.689,35	606.448,13
Saneamento Básico Rural	5.087.431,19	5.488.078,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4.373.734,54
Saneamento Básico Urbano	145.056,00	145.056,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.056,00
Gestão Ambiental	4.942.375,19	5.343.022,86	332.082,20	1.924.747,57	435.024,94	1.114.344,32	4.228.678,54
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	3.576,70	4.601,30	3.576,70	4.601,30	84.918,70
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	3.576,70	4.546,30	3.576,70	4.546,30	54.349,70
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.704,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	0,00	55,00	0,00	55,00	13.865,00
Vigilância Sanitária	1.235.815,96	1.235.815,96	133.160,33	476.604,26	133.160,33	476.604,26	799.211,70
Promoção da Produção Vegetal	44.544,00	44.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.544,00
Promoção da Produção Animal	1.030.727,96	1.030.727,96	117.865,33	434.369,89	117.865,33	434.369,89	596.358,07
Defesa Sanitária Animal	46.400,00	46.400,00	0,00	4.185,00	0,00	4.185,00	42.215,00
Extensão Rural	55.680,00	55.680,00	8.082,55	24.436,92	8.082,55	24.436,92	31.243,08
Comércio e Serviços	58.464,00	58.464,00	7.212,45	13.612,45	7.212,45	13.612,45	44.851,55
Promoção Comercial	496.600,00	496.600,00	8.192,49	91.754,35	8.192,49	91.754,35	404.845,65
Turismo	419.560,00	419.560,00	7.882,49	32.701,99	7.882,49	32.701,99	386.888,01
Comunicações	77.040,00	77.040,00	310,00	59.052,36	310,00	59.052,36	17.987,64
Telecomunicações	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	211.560,00
Transporte	221.000,00	221.000,00	3.449,95	9.440,00	3.449,95	9.440,00	211.560,00
Transporte Rodoviário	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	2.280.924,98
Desporto e Lazer	2.216.420,00	3.211.820,00	1.248.206,25	1.441.895,02	737.206,25	930.895,02	2.280.924,98
Desporto Comunitário	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	1.664.350,69
Encargos Especiais	1.349.188,00	1.859.053,96	82.803,95	194.703,27	82.803,95	194.703,27	1.664.350,69
Administração Geral	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	1.482.938,92
	2.901.129,36	2.901.129,36	473.156,30	1.444.809,61	481.747,52	1.418.190,44	1.482.938,92

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	69.875.517,95	75.042.198,49	10.174.515,21	26.821.744,56	9.551.728,18	25.105.235,69	100,00	33,45

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capital - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OCT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	Jan/2014	FEV/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.976.742,33	4.703.783,23	4.735.976,05	4.776.312,56	5.090.731,96	6.022.046,31	5.065.115,64	5.495.362,41	4.924.183,30	5.313.268,22	6.778.081,48	4.327.549,02	62.699.113,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	409.792,07	356.537,29	251.979,88	232.433,63	266.887,76	692.162,44	131.214,05	252.338,44	428.005,59	546.264,76	1.053.965,32	395.555,20	4.730.196,92
LPT/L	84.200,83	111.364,46	110.757,77	18.168,84	6.704,42	10.786,93	87,87	0,00	0,00	230.340,14	794.833,68	83.977,35	1.165.147,95
LR/LF	28.771,88	55.819,28	40.705,39	17.027,26	116.807,57	149.179,05	7.534,30	4.338,08	110.463,01	117.772,01	130.945,32	133.571,30	1.031.487,82
I.S.S.	98.732,04	93.522,17	118.199,59	129.936,81	149.179,05	149.179,05	33.794,08	81.160,99	110.463,01	58.709,82	81.891,63	88.261,22	1.190.297,40
LT/L	184.923,99	85.176,32	65.172,32	59.106,29	47.644,47	68.089,05	33.794,08	81.160,99	59.675,02	58.709,82	81.891,63	88.261,22	438.275,59
Outras Receitas Tributárias	13.163,53	10.656,06	16.835,81	8.185,43	31.609,90	42.251,03	26.765,35	18.175,86	52.461,87	85.989,07	18.333,68	7.386,91	1.443.908,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	48.841,70	55.734,17	54.768,08	62.970,51	63.134,72	61.277,17	63.489,53	63.119,57	67.686,50	66.876,48	64.894,40	0,00	785.939,13
RECEITA PATRIMONIAL	43.295,27	65.307,19	47.495,41	55.027,79	37.024,31	68.854,42	24.675,14	49.697,06	42.279,78	46.678,02	49.341,11	55.146,31	647.035,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	16.624,14	8.890,15	19.198,67	11.420,34	19.096,32	8.471,39	11.115,76	9.751,69	18.438,17	7.373,20	20.005,23	8.941,61	73.846,93
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DE SERVIÇOS	437.757,43	426.427,12	430.243,28	448.048,84	426.646,12	445.192,37	354.539,04	421.396,02	484.606,58	456.034,16	487.172,88	456.540,17	5.255.608,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.445.759,83	3.702.635,42	3.827.800,23	3.870.791,55	4.153.962,70	4.461.154,23	4.300.541,32	4.225.701,12	3.798.460,48	4.073.270,37	4.290.589,95	3.831.857,77	62.284.061,82
Cota-Parte do FPM	651.831,69	852.259,51	705.355,58	705.357,41	981.151,74	1.480.182,79	1.189.662,73	1.270.385,79	753.595,59	890.092,19	1.146.178,61	859.559,97	11.455.615,59
Cota-Parte do ICMS	1.424.753,37	1.483.816,53	1.587.158,44	1.543.066,81	1.717.049,70	1.711.304,09	1.547.765,98	1.523.897,19	1.591.327,02	1.527.530,81	1.558.403,88	1.570.593,82	22.475.088,95
Cota-Parte do IPI/VA	196.355,30	193.446,63	161.712,85	193.656,56	86.712,94	53.828,11	87.753,10	116.731,54	176.160,82	176.586,11	198.528,86	177.659,45	1.751.057,08
Cota-Parte do ITR	13,46	133,66	3.853,31	19.275,89	300,81	59,47	41.587,83	110,14	237,68	45,48	94.35,84	135,53	75.219,10
Outras Transferências Correntes	474.284,13	445.071,08	612.920,38	715.107,37	539.697,17	419.190,77	428.795,52	431.008,73	488.462,17	685.744,75	448.633,66	372.252,82	6.041.149,55
Transferências de LC 61/1989	22.873,52	24.474,81	22.283,01	23.799,31	26.399,62	28.215,50	25.765,23	21.679,90	21.184,06	23.047,95	25.068,42	23.876,35	283.945,68
Transferências de LC 87/1996	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	7.013,94	6.795,85	6.795,85	6.795,85	6.795,85	6.795,85	6.795,85	75.917,89
Transferências do FUNDEB	668.613,42	721.619,26	727.416,71	698.464,26	791.560,55	872.442,08	853.120,88	853.120,88	787.502,15	793.456,23	867.572,83	821.012,98	7.789.650,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	573.471,89	88.006,89	104.489,70	95.618,90	123.944,03	292.594,29	166.537,80	473.388,51	84.709,20	114.771,83	851.882,59	78.507,96	3.028.243,59
DEDUÇÕES (II)	460.576,05	507.228,77	497.462,35	491.443,74	563.725,54	562.441,29	599.860,28	586.314,06	508.620,64	518.813,71	593.976,46	527.718,19	6.415.111,08
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	460.576,05	507.228,77	497.462,35	491.443,74	563.725,54	562.441,29	599.860,28	586.314,06	508.620,64	518.813,71	593.976,46	527.718,19	6.415.111,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.516.166,28	4.196.554,46	4.238.483,70	4.284.868,82	4.527.006,42	5.459.605,02	4.465.255,36	4.907.048,35	4.415.562,66	4.794.455,11	6.184.105,02	4.299.830,83	56.284.002,03

FONTE:

Capital - 21/07/2014

ANDEMIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPALMARLISA APARECIDA PAOLHA
CONTADOR - CRC SC 0178490-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS					R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS			DESPESAS LIQUIDADAS			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continúa 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continúa 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalculat Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalculat de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	Até o Bimestre/2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 2/3				

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continúa 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	900.000,00	0,00		900.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	26.081.871,06	1.969.012,74	0,00	24.112.858,32
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	26.081.871,06	1.969.012,74	0,00	24.112.858,32
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-25.181.871,06	-1.969.012,74		-23.212.858,32

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

RREO – Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.858.370,85	2.455.545,47	2.254.035,65
DEDUÇÕES (II)	1.062.417,60	2.646.274,69	2.948.692,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.065.624,10	3.547.966,20	4.214.437,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.206,50	901.691,51	1.265.745,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.795.953,25	-190.729,22	-694.656,63
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.795.953,25	-190.729,22	-694.656,63

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-503.927,41	-2.490.609,88

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-152.017,93

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	10.388.819,78	28.809.272,07	26.613.096,85
Receita Tributária	4.730.166,92	1.449.450,52	2.809.273,36	2.459.958,50
I.P.T.U.	1.165.147,95	848.811,03	1.079.239,24	994.061,93
I.S.S.	1.190.297,40	264.416,62	704.386,38	753.683,74
I.T.B.I.	438.275,59	169.972,85	403.300,56	377.796,52
I.R.R.F.	492.536,46	140.529,43	413.206,44	149.024,15
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.720,59	209.140,74	185.392,16
Receita de Contribuição	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	5.271,35	16.717,16	19.438,66
Receita Patrimonial	647.035,19	105.487,42	268.807,42	213.915,37
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	100.216,07	252.090,26	194.476,71
Transferências Correntes	53.990.411,59	6.975.853,07	21.158.217,67	20.558.259,27
F.P.M.	13.515.507,86	1.604.590,91	4.863.572,84	4.513.350,11
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.503.198,34	7.535.496,29	7.103.115,17
Convênios	8.263.454,10	129.432,81	295.444,32	1.975.578,95
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.738.631,01	8.463.704,22	6.966.215,04
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.893.550,44	4.496.195,40	3.206.220,63
Dívida Ativa	679.500,67	46.410,18	298.884,71	283.768,57
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.847.140,26	4.197.310,69	2.922.452,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	130.000,00	130.000,00	39.882,00
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	39.882,00
Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	10.518.819,78	28.939.272,07	26.613.096,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.935.327,43	8.369.341,56	23.136.222,95	21.322.033,31
Pessoal e Encargos Sociais	25.838.606,92	4.408.593,58	12.940.205,53	11.809.889,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	44.546,16	144.806,86	203.235,57
Outras Despesas Correntes	22.792.720,51	3.916.201,82	10.051.210,56	9.308.907,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	48.631.327,43	8.324.795,40	22.991.416,09	21.118.797,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.081.871,06	1.182.386,62	1.969.012,74	2.284.080,39
Investimentos	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	244.301,66
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	73.530.774,49	9.305.672,20	24.356.093,63	23.158.576,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.316.294,88	1.213.147,58	4.583.178,44	3.454.520,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	336.514,25	0,00
Superávit Financeiro	-	-	336.514,25	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	10.388.819,78	28.809.272,07	26.613.096,85
Receita Tributária	4.730.166,92	1.449.450,52	2.809.273,36	2.459.958,50
I.P.T.U.	1.165.147,95	848.811,03	1.079.239,24	994.061,93
I.S.S.	1.190.297,40	264.416,62	704.386,38	753.683,74
I.T.B.I.	438.275,59	169.972,85	403.300,56	377.796,52
I.R.R.F.	492.536,46	140.529,43	413.206,44	149.024,15
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.720,59	209.140,74	185.392,16
Receita de Contribuição	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	5.271,35	16.717,16	19.438,66
Receita Patrimonial	647.035,19	105.487,42	268.807,42	213.915,37
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	100.216,07	252.090,26	194.476,71
Transferências Correntes	53.990.411,59	6.975.853,07	21.158.217,67	20.558.259,27
F.P.M.	13.515.507,86	1.604.590,91	4.863.572,84	4.513.350,11
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.503.198,34	7.535.496,29	7.103.115,17
Convênios	8.263.454,10	129.432,81	295.444,32	1.975.578,95
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.738.631,01	8.463.704,22	6.966.215,04
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.893.550,44	4.496.195,40	3.206.220,63
Dívida Ativa	679.500,67	46.410,18	298.884,71	283.768,57
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.847.140,26	4.197.310,69	2.922.452,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	130.000,00	130.000,00	39.882,00
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	39.882,00
Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	10.518.819,78	28.939.272,07	26.613.096,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.935.327,43	8.369.341,56	23.136.222,95	21.322.033,31
Pessoal e Encargos Sociais	25.838.606,92	4.408.593,58	12.940.205,53	11.809.889,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	44.546,16	144.806,86	203.235,57
Outras Despesas Correntes	22.792.720,51	3.916.201,82	10.051.210,56	9.308.907,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	48.631.327,43	8.324.795,40	22.991.416,09	21.118.797,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.081.871,06	1.182.386,62	1.969.012,74	2.284.080,39
Investimentos	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	244.301,66
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	73.530.774,49	9.305.672,20	24.356.093,63	23.158.576,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.316.294,88	1.213.147,58	4.583.178,44	3.454.520,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	336.514,25	0,00
Superávit Financeiro	-	-	336.514,25	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	10.388.819,78	28.809.272,07	26.613.096,85
Receita Tributária	4.730.166,92	1.449.450,52	2.809.273,36	2.459.958,50
I.P.T.U.	1.165.147,95	848.811,03	1.079.239,24	994.061,93
I.S.S.	1.190.297,40	264.416,62	704.386,38	753.683,74
I.T.B.I.	438.275,59	169.972,85	403.300,56	377.796,52
I.R.R.F.	492.536,46	140.529,43	413.206,44	149.024,15
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.720,59	209.140,74	185.392,16
Receita de Contribuição	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	5.271,35	16.717,16	19.438,66
Receita Patrimonial	647.035,19	105.487,42	268.807,42	213.915,37
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	100.216,07	252.090,26	194.476,71
Transferências Correntes	53.990.411,59	6.975.853,07	21.158.217,67	20.558.259,27
F.P.M.	13.515.507,86	1.604.590,91	4.863.572,84	4.513.350,11
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.503.198,34	7.535.496,29	7.103.115,17
Convênios	8.263.454,10	129.432,81	295.444,32	1.975.578,95
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.738.631,01	8.463.704,22	6.966.215,04
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.893.550,44	4.496.195,40	3.206.220,63
Dívida Ativa	679.500,67	46.410,18	298.884,71	283.768,57
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.847.140,26	4.197.310,69	2.922.452,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	130.000,00	130.000,00	39.882,00
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	39.882,00
Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	10.518.819,78	28.939.272,07	26.613.096,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.935.327,43	8.369.341,56	23.136.222,95	21.322.033,31
Pessoal e Encargos Sociais	25.838.606,92	4.408.593,58	12.940.205,53	11.809.889,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	44.546,16	144.806,86	203.235,57
Outras Despesas Correntes	22.792.720,51	3.916.201,82	10.051.210,56	9.308.907,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	48.631.327,43	8.324.795,40	22.991.416,09	21.118.797,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.081.871,06	1.182.386,62	1.969.012,74	2.284.080,39
Investimentos	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	244.301,66
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	73.530.774,49	9.305.672,20	24.356.093,63	23.158.576,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.316.294,88	1.213.147,58	4.583.178,44	3.454.520,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	336.514,25	0,00
Superávit Financeiro	-	-	336.514,25	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	67.702.479,61	10.388.819,78	28.809.272,07	26.613.096,85
Receita Tributária	4.730.166,92	1.449.450,52	2.809.273,36	2.459.958,50
I.P.T.U.	1.165.147,95	848.811,03	1.079.239,24	994.061,93
I.S.S.	1.190.297,40	264.416,62	704.386,38	753.683,74
I.T.B.I.	438.275,59	169.972,85	403.300,56	377.796,52
I.R.R.F.	492.536,46	140.529,43	413.206,44	149.024,15
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	25.720,59	209.140,74	185.392,16
Receita de Contribuição	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	785.939,13	64.694,40	328.868,48	369.219,79
Receita Patrimonial Líquida	41.691,85	5.271,35	16.717,16	19.438,66
Receita Patrimonial	647.035,19	105.487,42	268.807,42	213.915,37
(-) Aplicações Financeiras	605.343,34	100.216,07	252.090,26	194.476,71
Transferências Correntes	53.990.411,59	6.975.853,07	21.158.217,67	20.558.259,27
F.P.M.	13.515.507,86	1.604.590,91	4.863.572,84	4.513.350,11
I.C.M.S.	17.980.071,16	2.503.198,34	7.535.496,29	7.103.115,17
Convênios	8.263.454,10	129.432,81	295.444,32	1.975.578,95
Outras Transferências Correntes	14.231.378,47	2.738.631,01	8.463.704,22	6.966.215,04
Demais Receitas Correntes	8.154.270,12	1.893.550,44	4.496.195,40	3.206.220,63
Dívida Ativa	679.500,67	46.410,18	298.884,71	283.768,57
Diversas Receitas Correntes	7.474.769,45	1.847.140,26	4.197.310,69	2.922.452,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.567.695,00	130.000,00	130.000,00	39.882,00
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	155.695,00	0,00	0,00	39.882,00
Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	512.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.214.479,61	10.518.819,78	28.939.272,07	26.613.096,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.935.327,43	8.369.341,56	23.136.222,95	21.322.033,31
Pessoal e Encargos Sociais	25.838.606,92	4.408.593,58	12.940.205,53	11.809.889,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	304.000,00	44.546,16	144.806,86	203.235,57
Outras Despesas Correntes	22.792.720,51	3.916.201,82	10.051.210,56	9.308.907,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	48.631.327,43	8.324.795,40	22.991.416,09	21.118.797,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.081.871,06	1.182.386,62	1.969.012,74	2.284.080,39
Investimentos	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.207.424,00	201.509,82	604.335,20	244.301,66
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.874.447,06	980.876,80	1.364.677,54	2.039.778,73

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	73.530.774,49	9.305.672,20	24.356.093,63	23.158.576,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.316.294,88	1.213.147,58	4.583.178,44	3.454.520,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	336.514,25	0,00
Superávit Financeiro	-	-	336.514,25	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-149.614,34

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	4.187,25	-	-	115.999,61	672.100,29	640.067,09	8.033,20
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	300.000,00	300.000,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE REQUIP.CORPO DE BOMBEIR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	980,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANCAS	0,00	3.206,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE E DESENVOLVIMENTO SC	0,00	0,00	0,00	0,00	115.999,61	0,00	0,00	0,00
Sineq	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	340.067,09	8.033,20
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.100,29	340.067,09	8.033,20
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	4.187,25	0,00	0,00	115.999,61	672.100,29	640.067,09	8.033,20

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	155.695,00	0,00	155.695,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27.665,82	0,00	27.665,82
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	128.029,18	0,00	128.029,18
TOTAL	155.695,00	0,00	155.695,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	139.195,00	0,00	0,00	139.195,00
Investimentos	139.195,00	0,00	0,00	139.195,00
TOTAL	139.195,00	0,00	0,00	139.195,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.607,64	0,00	8.607,64

FONTE:

Capinzal, 21/07/2014

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

Catanduvas

PREFEITURA

Extrato do Contrato FMS Nº 0057/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0057/2014

PREGÃO Nº 0050/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MARLI AGOSTINI - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE LTDA - ME

OBJETO: Contratação de profissionais para os serviços de Assessoria e Consultoria em Saúde Pública para a Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 21 de julho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0079/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0079/2014

PREGÃO Nº 0051/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

OBJETO: Contratação empresa para fornecimento de combustível Diesel S10, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 71.020,00 (setenta e um mil e vinte reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 22 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0080/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0080/2014

PREGÃO Nº 0051/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Aditivo Arla 32, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 22 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 280 de 24.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº280 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, ADEMIR FRANÇA, matriculado sob nº 2597/01, ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 281 de 24.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº281 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, CARLOS ROBERTO GOEDERT, matriculado sob nº 2573/02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 282 de 24.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº282 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível III para o Nível IV, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Publico, JOÃO CLEMENTE, matriculado sob nº 1713/02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 283 de 24.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº283 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, Por Avaliação de Desempenho, a Servidora Publica, MARCIANE LOPES, matriculada sob nº 1177/04, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 284 de 24.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº284 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V,

Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Publico, MARCIANO SYPRIANI, matriculado sob nº 2598/01, ocupante do cargo efetivo de Mecânico - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 286 de 24.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº285 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Avaliação de Desempenho, a Servidora Publica, PATRICIA APARECIDA BATISTA, matriculada sob nº 2548/0, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 285 de 24.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº285 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Avaliação de Desempenho, a Servidora Publica, PATRICIA APARECIDA BATISTA, matriculada sob nº 2548/0, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.07.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 01 ao Edital Pregão Eletrônico Nº 4/2014 FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2014 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio de seu gestor Senhor Alessandro Vernize, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Aquisição de materiais impressos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado.

Os prazos apresentação das propostas de preços fica alterado para dia 08 de agosto de 2014 até as 08:15 horas. Sendo que a sessão de abertura da licitação, fica marcada para o dia 08 de agosto de 2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados site www.cidadecompras.com.br e na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de julho de 2014

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 47/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2014

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora NOeli Woloszym Brum de Oliveira, Diretora de Assistência Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 23 de julho de 2014, para a prestação de show artístico, com o humorista Moacyr Franco em parceria com a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Concórdia - ASAPREV, em favor da empresa: ACTHO'S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRAFICAS, no valor total estimado total de 18.000,00 (dezoito mil reais).

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Obras E Serviços de Engenharia Nº 6/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 6/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que

Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, homologada em 24 de julho de 2014, para execução de obra de reforma em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) por empresa de engenharia e/ou construção civil do Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola, para atendimento de ordem judicial, em favor da empresa VANDERLEI DEITOS ME, no valor total de R\$ 23.155,55 (vinte e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 20/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 23 de julho de 2014 para Inscrição dos servidores para o 58º Encontro de Secretarias de Saúde de Santa Catarina no período de 24 a 25 de julho de 2014, a favor da empresa CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação - Concorrência Nº 7/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 7/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica na Estrada de acesso ao Distrito de Presidente Kennedy, Bairro Flamengo, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S/A e BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados do Edital, até às 16h00min de 23/07/2014. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que as licitantes apresentaram suas documentações em conformidade com os requisitos exigidos no item 5.1 do Edital, desta forma foram julgadas HABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório aos proponentes participantes, para, se tiverem interesse, interponem recurso. Não havendo

interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 05(cinco) de agosto de 2014, às 14:00 (catorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 24 de julho de 2014.
MAURO FRIGO
Presidente da C.P.L

Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação - Tomada de Preços Nº 6/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem Pluvial nas ruas Goiás e Irã, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentou-se para participar do presente certame a empresa: BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, Foi aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, verificando-se que os envelopes foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital, foram os mesmos rubricados pelos membros da Comissão. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Presidente e pelos membros da Comissão, constatando-se que a licitante apresentou suas documentações de habilitação em plena conformidade com os requisitos constantes do ato convocatório e, por conseguinte, foi julgada HABILITADA. Com a ausência do representante legal da licitante BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, o Presidente da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, o proponente habilitado fica desde já convocado, a comparecer neste mesmo local, às 15:30(quinze horas e trinta minutos) do próximo dia 05(cinco) de agosto de 2014, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço(Envelope 2).), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 24 de julho de 2014.
MAURO FRIGO
Presidente da C.P.L

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 20/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 23 de julho de 2014 para Inscrição dos servidores para o 58º Encontro de Secretarias de Saúde de Santa Catarina no período de 24 a 25 de julho de 2014, a favor da empresa CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 335/2014

DECRETO Nº 335, DE 21 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal Sr. LAUDIR ANTONIO PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 336/2014

DECRETO Nº 336/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 111.594,58 (cento e onze mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 339000 - 94
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 111.594,58

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N 337/2014

DECRETO Nº337 /2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

"REVOGA DECRETO Nº 568/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 568/2013 que atribuí Adicional de Insalubridade ao Sr. FABIANO MORESCHO ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Infraestrutura a partir desta data.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 338/2014

DECRETO Nº338 /2014, DE 23 DE JULHO DE 2014

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado à Servidora Municipal Sra. SIRLEY TEREZINHA SEIBT ocupante do cargo de Farmacêutica lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 339/2014

DECRETO Nº 339, DE 23 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal Sra. MÁRCIA ZANETTE, ocupante do cargo

de Assistente de Farmácia, lotada54 na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Retificador Processo Seletivo Nº 04/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2014

RETIFICADOR DO EDITAL Nº 04/2014

Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto Municipal nº 3.144/2002, de 04 de fevereiro de 2002, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital de Processo Seletivo nº 04/2014, destinado ao provimento de vagas para os cargos de Assistente Social e Enfermeiro para Contratação por prazo determinado publicado no DOM nº 537926 de 24/07/2014, que passa a vigorar com as seguintes alterações, permanecendo inalteradas todas as demais disposições:

Onde se lê:

4.2 DOS TÍTULOS

4.2.1. A Pontuação do cargo de Enfermeiro respeitará a seguinte ordem: [...]

Leia-se

4.2 DOS TÍTULOS

4.2.1. A Pontuação do cargo de Assistente Social e Enfermeiro respeitará a seguinte ordem: [...]

Coronel Freitas, 23 de Julho de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 16/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 16/2014

Empresa com preços registrados: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

CNPJ: 02.912.894/0001-11

Itens: 01

Total: R\$ 37.500,00 (Trinta e sete mil, quinhentos reais)

Coronel Freitas (SC), 24 de Julho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 17/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2014

Objeto: MATERIAIS ELÉTRICOS E DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INSTALADA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 17/2014

Empresa com preços registrados: ELÉTRICA CAVALLI LTDA EPP

CNPJ: 04.935.537/0001-02

Lotes: 01 (itens 01,02 e 03) e 02 (04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22

Total: R\$ 303.000,00 (Trezentos e três mil reais)

Coronel Freitas (SC), 24 de Julho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Pregão Presencial FMS Nº 15/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial FMS Nº 15/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PROTESES DENTÁRIA conforme anexo D..

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 06/08/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 06/08/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 25 de Julho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Extrato Contrato Leilao - 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO DE COMISSAO OU MANDADO 001/2014
Objeto: ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILAO DE BENS, EXECUTADOS NO DIA 25/03/2014..

Partes: Município de Correia Pinto/SC e

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, SR. JULIO RAMOS LIZ

AARC 162/ JUCESC - FÉ PÚBLICA DECRETO Nº 21.981/32

Correia Pinto/SC 24 de Julho de 2014

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Extrato Revisao de Preços - Processo 08/2013 FMS Fhmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO REVISAO DE PREÇOS AO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 08/2013 - FMS, FHMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014.

A empresa Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda, requereu o reequilíbrio econômico financeiro do Item 85 - Clordidrato de Biperideno 2mg alegando que "quando da licitação este medicamento era adquirido ao preço de R\$ 0,1132 e licitaram a R\$ 0,1590, ocorre que o estoque se deparou com uma alta no preço. Atualmente o preço de aquisição é de R\$ 0,1414." Juntaram as notas fiscais comprobatórias e requereram que o novo valor ficasse em R\$ 0,199. Conforme parecer jurídico opinando pelo deferimento do pedido devendo o item 85 passara ser adquirido pelo município pelo valor de R\$ 0,1986.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

DIMASTER COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

Correia Pinto/SC 24 de Julho de 2014

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Pregão Presencial - Processo 03/2014 Fmec

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA

DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 03/2014 - FMEC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA A SECRETARIA DE ESPORTES E CULTURA Tipo: Menor preço por ITEM. Entrega dos envelopes: 06.08.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em

dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 25 de julho de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial - Processo 02/2014 Fhmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 02/2014 - FHMCP

Objeto: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS NA IMPLANTAÇÃO DE REDES DE GASES MEDICINAIS E CENTRAL DE OXIGÊNIO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 06/08/2014 às 17:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 25 de julho de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Ata Registro de Preços - Processo 52/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 52/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014

No dia 24 do mês de Julho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 52/2014, Processo Licitatório nº. 52/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO E/OU EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO, REVISÃO E RESTAURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10982	A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME	
11192	E.J.S.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO C	
10125	RAMALUZ LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME	07.258.181/0001-08	JONATA COSTA	055.929.159-00
E.J.S.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO C	02.090.059/0001-43		
RAMALUZ LTDA	08.962.222/0001-05	PIERRE SCHEMES DE JESUS	025.480.599-01

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO E/OU EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO, REVISÃO E RESTAURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10125 - RAMALUZ LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Chamado de Serviços técnicos de manutenção, revisão e restauração da iluminação pública.	CH		350,000	34,5000	12.075,00
2	Hora Adicional de Serviços técnicos de manutenção, revisão e restauração da iluminação pública	HS		2.560,000	27,9000	71.424,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 52/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronei".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 52/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 52/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 52/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do prego registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 52/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 24 de Julho de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME	CNPJ: 07.258.181/0001-08	_____
E.J.S.C EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO C	CNPJ: 02.090.059/0001-43	_____
RAMALUZ LTDA	CNPJ: 08.962.222/0001-05	_____

PROCESSO SELETIVO DE TÍTULOS - EDITAL N. 003/2014**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina****SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

PROCESSO SELETIVO DE TÍTULOS PARA SUPRIR VAGA TEMPORÁRIA (LICENÇA MATERNIDADE) NA CASA DE PASSAGEM “SONIA DE MORAES ALVES”, DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

EDITAL Nº 003/ 2014

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, através do Edital nº 003/2014, torna pública a realização de Processo Seletivo de Títulos para suprir vaga temporária (licença maternidade) na Casa de Passagem “Sonia de Moraes Alves”, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Correia Pinto, do cargo constante do Anexo I deste Edital.

1. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INSCRIÇÃO:

- 1.1. Ter idade mínima de 18 anos completos até a data do encerramento da inscrição;
- 1.2. Possuir a escolaridade exigida para o cargo para o qual se inscreveu, conforme Anexo I deste Edital.

2. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

- 2.1. Período das Inscrições: 28 a 29 de julho de 2014.
 - 2.1.1. As inscrições poderão ser feitas pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizado na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, sem custo, no horário compreendido entre as 13h às 19h, portando os seguintes documentos:
 - 2.1.1.1. Fotocópia do RG e CPF;
 - 2.1.2.2. Cópia do comprovante de escolaridade exigido no Anexo I deste Edital;
 - 2.1.3.3. Apresentação de títulos (graduação, especialização, atualização, capacitação, cursos, com carga horária mínima de 120 horas);
 - 2.1.4.4. Se o candidato já foi servidor público do Município de Correia Pinto/SC deverá informar no ato da inscrição para que se junte declaração de comprovação;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina****SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

2.1.5.5. Preencher o requerimento de inscrição e receber o comprovante assinado pelo responsável do Protocolo, conforme Anexo II.

OBS.: NÃO HAVERÁ TAXA PARA ESTA INSCRIÇÃO.

3. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:

3.1. A Comissão de Avaliação, designada através do Decreto nº 0872/2014 de 23 de julho de 2014, deverá analisar a documentação, considerando:

3.1.1. Para cada ano trabalhado no serviço público municipal na área do cargo pretendido, será computado 0,5 ponto, até o limite máximo de 2,5 pontos;

3.1.2. Para cada ano trabalhado no serviço público municipal, será computado 0,5 ponto, até o limite máximo de 2,5 pontos;

3.1.3. Para participação em curso de atualização e capacitação, de no mínimo 120 (cento e vinte) horas, 1 (um) ponto por curso, até o limite de 3 (três) pontos.

3.1.3.1 Os cursos referidos no item acima, deverão ter diploma expedido no máximo há cinco anos da data limite para as inscrições previstas neste edital.

3.1.4. Para curso de pós graduação *lato sensu*, 5 pontos por curso, até o limite máximo de 15 pontos.

3.1.5. Para curso de pós graduação *stricto sensu*, 10 pontos por curso, até o limite máximo de 20 pontos.

4 - DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1. A classificação final dos candidatos será feita com base na soma dos pontos obtidos na Avaliação dos Títulos, em ordem decrescente de pontuação;

4.2. No caso de empate, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

4.2.1. Tempo de Serviço público;

4.2.2. Maiores pontuações obtidas nos Títulos;

4.2.3. Idade, em favor do candidato mais idoso;

4.3. Após a classificação, todos os candidatos classificados dentro do número de vagas disponibilizadas no Anexo I serão submetidos à avaliação médica, de caráter eliminatório.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****Estado de Santa Catarina****SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

4.3.1. Os candidatos classificados dentro do número de vagas disponibilizadas no Anexo I ficam desde já convocados a comparecer **ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, situado à Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, em até 48 (quarenta e oito) horas** após a Homologação do Resultado final deste processo, para serem encaminhados para a avaliação acima definida. **O não comparecimento nessa fase já configura desistência do candidato à contratação;**

4.3.2. A realização da avaliação médica não implica na obrigação imediata da contratação.

5. DOS RECURSOS:

5.1. O candidato poderá apresentar recurso contra o resultado, por escrito à Comissão de Avaliação, no **Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, situado à Rua Duque de Caxias, 1569, Centro**, após a publicação da primeira classificação, conforme cronograma estabelecido no Anexo III;

5.2. Os recursos interpostos serão julgados pela Comissão de Avaliação, sendo que a divulgação do resultado final do Processo Seletivo de Títulos será realizada em 24 horas depois da análise conforme cronograma previsto no anexo III.

5.3. A Comissão de Avaliação, certificando a ausência de interposição de recursos, divulgará o resultado na data de 1.8.2014.

6. DO RESULTADO FINAL:

6.1. A Secretaria Municipal de Administração manterá registros e a guarda dos documentos produzidos no Processo Seletivo de Títulos;

6.2. O resultado final será divulgado no quadro de avisos no Hall da Sede da Prefeitura Municipal de Correia Pinto com endereço na **Rua Duque de Caxias, 1569, Centro**, e no site www.correiapinto.sc.gov.br.

7. DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:

7.1. O Processo Seletivo será realizado pela Comissão de Avaliação, instituída através do Decreto nº 0872/2014 de 23 de julho de 2014 pelo Chefe do Executivo Municipal, e terá as seguintes competências:

7.1.1. Deferir ou indeferir as inscrições;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

- 7.1.2. Examinar os títulos dos candidatos;
- 7.1.3. Julgar os recursos dos candidatos;
- 7.1.4. Elaborar relatório final, constando todas as etapas e resultados do processo seletivo.
- 7.2. Compete ao Prefeito Municipal a homologação do processo final de seleção.

8. DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. A convocação para a contratação será feita em ordem crescente de classificação;
- 8.2. A convocação será realizada via telegrama, no decorrer do ano de 2014, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.
- 8.3. A contratação na função será efetuada se forem atendidas as seguintes condições:
 - 8.3.1. Apresentar toda a documentação legal exigida neste Edital;
 - 8.3.2. O não comparecimento em quaisquer das fases necessárias para a efetivação da contratação, caracterizará a desistência imediata do candidato, sendo convocado o candidato seguinte na classificação.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 9.1. A inscrição pressupõe o conhecimento, por parte do candidato, das normas reguladoras deste Processo Seletivo, bem como o compromisso de aceitar as condições estabelecidas neste Edital;
- 9.2. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, a contar da data de divulgação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período;
- 9.3. Durante a vigência deste Processo Seletivo, os demais candidatos classificados poderão ser contratados, desde que a Secretaria Municipal solicitante justifique a necessidade da contratação.
- 9.4. A publicidade dos atos decorrentes do presente edital se dará por meio da internet, nos sites www.correiapinto.sc.gov.br e www.diariomunicipal.gov.br, e no mural da Prefeitura Municipal de Correia Pinto.

Correia Pinto/SC, 24 de julho de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E
HABITAÇÃO

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

ANEXO I

Nº.	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
01	Monitor CREAS – Casa de Passagem	CR	220 horas mensais	R\$ 835,00	Certificado de conclusão do Ensino Médio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E
HABITAÇÃO

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO – PS 003-2014

Nome:
Tempo de Trabalho (contrato):

Nº Documento de Identidade:	CPF
------------------------------------	------------

Data de Nascimento:	Estado Civil:
----------------------------	----------------------

Endereço para correspondência (Rua, Avenida, Praça, etc.)

Nº.	Apto.	Bairro
------------	--------------	---------------

CEP	Cidade:	Estado
------------	----------------	---------------

Telefone:	E-mail:
------------------	----------------

Função Pretendida:

Documento anexo apresentado:

Declaro que atendo todas as exigências contidas no Edital Nº 003/2014 de abertura de inscrição e que estou de acordo com a regulamentação nele contida, bem como estou ciente de que constatada a inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que comprovadas posteriormente, serei eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de minha inscrição.

Correia Pinto/SC, ____ de julho de 2014.

Assinatura do candidato:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E
HABITAÇÃO

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 003/2014

Protocolo Municipal Nº:

Nome do candidato:

Função Pretendida:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E
HABITAÇÃO

Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000

Fone: (49) 3243-1150 – correio eletrônico: social@hotmail.com

ANEXO III
CRONOGRAMA PARA O PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE
28.7 a 29.7.2014	13:00 às 19:00 hs	Inscrições para o Processo Seletivo de Títulos, no Setor de Recursos Humanos, Rua Duque de Caxias, 1569, Centro (sede da Prefeitura Municipal de Correia Pinto)
30.7.2014	Até as 20:00 hs	Divulgação do resultado. Mural e Site: www.correiapinto.sc.gov.br .
31.7.2014	Das 13:00 às 19:00hs	Interposição de recursos, no Depto. de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto
1.8.2014	Até às 19:00hs	Divulgação do resultado dos recursos interpostos e divulgação do resultado final e chamada. Mural e Site: www.correiapinto.sc.gov.br (data a partir da qual o candidato classificado dentro do número de vagas deve cumprir o estabelecido no item 4.3.1 desse edital)

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2984/14

PORTARIA Nº 2984/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. SUZANA MACHADO DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SUZANA MACHADO DA SILVA, a partir de 02 de junho de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de substituição da professora ACT Adilcinéia Becker da Silva Ferrazza, que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2985/14

PORTARIA Nº 2985/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. LONI MARLICE KOCH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LONI MARLICE KOCH, a partir de 02 de junho de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira e José Pasqualini, e C.E.I. Dona Nina, em virtude de substituição do cronograma de licenças-prêmio dos professores, ficando

lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2986/14

PORTARIA Nº 2986/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. LUCIA DE SOUZA FERNANDES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LUCIA DE SOUZA FERNANDES, a partir de 04 de junho de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental José Pasqualini, em virtude de substituição da professora ACT Mary Teresinha de Melo Copetti Martins, que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2987/14

PORTARIA Nº 2987/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA ACT, AO SR. DENNIS DA SILVA FERNANDES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. DENNIS DA SILVA FERNANDES, a partir de 02 de junho de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música ACT (bateria e percussão erudita), com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura, em virtude de ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2988/14

PORTARIA Nº 2988/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAISACT, AO SR. WAGNER FRANCISCO ALFREDO CORRÊA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do Sr. WAGNER FRANCISCO ALFREDO CORRÊA, a partir de 02 de junho de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música ACT (violão, contrabaixo elétrico e guitarra), com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura, em virtude de ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2989/14

PORTARIA Nº 2989/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAISACT, A SRA. ROSI MORETTI RICHTER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ROSI MORETTI RICHTER, a partir de 04 de junho de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura, em virtude de ausência de profissional habilitado em concurso público e da desistência de alguns candidatos inscritos no processo seletivo de ACT's nº 05/2013 e homologado em 31 de janeiro de 2014, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 736/14

DECRETO Nº 736/14

DELEGA PODERES PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, DEVIDO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OCORRIDA COM AS ENXURRADAS DOS DIAS 07 E 08 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Item VII, do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegado ao DIRETOR DE DEFESA CIVIL, Senhor

ERNESTO FELIPE BLUNK, poderes para emissão de Declaração de Residência, na área territorial deste Município, relacionada aos atingidos pelas enxurradas dos dias 07 e 08 de junho de 2014, qual se destina a compor a documentação necessária para encaminhamento a Caixa Econômica Federal, para liberação de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar do dia 21 de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 22 de julho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 737/2014

DECRETO Nº. 737/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS S U P L E - MENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 4.237,14 (quatro mil duzentos e trinta e sete reais e catorze centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.0690	Aplicações Diretas	4.237,14
		TOTAL	4.237,14

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.0690 - Convênio Trânsito - Militar, no valor de R\$ 4.237,14 (quatro mil duzentos e trinta e sete reais e catorze centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
22 de julho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e dois dias do mês de julho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2991/2014

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo RH n. 005/2014

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de Gilmar Krisanski

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de processo administrativo disciplinar para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 22 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2991/2014

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 209 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, a violação ao dever funcional tipificado no inciso X do artigo 158 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, bem como aos incisos II, IX, XXIII e XXVI do artigo 159 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, em face de GILMAR KRISANSKI, brasileiro, casado, pedreiro, portador do CPF n. 026.798.369-79 e RG n. 3.489.142, com matrícula profissional n. 9557/02, residente e domiciliado a rua João Tozini, Centro, na cidade de Corupá/SC.

"Art. 158 - São deveres do servidor:

(...)

X - ser assíduo e pontual ao serviço;"

"Art. 159 - Ao servidor e detentor de cargo comissionado é proibido:

(...)

II - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

(...)

IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

(...)

XXIII - proceder de forma desidiosa;

(...)

XXVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho".

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira,

casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art. 3º. Os membros acima nomeados são todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC, possuindo escolaridade equivalente ou superior ao servidor indiciado.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 6º. Aplicar-se-á ao presente Processo Administrativo, quando omissa a legislação municipal, as disposições da Lei Federal n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
22 de julho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 23/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 80 (OITENTA) SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS A INDIVÍDUOS OU FAMILÍAS DE BAIXA RENDA, IDENTIFICADOS NO CAD ÚNICO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 08/08/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 08/08/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Julho de 2014.

João Carlos Martins dos Santos
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

Edital de Pregão Presencial Nº 43/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM HOTEL E REFEIÇÕES DESTINADAS AOS PARTICIPANTES DO 5º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - DIREITO À DIVERSIDADE, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 18 A 22 DE AGOSTO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 08/08/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 08/08/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e

Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Julho de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Tomada de Preços Nº 1/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2014

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Município de Curitiba - SC neste ato representado por seu titular Sr. Angelo Scolaro, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA/AMPLIAÇÃO DE 8 UNIDADES SANITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONVENIO Nº 2013TR004004 ENTRE O FUNDO DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDHAB E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAL E MEMORIAL DESCRITIVO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 14/08/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 14/08/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Julho de 2014.

Angelo Scolaro
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato N. 17/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CONTRATO Nº 17/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS E M. MOBILE EIRELI - EPP.

Contrato de fornecimento que fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba/SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. João Flaris Camargo, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado M. MOBILE EIRELI - EPP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 15.764.033/0001-85, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, com sede na cidade Rio Negrinho SC, sito a rua Eduardo Neidert, 1803, bairro Barro Preto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com o PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2014, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de fornecimento, no regime de execução direta, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e vinculadas ao processo licitatório, origem deste contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA GARANTIA E DA ENTREGA

1.1 Constitui objeto do presente contrato a aquisição de mobiliários para o plenário da Casa Legislativa e demais ambientes.

1.2. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Transporte e montagem dos mobiliários.

1.3 - O objeto a ser entregue deverá ser de boa qualidade, dentro das especificações técnicas exigidas, das normas aplicadas ao setor pelos órgãos reguladores, assistência técnica e garantia mínima de um ano.

1.4 - O prazo de entrega será até 31 de agosto de 2014 (podendo o mesmo ser prorrogado mediante aceite do presidente da Casa Legislativa), TENDO COMO LOCAL DE ENTREGA O PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, SITO A RUA ARCHIAS GANZ, 288, CENTRO.

1.5 - O item 12 (longarinas) deve ser instalado com fixação no piso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pela entrega do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

3.2 Em caso de atraso nos pagamentos poderá incidir sobre o valor do objeto contratado, multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.3 Os valores contratados não serão corrigidos por período inferior a um ano.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1 As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba
Órgão 01.00 - Poder Legislativo
Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade 1.001 - Equipamento e Material Permanente - Câmara de Vereadores
4.4.90.52.42.00.00.00 - Mobiliário em Geral

4.2 O Presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 3/2014, cujos termos desde logo fazem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Caberá ao CONTRATANTE:

5.1.1 Efetuar os pagamentos decorrentes da execução do objeto deste contrato em até trinta dias após a sua efetiva entrega.
5.1.2 Facultar o acesso irrestrito aos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Caberá a CONTRATADA:

6.1.1 Transportar e realizar a montagem do objeto contratado.
6.1.2 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
6.1.3 Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da solicitação por qualquer via para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

7.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- Em caso de inadimplemento superior a noventa dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.
- A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades dispostas no Edital, as quais se tornam parte integrante da presente minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO, DOS CASOS OMISSOS

E DA REGULARIDADE

11.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Curitiba/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

11.2 Este contrato fica vinculado a legislações aplicáveis a execução de contratos, especialmente aos públicos nos casos omissos.

11.3 O contratado fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Curitiba, 24 de julho de 2014.

João Flaris Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores

M. MOBILE EIRELI - EPP

Contratado

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 24 de julho de 2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla

Procurador Jurídico da Câmara

CONTRATO Nº 17/2014

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Convocação Concurso CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

MOTORISTA
Sergio Gularte

Dionísio Cerqueira -SC, 16 de julho de 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Edital de Convocação 023-2014 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 023/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público e processo seletivo que trata o Edital Processo Seletivo nº 003/2014.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:
Das 8h as 12h e das 13h30min as 17h30min.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência -atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo publico, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a , b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Julho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO 20 HORAS HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
SOLANGE CRISTINA ZAPPE	01º
MARCIA REGINA BRINGHENTI FERREIRA	02º
JEANINHA NEVES DE MENEZES	03º
PATRICIA CAMAROTO DALEASTE	04º
NEIDE PEDROSO	05º
NEUSA DE LOURDES PEREIRA	06º
SILVANA PEDROSO	07º
JESSICA REBELATTO	08º
MARI TANIA GREGOL COUSSEAU	09º
MARIZELHA PEDROSO VAZ	10º
DEONIDE MARIA TOMAZI	11º
JUSSARA LURDES DA SILVA	12º
DAIANE LUCIA GAZZOLA VERDI	13º

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS 6º AO 9º ANO 20 HORAS NÃO HABILITADOS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
JÉSSICA TAIZE SPRICIGO	01º

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA 6º AO 9º ANO 40 HORAS NÃO HABILITADOS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ELIZANDRA VIEIRA DE JESUS	01º

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MEIRI ANGELA PICOLOTO	01º

CARGO: PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
DAIANE BERNARDON	01º

CARGO: PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS NÃO HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
RAQUEL MOURA DE SOUZA BORGES	01º

ANEXO II
DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:

TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 65/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 65/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - V.S COSTA & CIA LTDA - EPP

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 36.540,00 (trinta e seis mil quinhentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 142/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 142/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA - TTU LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA - EPP

OBJETO - O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação de estrutura completa para realização da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, no município de Forquilha/SC, compreendendo pirâmides com estrutura metálica, box, banheiros químicos, conjuntos de mesas e cadeiras plásticas, para os dias 25 a 27 de julho do ano corrente.

VALOR - R\$ 73.713,00 (setenta e três mil setecentos e treze reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº 141/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 10 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 146/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 146/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EVERTON FOTO E IMAGEM LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fotografia e filmagem para cobertura de eventos oficiais diversos do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 20.242,50 (vinte mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0501.2015.3390 (74), 0802.2041.3390 (143).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 145/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 17 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 76/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 76/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EVERTON FOTO E IMAGEM LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fotografia e filmagem para cobertura de eventos oficiais diversos da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 4.264,50 (quatro mil duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1301.2022.3390 (205).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 145/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 17 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 64/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 64/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FLAVIO HASSELMANN PINTO ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 6.325,55 (seis mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 68/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 68/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 635,60 (seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 59/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 59/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS VOOS LTDA-ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 6.445,39 (seis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 56/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 56/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SANDRO VILMAR PIRES - ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 35.410,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e dez reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 63/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 63/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - METROMED-COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.609,00 (mil seiscentos e nove reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 61/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 61/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 2.211,50 (dois mil duzentos e onze reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 141/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 141/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA AS

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da data deste contrato e por 01 (um) ano. 10/07/2015.

DOTAÇÃO - 0501.2016.3390 (82), 0703.2033.3390 (129).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 143/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 10 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 137/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 137/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços especializados de consultoria técnica para avaliar a viabilidade econômico-financeira do contrato de concessão do serviço de transporte público coletivo urbano de Forquilha/SC e propor medidas adicionais e complementares visando restaurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, preservando a modicidade do preço da tarifa, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no edital e Termo de Referência em anexo.

VALOR - R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 03/04/2015.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 123/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 07 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 150/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 150/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FERNANDO ESTEVAM

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da banda "Sapato Velho" para realizar apresentação dia 27/07.

VALOR - R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 151/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 151/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MARILIA DAMASIO DUTRA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Marília Dutra" para realizar apresentação dia 25/07.

VALOR - R\$ 3.620,00 (tres mil seiscentos e vinte reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 152/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 152/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FRANCIELI FIGUEREDO PASSARELA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Zucky Vasconsellos" para realizar apresentação dia 27/07.

VALOR - R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 153/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 153/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANDERSON CARDOSO FRIEBEL

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC. - Contratação da banda "Torre de Hanói" para realizar apresentação dia 26/07.

VALOR - R\$ 4.330,00 (quatro mil trezentos e trinta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 154/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 154/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PETERSON LOPES

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da banda "Três & Um" para realizar apresentação no dia 26/07.

VALOR - R\$ 4.330,00 (quatro mil trezentos e trinta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 155/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 155/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - IRMÃ ROVEDA CORREA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da dupla musical "Irmãs Roveda" para realizar apresentação dia 26/07.

VALOR - R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 156/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 156/PMF/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ADRIANO FERRARI

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Dj Adriano Ferrari" para realizar apresentação dia 26/07.

VALOR - R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 157/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 157/PMF/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - EMERSON RABELO - ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Clip Som" para realizar apresentação dia 25/07.

VALOR - R\$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 158/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 158/PMF/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - VANDERLEI DE SOUZA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de

Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Expresso Brasileiro" para realizar apresentação dia 26/07.

VALOR - R\$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 159/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 159/PMF/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - VALCIONIR GONÇALVES

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da banda "Marca dos Pampas" para realizar apresentação dia 25/07.

VALOR - R\$ 3.620,00 (três mil seiscentos e vinte reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 160/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 160/PMF/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - GIANCARLO DALL ORSOLETTA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Giancarlo Orsoletta e Paulo Zago" para realizar apresentação dia 26/07.

VALOR - R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2014.
DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 161/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 161/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EMPRESA ARTISTICO CULTURAL MARQUES JO-AQUIM LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração "Teatro Júlia - Cirquinho do Revirado" para realizar apresentação dia 27/07.

VALOR - R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 162/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 162/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da banda "Matusa" para realizar apresentação dia 25/07.

VALOR - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 163/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 163/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - X9 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da dupla "Neguinho e Emanuel" para realizar apresentação dia 27/07.

VALOR - R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 164/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 164/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RICARDO WILLIAM BERNARDO DA SILVA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação das bandas "Loka Mania", "Rubens Daniel e Madame Nora" e "Diego Guerra" para realizar apresentação dia 27/07.

VALOR - R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 165/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 165/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GRUPO MUSICAL OS GAROTOS DE OURO LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da banda "Garotos de Ouro" para realizar apresentação dia 26/07.

VALOR - R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1610/2014

PORTARIA Nº 1.610, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora FLÁVIA PATRICIA LAGNI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 017.252.909-36, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA ESUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1611/2014

PORTARIA Nº 1.611, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARLENE PE-REIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 701.311.639-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1612/2014

PORTARIA N.º 1.612, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01039/2014 da

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KATIANE THONHOLLI SAVIAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 053.349.629-21, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1613/2014

PORTARIA N.º 1.613, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01040/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KELLY REGINA MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.043.759-38, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1614/2014

PORTARIA N.º 1.614, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01038/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de URIA IRIA BECKEMBA-CH DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º

522.516.249-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 03 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0098_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0098/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de fardamento para os Bombeiros Comunitários do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo; Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 11.08.2014; Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de julho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0029_2014

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0029/2014 - PMF
Processo Administrativo Licitatório Nº 0155/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, óleos lubrificantes e mão-de-obra) das 3000 horas da escavadeira hidráulica "Komatsu PC200-8" patrimônio nº 263, diretamente da concessionária autorizada para o Estado de Santa Catarina, MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, conforme Declaração emitida da empresa "KOMATSU BRASIL INTERNACIONAL LTDA" Contratada: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.879.318/0001-44. Valor e pagamento: R\$ 4.591,37 (quatro mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos) que será pago no dia 08/08/2014 após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Fundamento Legal: Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 23 de julho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 043/2014

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 043/2014, Edital de Pregão Presencial Pref. n. 013/2014, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 06 de agosto de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2014, conforme descrição Anexo V, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 24 de julho de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Edijane Borella de Almeida
Secretária Mun. de Educação

Garopaba

CÂMARA MUNICIPAL

Termo de Rescisão de Comum Acordo - Contrato de Locação Nº 03/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

13ª Legislatura - 2013 a 2016

TERMO DE RESCISÃO DE COMUM ACORDO - CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 03/2011.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2011

O MUNICÍPIO DE GAROPABA - CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, Estado de Santa Catarina, Rua Professor Antônio José Botelho, nº 113, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.987.423-86, neste ato legalmente representada pelo seu Presidente em exercício, Senhor Luiz Bernardo, brasileiro, casado, CPF 578.595.749-34, RG 2004086, residente e domiciliado na Estrada Geral do Capão, bairro Capão, cidade de Garopaba/SC, doravante denominada simplesmente como Locatário, de outro lado o Senhor Sérgio Pacheco de Lima, brasileiro, casado, natural da cidade de Garopaba/SC, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 4.217.747 SSP/SC, CPF nº 066.734.809-39, residente e domiciliado à Rua Manoel Álvaro de Araújo, nº 52, Centro, Município de Garopaba/SC, doravante denominado simplesmente Locador, resolvem rescindir de comum acordo o contrato de locação de imóvel em epígrafe, firmado em 20/01/2011, e demais Termos Aditivos nos termos seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a rescisão de comum acordo do contrato nº 03/2011, e posteriores termos aditivos, referente a locação do prédio de uso exclusivo do Poder Legislativo Municipal de Garopaba. A presente rescisão fundamenta-se no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Não cabendo as partes qualquer indenização em razão do que se pactua.

2. CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIQUIDAÇÃO

2.1 O locatário procederá à apuração dos eventuais créditos do locador, pelo que tiver sido alugado até a data de 31/07/2014.

2.2 Concordam em não haver mais qualquer outra obrigação de ordem financeira.

3. CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos legais.

3.2 Elegem o Foro da Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura possam surgir do presente contrato.

Garopaba, 23 de julho de 2014.

LUIZ BERNARDO

Presidente em exercício

Câmara Municipal de Garopaba

Locatário

SÉRGIO PACHECO DE LIMA

Proprietário

Locador

EMANUEL A. QUARESMA

Assessor Jurídico

Câmara Municipal de Garopaba

OAB/SC 012.399

Testemunhas:

Ivaldo da Silva Lobo Filho

CPF: 033.372.079-28

Nome: Leide Bernardino

CPF: 065.578.159-54

Rua Professor Antônio José Botelho, 113 - Centro - Garopaba/SC

CEP: 88.495-000 Fone: (48) 3254-3279

Garuva**PREFEITURA****Portaria Nº 388/2014**

PORTARIA Nº. 388, de 24 de julho de 2014

"NOMEIA SERVIDOR PARA ATUAR COMO DEFENSOR EM PROCESSO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, comunicação interna 016/2013, da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;
Considerando, disposto no parágrafo segundo do artigo 220, da Lei Complementar Municipal 001/98;
Considerando, o disposto pela Súmula Vinculante nº. 05 do Supremo Tribunal Federal.

RESOLVE:

ART. 10. - Nomear o servidor MARCIO RICARDO HERPICH, matrícula nº. 8202.3-1 ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, para exercer a atividade de defensor da servidora MARIA DA LUZ ROCHA FIUZA, matrícula nº 11509.6-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Processo Administrativo Disciplinar nº. 287/2014.

ART. 20. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - Departamento de Recursos Humanos

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225-
email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro - Garuva/SC - CEP 89248-000

Aviso de Inexigibilidade PMG Nº 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 064/2014

Objeto: Contratação da empresa Comercial Multisom Ltda, para a apresentação artística da banda "Grupo Explosão", na XXI Festa do Colono.

CNPJ: 00.842.605/0001-20

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Garuva, 24 de julho de 2014.

José Chaves

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 149/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 149/2014

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de larvicidas.
ENTREGA dos envelopes até às 13h30min do dia 06/08/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro.
ABERTURA às 13h45min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24/07/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Decreto Nº 6.022, de 23 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 6.022, DE 23 DE JULHO DE 2014.

DECRETA LUTO OFICIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 23, 24 e 25 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de hoje, em Gaspar/SC, do Sr. DORVAL RODOLFO PAMPLONA, ex-prefeito, e ainda pelos relevantes serviços prestados à comunidade gasparense.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de Julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 07/2014**

PORTARIA Nº 07/2014

GIDALTE MAFRA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ANTONIO CARLOS SIQUEIRA do cargo Assessor Jurídico, tendo como último dia trabalhado 15.07.2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Julho 2014.

GIDALTE MAFRA ANTONIO

Presidente

MARCOS TESTONI

1º Secretário

Grão Pará**PREFEITURA****Quebra de Ordem Cronológica**

JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO A FORNECEDORES
FORA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Credor: EXTERVAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA ME

Nota Fiscal nº	Data	Valor
000.003.056	18.07.2014	R\$ 498,00

Nos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.666/93, considerando que Exterval Indústria Gráfica Ltda ME condicionou o fornecimento de produtos exclusivamente ao preço de à vista, com desconto de interesse da Administração, indico ao Senhor Prefeito o pagamento desse débito fora da ordem cronológica.

Grão-Pará/SC, 24 de julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

De acordo.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 24 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Quebra de Ordem Cronológica

JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO A FORNECEDORES
FORA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Credor: JUCEMARA GOULART PADILHA DEBIASI MEI

Nota Fiscal nº	Data	Valor
000005	24.07.2014	R\$ 1.100,00

Nos termos do Artigo 5º da Lei nº 8.666/93, considerando que Jucemara Goulart Padilha Debiassi MEI condicionou a locação de equipamentos exclusivamente ao preço de à vista, com desconto de interesse da Administração, indico ao Senhor Prefeito o pagamento desse débito fora da ordem cronológica.

Grão-Pará/SC, 24 de julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

De acordo.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 24 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 314/2014

PORTARIA Nº 314/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO à Elisabet Lemke Sussenbach.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio à Elisabet Lemke Sussenbach, na função de Professora C 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 20 de julho de 2014, pelo período de 30 dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de julho de 2014.

Guaramirim/SC, 23 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 315/2014

PORTARIA Nº. 315/2014

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS a Elisabete Witkoski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença sem vencimentos a Elisabete Witkoski, na função de Professora de Artes, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 22 de julho de 2014, pelo período de 01 (um) ano e 9 (nove) meses.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 316/2014

PORTARIA Nº 316/2014

CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Rosemari Lenfers Urbanski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde a Rosemari Lenfers Urbanski, na função de Técnica de Enfermagem, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 26 de junho de 2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação,

com efeitos retroativos a partir de 26 de junho de 2014.

Guaramirim/SC, 24 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 354/2014

DECRETO Nº. 354/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 419.222,26.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 419.222,26 (quatrocentos e dezenove mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001
10.302.0006.2036
3339000000000000
10200 R\$ 419.222,26

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001
10.302.0006.2036
3335000000000000
10200 R\$ 419.222,26

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretaria de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 043/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: "Auto Viação Herval Ltda - Me"
CNPJ/MF Nº 02.935.521/0001-66
Endereço: Av. Beira Rio, nº 507
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 043/2014 DE 23 DE JULHO DE 2014

Pelo presente instrumento, a A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, a Empresa Auto Viação Herval Ltda - Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 02.935.521/0001-66, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 507, Centro, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, representada pelo Senhor Vitor Olivo, inscrito no CPF nº 758.503.389-34 resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 - Contrato Nº 033/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O Presente termo tem por objeto o reajustamento dos valores no aporte 5,58% (cinco vírgula cinquenta e oito por cento), com base no índice oficial de reajustes da administração municipal previsto em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes valores:

Item	Especificação	UND	Valor (R\$) Unitário	Valor (R\$) Reajuste	Valor (R\$) Unitário Atualizado
8	L. 08 - SEDE BELEM- HERVAL D'OESTE - APAE JBA Saída da casa do aluno Lucas Figueiredo em Sede Belém, às 12:30, seguindo até a residência da aluna Daniela Piovesan, retornando por Sede Belen, parando na Escola Alcino Fernandes, seguindo e entrando em frente a gruta até a casa da aluna Angela Van Hannadel, e retornando pela linha Perpétuo Socorro até a estrada geral, seguindo e passando por Serra Alta, entrando pelo Bairro Jardim José Rupp em direção ao Bairro Nossa Senhora de Fátima (rua Xaxim- Neli), descendo e passando ao lado do Oscarzão (Travessa Belem, nº 50 - Vila Rica - Marilse) às 13.15 hrs, dirigindo-se depois para o CEJA e para a APAE de Joaçaba às 13:40 hrs. Retornando pelo mesmo trajeto ao final das aulas, incluindo passagem pela EEB São José e depois do ERM Alcino Fernandes as propriedades do Sr. Hack (sitio Estrelatur), Prigol e Isaco, passando pela capela de Barreiros, se dirigindo para Sede Belém, perfazendo um total de 52,7 km/dia. Veículo com capacidade para transportar 15 passageiros sentados. alunos, perfazendo um total de 30,7 quilômetros/dia.	KM	1,77	0,10	1,87

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65 inciso I, alínea "b," , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 033/2013, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 23 de julho de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Vitor Olivo Sócio Administrador CPF: 758.503.389-34 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

PORTARIA Nº 870/2014

PORTARIA Nº 870/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO ALVES DA ROSA (Matr. 387), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, do Nível - 5, Referência "C", para o Nível - 5, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Junho de 2014, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 871/2014

PORTARIA Nº 871/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 867/2014, que convoca para retorno imediato ao trabalho, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 18 de Julho de 2014, da servidora ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA (Matr. 2808), a qual exerce a função de Terapeuta Ocupacional, Nível - 12/1, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 30 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 872/2014

PORTARIA Nº 872/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 25 (vinte e cinco) dias de férias não gozadas, conforme Portaria Nº 161/2014, à Servidora ANDRÉIA DORINI GILACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 8, Referência "D", 40 horas

semanais, anexo XII da LC Nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2012 e 28 de fevereiro de 2013, para serem gozadas a partir de 24 de julho de 2014 a 17 de agosto de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 873/2014

PORTARIA Nº 873/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora JAEL MARIA RIBEIRO DOS SANTOS CARLETTI (Matr. 574), nascida aos 05/07/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/D, anexo XI, a partir de 07 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013..

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 875/2014

PORTARIA Nº 875/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora SIMARA PASINATO (Matr. 1010), nascida aos 08/07/1973, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/D, anexo XI, a partir de 08 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 876/2014

PORTARIA Nº 876/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora SIMARA PASINATO (Matr. 370), nascida aos 08/07/1973, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/E, anexo XI, a partir de 08 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 874/2014

PORTARIA Nº 874/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora ODETE MARIA KRUGER ESPER (Matr. 038), nascida aos 05/07/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 4/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 5/A, anexo XI, a partir de 07 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 877/2014

PORTARIA Nº 877/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora MARILENE ZANINI MILANI (Matr. 061), nascida aos 11/07/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 5.1/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 5.1/B, anexo XI, a partir de 11 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 879/2014

PORTARIA Nº 879/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora LUZINETE OLIVEIRA (Matr. 584), nascida aos 20/07/1970, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/B, anexo XI, a partir de 21 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 878/2014

PORTARIA Nº 878/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora JAQUELINE BRESAN DA SILVA (Matr. 2573), nascida aos 19/07/1988, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/D,

anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 2/E, anexo XI, a partir de 21 de julho de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 880/2014

PORTARIA Nº 880/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 21 de julho de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora LEILA CESAR (Matr. 2578), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Convocação Nr 02 Fabiana Parizotto

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora FABIANA PARIZOTTO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.850.429-85 aprovada em 73º Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 20 hs na EBM Cruz e Sousa período Vespertino a partir do dia 21 de julho em substituição a professora Leila Cezar, a qual encontra-se de atestado medico, por 90 dias ou enquanto perdurar seu afastamento.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 24 de julho de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

FABIANA PARIZOTTO

Ata Nº 002/2014 - TP 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2014 - TP
CNPJ: 82.939.430/0001-38 Rua Nereu Ramos, 389 C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC	Processo Administrativo: 15/2014 Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 06/06/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação em regime de empreitada por preço unitário de empresa especializada para a Construção de Quadra Poliesportiva com vestiários padrão FNDE com 980,40 m² a ser instalada no Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe situado a Rua Senador Eusébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 24 de Julho de 2014, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 3315/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2014, Licitação nº 9/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Tendo em vista o pedido de exoneração do servidor MARCELO CRIPPA, que até então ocupava a presidência desta comissão, e a publicação de novo decreto no dia 22/07/2014, nomeando nova presidente, e de que já transcorreu os prazos legais para possíveis interposições de recurso quanto as habilitações, bem como a única ressalva era de que a empresa ARG INDUSTRIAL LTDA. não havia se manifestado acerca da declaração faltante, a bem do serviço público a comissão decidiu por abrir os envelopes de propostas das duas licitantes onde obteve-se o resultado abaixo. Andrade Construções Ltda. R\$509.296,12 - ARG Industrial Ltda. R\$ 508.863,33 Sendo considerada vencedora a licitante ARG Industrial Ltda. Abre-se prazo de cinco dias úteis para possíveis interposições de recursos quanto ao julgamento das propostas;

Participante: 4180 - ARG INDUSTRIAL LTDA. EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Construção de Quadra Poliesportiva com vestiários padrão FNDE com 980,40 m² a ser instalada no Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe situado a Rua Senador Eusébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra	UN	1,00		0,0000	508.863,33	508.863,33
Total do Participante ----->							508.863,33
Total Geral ----->							508.863,33

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Herval d'Oeste, 24 de Julho de 2014

COMISSÃO:

MARIANA COLUSSO FABRIN - - Presidente da Comissão de Licitação
 GEISA TROMBETTA BERNARDI - - Membro
 GILMAR CARMO KICH - - Membro

Ilhota**PREFEITURA****Errata 2 Prg 011 - 2014 PMI**

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014 - PMI

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no registro de preço Pregão Presencial nº 011/2014 - PMI, que os itens abaixo:

V.1.2.7 - Autorização de Funcionamento Expedido pela ANVISA;
V.1.2.8 - Apresentação de Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

Não serão considerados, pois o objeto licitado não depende destes documentos, por não se tratar de medicamentos, alimentos ou de algum registro sanitário.

Demais itens e prazos permanecem como consta.

Ilhota, 24 de julho de 2014.

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

Portaria 514 2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Ilhota

Rua: Leoberto Leal, nº 160- Centro - CEP 88.320-000 - Ilhota/SC

C.N.P.J 83.102.301/0001-53 - Fone: (047) 3343-8800

PORTARIA Nº 514/2014

Designa Engenheiro destacado e autorizado pela AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí, para acompanhamento dos projetos de engenharia do Município, na forma detalhada na presente Portaria.

DANIEL CHRISTAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: DESIGNAR,

RALF NORDT, CPF 218.459.729-53, Engenheiro Civil inscrito no CREA-SC, sob o nº 018759-9, destacado e autorizado pela AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do rio Itajaí, pelo acompanhamento dos projetos de engenharia, bem como dos demais projetos em andamento, vinculados aos Convênios firmados entre o Município de Ilhota com entes estaduais e municipais, ou por estes designados.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 10 de julho de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Publicação de Extrato de Dispensa Nº 20/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 97/2014

DISPENSAS Nº 20/2014

Objeto: contratação de empresa especializada na implantação de sistema de vídeo-monitoramento no terminal Ângelo Manoel Fernandes - centro - Imbituba/SC.

Empresa: Vogtec Equipamentos Ltda.

Valor Total: R\$ 7.962,40

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de julho de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 02/2014 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEMUTRAN

PROCESSO Nº 20/2014

DISPENSAS Nº 02/2014

Objeto: contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de câmeras para a delegacia de polícia da comarca de Imbituba/SC.

Empresa: Vogtec Equipamentos Ltda.

Valor Total: R\$ 18.405,10

Fundamento: Artigo 24, V da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de julho de 2014.

Raphael Johann Giordani

Delegado de Polícia

Decreto PMI Nº 180, de 24 de Julho de 2014 - Transporte Escolar

DECRETO PMI Nº 180, de 24 de julho de 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando a Certidão do Registro do Veículo no Transporte Escolar, emitida pelo DTP/SEINFRA Nº 04/2014, às fls. 17, do Processo Administrativo nº 9759/2014;

Considerando o Termo de Vistoria - Transporte Escolar - DTP/SEINFRA Nº 025/2014, às fls. 18, do Processo Administrativo nº 9759/2014;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 041/2014, às fls. 36, do Processo Administrativo nº 9759/2014, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, as fls.39, do Processo Administrativo

nº 9759/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor DOMINGOS JOÃO DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 952.413.889-15 e RG nº 2713384, nos termos do Processo Administrativo nº 9759/201

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 24 de julho de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Iomerê

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0027/2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0027/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0027/2014 para serviços de elaboração de Plano de Carreira. A abertura das propostas se dará no dia 07/08/2014 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 25 de julho de 2014

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 267/2014 de 23 de Julho de 2014.**

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SHAIEM LOCATELLI, Matrícula 2280-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.893.729 e do CPF 085.513.269-88, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 194/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de julho de 2014.

Ipumirim - SC, 23 de julho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Extrato de Contrato Nº 62/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 62/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014, Processo de Licitação nº 45/2014, homologado em 23 de julho de 2014.

Objeto: Contratação de Banda, Orquestra ou Grupo Musical, para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC, que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2014.

Valor: R\$ 21.970,00 (Vinte e Um Mil Novecentos e Setenta Reais)

Assinatura: 24/07/2014 Vigência: 24/10/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME, situada na RUA VINTE E TRÊS, 207, Bairro: NATUREZA, cidade de ITÁ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.882.249/0001-17.

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato de Edital Nº 50/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que fará realizar no dia 05 de agosto de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços, com critério de adjudicação menor preço por item, de acordo com a lei nº 10.520/02, visando a "LOCAÇÃO DE ONIBUS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, POR QUILOMETRO RODADO, CONFORME A NECESSIDADE". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de julho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital - PP Nº 50/2014

Processo Licitatório nº 62/2014 - Pregão Presencial nº 50/2014 - Objeto: registro de preços para contratação de empresa para prestar serviços de limpeza de fossas sépticas, sumidouros, filtros, caixa de gordura e desentupimento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos, para diversas Secretarias Municipais. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 11 de agosto de 2014, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 11 de agosto de 2014, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 22 de julho de 2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal

Extrato de Edital - PP Nº 51/2014

Processo Licitatório nº 63/2014 - Pregão Presencial nº 51/2014 - Objeto: aquisição de utensílios domésticos, material de cama e banho, mobiliários, para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Centros de Educação Infantil e Pré Escolas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 12 de agosto de 2014, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 12 de agosto de 2014, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 22 de julho de 2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Extrato de Contrato Nº 13/2014

Processo Licitatório nº 22/2014; Pregão Presencial nº 10/2014. Objeto: Aquisição de computadores para uso nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal de Saúde. Contrato nº 13/2014, Duraline Tecnologia Ltda-EPP. Valor total: R\$ 37.900,00. Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Itaiópolis, 24 de julho de 2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto N. 131 de 17 de Julho de 2014

DECRETO N. 131 DE 17 DE JULHO DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 106/2014 do Município de Itapiranga SC, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica anulado Processo Licitatório n. 106/2014 do Município de Itapiranga SC, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, emitido em 02/07/2014.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 17 de Julho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler
Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 132, de 22 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 132, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.832, de 23 de abril de 2013, fixa o valor do incentivo à produção agropecuária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 e inciso III, do artigo 115, ambos da Lei Orgânica, combinado com as disposições da Lei Municipal nº 2.832, de 23 de abril de 2013, mais as disposições orçamentárias constantes na Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 2.921, de 17 de julho de 2014;

D e c r e t a:

Art. 1º. Ficam fixados os valores do incentivo à produção agropecuária, estabelecido pela Lei Municipal 2.832, de 23 de abril de 2013, de até 0,2% do movimento econômico agropecuário do município de Itapiranga referente o exercício de 2013, a ser concedido no exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

FAIXA DE PRODUÇÃO ENTREGUE COM NFPR EM 2013 EM R\$	VALOR DO INCENTIVO EM R\$
Até 213.000,00	200,00
de 213.000,00 a 420.000,00	250,00
de 420.001,00 a 850.000,00	300,00
de 850.001,00 a 1.270.000,00	400,00

de 1.270.001,00 a 1.700.000,00	500,00
de 1.700.001,00 a 2.200.000,00	600,00
de 2.200.001,00 a 2.500.000,00	700,00
Acima de 2.500.000,00	800,00

Parágrafo único. O incentivo tem por finalidade a compra de insumos para implantação de lavouras, construção de reservatórios para coleta da água da chuva, ampliação das atividades agropecuárias, aquisição de mudas frutíferas, confecção de silagem, distribuição de adubo orgânico e horas máquina com trator de pneu.

Art. 2º Para fazer jus ao incentivo o beneficiário deverá:

I - apresentar o bloco de produtor rural comprovando a movimentação em 2013;

II - estar em dia com a prestação de contas do bloco de produtor rural;

III - estar quites com a fazenda municipal e demais programas municipais.

§1º O pagamento do incentivo será feito em espécie, diretamente ao beneficiário mediante apresentação da nota fiscal de aquisição de qualquer produto ou recibo, devidamente preenchido, para comprovar a prestação de serviços com trator de pneu especificado no §2º do artigo 1º da Lei ora regulamentada.

§2º Os pagamentos serão feitos conforme cronograma constante no Anexo Único do presente Decreto.

§3º Os produtores rurais aptos a receber o incentivo e que não receberam nos dias mencionados no Anexo Único do presente Decreto poderão retirá-lo em horário de expediente, junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, nos dias 09, 10 ou 11 de setembro de 2014, munidos dos respectivos documentos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta do orçamento da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 22 de julho de 2013.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra.

Artemio Antonio Scalon

Secretario de Planejamento e Finanças

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 132, DE 22 DE JULHO DE 2014.

DIA	PERÍODOS MANHÃ: 08:00 ÀS 11:00 TARDE: 13:00 ÀS 16:00	COMUNIDADES
12/08 TERÇA-FEIRA	MANHÃ	BELEZA / LARANJEIRA
	TARDE	CHAPÉU / GUABIROBA
13/08 QUARTA-FEIRA	MANHÃ	COTOVELO / MARIA GORETTI
	TARDE	SEDE CAPELA / SANTA FÉ BAIXA
14/08 QUINTA-FEIRA	MANHÃ	DOIS SALTINHOS / DOURADO
	TARDE	PRESIDENTE BECKER / GLORIA / APARECIDA

19/08 TERÇA-FEIRA	MANHÃ	BAÚ / COQUEIRO
	TARDE	SÃO LUDGERO / SANTO ANTONIO
20/08 QUARTA-FEIRA	MANHÃ	POPI / CORDILHEIRA
	TARDE	CONCEIÇÃO / ESCONDIDA
21/08 QUINTA-FEIRA	MANHÃ	SÃO SEBASTIÃO / STA ISABEL / STA TERESA / SANTA FÉ ALTA
	TARDE	SOLEDADE / STA CRUZ / RICKIA / CHACARA

Portaria Nº 179/2014

PORTARIA Nº 179 de 21 de julho de 2014.

NOMEIA SERVIDORA PARA SUBSTITUIR CONTADOR DO MUNICÍPIO

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006, Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal MARILICE WELTER HENN, sob matrícula nº 6343/01 para substituir Renato Schlickmann, Contador do Município, que está em gozo de férias no período 21/07/2014 até 09/08/2014.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais, conforme prevê os artigos 38 e 39 da Lei Complementar nº 39 de 12 de julho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 21 de julho de 2014.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Assessora de Recursos Humanos

Portaria Nº 177/2014

Portaria nº 177 de 18 de julho de 2014

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a partir do dia 18 de julho de 2014, Leani Rosina Agnes matrícula nº 4034/01, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, tendo em vista sua aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 18 de julho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Assessora de Recursos Humanos

Portaria Nº 180/2014

Portaria nº 180 de 23 de julho de 2014

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido, partir do dia 23 de julho de 2014, Paulo Cesar Andrade Casweski matrícula nº 10228/04, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Comunicação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 23 de julho de 2014.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Assessora de Recursos Humanos

Portaria Nº 181/2014

Portaria nº 181 de 24 de julho de 2014

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido, a partir do dia 24 de julho de 2014, Astor Jose Muller matrícula nº 14638/01, do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 24 de julho de 2014.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Assessora de Recursos Humanos

Itapoá**PREFEITURA****Termo Aditivo Nº 44/2014**

TERMO ADITIVO N.º 44/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 11/2014. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado neste ato representado Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI. RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa TRANSITA TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º. 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/n, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, representada neste ato por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPF/MF sob n.º 103.259.588-40 e CI.RG sob n.º 20765936, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de até 5.436 (cinco mil quatrocentos e trinta e seis) passes escolares diários, para o transporte de até 2.718 (dois mil setecentos e dezoito) alunos, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE Nº 02/2014 - PROCESSO Nº 29/2014, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n.º 11/2014, até a data de 12/12/2014 contados a partir do dia 18/07/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Altera cláusula primeira "Do Objeto", totalizando a quantidade de 5.436 (cinco mil quatrocentos e trinta e seis) passes escolares diários, para o transporte de até 2.718 (dois mil setecentos e dezoito) alunos, atendendo a 93 (noventa e três) dias letivos.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO

Altera cláusula terceira "Do Preço", totalizando o valor de R\$ 738.100,08 (setecentos e trinta e oito mil cem reais e oito centavos), sendo a unidade do passe escolar no valor de 1,46 (um real e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n.º 11/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 11/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 18 de julho de 2014.
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
TRANSITA TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA
GILVAN FERREIRA DA SILVA

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

NOME:
CNPJ/MF:

NOME:
CNPJ/MF:

Convite Nº 21/2014 - Processo Nº 104/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 01/08/2014 às 11h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 11h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 21/2014 - PROCESSO Nº 104/2014, para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeiras e 01 (uma) escavadeira hidráulica para colocação de tubos, abertura de ruas, valas e limpeza de canais extravasores e rios, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 24 de julho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Convite Nº 19/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	24/07/2014	Horário: 09h30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 19/2014 Nº 100/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de uma garagem em estrutura de concreto pré-moldado, com área de 110m² e uma fossa séptica na sede do Corpo de Bombeiros de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014, para os procedimentos inerentes a Sessão do Convite em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. Iniciada a sessão foi constatando pela CPL que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK
MEMBRO

Edital Nº 025/2014 - Sec Educação - Processo Seletivo Simplificado

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 025/2014 - SEC. DE EDUCAÇÃO.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes do Edital 015/2014 para complementação do quadro de Professor (a) que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, num período determinado de 130 dias, compreendidos entre 04/08/2014 a 19/12/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 25 mês de julho de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

1 vaga Artes 20hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 28 de maio 2014 às 12hs.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)
- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente
- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)
- 12- Certidão de Nascimento dos Filhos
- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 19- Tipagem sanguínea
- 20- Laudo médico
- 21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

22- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 24 de julho de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

Jacinto Machado

PREFEITURA**Decreto Nº. 087 de 04 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº. 087 DE 04 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 976.651,97 (Novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

UNIDADE: 01 - Departamento da Educação

PROJETO: 1.014 - Aparelhamento, Aquisição Veicular e Ampliação de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (27) - 4.4.90.00.00.0094.34 - Aplicações Diretas R\$ 976.651,97

TOTAL R\$ 976.651,97

Art. 2º - O recurso destinado a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrá por conta do Termo de Compromisso - PAR - n.º 32358/2014, assinado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no valor de R\$ 976.651,97 (Novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), para o município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 01.0094.34, acrescida ao Projeto/Atividade 1.014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 04 de julho de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Lei Nº. 731 de 22 de Julho de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

LEI Nº. 731 DE 22 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposição orçamentária, no valor total de R\$ 674.000,00 (seiscentos e setenta e quatro mil reais), como segue:

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Atividade 2.005: Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(10) - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(13) - Aplicações Diretas...R\$ 180.000,00

TOTAL: R\$ 260.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.013: Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(44) - Aplicações Diretas...R\$ 284.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0695(47) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL: R\$ 314.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(90) - Aplicações Diretas...R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 674.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorreram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(32) - Aplicações Diretas...R\$ 274.000,00

TOTAL: R\$ 274.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(75) - Aplicações Diretas...R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(96) - Aplicações Diretas...R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.0.0080(99) - Aplicações Diretas...R\$ 200.000,00

TOTAL: R\$ 300.000,00

TOTAL GERAL R\$ 674.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 22 de julho de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro - CEP: 88950-000 - Jacinto Machado/SC- CNPJ: 82.960.758/0001-36

e-mail: prefeito@jacintomachado.sc.gov.br - Fone: 48-35351133

- Fax 35351288

Lei Nº. 732 de 22 de Julho de 2014.

LEI Nº. 732 DE 22 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS NOVOS À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder executivo municipal autorizado a doar, a título gratuito, os seguintes bens Patrimoniais novos, à entidade abaixo discriminada, prestadora de serviços de relevância pública em nosso Município.

Quantidade	Descrição do Bem	Entidade Beneficiada
01	INCUBADORA PARA CUIDADOS INTENSIVOS; SISTEMA DE CONTROLE DA TEMPERATURA DO AR (ATC) OU DO PACIENTE (ITC/SERVO CONTROLE); SISTEMA DE UMIDIFICAÇÃO SERVO CONTROLADO INTEGRADO, COM PROGRAMAÇÃO ATÉ 95% DE UMIDADE RELATIVA DO AR; BALANÇA INTEGRADA AO LEITO COM INDICAÇÃO DE PESO NO PAINEL DA INCUBADORA, PERMITINDO A OBTENÇÃO DE RADIOGRAFIAS, SEM A NECESSIDADE DE REMOÇÃO DO PACIENTE; SITEMA MECÂNICO DE INCLINAÇÃO CONTÍNUA DO LEITO; SUPORTE COM RODÍZIOS DE ALTURA FIXA OU AJUSTÁVEL; GAVETA PARA COLOCAÇÃO DE CHASSIS RADIOGRÁFICO; DISPLAY ALFANUMÉRICO COM INDICAÇÃO SIMULTÂNEA DAS TEMPERATURAS DESEJADA, DO AR, DO PACIENTE, PESO E UMIDADE RELATIVA DO AR; MODELO COM GABINETE/ARMÁRIO COM PORTA. PRODUTO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.	Hospital São Roque de Jacinto Machado, CNPJ nº 85.666.774/0001-09
01	INCUBADORA PARA TRANSPORTE E REMOÇÃO DE RECÉM-NASCIDOS E PREMATUROS DE ALTO RISCO, COM BAIXO PESO OU GRAVES ENFERMIDADES; SISTEMA DE CONTROLE MICROPROCESSADO, COM ALTO GRAU DE PRECISÃO; AUTO TESTE DOS ALARMES; PAINEL DE CONTROLE REMOVÍVEL COM TRAVA DE SEGURANÇA; MODO DE OPERAÇÃO: MANUAL (CONTROLE DA TEMPERATURA DO AR) E RN (SERVO CONTROLE PARA TEMPERATURA DA PELA DO PACIENTE); INDICAÇÃO DIGITAL DAS TEMPERATURAS DO AR, DO RN E DESEJADA; ALARMES PRINCIPAIS: AR QUENTE, AR FRIO, FALTA DE ENERGIA (REDE), FALTA DE ENERGIA (BATERIA), FALTA DE CIRCULAÇÃO, SOBREAQUECIMENTO, FALHA NO SISTEMA, BATERIA DESCARREGADA, POLARIDADE DA ALIMENTAÇÃO EXTERNA INVERTIDA, HIPOTERMIA, HIPERtermia E SENSOR RN DESCONECTADO; BAIXO NÍVEL DE RUÍDO INTERNO; CÚPULA EM ACRÍLICO COM PAREDE DUPLA, QUATRO PASSAGENS PARA TUBOS, MANGA ÍRIS E TAMPAS FRONTAL E LATERAL PARA ACESSO AO PACIENTE; CORPO EM PLÁSTICO INJETADO DE ALTA RESISTÊNCIA, SEM CANTOS VIVOS, COM ACABAMENTO LISO E PINTURA EPÓXI ATÓXICO, IMPEDINDO O ACÚMULO DE SUJEIRA; PORTINHOLAS OVAIS REMOVÍVEIS E AUTOCLAVÁVEIS; VÁLVULA LIMITADORA DE OXIGÊNIO COM MICROFILTRO; SISTEMA DE UMIDIFICAÇÃO INCORPORADO; DUAS BATERIAS INTERNAS RECARREGÁVEIS, GELATINOSAS, COM AUTONOMIA DE ATÉ 04 HORAS; SUPORTE EM AÇO COM RODÍZIOS DE ALTURA AJUSTÁVEL (OPÇÃO EM ALUMÍNIO); ALIMENTAÇÃO: 127/220 V (COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA) OU 12 VCC; SUPORTE PARA SORO; CILINDROS PARA GASES; ILUMINAÇÃO AUXILIAR; MÓDULO ELETRÔNICO REMOVÍVEL; MÓDULO INDEPENDENTE PARA BATERIAS, REMOVÍVEL COM CARREGADOR INCORPORADO; MÓDULO INDEPENDENTE, REMOVÍVEL, PARA BATERIA E CARREGADOR; INDICAÇÃO GRÁFICA PARA NÍVEL DE CARGA DA BATERIA; CINTO DE SEGURANÇA PARA O PACIENTE; POSSIBILIDADE DE DESLOCAMENTO LATERAL DO LEITO DO RECÉM-NASCIDO; SUPORTE PARA MONITORES; SUPORTE TUBULAR EM ALUMÍNIO; SISTEMA DE TRAVA PARA FIXAÇÃO EM VEÍCULOS; COM CARRO MACA COM 02 CILINDROS DE OXIGÊNIO 425 LITROS (SEM CARGA). PRODUTO DE ACORDO COM AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.	Hospital São Roque de Jacinto Machado, CNPJ nº 85.666.774/0001-09

§ 1º - A entidade beneficiada com as doações, receberá os bens mediante termo de doação.

Art. 2º. Os Bens doados nos termos desta Lei são de recursos oriundos de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina nº. 775/2014.

Art. 3º. Fica o setor de Patrimônio da administração da Prefeitura do Município de Jacinto Machado, autorizado a proceder "as baixas" patrimoniais correspondentes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 22 de julho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Edital de Audiência Pública 004/2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 004/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONVOCA TODOS OS CIDADÃOS JACINTOMACHADENSES A PARTICIPAREM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA: 29 de JULHO de 2014 (TERÇA-feira)

HORÁRIO: 19:00 HORAS

LOCAL: PLENÁRIO VEREADOR BONIFÁCIO BRATTI - CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

ENDEREÇO: AVENIDA PADRE HERVAL FONTANELLA, Nº. 886 - CENTRO - JACINTO MACHADO-SC

JACINTO MACHADO - (SC), 24 DE JULHO DE 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Edital de Notificação 015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Estaduais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Convênio nº 018/SDC/2014. Convenientes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Defesa Civil e o Município de Jacinto Machado.

Objeto do Convênio: Execução de Drenagem e Obra de Arte Corrente no Município de Jacinto Machado.

Origem dos Recursos: Fundo Estadual da Defesa Civil.

Data do Repasse da 2ª Parcela: 21/07/2014.

Valor da Parcela: R\$ 56.664,64 (Cinquenta e Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

Jacinto Machado/SC, 24 de Julho de 2014.

Joaçaba

PREFEITURA

Instrução Normativa Nº 08/2014, de 21 de Julho de 2014.

GABINETE DO PREFEITO

COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, COORDENADORES E PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E AS CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC”.

Art. 1º. Ficam normatizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional as atribuições dos Secretários Municipais, Coordenadores e Procurador Geral do Município, em atendimento às atribuições conferidas pelo artigo 29 da Lei Complementar 173/2009 e alterações, atendidas as diretrizes do art. 60, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Joaçaba e observada a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo as seguintes:

I - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios em quaisquer modalidades, nas licitações conduzidas na respectiva Pasta;

II - homologar, revogar e anular os procedimentos licitatórios, bem como autorizar as despesas deles decorrentes, quando a licitação for processada na respectiva Pasta;

III - firmar as Atas de Registro de Preços, os Termos de Contrato, bem como os Termos de Aditamento, Prorrogação e Rescisão Contratual deles eventualmente decorrentes;

IV - autorizar as despesas, nos processos gerenciados pela sua Pasta, de qualquer valor, decorrentes de licitações, contratos, Atas de Registros de Preços e suas adesões, convênios e demais ajustes, observado o art. 3º desta IN;

V - autorizar, nos processos gerenciados pela sua Pasta, de qualquer valor, os reajustes e revisões de preços, bem como as despesas deles decorrentes;

VI - autorizar a contratação com dispensa e inexigibilidade de licitação, observado o art. 2º desta IN;

VII - firmar as Ordens de Fornecimento, Serviço ou Recolhimento;

VIII - autorizar a devolução de garantia de adimplemento contratual;

IX - acompanhar todos os atos de fiscalização dos contratos gerenciados pela sua Pasta;

X - aplicar as sanções legais quando cabíveis.

Art. 2º. O processamento das contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação enquadradas nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93, terá início por pedido de contratação devidamente caracterizado e necessariamente justificado pelo órgão interessado, em processo regularmente instruído junto ao Setor de Compras e Licitações, submetido à Procuradoria e à Coordenadoria de Controle Interno para parecer e, devida publicação no Diário Oficial do Município, como condição de eficácia.

Art. 3º. Os processos de compras diretas, devidamente instruídos,

serão submetidos à apreciação prévia da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e autorização de empenho pela Secretaria Municipal de Gestão Financeira, com exceção aos Fundos da Administração Direta e Unidades da Administração Indireta.

Art. 4º. As despesas deverão ser realizadas obedecendo-se estritamente ao ordenamento jurídico vigente, especialmente, a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

Art. 5º. Os Termos de Contrato e demais ajustes serão firmados pelo Secretário da Pasta que os solicitaram, atendendo às exigências da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, constando do próprio Termo os fiscais de contrato, a serem indicados pelo Secretário da unidade gestora no momento da solicitação, conforme IN 03/2014.

§ 1º Os Termos de Aditamento, Prorrogação e Rescisão Contratual, bem como os Termos de Denúncia de Convênio, serão firmados pela mesma autoridade subscritora do instrumento original.

§ 2º As Atas de Registro de Preços serão firmadas pelo Secretário da unidade gestora.

§ 3º As Ordens de Fornecimento, Serviço ou Recolhimento serão emitidas pelo Secretário da Pasta da unidade gestora do contrato ou registro de preços.

§ 4º As autorizações de reajuste e de revisão de preços, bem como das despesas decorrentes, são de competência dos Secretários Municipais das unidades gestoras dos contratos.

§ 5º A devolução de garantia de adimplemento contratual será autorizada pelo Secretário Municipal da unidade gestora, após o recebimento definitivo do objeto contratual.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 21 de julho de 2014.

ROBERTO MINATI

Coordenador do Controle Interno

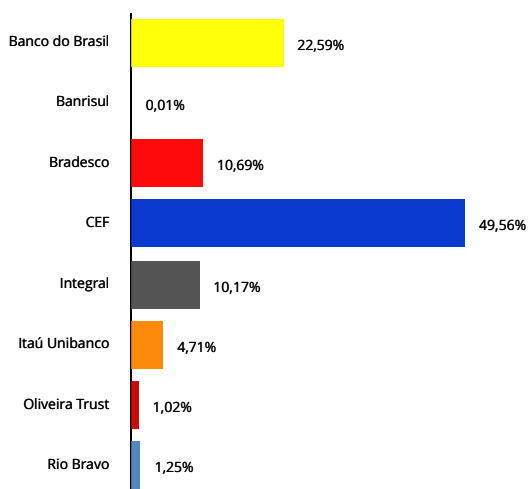
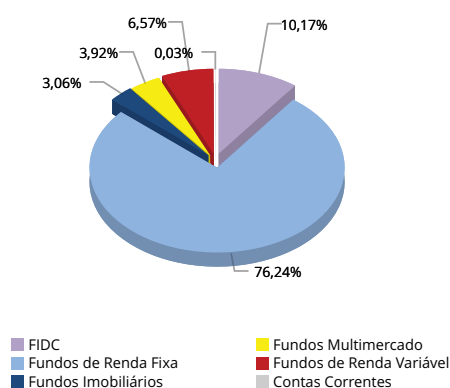
MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

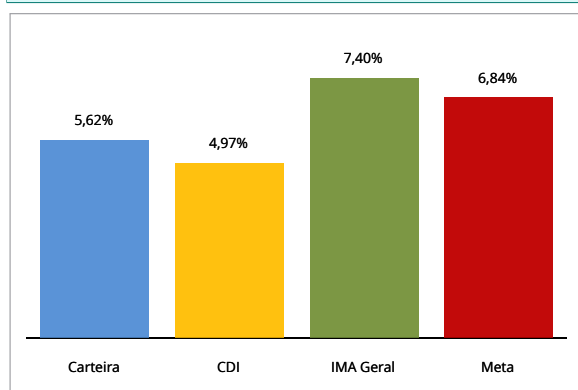
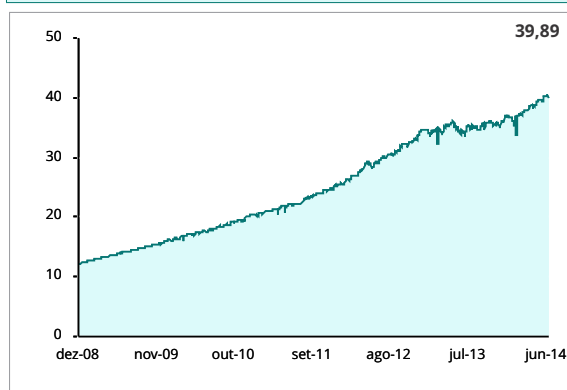
IMPRES**Relatorio Investimento IMPRES Junho/2014**
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC
Relatório da Carteira de Investimentos
JUNHO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira

Distribuição da Carteira por Segmento

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,05%	5,62%	5,65%
CDI	0,82%	4,97%	9,66%
IMA Geral	0,53%	7,40%	8,78%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,75%	6,84%	12,39%

Carteira x Indicadores em 2014

Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)


Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br

BALANCETE FINANCEIRO IMPRES JUNHO/2014**SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.098.679,28	Despesa Orçamentária	602.590,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.050,62	Despesas exceto Intra-orçamentárias	600.861,43
RECEITA PATRIMONIAL	419.025,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	588.302,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.674,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.558,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMI	360.458,72		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	129.470,01	Despesas Intra-orçamentárias	1.728,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.728,93
Receita Extra - Orçamentária	687.430,54	Despesa Extra - Orçamentária	686.158,67
DEPOSITOS	84.650,18	DEPOSITOS	84.301,70
CONSIGNACOES	84.650,18	CONSIGNACOES	84.301,70
PENSAO ALIMENTICIA	979,96	PENSAO ALIMENTICIA	979,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	21.431,67	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	21.431,67
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	23.028,01	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	23.028,01
EMPRESTIMOS	32.581,07	EMPRESTIMOS	32.232,59
OUTROS CONSIGNATARIOS	6.629,47	OUTROS CONSIGNATARIOS	6.629,47
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	602.780,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	601.587,57
OBRIGACOES A PAGAR	602.780,36	OBRIGACOES A PAGAR	601.587,57
FORNECEDORES	6.661,39	FORNECEDORES	6.661,39
PESSOAL A PAGAR	3.819,05	PESSOAL A PAGAR	3.819,05
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.087,51	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.284,25
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	586.212,41	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	583.822,88
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	269,40
		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	269,40
		OUTRAS BAIXAS DE VALORES	269,40
Saldos anteriores	39.391.778,08	Saldos atuais	39.889.138,87
Aplicações do RPPS	39.385.476,30	Aplicações do RPPS	39.879.996,42
BANCO C/ MOVIMENTO	6.301,78	BANCO C/ MOVIMENTO	9.142,45
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	41.177.887,90	Total	41.177.887,90

JOACABA, 14/07/2014

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

PLASS**Extrato Termo de Adesão Nº 20/2014/PLASS**

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 20/2014 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014/PLASS
INEXIGIBILIDADE 05/2014/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: JMS TESTA CLÍNICA MÉDICA E NEFROLOGIA SOCIE-
DADE SIMPLES - ME

Data: 25/07/2014

Objeto: Prestação de serviços de nefrologia

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2014 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão Nº 21/2014/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 21/2014 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014/PLASS
INEXIGIBILIDADE 05/2014/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: DEON SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA

Data: 25/07/2014

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia e obstetrícia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2014 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

SIMAE**Portaria JHL 118/2014**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 118/2014 DE 24.07.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Ser-
viço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste
e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, o servidor Arlindo Marques da Silva, Encanador,
P-4, N-1, Ref. I-2, para responder pela Função de Gerente do Se-
tor de Manutenção e Operação de Esgoto, no período de 28 de
Julho a 06 de Agosto de 2014, por motivo de Férias do titular, com
direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com
Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de
viatura conforme Portaria JHL 66/06 de 19/12/06 para o período
em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de julho de
2014, obedecido
o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de
2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 24 de julho de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Portaria JHL 119/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 119/2014 25.07.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Ser-
viço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste
e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003,
tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado con-
forme Edital nº JHL 001/2013 e a classificação em terceiro lugar,
na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de
setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n.
76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Washington Luiz Rui
Provenssi Papini, para o Cargo de Operador de ETA, Padrão-6,
Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de
Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Pú-
blicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data
da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de
Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Joaçaba-SC, 25 de julho de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação
em 3º Lugar de Washington Luiz Rui Provenssi Papini no Concurso
Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2013, para o Cargo
de Operador de ETA de acordo com a Portaria JHL-181/2013 de
11/12/2013, que homologa resultado final do Concurso, comuni-
camos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito
à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta)
dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar
posse no cargo para o qual prestou concurso.

Lages

PREFEITURA

Termo de Convênio Nº 048/2014

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 048/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO MOTOCICLISMO CIA LIBERDADE, inscrita no CNPJ sob n.º 03.114.387/00001-03, com sede à Rod. BR 282 KM 218, nº 4300, Bairro São Francisco, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. (a) PAULO RICARDO SILVA TODESCHINI, CPF nº 387.064.669-15, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para promover e realizar o Motoneve, encontro internacional de motociclistas.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em parcela única.

VIGÊNCIA: 01/07/2014 a 31/08/2014.

Lages, 24 de julho de 2014.

Extrato Contrato 248/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 248/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 05.055.328/0001-29, estabelecida na Rua Domingos Machado de Lima, 776 - Centro, CEP 89.700-000. Concórdia/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Informática, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 82.999,00 (oitenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais)

Lages, 23 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

TP 04-2014 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 04-2014 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Recomposição de Asfalto, Paralelepípedo e Lajotas

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 12/08/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 1.254.132,50

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 24 de julho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Retificação Pregão Presencial Nº99/2014 - Pmlm

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº99/2014 - PMLM
PROCESSO Nº99/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alterações referentes ao local de realização do processo, que ocorrerá no dia 05 de agosto de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços técnicos, implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP transferência de conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, e apoio técnico especializado. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de julho de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial Nº 34/FMS/40/Hmhl/2014.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/FMS/40/HMHL/2014.

PROCESSO Nº34/FMS/40/HMHL/2014.

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE e Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 07 de agosto de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa para execução de serviços especializados para elaboração do processo seletivo. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de julho de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Tomada de Preço Nº100/2014 - Pmlm

TOMADA DE PREÇO Nº100/2014 - PMLM

PROCESSO Nº100/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de agosto de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresas do ramo pertinente, para continuação da execução das Obras de Construção do uma creche de 564,50 m² no bairro barro branco no Município de Lauro Muller/SC., de acordo com o Convênio com o TERMO DE COMPROMISSO PAC20032/PRO-INFANCIA PAC , mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 09 de julho de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Aviso de Homologação 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº PR18/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 34/2014

OBJETO: Aquisição de Material de Consumo (câmeras de ré) visando atender as necessidades dos veículos escolares sob o domínio da Secretaria de Educação.

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

LICITANTES HOMOLOGADOS: AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME - Valor Total de R\$ 9.600,00

PREGÃO Nº PR19/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 35/2014

OBJETO: Aquisição de material gráfico, visando atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação e Escolas da rede Municipal de ensino.

HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2014

LICITANTES HOMOLOGADOS: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA - ME - Valor Total de R\$3.365,00; JOANNEI ARTES GRAFICAS LTDA - Valor Total de R\$ 2.404,00; ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA - Valor Total de R\$3.500,00.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON REGIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº PR07/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 07/2014

OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de urnas mortuárias e atendimento de traslado para auxílio funeral a pessoas carentes, com validade de 1(um) ano.

HOMOLOGAÇÃO: 16/07/2014

LICITANTES HOMOLOGADOS: CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME - Valor Total de R\$ 41.375,00

Extrato Contratual 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 11/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado....: MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI - ME

Valor : R\$ 7.400,00

Vigência : Início: 01/07/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR3/2014

Recursos : 6/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.00004

1.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

15/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.000042.3.3.3.9.0.00

.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, gás de cozinha e água mineral, para a Secretaria Municipal de Saúde e para os Postos de Saúde.

Contrato nº.... 12/2014

Contratante....: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado....: COMERCIAL LUCIANO LTDA - EPP

Valor : R\$ 26.500,00

Vigência : Início: 01/07/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR3/2014

Recursos : 6/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.00004

1.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

15/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.000042.3.3.3.9.0.00

.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, gás de cozinha e água mineral, para a Secretaria Municipal de Saúde e para os Postos de Saúde.

Contrato nº.... 13/2014

Contratante....: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado....: CONFEITARIA ALTAS HORAS LTDA

Valor : R\$ 16.000,00

Vigência : Início: 01/07/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR3/2014

Recursos : 6/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.00004

1.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

15/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.000042.3.3.3.9.0.00

.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, gás de cozinha e água mineral, para a Secretaria Municipal de Saúde e para os Postos de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 61/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada....: AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME

Valor : R\$ 9.600,00 nove mil, seiscentos reais

Vigência : 15/07/2014 Término: 31/12/2014

Nº da licitação: PR18/2014

Recursos : 58/2014 00002.00060.00012.00361.00011.2.00

0053.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de Material de Consumo (câmeras de ré) visando atender as necessidades dos veículos escolares sob o domínio da Secretaria de Educação.

Contrato Nº...: 63/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada....: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME

Valor : R\$ 3.365,00 três mil, trezentos e sessenta e cinco reais

Vigência : 15/07/2014 Término: 31/12/2014

Nº da licitação: PR19/2014

Recursos : 142/2014 00002.00090.00018.00541.00022.2.0

00035.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

152/2014 00002.00090.00020.00606.00023.2.000036.3.3.3.9.0.0

0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto : Aquisição de material gráfico, visando atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Educação e Escolas da rede Municipal de ensino.

Contrato Nº...: 64/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada.....: JOANNEI ARTES GRAFICAS LTDA
Valor : R\$ 2.404,00 dois mil, quatrocentos e quatro reais
Vigência : 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Nº da licitação: PR19/2014
Recursos : 59/2014 00002.00060.00012.00361.00011.2.00
0055.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
62/2014 00002.00060.00012.00361.00011.2.000057.3.3.3.9.0.00
.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Objeto : Aquisição de material gráfico, visando atender
as necessidades da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de
Educação e Escolas da rede Municipal de ensino.

Contrato Nº...: 65/2014
Contratante....: Município de Lebon Régis
Contratada.....: ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA
Valor : R\$ 3.500,00 três mil, quinhentos reais
Vigência : 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Nº da licitação: PR19/2014
Recursos : 59/2014 00002.00060.00012.00361.00011.2.00
0055.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
62/2014 00002.00060.00012.00361.00011.2.000057.3.3.3.9.0.00
.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Objeto : Aquisição de material gráfico, visando atender
as necessidades da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de
Educação e Escolas da rede Municipal de ensino.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços Nº01/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
Contratado: ELETROTÉCNICA BORGES LTDA - ME
Valor máximo: 35.600,00 (trinta e cinco mil e seiscentos reais)
Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 02/07/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014
OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e even-
tual de serviços elétrico em geral, visando atender as necessida-
des das Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração.

Ata de Registro de Preços Nº01/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
Contratado: LUIZ CARLOS DOS SANTOS O BORRACHEIRO - ME
Valor máximo: 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)
Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 02/07/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014
OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e even-
tual de serviços de conserto de pneus com montagem e desmon-
tagem e balanceamento, visando atender as necessidades das
Secretarias e órgãos sob o domínio da Administração.

Ata de Registro de Preços Nº01/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS
Contratado: SAMUEL SANTIAN 00584542925
Valor máximo: 67.650,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e cin-
quenta reais)
Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 02/07/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014
OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e even-
tual de serviços de mão de obra mecânica pesada e torno e solda
mig, visando atender as necessidades das Secretarias e órgãos
sob o domínio da Administração.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços Nº01/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LE-
BON RÉGIS

Contratado: CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME
Valor máximo: 35.375,00 (trinta e cinco mil trezentos e setenta e
cinco reais)
Vigência: Início: 16/07/2014 Término: 16/07/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014
OBJETO: Ata de Registro de Preços para aquisição eventual e fu-
tura de urnas funerárias e serviços de traslados, visando prestar
auxílio às pessoas carentes do Município, conforme o que dispõe a
Lei Municipal n. 805/95.

Leoberto Leal

PREFEITURA

RGF 1º Semestre/2014

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.443.509,01	0,00
Pessoal Ativo	5.433.309,22	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	8.099,79	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.100,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.443.509,01	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.443.509,01	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.889.088,30	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,99	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	5.880.107,68	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	5.586.102,30	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	5.292.096,91	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

LEOBERTO LEAL, 23/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	473.400,00	473.400,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	473.400,00	473.400,00	0,00
Interna	473.400,00	473.400,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	794.757,26	708.535,47	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	853.715,93	979.450,52	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	58.958,67	270.915,05	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-321.357,26	-235.135,47	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.647.047,70	10.889.088,30	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,91%	4,35%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,33%	-2,16%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.576.457,24	13.066.905,96	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	10.418.811,52	11.760.215,36	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	473.400,00	473.400,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	473.400,00	473.400,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	9.946,14	52.381,87	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	179.879,90	1.782.826,67	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	5.877.245,07	6.703.299,23	0,00
Passivo Atuarial	5.877.245,07	6.703.299,23	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	6.719.564,20	7.378.089,79	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.485,47	10.844,33	0,00
Investimentos	6.693.770,44	7.370.646,44	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	2.691,71	3.400,98	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.300,00	21.170,57	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-842.319,13	-674.790,56	0,00

LEOBERTO LEAL, 23/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	9.647.047,70	10.889.088,30	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.122.350,49	2.395.599,43	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.910.115,44	2.156.039,48	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 23/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLI JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.889.088,30	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.742.254,13	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.568.028,72	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	762.236,18	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 23/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita MunicipalWORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.443.509,01	49,99
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.880.107,68	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.586.102,30	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-235.135,47	-2,16
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.066.905,96	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.395.599,43	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.742.254,13	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	762.236,18	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.286.677,89	0,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 23/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

RREO 1º SEMESTRE/2014

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 17/07/2014

TATIANE DUTRAALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

Município de LEOBERTO LEAL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—		21.373.700,00	
Previsão Atualizada	—		21.373.700,00	
Receitas Realizadas	6.184.162,03		6.184.162,03	
Déficit Orçamentário	—		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		204.168,42	
DESPESAS				
Dotação Inicial	—		21.373.700,00	
Créditos Adicionais	—		1.033.376,69	
Dotação Atualizada	—		22.407.076,69	
Despesas Empenhadas	7.277.656,83		7.277.656,83	
Despesas Liquidadas	5.520.881,64		5.520.881,64	
Superavit Orçamentário	—		663.280,39	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		7.277.656,83	7.277.656,83	
Despesas Liquidadas		5.520.881,64	5.520.881,64	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			10.889.088,30	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		864.262,99	864.262,99	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		296.093,09	296.093,09	
Liquidadas		296.093,09	296.093,09	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		568.169,90	568.169,90	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-14.000,00	86.221,79	-615,87
Resultado Primário		606.900,00	91.250,84	15,04
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	181.179,90	0,00	136.534,62	44.645,28
EXECUTIVO	181.021,72	0,00	136.376,44	44.645,28
LEGISLATIVO	158,18	0,00	158,18	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	61.650,38	0,00	57.848,54	3.801,84
EXECUTIVO	60.976,48	0,00	57.543,32	3.433,16
LEGISLATIVO	673,90	0,00	305,22	368,68
TOTAL:	242.830,28	0,00	194.383,16	48.447,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.397.033,70	25%	29,32
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		422.734,20	60%	69,62
Liquidadas		422.734,20		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	150.000,00	
Despesa de Capital Líquida		295.044,70	9.564.975,88	

Continua 1/2

Município de LEOBERTO LEAL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	787.836,95	505.327,80	214.634,83	5.054,80
Despesas Previdenciárias (V)	335.365,68	384.795,91	535.494,26	427.645,77
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	452.471,27	120.531,89	-320.859,43	-422.590,97
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			86.500,00	-36.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	77.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		876.706,92	15,00	18,41
Liquidadas		876.706,92		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LEOBERTO LEAL, 17/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH
 Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
 Auditor de Controle Interno

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	TOTAL (U.L. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	848.648,22	801.119,01	992.297,32	913.953,57	893.531,39	1.174.900,74	1.091.691,04	1.346.690,89	859.777,48	1.197.751,74	1.226.997,21	1.004.712,57	12.950.240,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.620,95	25.172,14	24.243,90	22.176,16	17.223,97	22.781,85	22.679,00	41.105,53	58.040,82	34.730,43	26.107,45	18.730,58	334.613,79
IPTU	129,95	0,00	0,00	70,69	120,92	76,61	8.734,48	19.901,56	18.193,56	5.245,89	236,12	238,12	56.497,26
IRPJ/F	6.921,79	16.376,99	11.666,72	7.092,30	12.321,89	14.680,94	8.490,73	15.998,97	15.998,97	13.304,50	8.666,49	12.723,83	133.277,04
I.S.S.	13.548,95	7.574,93	11.366,13	11.899,67	4.180,02	6.081,03	4.917,35	5.035,68	5.841,49	6.131,15	6.737,09	4.930,11	88.233,60
I.T.B.I.	0,00	210,60	688,00	2.008,00	601,14	0,00	1.306,00	673,12	623,71	1.019,87	1.760,83	440,00	9.333,27
Outras Receitas Tributárias	1.020,26	1.009,62	523,05	1.115,50	0,00	1.943,28	2.915,28	7.145,44	17.499,09	9.029,02	5.673,65	396,52	48.272,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.125,61	27.250,74	23.721,24	25.031,65	48.030,00	47.060,52	5.261,78	27.954,47	26.728,15	29.593,51	25.653,00	30.016,39	340.623,06
RECEITA PATRIMONIAL	72.701,84	-108.940,93	50.279,53	72.507,69	-136.630,83	396.033,71	5.394,68	212.112,72	-30.784,33	121.135,21	136.074,40	41.576,87	828.490,95
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	300,00	310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	727.176,53	856.909,29	893.177,03	792.895,72	963.317,17	1.307.085,26	1.058.197,54	1.096.894,12	803.356,93	1.011.341,74	1.037.831,34	895.080,20	11.363.222,87
Cota-Parte do FPM	325.915,82	428.129,77	352.679,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.631,36	635.182,90	376.793,29	430.046,10	573.086,30	429.779,99	5.727.807,81
Cota-Parte do ICMS	211.605,52	218.622,81	235.726,02	229.181,96	255.017,58	254.184,23	244.454,92	231.574,89	233.716,41	228.987,77	233.431,76	235.346,53	2.815.075,39
Cota-Parte do IPVA	21.572,85	15.723,65	22.291,90	18.807,46	10.398,30	4.178,02	8.652,42	15.533,16	25.411,65	27.034,83	25.135,56	27.263,57	221.954,37
Cota-Parte do ITR	74,76	189,23	2.716,71	4.504,54	185,09	57,54	30,69	119,86	96,06	119,75	19,49	44,82	8.193,54
Outras Transferências Correntes	77.199,85	95.111,12	181.491,00	91.240,06	99.406,63	201.111,04	99.762,44	77.103,68	69.015,32	22.4813,11	96.555,62	68.848,14	1.382.240,01
Transferências de LC 61/1989	3.397,18	3.633,03	3.305,53	3.594,69	3.920,89	4.190,99	3.831,35	3.243,70	3.169,52	3.453,68	3.755,44	3.577,83	43.017,43
Transferências de LC 87/1996	1.041,71	1.041,71	1.041,71	1.041,71	1.041,71	1.041,71	1.012,44	1.012,44	0,00	1.012,44	1.012,44	1.012,44	11.312,46
Transferências do FUNDEC	86.368,84	93.215,97	93.964,87	91.307,60	102.791,09	102.250,73	105.621,92	103.083,49	95.154,68	95.874,06	104.839,73	99.203,88	1.173.656,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.023,29	426,67	525,52	732,36	591,08	1.919,39	650,4	1.653,05	2.414,91	975,85	731,02	49.308,53	62.398,81
DEDUÇÕES (II)	133.842,60	157.498,33	144.294,96	143.704,42	196.361,66	197.371,24	171.787,14	201.598,32	150.690,31	163.829,15	189.213,16	210.969,99	2.061.151,88
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	21.121,26	23.782,09	20.740,92	21.753,61	44.135,92	43.446,24	1.224,70	24.263,73	22.862,70	25.698,39	21.924,18	25.946,52	305.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	112.721,34	133.716,24	123.544,04	121.950,61	152.225,74	153.925,00	170.562,44	177.335,19	127.837,61	138.130,76	167.288,98	138.405,47	1.943.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	714.805,62	643.619,68	847.972,36	769.849,15	693.169,73	1.577.529,50	919.813,90	1.148.091,97	708.087,17	1.033.922,59	1.037.884,05	793.742,58	10.888.088,30

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 17/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita MunicipalDEBORA VENTURIN
Auditor de Controle InternoWORLD JOSE KRELSCH
Contratado CRC-SC nº 14.520

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.226.000,00	1.226.000,00	620.221,44	620.221,44	-204.171,65
RECEITAS CORRENTES	1.226.000,00	1.226.000,00	736.940,83	736.940,83	244.582,58
Recarga de Contribuições dos Segurados	305.000,00	305.000,00	121.912,22	121.912,22	114.020,33
Pessoal Civil	305.000,00	305.000,00	121.912,22	121.912,22	114.020,33
Ativo	303.000,00	303.000,00	121.912,22	121.912,22	114.020,33
Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	920.000,00	920.000,00	569.412,61	569.412,61	130.562,25
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	920.000,00	920.000,00	569.412,61	569.412,61	130.562,25
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000,00	1.000,00	45.616,00	45.616,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	45.616,00	45.616,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	-116.719,39	-116.719,39	-448.754,23
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	606.000,00	606.000,00	244.041,55	244.041,55	229.132,60
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.832.000,00	1.832.000,00	864.262,99	864.262,99	24.960,95
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	667.000,00	667.000,00	296.093,09	296.093,09	269.022,55
Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	28.068,04
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	25.918,04
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	2.150,00
Pessoal Civil	662.000,00	662.000,00	296.093,09	296.093,09	240.954,51
0,00	0,00	0,00	263.951,61	263.951,61	240.954,51

Continua 1/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC

Continuação 2/4

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
Aposentadorias	0,00	0,00	195.907,75	195.907,75	212.029,01
Pensões	0,00	0,00	68.043,86	68.043,86	28.925,50
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	662.000,00	662.000,00	32.141,48	32.141,48	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	662.000,00	662.000,00	32.141,48	32.141,48	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	667.000,00	667.000,00	296.093,09	296.093,09	269.022,55
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.165.000,00	1.165.000,00	568.169,90	568.169,90	-244.061,60
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					1.360.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		Até o Semestre/2013	
		2014	2013		
Bancos Conta Movimento	8.899,91	10.844,33	14.058,83		
Investimentos	7.247.557,95	7.370.646,44	6.408.994,59		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	606.000,00	606.000,00	244.041,55	244.041,55	229.132,60
RECEITAS CORRENTES (VIII)	606.000,00	606.000,00	244.041,55	244.041,55	229.132,60
Recursos de Contribuições Patronais	606.000,00	606.000,00	244.041,55	244.041,55	229.132,60
Pessoal Civil	606.000,00	606.000,00	244.041,55	244.041,55	229.132,60
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	606.000,00	606.000,00	244.041,55	244.041,55	229.132,60

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (V + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 44

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LEOBERTO LEAL, 17/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal	WORLD JOSÉ KREIUSCH Contador CRC-SC nº 14.520	DÉBORA VENTURIN Auditor de Controle Interno
--	--	--

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	473.400,00	473.400,00	473.400,00
DEDUÇÕES (II)	794.757,26	794.757,26	708.535,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	853.715,93	853.715,93	979.450,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	58.958,67	58.958,67	270.915,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-321.357,26	-321.357,26	-235.135,47
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-321.357,26	-321.357,26	-235.135,47

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	86.221,79	86.221,79

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-14.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	5.877.245,07	5.877.245,07	6.703.299,23
Passivo Atuarial	5.877.245,07	5.877.245,07	6.703.299,23
DEDUÇÕES (VIII)	6.719.564,20	6.719.564,20	7.378.089,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.485,47	28.485,47	10.844,33
Investimentos	6.693.770,44	6.693.770,44	7.370.646,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.691,71	2.691,71	3.400,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-842.319,13	-842.319,13	-674.790,56
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-842.319,13	-842.319,13	-674.790,56

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 17/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
Auditor de Controle Interno

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.836.800,00	5.568.382,48	5.568.382,48	5.046.068,01
Receita Tributária	363.000,00	201.394,81	201.394,81	190.845,47
I.P.T.U.	60.000,00	55.099,09	55.099,09	45.580,02
I.S.S.	75.000,00	33.592,87	33.592,87	37.902,32
I.T.B.I.	25.000,00	5.825,53	5.825,53	13.228,48
I.R.R.F.	150.000,00	64.216,41	64.216,41	55.994,41
Outras Receitas Tributárias	53.000,00	42.660,91	42.660,91	38.140,24
Receita de Contribuição	963.000,00	389.424,85	389.424,85	365.906,20
Receitas Previdenciárias	911.000,00	365.953,77	365.953,77	343.152,93
Outras Contribuições	52.000,00	23.471,08	23.471,08	22.753,27
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	951.900,00	485.529,55	485.529,55	-302.613,42
(-) Aplicações Financeiras	951.900,00	485.529,55	485.529,55	-302.613,42
Transferências Correntes	10.476.800,00	4.922.111,42	4.922.111,42	4.476.529,04
F.P.M.	5.120.000,00	2.431.786,51	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	2.400.000,00	1.126.014,31	1.126.014,31	1.017.376,56
Convênios	133.000,00	1.230,67	1.230,67	12.172,57
Outras Transferências Correntes	2.823.800,00	1.363.079,93	1.363.079,93	1.190.304,80
Demais Receitas Correntes	34.000,00	55.451,40	55.451,40	12.787,30
Dívida Ativa	10.000,00	1.409,42	1.409,42	815,66
Diversas Receitas Correntes	24.000,00	54.041,98	54.041,98	11.971,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.585.000,00	130.250,00	130.250,00	0,00
Operações de Crédito (III)	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	86.500,00	86.500,00	0,00
Transferências de Capital	8.385.000,00	43.750,00	43.750,00	0,00
Convênios	8.385.000,00	43.750,00	43.750,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.385.000,00	43.750,00	43.750,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.221.800,00	5.612.132,48	5.612.132,48	5.046.068,01
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.181.056,11	5.225.836,94	5.225.836,94	4.562.000,75
Pessoal e Encargos Sociais	6.745.197,60	3.231.803,71	3.231.803,71	2.821.800,97
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.435.858,51	1.994.033,23	1.994.033,23	1.740.199,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.181.056,11	5.225.836,94	5.225.836,94	4.562.000,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.860.020,58	295.044,70	295.044,70	70.048,94
Investimentos	9.693.020,58	295.044,70	295.044,70	70.048,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	167.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	9.693.020,58	295.044,70	295.044,70	70.048,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.000,00	-	-	-

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.360.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	22.240.076,69	5.520.881,64	5.520.881,64	4.632.049,69
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.018.276,69	91.250,84	91.250,84	414.018,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	204.168,42	0,00
Superávit Financeiro	-	-	204.168,42	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				606.900,00

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 17/07/2014

TATIANE DUTRAALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

WORLI JOSÉ KREUSCH
 Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN
 Auditor de Controle Interno

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (RF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ORGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (0)	3.433,16	58.217,22	57.848,54	-	3.801,84	181.179,90	136.534,62	136.534,62	-		44.645,28
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.089,15	68.181,63	68.181,63	0,00		33.887,52
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164,04	42,96	42,96	0,00		121,08
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.748,38	38.696,42	38.696,42	0,00		18.051,96
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.891,00	6.891,00	6.891,00	0,00		0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217,50	0,00	0,00	0,00		217,50
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,45	0,00	0,00	0,00		140,45
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	10,00	10,00	0,00		20,00
SEC. DAAGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	950,00	950,00	950,00	0,00		0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332,05	9,66	9,66	0,00		322,39
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,23	0,00	0,00	0,00		233,23
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00		300,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	317,38	0,00	0,00	0,00		317,38
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	0,00	0,00	0,00		430,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,00	0,00	0,00	0,00		390,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.402,00	1.363,50	1.363,50	0,00		1.038,50
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.138,30	1.124,05	1.124,05	0,00		14,25
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.077,00	0,00	0,00	0,00		10.077,00
SEC. DAAGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.252,16	1.252,16	1.252,16	0,00		0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980,51	15,51	15,51	0,00		965,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00		0,00
SEC. DAAGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	703,17	443,67	443,67	0,00		259,50
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,02	151,38	151,38	0,00		46,64
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691,50	451,34	451,34	0,00		210,16
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	491,05	480,40	480,40	0,00		10,65
SEC. DAAGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,55	63,55	63,55	0,00		0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,26	0,00	0,00	0,00		2,26
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289,31	289,31	289,31	0,00		0,30
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	939,81	939,81	939,81	0,00		0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217,05	14,17	14,17	0,00		202,88
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.704,46	11.530,07	11.530,07	0,00		174,39
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143,17	38,67	38,67	0,00		104,50
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247,50	0,00	0,00	0,00		247,50
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.224,00	1.224,00	1.224,00	0,00		0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	0,00		0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	0,00		0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.652,57	66.894,81	66.894,81	0,00		10.757,76
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.176,55	20.176,55	20.176,55	0,00		0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447,50	447,50	447,50	0,00		0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,29	176,45	176,45	0,00		103,84
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00		5,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.794,00	35.794,00	35.794,00	0,00		3.354,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225,00	220,00	220,00	0,00		5,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00	0,00		0,00
SEC. DAAGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	870,00	870,00	0,00		0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805,22	805,22	805,22	0,00		0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.740,00	1.740,00	1.740,00	0,00		0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.574,58	1.574,58	1.574,58	0,00		0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00		250,00

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	3.433,16	58.217,22	57.848,54	-	3.801,84	-	181.179,90	136.534,62	136.534,62	-	44.645,28
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.652,57	66.894,81	66.894,81	0,00	10.757,76
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.466,61	2.462,61	2.462,61	0,00	4.004,00
SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,78	0,00	0,00	0,00	85,78
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,50	0,00	0,00	0,00	69,50
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	0,00	0,00	0,00	75,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.590,84	0,00	0,00	0,00	2.590,84
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.475,74	1.475,74	1.475,74	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	70,00	70,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,00	0,00	0,00	0,00	51,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,46	25,46	25,46	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,00	545,00	545,00	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285,50	111,70	111,70	0,00	173,80
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158,18	158,18	158,18	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158,18	158,18	158,18	0,00	0,00
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.635,82	1.635,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	19,00	19,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	44,16	44,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DAAGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	271,54	271,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	96,13	96,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	0,88	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	44,16	44,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	175,76	175,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	161,61	161,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	29,92	29,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	191,75	191,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	600,91	600,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INST. DE PREVIDENCIA - IPRELL - LEOBERTO LEAL	2.441,71	250,00	250,00	0,00	2.441,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRELL	2.441,71	250,00	250,00	0,00	2.441,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	991,45	55.657,50	55.657,50	0,00	991,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	991,45	8.807,23	8.807,23	0,00	991,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	8,91	8,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	5,65	5,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	680,00	680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	1.291,73	1.291,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	220,00	220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	145,00	145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.165,88	1.165,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	146,12	146,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	2.320,00	2.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	7.017,71	7.017,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	924,38	924,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DAADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	6.259,15	6.259,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	803,80	803,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.210,95	1.210,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	190,00	190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de LEOBERTO LEAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
PODER/ÓRGÃO											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	3.433,16	56.217,22	57.848,54	-	3.801,84	-	181.179,90	136.534,62	136.534,62	-	44.645,28
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SEC. DA ADMINIST. CONT. E FINANÇAS	991,45	55.657,50	55.657,50	0,00	991,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	130,74	130,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	1.329,29	1.329,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DOS TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	10.001,63	10.001,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.356,00	1.356,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	115,35	115,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	2.899,88	2.899,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA EDUC. CULTURA E DESPORTO	0,00	493,97	493,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	2.237,67	2.237,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	149,70	149,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA ADMINIST. CONT. E FINANÇAS	0,00	1.484,10	1.484,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	0,00	3.499,34	3.499,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	88,32	88,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	673,90	305,22	0,00	368,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	673,90	305,22	0,00	368,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	3.433,16	56.217,22	57.848,54	0,00	3.801,84	0,00	181.179,90	136.534,62	136.534,62	0,00	44.645,28

FONTE:

LEOBERTO LEAL , 17/07/2014

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA	WORLD JOSÉ KREUSCH	DÉBORA VENTURIN
Prefeita Municipal	Contador CRC-SC nº 14.520	Auditor de Controle Interno

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato Pregão 49/2014**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, contratação de empresa, com o fornecimento de Peças e Mão de Obra para conserto caminhão Volkswagen ano 2008, as 08:30 horas do dia 08 de agosto de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 23 de julho de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Macieira**PREFEITURA****Publicação Resumida Termo Aditivo Nº 13/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
Processo Licitatório nº 0002/2014.

Pregão Presencial nº 0002/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0006/2014.

ADITIVO Nº 13/2014.

ADITIVO QUALITATIVO DE ACRÉSCIMO.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra especializada, destinadas à recuperação de micro ônibus escolares placas MCB 5126 (item I) e MDC 0851 (item II), conforme especificado no anexo I do edital e conforme exigências nele contidas, para entrega de peças em até 03 (três) dias úteis.

Contratada: MECANICA ZAGO S.B. LTDA.

Valor total: Fica acrescido ao valor total do contrato o valor de R\$ 4.899,79 (quatro mil oitocentos e noventa e nove reais com setenta e nove centavos), de acordo com a relação de peças e serviços citados no Termo Aditivo, conforme a Lei nº 8.666/93, Art. 65, "d", § 1º.

Pagamento e vigência: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 21 de julho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 357/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 357/2014.

FORNECEDOR: SENUN COMERCIAL LTDA - ME.
CNPJ: 06.257.226/0001-59.

OBJETO: Aquisição de baterias recarregáveis para rádio de comunicação portátil, destinados à Polícia Militar de Mafra.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 3.620,00 (Três mil seiscentos e vinte reais).

Mafra, (SC) 24 de julho de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 341/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 341/2014.

FORNECEDOR: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 79.420.873/0001-03.

OBJETO: Aquisição de peças para realização da troca de óleo dos veículos Pálio Weekend placas MLL-4077, MLL-4097 e MLL-4667, pertencentes à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia dos veículos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 566,73 (Quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos).

Mafra, (SC) 24 de julho de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO para contratação de empresa especializada para Realização de Exames de tomografia, ressonância magnética, ultrassonografia, oftalmologia, gastroenterologia, cardiologia, neurologia, otorrinolaringologia e pneumologia, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser realizados no período de 12 meses compreendidos de 28 de julho de 2014 até o dia 28 de julho de 2015, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei

Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de julho de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 12.299.415/0001-97

BRUNO ROCHA

Nota Fiscal nº 000040 R\$ 1.680,00

Nota Fiscal nº 000121 R\$ 180,00

Valor Total: R\$ 1.860,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pela manutenção da central telefônica do Prédio da Prefeitura Municipal. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 25 de julho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.283.065/0001-41

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Nota Fiscal nº. 38827 R\$ 32.748,91

Nota Fiscal nº. 38830 R\$ 2.181,78

Nota Fiscal nº. 39482 R\$ 2.349,09

Nota Fiscal nº. 39484 R\$ 42.946,44

Nota Fiscal nº. 40435 R\$ 40.158,00

Nota Fiscal nº. 40434 R\$ 15.627,77

Valor Total: R\$ 136.011,99

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável por serviços de limpeza, merenda, jardinagem e serviços gerais da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 25 de julho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CPF: 005.036.859-17

PAULO HENRIQUE PATROCINI DA SILVA

RPA 001/008 R\$ 4.826,03

Valor Total: R\$ 4.826,03

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, vez que presta serviços de consultoria e assistência técnica especializada em engenharia clínica para implementação e execução de serviços técnicos dentro do projeto básico da UPA 24 horas. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 25 de julho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 3774

DECRETO Nº. 3774

De 24 de julho de 2.014

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº. 3.648, DE 26 DE ABRIL DE 2013, QUE ESTABELECE O PROCEDIMENTO PARA REVISÃO DO IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a Lei nº. 3.991, de 14 de março de 2014, que alterou a Lei nº. 3.849 de 13 de setembro de 2012 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A COMPENSAR VALOR DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º O art. 3º do Decreto Municipal nº. 3.648, de 26 de abril de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Departamento de Controle Tributário deverá proceder a revisão do cálculo do valor do IPTU do contribuinte e, constatado o lançamento a maior de valores, projetar os descontos em três parcelas, sendo a primeira correspondente a 33,34% (trinta e três

vírgula trinta e quatro por cento), a segunda e terceira correspondentes a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) cada, do valor total, em 3 (três) exercícios financeiros consecutivos, a contar do ano de 2014.

Art. 2º O art. 5º do Decreto Municipal nº. 3.648, de 26 de abril de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A Procuradoria Jurídica do Município de Mafra deverá desistir de todas as ações de execuções fiscais movido contra contribuintes que estejam com débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, na forma do art. 5º da Lei Municipal nº. 3849/2012."

Art. 3º O art. 9º do Decreto Municipal nº. 3.648, de 26 de abril de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O Departamento de Controle Tributário deverá promover a ampla revisão das inscrições de contribuintes no cadastro de dívida ativa retirando os nomes daqueles que tenham sido inscritos em decorrência do inadimplemento do pagamento do IPTU nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013."

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 24 de julho de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Município de Maravilha RREO 3º Bim RGF 1º Sem/2014

PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 09:14

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.720.165,09	1.001.680,22	-
Dívida Mobiliária	785.702,37	313.754,12	-
Dívida Contratual	934.462,72	687.926,10	-
Interna	934.462,72	687.926,10	-
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos	-	-	-
não Pagos	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II)*	3.591.086,83	5.093.866,28	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.075.564,34	6.621.344,97	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.484.477,51	1.527.478,69	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-1.870.921,74	-4.092.186,06	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	47.221.235,05	50.754.217,75	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	3,64	1,97	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-3,96	-8,06	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>			
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL			
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	934.462,72	687.926,10	-
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	-	-	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FTGS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	934.462,72	687.926,10	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 14m.

* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 09:13

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
 Poder Executivo
 Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.932.448,04	6.238,38
Pessoal Ativo	23.692.165,09	6.238,38
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.240.282,95	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	24.932.448,04	6.238,38
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIIb)		24.938.686,42

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	50.754.217,75
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	49,14
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54%	27.407.277,59
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3%	26.036.913,71
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 48,6%	24.666.549,83

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 12m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidada inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executada estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ROSIMAR MALDANER
 Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
 Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
 Controle Interno

MUNICÍPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 08:43

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')				R\$ 1,00			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	50.882.012,00	59.068.153,60	14.820.542,45	36.302.375,42	8.747.864,47	26.263.695,00	32.804.458,60
Legislativa	2.303.723,40	2.303.723,40	197.569,05	629.854,77	205.934,78	580.652,12	1.723.071,28
Ação Legislativa	2.303.723,40	2.303.723,40	197.569,05	629.854,77	205.934,78	580.652,12	1.723.071,28
Administração	3.898.588,00	3.568.588,00	474.579,10	2.077.985,81	591.383,01	1.788.723,62	1.779.864,38
Administração Geral	3.448.588,00	3.118.588,00	386.750,03	1.799.569,97	500.959,45	1.524.107,80	1.594.480,20
Administração Financeira	450.000,00	450.000,00	87.829,07	278.415,84	90.423,56	264.615,82	185.384,18
Segurança Pública	1.100.000,00	1.205.041,35	164.256,07	689.616,18	125.629,80	556.840,00	648.201,35
Policimento	300.000,00	405.041,35	31.415,05	200.872,23	29.322,49	180.314,70	224.726,65
Infra-Estrutura Urbana	800.000,00	800.000,00	132.841,02	488.743,95	96.307,31	376.525,30	423.474,70
Assistência Social	2.232.100,00	2.352.100,00	375.331,99	1.357.160,47	395.558,53	1.109.186,07	1.242.913,93
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	0,00	29.100,00	9.550,00	14.450,00	15.550,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.053.500,00	1.123.500,00	131.215,37	395.353,82	86.753,81	249.157,07	874.342,93
Assistência Comunitária	1.148.600,00	1.198.600,00	244.116,62	932.706,65	299.254,72	845.579,00	353.021,00
Saúde	12.087.812,00	12.635.087,00	2.774.383,58	7.682.150,58	2.065.004,87	6.273.157,56	6.361.929,44
Atenção Básica	10.409.412,00	10.956.687,00	2.511.645,07	6.843.107,72	1.892.837,31	5.528.369,63	5.428.317,37
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.450.000,00	1.450.000,00	233.120,67	749.404,75	142.480,67	657.160,86	792.839,14
Vigilância Sanitária	228.400,00	228.400,00	29.617,84	89.638,11	29.686,89	87.627,07	140.772,93
Educação	13.998.360,00	14.924.501,14	3.319.119,13	8.621.367,98	2.647.665,82	7.122.508,57	7.801.992,57
Alimentação e Nutrição	450.000,00	500.000,00	68.857,81	270.263,69	71.675,75	258.770,24	241.229,76
Ensino Fundamental	7.295.000,00	7.927.200,00	1.912.432,52	4.444.958,20	1.294.751,22	3.575.617,40	4.351.582,60
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	0,00	96.000,00	24.000,00	48.000,00	72.000,00
Educação Infantil	6.133.360,00	6.377.301,14	1.337.828,80	3.810.146,09	1.257.238,85	3.240.120,93	3.137.180,21
Cultura	734.840,00	594.840,00	91.175,44	337.458,36	91.777,39	242.827,20	352.012,80
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	340.000,00	200.000,00	37.323,41	78.873,41	37.323,41	78.873,41	121.126,59
Difusão Cultural	394.840,00	394.840,00	53.852,03	258.584,95	54.453,98	163.953,79	230.886,21
Urbanismo	3.479.200,00	6.688.634,11	2.701.722,36	5.254.192,46	841.633,39	2.703.538,59	3.985.095,52
Planejamento e Orçamento	200.000,00	200.000,00	53.834,04	101.771,92	52.162,04	99.843,62	100.156,38
Infra-Estrutura Urbana	835.000,00	4.069.475,46	2.140.123,02	3.528.506,63	268.574,60	1.077.944,52	2.991.530,94
Serviços Urbanos	2.444.200,00	2.419.158,65	507.765,30	1.623.913,91	520.896,75	1.525.750,45	893.408,20
Habitação	455.000,00	455.000,00	2.960,31	34.458,88	2.960,31	33.158,88	421.841,12
Administração Geral	35.000,00	35.000,00	2.960,31	22.648,07	2.960,31	22.648,07	12.351,93
Habitação Urbana	420.000,00	420.000,00	0,00	11.810,81	0,00	10.510,81	409.489,19
Gestão Ambiental	94.200,00	94.200,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	79.200,00

PÁGINA: 2 DE 2
24/07/2014 08:43

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo				
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/Total b)	% (b/a)			
Preservação e Conservação Ambiental	14.200,00	14.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			14.200,00
Recursos Hídricos	80.000,00	80.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,06	18,75			65.000,00
Agricultura	3.635.000,00	4.847.000,00	1.880.340,75	3.205.042,50	727.817,49	1.863.709,92	7,10	38,45			2.983.290,08
Promoção da Produção Animal	550.000,00	550.000,00	103.902,00	378.113,08	103.902,00	378.113,08	1,44	68,75			171.886,92
Extensão Rural	3.085.000,00	4.297.000,00	1.776.438,75	2.826.929,42	623.915,49	1.485.596,84	5,66	34,57			2.811.403,16
Indústria	1.275.600,00	1.475.600,00	23.112,69	1.160.256,32	38.333,06	832.068,84	3,17	56,39			643.531,16
Promoção Industrial	1.275.600,00	1.475.600,00	23.112,69	1.160.256,32	38.333,06	832.068,84	3,17	56,39			643.531,16
Comércio e Serviços	606.500,00	2.201.500,00	974.231,51	1.108.379,40	34.394,64	109.803,33	0,42	4,99			2.091.696,67
Extensão Rural	30.000,00	30.000,00	0,00	10,00	0,00	10,00	0,00	0,03			29.990,00
Promoção Comercial	487.000,00	487.000,00	2.700,49	90.436,35	17.242,74	66.821,70	0,25	13,72			420.178,30
Turismo	89.500,00	1.684.500,00	971.531,02	1.017.933,05	17.151,90	42.971,63	0,16	2,55			1.641.528,37
Transporte	1.325.000,00	1.335.000,00	215.879,45	899.890,34	238.976,04	800.916,59	3,05	59,99			534.083,41
Transporte Rodoviário	1.325.000,00	1.335.000,00	215.879,45	899.890,34	238.976,04	800.916,59	3,05	59,99			534.083,41
Desporto e Lazer	734.840,00	1.466.090,00	1.066.432,33	1.374.388,88	181.129,32	376.431,22	1,43	25,68			1.089.658,78
Desporto Comunitário	734.840,00	1.466.090,00	1.066.432,33	1.374.388,88	181.129,32	376.431,22	1,43	25,68			1.089.658,78
Encargos Especiais	2.800.000,00	2.800.000,00	559.448,69	1.855.172,49	559.666,02	1.855.172,49	7,06	66,26			944.827,51
Refinanciamento da Dívida Interna	1.000.000,00	1.000.000,00	257.808,79	744.808,65	257.808,79	744.808,65	2,84	74,48			255.191,35
Outros Encargos Especiais	1.800.000,00	1.800.000,00	301.639,90	1.110.363,84	301.857,23	1.110.363,84	4,23	61,69			689.636,16
Reserva de Contingência	121.248,60	121.248,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			121.248,60
Reserva de Contingência	121.248,60	121.248,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			121.248,60
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
TOTAL (III)=(I+II)	50.882.012,00	59.088.153,60	14.820.542,45	36.302.375,42	8.747.864,47	26.263.695,00	100,00	44,46			32.804.458,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 42m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014

PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 08:44

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
ESPECIFICAÇÃO		Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013							
		Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014							
RECEITAS CORRENTES (I)		4.415.475,61	4.305.115,77	4.539.467,70	4.119.517,30	4.339.068,81	5.299.578,69	56.236.678,70	56.896.412,00					
Receita Tributária		4.787.873,88	4.756.680,98	5.432.613,40	5.030.224,28	4.919.316,21	4.291.746,07	859.601,51	8.740.000,00					
		1.059.263,10	690.639,32	751.275,07	492.784,24	612.559,93	492.784,24	612.242,17	1.400.000,00					
IPTU		550.223,47	823.558,52	1.770.760,30	594.557,69	731.838,62	24.990,92	1.548.705,66	3.000.000,00					
		115.808,06	31.067,56	109.099,88	12.543,66	12.600,97	21.490,06	3.726.829,09	1.800.000,00					
ISS		2.178,00	187.933,51	888.728,37	32.752,15	109.512,52	411.274,86	1.043.448,30	1.640.000,00					
		308.725,23	357.989,89	347.536,48	256.001,79	322.297,36	252.508,41	2.248.208,34	900.000,00					
ITBI		290.245,21	314.465,25	327.043,62	119.229,13	130.599,73	303.204,53	982.112,55	1.640.000,00					
		478.198,83	182.193,85	146.555,89	126.272,93	208.472,17	180.463,01	1.043.448,30	1.640.000,00					
IRRF		139.308,92	98.603,27	135.106,08	75.246,36	125.024,88	89.220,23	642.483,02	400.000,00					
		85.454,31	76.950,26	81.545,88	78.603,43	73.335,37	73.518,50	115.167,10	100.000,00					
Outras Receitas Tributárias		71.999,56	77.268,83	73.944,94	29.763,30	22.036,99	30.910,97	42.996.111,29	45.356.412,00					
		71.076,67	42.437,76	66.536,94	61.071,49	97.635,26	84.262,19	1.480.182,79	13.000.000,00					
Receita De Contribuicões		46.491,78	145.287,66	345.937,29	53.095,85	55.220,32	53.384,74	13.558.496,74	14.000.000,00					
		43.094,46	47.988,04	46.834,45	59.889,79	55.869,57	55.219,04	2.631.439,80	2.800.000,00					
Receita Patrimonial		57.247,72	55.896,12	58.742,92	72.854,63	52.164,65	60.733,52	8.172,31	2.000,00					
		57.475,89	36.358,00	86.410,57	28.384,89	39.784,00	58.513,11	58.990,19	70.000,00					
Receita Agropecuária		43.050,58	45.668,92	48.585,33	-	19.165,30	9.667,91	203.626,27	200.000,00					
		9.582,65	9.615,67	9.549,63	-	19.165,30	9.667,91	203.626,27	200.000,00					
Transferencias Correntes		9.582,65	9.582,65	90,04	19.165,30	9.582,65	9.582,65	2.000,00	2.000,00					
		3.071.229,70	3.198.036,23	3.480.474,67	3.384.642,75	3.493.312,84	4.050.808,71	8.172,31	2.000,00					
Cota-Parte do FPM		4.023.103,41	3.671.077,39	3.382.245,70	3.994.647,42	3.853.840,79	3.392.691,68	8.172,31	2.000,00					
		651.831,69	863.783,19	693.832,90	705.367,41	981.151,74	1.480.182,79	58.990,19	70.000,00					
Cota-Parte do ICMS		1.189.662,73	1.270.385,79	753.586,58	860.092,19	1.146.178,61	859.559,97	203.626,27	200.000,00					
		965.584,92	1.008.615,18	1.124.530,65	1.021.784,57	1.134.675,62	1.214.086,55	203.626,27	200.000,00					
Cota-Parte do IPVA		1.229.666,75	1.169.719,79	1.170.406,69	1.154.974,52	1.177.389,35	1.187.062,15	2.000,00	2.000,00					
		295.631,98	273.782,26	248.117,19	218.995,14	113.198,03	58.046,05	2.000,00	2.000,00					
Cota-Parte do ITR		117.302,30	205.400,55	255.916,17	275.226,62	286.940,99	282.882,52	2.000,00	2.000,00					
		30,77	73,23	3.080,03	4.667,12	79,47	21,15	2.000,00	2.000,00					
Transferências da LC 87/1996		29,48	36,69	-	87,02	60,21	7,14	2.000,00	2.000,00					
		9.575,66	4.787,83	9.575,66	-4.787,83	9.575,66	4.787,83	2.000,00	2.000,00					
Transferências da LC 61/1989		5.019,38	5.114,00	-	5.114,00	5.114,00	5.114,00	2.000,00	2.000,00					
		15.613,55	16.707,22	15.197,10	12.243,39	22.023,24	14.815,40	2.000,00	2.000,00					
		20.876,34	15.727,81	16.009,68	17.419,75	18.946,84	18.045,95	2.000,00	2.000,00					

PÁGINA: 2 DE 2
24/07/2014 08:44

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
		Julho/2013 Janeiro/2014	Agosto/2013 Fevereiro/2014	Setembro/2013 Março/2014	Outubro/2013 Abril/2014	Novembro/2013 Maio/2014	Dezembro/2013 Junho/2014						
Transferências do FUNDEB		630.111,24	584.066,30	667.672,90	602.972,13	650.712,82	721.900,34	636.478,31	674.876,20	7.749.132,79	8.000.000,00		
Outras Transferências Correntes		686.697,55	663.833,28	591.176,73	638.634,99	581.896,26	556.968,60	543.334,59	544.334,59	7.330.637,60	7.284.412,00		
		502.849,89	446.221,02	718.468,24	823.400,82	581.896,26	403.541,64	106.645,77	228.400,58	2.303.629,26	1.550.000,00		
Outras Receitas Correntes		773.848,88	340.859,48	595.149,85	1.043.098,33	544.334,59	265.382,30	163.497,42	450.341,62	5.482.460,95	6.014.400,00		
		174.829,81	322.478,51	164.923,31	116.139,83	106.645,77	470.548,00	461.340,74	470.548,00	5.482.460,95	6.014.400,00		
DEDUÇÕES (II)		104.666,05	150.897,38	172.189,11	333.579,19	228.400,58	163.497,42	163.497,42	461.340,74	5.482.460,95	6.014.400,00		
		381.908,56	435.498,34	412.155,45	397.807,22	450.341,62	461.340,74	461.340,74	470.548,00	5.482.460,95	6.014.400,00		
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB		506.731,88	537.436,97	437.646,59	464.119,66	526.925,92	470.548,00	461.340,74	470.548,00	5.482.460,95	6.014.400,00		
		381.908,56	435.498,34	412.155,45	397.807,22	450.341,62	461.340,74	461.340,74	470.548,00	5.482.460,95	6.014.400,00		
		506.731,88	537.436,97	437.646,59	464.119,66	526.925,92	470.548,00	461.340,74	470.548,00	5.482.460,95	6.014.400,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		4.033.567,05	3.869.617,43	4.127.312,25	3.721.710,08	3.888.727,19	4.838.237,95	4.838.237,95	4.838.237,95	50.754.217,75	50.882.012,00		
		4.281.142,00	4.219.244,01	4.994.966,81	4.566.104,62	4.392.390,29	3.821.198,07	3.821.198,07	3.821.198,07	50.754.217,75	50.882.012,00		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 43m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 09:19

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	47.221.235,05	50.754.217,75	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 15m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

ROSIMAR MALDANER
 Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
 Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
 Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 09:20

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.754.217,75	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(I	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 20m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita MunicipalCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0ADRIANA DIAS
Controle Interno

PÁGINA: 2 DE 2
24/07/2014 09:20

MUNICÍPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 08:46

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 31/Dez/2013 (b)	Em 30/Jun/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.720.165,09	-	1.001.680,22
DEDUÇÕES(II)	3.591.086,83	-	5.093.866,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.075.564,34	-	6.621.344,97
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.484.477,51	1.484.477,51	1.527.478,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.870.921,74	-	-4.092.186,06
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.870.921,74	-	-4.092.186,06

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-4.092.186,06	-2.221.264,32

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Dez/2013	Em 30/Jun/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 45m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICÍPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 09:23Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
				R\$ 1,00
	Fonte de Recurso não Cadastrada	-	208.732,81	-208.732,81
	Assistência Farmacêutica Básica	15.593,73	-	15.593,73
	Atenção Básica	821.198,73	46.304,57	774.894,16
	Atenção de Média/Alta Complex. Amb. Hosp.	242.344,49	49.762,20	192.582,29
	Contrib. Custeio Ilumin. Publica - COSIP	82.426,97	36.505,05	45.921,92
	Conv. Estado - Transp. Escolar	42.064,62	1.305,34	40.759,28
	Convênio de Transito Policia Civil	12.593,90	13.672,74	-1.078,84
	Convênio de Transito Policia Militar	52.359,99	5.008,12	47.351,87
	Convênio de Transito Prefeitura	60.216,79	108.599,99	-48.383,20
	Cota Parte da CIDE	167,55	-	167,55
	Gestão do SUS	171.747,64	157.444,31	14.303,33
	Outras Transf. - FNAS	144.655,69	22.499,26	122.156,43
	Outras Transf. dos Municípios - SAMU	-	2.431,45	-2.431,45
	Outros Recursos do Fundo Nac. de Saude	-	20.091,29	-20.091,29
	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	181.096,41	-	181.096,41
	Progr. Erradicação Trabalho Infantil - PETI	-	209,26	-209,26
	Progr. Pessoa Def. Física - PPD	-	2.513,60	-2.513,60
	Programa Sentinela	-	402,58	-402,58
	Transf. Diretas do FNDE - PNAE	1.154,17	2.330,34	-1.176,17
	Transf. Diretas do FNDE - PNATE	12.850,35	-	12.850,35
	Transf. do Salário Educação	134.915,81	37.883,68	97.032,13
	Transf. FUNDEB 60%	58.601,58	141.345,91	-82.744,33
	Transf. FUNDEB Outras Despesas	-	4.934,13	-4.934,13
	Transferências de Convênios - Assistência Social	382.649,79	25.297,42	357.352,37
	Transferências de Convênios - Outros	2.269.799,31	301.862,22	1.967.937,09
	Transferências de Convênios - Saúde	233.029,35	-	233.029,35
	Vigilância em Saúde	-	3.190,96	-3.190,96
	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.919.466,87	1.192.327,23	3.727.139,64
	Fundo Especial do Petróleo	252,00	56.112,33	-55.860,33
	Rec. de impostos para Ações na Saúde	-	148.033,60	-148.033,60
	Rec. de impostos para Ensino Básico	-	123.726,03	-123.726,03

PÁGINA: 2 DE 2
24/07/2014 09:23

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
			R\$ 1,00
Rec. Fundo Municipal de Habitação	331.807,31	130,24	331.677,07
Receita Agropecuária	34.273,34	7.058,75	27.214,59
Recursos FIA	2.273,20	7,80	2.265,40
Recursos FUNREBOM	351.824,92	6.364,82	345.460,10
Recursos Ordinários	350.498,96	618.802,25	-268.303,29
Rendimento de Aplicação Financeira	-	5.068,66	-5.068,66
Taxa de Fisc. da Vig. Sanitária	29.114,20	437,37	28.676,83
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.100.043,93	965.741,85	134.302,08
TOTAL (III) = (I+II)	6.019.510,80	2.158.069,08	3.861.441,72

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 23m.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

MUNICÍPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 09:25

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')						R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE E DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	18.864,21	-208.732,81	-
Assistência Farmacêutica Básica	-	-	-	352.731,72	15.593,73	-
Atenção Básica	-	46.304,57	-	327.006,57	774.894,16	-
Atenção de Média/Alta Complex. Amb. Hosp.	-	49.762,20	-	47.922,30	192.582,29	-
Contrib. Custeio Ilumin. Publica - COSIP	2.025,75	34.279,30	200,00	40.759,28	45.921,92	-
Conv. Estado - Transp. Escolar	-	39,00	1.266,34	-	40.759,28	-
Convênio de Transito Policia Civil	-	1.063,20	12.609,54	29.928,36	-1.078,84	-
Convênio de Transito Policia Militar	-	7,80	5.000,32	16.061,40	47.351,87	-
Convênio de Transito Prefeitura	-	104.713,35	3.886,64	66.228,89	-48.383,20	-
Cota Parte da CIDE	-	-	-	-	167,55	-
Gestão do SUS	-3.792,76	8.579,77	152.657,30	73.928,00	14.303,33	-
Outras Transf. - FNAS	-	14.805,83	7.693,43	99.230,59	122.156,43	-
Outras Transf. dos Municípios - SAMU	-	2.431,45	-	4.486,86	-2.431,45	-
Outros Recursos do Fundo Nac. de Saude	-	20.091,29	-	39.795,59	-20.091,29	-
Outros Recursos do Fundo Nacional de Educação -FND	-	-	-	759.959,40	181.096,41	-
Progr. Erradicação Trabalho Infantil - PETI	-	188,26	21,00	4.392,52	-209,26	-
Progr. Pessoa Def. Física - PPD	-	2.513,60	-	2.513,60	-2.513,60	-
Programa de Atenção a Criança - PAC	-	-	-	50,02	-	-
Programa Sentinela	73,60	187,20	141,78	28,60	-402,58	-
Transf. Diretas do FNDE - PNAE	-	2.330,34	-	5.525,06	-1.176,17	-
Transf. Diretas do FNDE - PNATE	-	-	-	-	12.850,35	-
Transf. do Salário Educação	183,96	37.699,72	-	111.027,98	97.032,13	-
Transf. FUNDEB 60%	-	141.345,91	-	-	-82.744,33	-
Transf. FUNDEB Outras Despesas	-	4.899,13	35,00	18.328,17	-4.934,13	-
Transferências de Convênios - Assistência Social	-678,00	5.017,42	20.958,00	24.160,34	357.352,37	-
Transferências de Convênios - Outros	69.122,97	32.207,80	200.531,45	4.867.512,97	1.967.937,09	-
Transferencias de Convenios - Saúde	-	-	-	201.212,29	233.029,35	-
Vigilância em Saúde	-	3.190,96	-	676,82	-3.190,96	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	66.935,52	511.658,10	405.000,80	7.071.572,26	3.727.139,64	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	16.185,10	-	-
Fundo Especial do Petróleo	-	56.112,33	-	13.759,34	-55.860,33	-
Rec. de Impostos para Ações na Saúde	-	144.346,22	3.687,38	388.956,74	-148.033,60	-
Rec. de Impostos para Ensino Básico	50,00	112.827,02	10.849,01	598.050,41	-123.726,03	-

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

DESTINAÇÃO DE RECURSOS					RESTOS A PAGAR			DISPONIBILIDADE E DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
					Liquidadados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidadados (Não processados)			
					De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores			Do Exercício
Rec. Fundo Municipal de Habitação					-	130,24	-	1.300,00	331.677,07	-
Receita Agropecuária					514,23	6.193,92	350,60	23.063,27	27.214,59	-
Recursos FIA					-	7,80	-	15.600,00	2.265,40	-
Recursos FUNREBOM					486,71	1.978,04	3.900,07	20.557,53	345.460,10	-
Recursos Ordinários					-2.383,33	600.320,81	22.898,47	1.839.098,90	-268.303,29	-
Rendimento de Aplicação Financeira					12,00	-	5.056,66	-	-5.068,66	-
Taxa de Fisc. da Vig. Sanitária					-	95,01	342,36	1.334,22	28.676,83	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)					-1.320,39	922.011,39	47.084,55	2.917.905,51	134.302,08	-
TOTAL (III) = (I+II)					65.615,13	1.433.669,49	452.085,35	9.989.477,77	3.861.441,72	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 24m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014

PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 08:49

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	50.782.012,00	26.079.062,67	26.079.062,67	22.665.012,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.740.000,00	5.083.180,77	5.083.180,77	4.639.266,75
IPTU	1.400.000,00	1.242.594,61	1.242.594,61	1.065.411,68
ISS	3.000.000,00	1.723.003,48	1.723.003,48	1.521.973,82
ITBI	1.800.000,00	888.226,38	888.226,38	754.711,82
IRRF	900.000,00	448.670,63	448.670,63	351.108,41
Outras Receitas Tributárias	1.640.000,00	780.685,67	780.685,67	946.061,02
Receita de Contribuição	750.000,00	342.865,16	342.865,16	316.626,48
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	750.000,00	342.865,16	342.865,16	316.626,48
Receita Patrimonial Líquida	300.000,00	68.003,70	68.003,70	64.173,85
Receita Patrimonial	400.000,00	263.986,83	263.986,83	141.224,87
(-)Aplicações Financeiras	100.000,00	195.983,13	195.983,13	77.051,02
Transferências Correntes	39.342.012,00	19.374.197,37	19.374.197,37	16.898.524,87
FPM	10.400.000,00	4.863.572,84	4.863.572,84	4.513.350,11
ICMS	11.200.000,00	5.668.126,12	5.668.126,12	4.751.248,05
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	17.742.012,00	8.842.498,41	8.842.498,41	7.633.926,71
Demais Receitas Correntes	1.650.000,00	1.210.815,67	1.210.815,67	746.420,13
Dívida Ativa	250.000,00	148.212,63	148.212,63	120.024,82
Diversas Receitas Correntes	1.400.000,00	1.062.603,04	1.062.603,04	626.395,31
RECEITAS DE CAPITAL(II)	-	2.414.908,74	2.414.908,74	475.438,40
Operações de Crédito(III)	-	-	-	224.407,17
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	2.414.908,74	2.414.908,74	251.031,23
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	2.414.908,74	2.414.908,74	251.031,23
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	-	2.414.908,74	2.414.908,74	251.031,23
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	50.782.012,00	28.493.971,41	28.493.971,41	22.916.043,31
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	42.886.271,60	22.577.176,16	22.577.176,16	17.446.471,36

PÁGINA: 2 DE 2
24/07/2014 08:49

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	22.648.083,40	12.384.404,05	12.384.404,05	9.914.263,31
Juros e Encargos da Dívida(IX)	255.000,00	136.557,93	136.557,93	208.974,90
Outras Despesas Correntes	19.983.188,20	10.056.214,18	10.056.214,18	7.323.233,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	42.631.271,60	22.440.618,23	22.440.618,23	17.237.496,46
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	16.060.633,40	3.686.518,84	3.686.518,84	1.013.731,20
Investimentos	14.289.633,40	2.429.620,05	2.429.620,05	500.007,72
Inversões Financeiras	991.000,00	626.000,00	626.000,00	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	991.000,00	626.000,00	626.000,00	-
Amortização da Dívida(XIV)	780.000,00	630.898,79	630.898,79	513.723,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	15.280.633,40	3.055.620,05	3.055.620,05	500.007,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	121.248,60	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	58.033.153,60	25.496.238,28	25.496.238,28	17.737.504,18
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-7.251.141,60	2.997.733,13	2.997.733,13	5.178.539,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 49m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014

PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 08:52

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)											
EXECUTIVO											
GABINETE DO PREFEITO E VICE - PREFEITO	-	25.107,31	25.107,31	-	-	-	378,92	11,12	11,12	-	367,80
SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA	-	75.535,52	75.480,66	-	54,86	-	18.835,94	2.914,71	2.914,71	731,67	15.189,56
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULT. E DESPORTO	-	427.515,33	427.281,37	-	233,96	-	471.265,51	270.894,14	209.016,17	686,10	199.685,27
SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMENTO	-	418.009,34	417.728,91	0,36	280,07	-	655.396,69	314.533,81	314.310,69	184.175,84	156.687,04
SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO	4.488,13	403.138,51	396.302,37	61,25	11.263,02	90.385,99	139.650,49	137.262,92	134.048,90	45.953,72	47.419,84
SECRET. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	-	59.938,24	59.110,71	203,30	624,23	-	115.160,50	111.838,60	111.743,68	21,07	3.300,83
SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO	-	12.255,78	12.255,78	-	-	-	3.888,75	3.848,48	-	-	40,27
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	-	58.451,28	58.377,68	-	73,60	50.000,00	46.004,60	54.515,57	54.515,57	12.094,29	29.394,74
SUBTOTAL	4.488,13	1.479.951,31	1.471.644,79	264,91	12.529,74	140.985,99	1.450.581,40	895.819,35	830.409,32	243.662,69	452.085,35
LEGISLATIVO											
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	38,07	-	-	-	38,07	1.255,02	73.220,11	70.364,69	70.364,69	989,44	3.121,00
SUBTOTAL	38,07	-	-	-	38,07	1.255,02	73.220,11	70.364,69	70.364,69	989,44	-66.254,25
TOTAL(I)	4.526,20	1.479.951,31	1.471.644,79	264,91	12.567,81	142.241,01	1.523.801,51	966.184,04	900.774,01	244.652,13	455.206,35

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 51m.

ROSIMAR MALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal Contador CRC/SC 22.406/O-0 Controle Interno

MUNICÍPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 09:26Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
1º Semestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	24.938.686,42	49,14
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	27.407.277,59	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	26.036.913,71	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.092.186,06	-8,06
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 25m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita MunicipalCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014

PÁGINA: 1 DE 7
24/07/2014 08:54

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100
						%
1-RECEITAS DE IMPOSTOS						
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU						
1.1.1-IPTU						
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU						
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU						
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU						
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU						
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI						
1.2.1-ITBI						
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI						
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI						
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI						
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI						
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS						
1.3.1-ISS						
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS						
1.3.3-Dívida Ativa do ISS						
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS						
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS						
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF						
1.4.1-IRRF						
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF						
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF						
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF						
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF						
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)						
1.5.1-ITR						
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR						
1.5.3-Dívida Ativa do ITR						
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR						
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR						

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RR00 - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
2.1-Cota-Parte FPM	30.072.000,00	30.072.000,00	14.725.076,56	14.725.076,56	48,97	
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.000.000,00	13.000.000,00	6.079.465,87	6.079.465,87	46,77	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	13.000.000,00	13.000.000,00	6.079.465,87	6.079.465,87	46,77	
2.2-Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	-	-	-	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	70.000,00	70.000,00	7.089.219,25	7.089.219,25	50,64	
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	25.475,38	25.475,38	36,39	
2.5-Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	107.026,37	107.026,37	53,51	
2.6-Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	220,54	220,54	11,03	
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	1.423.669,15	1.423.669,15	50,85	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	37.352.000,00	37.352.000,00	19.108.043,94	19.108.043,94	51,16	

PÁGINA: 3 DE 7
24/07/2014 08:54

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)
					(c)=(b/a)x100
					%
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		1.425.000,00	1.425.000,00	567.555,75	39,83
5.1 - Transferências do Salário-Educação		1.000.000,00	1.000.000,00	417.326,18	41,73
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		-	-	-	-
5.5 - Outras Transferências do FNDE		425.000,00	425.000,00	150.229,57	35,35
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios		-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		300.000,00	300.000,00	128.970,68	42,99
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		1.725.000,00	1.725.000,00	696.526,43	40,38
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)
					(c)=(b/a)x100
					%
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		6.014.400,00	6.014.400,00	2.943.409,02	48,94
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)		2.600.000,00	2.600.000,00	1.215.893,03	46,77
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)		2.800.000,00	2.800.000,00	1.421.093,13	50,75
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)		14.000,00	14.000,00	5.114,00	36,53
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)		40.000,00	40.000,00	18.543,05	46,36
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))		400,00	400,00	44,21	11,05
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)		560.000,00	560.000,00	282.707,88	50,48
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		8.000.000,00	8.000.000,00	3.891.697,06	48,65
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		8.000.000,00	8.000.000,00	3.891.697,06	48,65
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB		-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹		1.985.600,00	1.985.600,00	948.288,04	47,76
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,01

R\$ 1,01

art. 72

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESAS LIQUIDADAS

DOTAÇÃO INICIAL

DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)

No Bimestre

Até o Bimestre (e)

(f)=(e/d)x100

13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

13.1-Com Educação Infantil

13.2-Com Ensino Fundamental

14-OUTRAS DESPESAS

14.1-Com Educação Infantil

14.2-Com Ensino Fundamental

15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB

16.1 - FUNDEB 60%

16.2 - FUNDEB 40%

17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB

17.1 - FUNDEB 60%

17.2 - FUNDEB 40%

18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)

INDICADORES DO FUNDEB

19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)

19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL' (13-(16.1+17.1)/(1X100)%

19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(1X100)%

19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%

VALOR

3.715.831,02

94,81

0,67

4,52

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		-713,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²		

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	9.338.000,00	9.338.000,00	4.777.010,99	4.777.010,99	51,16

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	6.093.360,00	6.093.360,00	3.118.311,56	3.118.311,56	51,18
23.1-Creche	6.093.360,00	6.093.360,00	3.118.311,56	3.118.311,56	51,18
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	1.761.655,84	1.761.655,84	46,36
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.293.360,00	2.293.360,00	1.356.655,72	1.356.655,72	59,16
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	5.960.000,00	5.960.000,00	3.060.118,70	3.060.118,70	51,34
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.200.000,00	4.200.000,00	1.954.175,18	1.954.175,18	46,53
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.760.000,00	1.760.000,00	1.105.943,52	1.105.943,52	62,84
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	
28-OUTRAS	-	-	-	-	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	12.053.360,00	12.053.360,00	6.178.430,26	6.178.430,26	51,26

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
		R\$ 1,00
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		948.288,04
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)		-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4		-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)		-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)		948.288,04
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))		5.230.142,22
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)*100)%		27,37

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		(f)=(e/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.000.000,00	1.000.000,00	415.251,21	415.251,21	41,53
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	375.000,00	1.251.141,14	192.399,75	192.399,75	15,38
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.375.000,00	2.251.141,14	607.650,96	607.650,96	26,99
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	13.428.360,00	14.304.501,14	6.786.081,22	6.786.081,22	47,44
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

PÁGINA: 7 DE 7
24/07/2014 08:54

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		R\$ 1,00
	VALOR	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-	
48-(+)-INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.891.697,06	
49-(-)-PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.599.921,09	
49.1-Orçamentário do Exercício	3.599.243,09	
49.2-Restos a Pagar	678,00	
50-(+)-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	291.775,97	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 53m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

ROSIMAR MALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal Contador CRC/SC 22.406/O-0 Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 1
24/07/2014 08:57

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL (-)Incentivos Fiscais a Contribuinte (-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	16.060.633,40	3.686.518,84		12.374.114,56
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	16.060.633,40	3.686.518,84		12.374.114,56

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-16.060.633,40	-3.686.518,84	-12.374.114,56
---	----------------	---------------	----------------

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 57m.

1

ROSIMAR MALDANER
Prefeita MunicipalCLAUDIO JOSE ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0ADRIANA DIAS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014

PÁGINA: 1 DE 1

24/07/2014 08:59

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Junho/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
	-	-	-
TOTAL	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 58m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 6
24/07/2014 09:02

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	7.280.000,00	7.280.000,00	4.382.967,38	60,20
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.400.000,00	1.400.000,00	1.242.594,61	88,75
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.800.000,00	1.800.000,00	888.226,38	49,34
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.723.003,48	57,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	900.000,00	900.000,00	448.670,63	49,85
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	-	-	-	-
Dívida Ativa dos Impostos	180.000,00	180.000,00	80.472,28	44,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	-	-	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.072.000,00	30.072.000,00	14.725.076,56	48,96
Cota-Parte FPM	13.000.000,00	13.000.000,00	6.079.465,87	46,76
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	220,54	11,02
Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	1.423.669,15	50,84
Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	7.089.219,25	50,63
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	107.026,37	53,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	25.475,38	36,39
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	25.475,38	36,39
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	37.352.000,00	37.352.000,00	19.108.043,94	51,15

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	12.368.212,00	12.368.212,00	6.195.922,69	50,09
Provenientes da União	4.368.212,00	4.368.212,00	2.007.725,63	45,96
Provenientes dos Estados	-	-	-	-
Provenientes de Outros Municípios	8.000.000,00	8.000.000,00	3.891.697,06	48,64
Outras Receitas do SUS	-	-	296.500,00	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.368.212,00	12.368.212,00	6.195.922,69	50,09

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	11.552.812,00	11.722.812,00	7.005.767,89	59,76	4.001.172,44	34,13
Pessoal e Encargos Sociais	6.041.360,00	6.041.360,00	3.337.567,11	55,24	2.553.694,05	42,27
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.511.452,00	5.681.452,00	3.668.200,78	64,56	1.447.478,39	25,47
DESPESAS DE CAPITAL	535.000,00	912.275,00	676.382,69	74,14	188.145,41	20,62
Investimentos	535.000,00	912.275,00	676.382,69	74,14	188.145,41	20,62
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.087.812,00	12.635.087,00	7.682.150,58	60,80	4.189.317,85	33,15

PÁGINA: 2 DE 6
24/07/2014 09:02

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.669.412,00	5.216.687,00	3.093.215,66	40,26	39.907,40	0,95
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	3.939.412,00	4.736.687,00	2.704.363,68	35,20	39.907,40	0,95
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	730.000,00	480.000,00	388.851,98	5,06	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	4.669.412,00	5.216.687,00	3.093.215,66	40,26	39.907,40	0,95
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	7.418.400,00	7.418.400,00	4.588.934,92	59,73	4.149.410,45	99,04
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,72
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) /100]6					1.283.203,85	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

PÁGINA: 3 DE 6
24/07/2014 09:02

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	10.409.412,00	10.956.687,00	6.843.107,72	89,08	3.583.997,66	85,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.450.000,00	1.450.000,00	749.404,75	9,76	605.320,19	14,45
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	228.400,00	228.400,00	89.638,11	1,17	-	-
Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	-	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.087.812,00	12.635.087,00	7.682.150,58	100,00	4.189.317,85	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 01m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

PÁGINA: 4 DE 6
24/07/2014 09:02

PÁGINA: 5 DE 6
24/07/2014 09:02

PÁGINA: 6 DE 6
24/07/2014 09:02

,

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014PÁGINA: 1 DE 2
24/07/2014 09:11

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		50.882.012,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		50.882.012,00	
Receitas Realizadas	10.116.040,27		28.689.954,54	
Déficit Orçamentário	-		-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		50.882.012,00	
Créditos Adicionais	-		8.186.141,60	
Dotação Atualizada	-		59.068.153,60	
Despesas Empenhadas	14.820.542,45		36.302.375,42	
Despesas Liquidadas	8.747.864,47		26.263.695,00	
Superávit Orçamentário			2.426.259,54	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o bimestre	
Despesas Empenhadas	14.820.542,45		36.302.375,42	
Despesas Liquidadas	8.747.864,47		26.263.695,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida			50.754.217,75	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00		-2.221.264,32	
Resultado Primário	0,00		2.997.733,13	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				Saldo a Pagar
Poder Executivo	1.484.477,51	264,91	1.471.644,79	12.567,81
Poder Legislativo	1.484.439,44	264,91	1.471.644,79	12.529,74
Poder Judiciário	38,07	0,00	0,00	38,07
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.666.042,52	244.652,13	900.889,11	520.501,28
Poder Legislativo	1.591.567,39	243.662,69	830.524,42	517.380,28
Poder Judiciário	74.475,13	989,44	70.364,69	3.121,00
TOTAL	3.150.520,03	244.917,04	2.372.533,90	533.069,09

PÁGINA: 2 DE 2
24/07/2014 09:11

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	5.230.142,22	25%	27,37
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTRO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	3.689.713,94	60%	94,81
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida	3.686.518,84	12.374.114,56	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.149.410,45		21,72
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 09h e 04m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

MUNICIPIO DE MARAVILHA RREO 3º BIM RGF 1º SEM/2014

PÁGINA: 1 DE 3
24/07/2014 08:41

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
		(a)				(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	50.882.012,00	50.882.012,00	10.115.040,27	19,88	28.589.954,54	56,39
Receitas Correntes	50.882.012,00	50.882.012,00	8.213.585,36	16,14	26.275.045,80	51,64
Receita Tributária	8.740.000,00	8.740.000,00	1.344.080,79	15,38	5.083.180,77	58,16
Impostos	7.100.000,00	7.100.000,00	1.162.183,34	16,37	4.302.495,10	60,60
Taxas	1.600.000,00	1.600.000,00	154.816,02	9,68	744.469,30	46,53
Contribuição de Melhoria	40.000,00	40.000,00	27.081,43	67,70	36.216,37	90,54
Receita De Contribuições	750.000,00	750.000,00	111.088,61	14,81	342.865,16	45,72
Cosip	750.000,00	750.000,00	111.088,61	14,81	342.865,16	45,72
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	98.297,11	24,57	263.986,83	66,00
Receitas Imobiliárias	300.000,00	300.000,00	29.932,14	9,98	68.003,70	22,67
Receitas De Valores Mobiliários	100.000,00	100.000,00	68.364,97	68,36	195.983,13	195,98
Receita Agropecuária	100.000,00	100.000,00	19.165,30	19,17	57.585,94	57,59
Outras Receitas Agropecuárias	100.000,00	100.000,00	19.165,30	19,17	57.585,94	57,59
Transferências Correntes	39.342.012,00	39.342.012,00	6.249.058,55	15,88	19.374.197,37	49,25
Transferências Intergovernamentais	38.992.012,00	38.992.012,00	6.180.444,26	15,85	19.238.266,20	49,34
Transferências De Instituições Privadas	-	-	4.128,95	-	6.211,61	-
Transferências De Pessoas	50.000,00	50.000,00	-	-	748,88	1,50
Transferências De Convenios	300.000,00	300.000,00	64.485,34	21,50	128.970,68	42,99
Outras Receitas Correntes	1.550.000,00	1.550.000,00	391.898,00	25,28	1.153.229,73	74,40
Multas E Juros De Mora	950.000,00	950.000,00	300.673,83	31,65	657.006,65	69,16
Receita Da Dívida Ativa	250.000,00	250.000,00	38.666,52	15,47	148.212,63	59,29
Receitas Correntes Diversas	350.000,00	350.000,00	52.557,65	15,02	348.010,45	99,43
Receitas De Capital	-	-	1.902.451,91	-	2.414.908,74	-
Operações De Crédito	-	-	-	-	-	-
Transferências De Capital	-	-	1.902.451,91	-	2.414.908,74	-

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências intergovernamentais	-	-	1.902.451,91	-	2.414.908,74	-	-2.414.908,74
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	50.882.012,00	50.882.012,00	10.116.040,27	19,88	28.689.954,54	56,39	22.192.057,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	50.882.012,00	50.882.012,00	10.116.040,27	19,88	28.689.954,54	56,39	22.192.057,46
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	50.882.012,00	50.882.012,00	10.116.040,27	19,88	28.689.954,54	56,39	22.192.057,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CREDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	50.882.012,00	8.186.141,60	59.068.153,60	14.820.542,45	36.302.375,42	8.747.864,47	26.263.695,00	32.804.458,60
Despesas Correntes	42.551.463,40	334.808,20	42.886.271,60	7.907.506,47	25.279.083,47	7.769.303,80	22.577.176,16	52,64
Pessoal E Encargos Sociais	22.638.083,40	10.000,00	22.648.083,40	4.219.560,48	12.384.404,05	4.219.678,72	12.384.404,05	54,68
Juros E Encargos Da Dívida	255.000,00	-	255.000,00	43.577,46	136.557,93	43.577,46	136.557,93	53,55
Outras Despesas Correntes	19.658.380,00	324.808,20	19.983.188,20	3.644.368,53	12.758.121,49	3.506.047,62	10.056.214,18	50,32
Despesas De Capital	8.209.300,00	7.851.333,40	16.060.633,40	6.913.035,98	11.023.291,95	978.560,67	3.686.518,84	22,95
Investimentos	6.564.300,00	7.725.333,40	14.289.633,40	6.695.844,34	9.766.393,16	761.369,03	2.429.620,05	17,00
Invers s Financeiras	865.000,00	126.000,00	991.000,00	-	626.000,00	-	626.000,00	63,17
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	780.000,00	-	780.000,00	217.191,64	630.898,79	217.191,64	630.898,79	80,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	121.248,60	-	121.248,60	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	50.882.012,00	8.186.141,60	59.068.153,60	14.820.542,45	36.302.375,42	8.747.864,47	26.263.695,00	44,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	50.882.012,00	8.186.141,60	59.068.153,60	14.820.542,45	36.302.375,42	8.747.864,47	26.263.695,00	44,46
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	2.426.269,54	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	50.882.012,00	8.186.141,60	59.068.153,60	14.820.542,45	36.302.375,42	8.747.864,47	26.689.964,54	48,57
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 24/Jul/2014, 08h e 40m.								

ROSIMAR MALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal Contador CRC/SC 22.406/O-0 Controle Interno

Massaranduba

PREFEITURA

Ata 30/2013 - Aditivo - Merenda Escolar

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 41/2013

Aos 22 dias do mês de Julho de 2014, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 86/2013- Pregão Presencial Nº. 41/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura de Massaranduba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERÇÃO QUANTITATIVA

1.1.CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

1.2.Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade Licitada	Quantidade Aditivada	R\$ Unit.	R\$ Total
00063	MERCADO MOA LTDA - ME	MARACUJÁ, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	130	32	7,55	241,60
00066	MERCADO MOA LTDA - ME	MELANCIA IN NATURA	KG	IN NATURA	2.800	700	2,40	1.680,00
Total do Fornecedor: R\$ 1.921,60								
00007	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AGUA MINEIRAL - 20 LTS	UNID	FONT LIFE	2.490	200	7,80	1.560,00
00052	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUIÇA CALABRESA.	KG	PAMPLONA	250	62	16,80	1.041,60

00090	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PRE-SUNTO COZIDO	KG	JWC	120	30	19,70	591,00
Total do Fornecedor: R\$ 3.192,60								
00004	SUPERM. FRONTAL LTDA	ACUCAR DE BAUNILHA 100 GRAMAS	UNID	Dona-Bela	90	22	3,45	75,90
00042	SUPERM. FRONTAL LTDA	FARINHA LACTEIA 230 GRAMAS	PA-COTE	Nutricional	550	135	5,95	803,25
00076	SUPERM. FRONTAL LTDA	PAO DE MEL EMBALAGEM COM 500GR	UNID	Beijo baiano	1.150	280	6,20	1.736,00
Total do Fornecedor: R\$ 2.615,15								
Total Geral dos Itens: R\$ 7.729,35								

1.3. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 7.729,35 (sete mil, setecentos e vinte nove reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 86/2013 - Pregão Presencial Nº. 41/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	22	de	Julho	de	2014
-------------------	----	----	-------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA VENESIO HORNBERG Contratada	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP VANDERLEI SPEZIA Contratada
---	---

MERCADO MOA LTDA - ME MOACIR PRAWUTZKI Contratada

Pregão Presencial Nº. 30/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2014 - PMM

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2014

REGISTRO DE PREÇO

I - PREAMBULO

1.1.A Prefeitura de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 246, de 10 de Março de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação pelo menor preço - por item, para aquisição de Roupas de cama, banho e utensílios diversos para os Centros de Educação Infantil de Massaranduba - SC, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

DATA DE ABERTURA:	08 de agosto de 2014
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	08:00h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	08:30h

II - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Roupas de cama, banho e utensílios diversos para os Centros de Educação Infantil de Massaranduba - SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II - Termo de Referência.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizado no site oficial: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba (SC), 25 de Julho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro**PREFEITURA****Decreto Nº. 060/2014**

DECRETO nº. 060/2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BENS IMÓVEIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 5º, XXIII e art. 170 da CF e art. 40 do Dec. 3.365/41, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. É declarado de utilidade pública para fins de instituição de servidão, para instalação de drenagem pluvial subterrânea na Rua Madre Bertila Moro, Bairro Jardim Itália, Meleiro-SC, no imóvel registrado sob a matrícula 5.502 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo-SC.

Parágrafo único. A referida servidão, objetiva a implantação de drenagem pluvial, com finalidade de auxiliar a vazão das águas do centro do Bairro Jardim Itália evitando alagamentos.

Art. 2º. Fica o Município de Meleiro autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de servidão administrativa para fins de uso do imóvel a que se refere este Decreto, nos termos do artigo 40 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta do Orçamento Vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de julho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Modelo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº916/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 916/2014 - Modalidade Pregão n. 032/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 032/2014, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CANTONEIRAS PARA COLOCAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE MODELO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 06/08/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 24 de Julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Para Audiência Pública

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ 83.021.832/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Modelo SC, Sr. Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Câmara de Vereadores, através de seu Presidente Sr. Nadir Nicolli, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº.1457/2001, e de conformidade com o Parágrafo Quarto, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 - LRF,

FAZ SABER a quem interessar possa que fará realizar Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre e 1º Semestre de 2014, no seguinte local, data e horário:

Local - Plenário da Câmara Municipal de Modelo SC

Rua do Comercio - Centro - Modelo SC

Data - 30 de julho de 2014

Horário - 10h30min horas

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Modelo, (SC), 14 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

NADIR NICOLLI

PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 05 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar possa especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local - Plenário da Câmara de Vereadores

Rua do Comercio - Modelo - SC

Data - 30/07/2014

Horário - 08h30min horas

Os cidadãos Modelenses ficam devidamente convidados para participar desta Audiência Pública.

Modelo SC, 14 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Extrato dos Contratos Mes de Junho 2014

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.**

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SETEP - TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 54/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 108/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTAS NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXOS.**Data da Assinatura:** 03/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2014**Vigência:** 03/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.837.054,49**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** CREMA ENGENHARIA LTDA.**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 54/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 107/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTAS NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXOS.**Data da Assinatura:** 03/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2014**Vigência:** 03/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 881.381,33**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA ME**CNPJ:** 10.674.540/0001-04**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 59/2014**Número do Processo:** 59/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 109/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 03/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2014**Vigência:** 03/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 64.020,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** ADENIR A. MENEGON ME**CNPJ:** 00.196.198/0001-20**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 65/2014**Número do Processo:** 65/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 110/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: IVO ALFREDO CESCA E ALBERTO DE BONA SARTOR, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 04/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/06/2014**Vigência:** 04/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 159.811,86**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BRUNO CARDOSO MACIEL**C.P.F.:** 097.504.719-11**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 112/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 05/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2014**Vigência:** 05/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.800,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** CREMA ENGENHARIA LTDA.**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 66/2014**Número do Processo:** 66/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 111/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA: ITALO PRIMO NASPOLINI, conforme anexo.

Data da Assinatura: 05/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2014**Vigência:** 05/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 207.456,58**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** DUKANA - COMERCIAL DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME**CNPJ:** 07.872.221/0001-07**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 69/2014**Número do Processo:** 69/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 113/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AS MAQUINAS E CAMINHOS DA PREFEITURA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/06/2014**Vigência:** 11/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 29.611,40**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** CRISTIANO PACHECO BUSSOLO**CNPJ:** 06.991.682/0001-28**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 69/2014**Número do Processo:** 69/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 114/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AS MAQUINAS E CAMINHOS DA PREFEITURA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/06/2014**Vigência:** 11/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.018,20**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MAICON FRASSON ACESSORIOS ME**CNPJ:** 08.184.703/0001-29**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 69/2014**Número do Processo:** 69/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 115/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AS MAQUINAS E CAMINHOS DA PREFEITURA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 11/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/06/2014**Vigência:** 11/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 31.955,50**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** CREMA ENGENHARIA LTDA.**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 50/2014**Número do Processo:** 50/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 126/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO CLASSE 30 SOBRE O RIO RONCO D'AGUA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 149.852,62**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 6/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ENEDINA NOVASKI GUGLIELMI**C.P.F.:** 106.088.969-26**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 125/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.700,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** GABRIELA CESCONETO GONÇALVES PEREIRA**C.P.F.:** 095.678.009-10**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 124/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.700,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 7/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANA PAULA MADEIRA DE BARBOSA**C.P.F.:** 095.678.009-10**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 123/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.700,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** WILLIAN ZANELATO**C.P.F.:** 086.107.639-78**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 122/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.400,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 8/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JULIANO CORREA MAXIMIANO**C.P.F.:** 101.469.529-52**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 119/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CRISTIANE PINHEIRO ROLSAO**C.P.F.:** 095.684.219-47**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 120/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.300,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 9/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MATEUS SACHETTI GUIMARAES**C.P.F.:** 112.084.219-05**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 118/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.100,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** BRUNA DE PAULA DO NASCIMENTO SILVA**C.P.F.:** 883.237.302-53**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 117/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 17/06/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.700,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 10/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ARIELLA ZACCARON SILVA**C.P.F.:** 080.618.779-45**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 116/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.600,00**Forma de Pagamento:** parcelado**Contratado:** MARIA APARECIDA CORREIA MACIEL**C.P.F.:** 101.646.599-86**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 121/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 11/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FEUSER SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ME**CNPJ:** 08.786.577/0001-82**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 73/2014**Número do Processo:** 73/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 127/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA REVITALIZAÇÃO DO TELHADO DA ANTIGA ESCOLA DA LINHA TORRES, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/06/2014**Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.614,54**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FEUSER SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ME**CNPJ:** 08.786.577/0001-82**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 76/2014**Número do Processo:** 76/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 128/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada de engenharia para IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM PAVIMENTAÇÃO NOS BAIRROS GRAZIELA, ESPERANÇA, NASPOLINI E MINA FLUORITA conforme anexo.**Data da Assinatura:** 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/06/2014**Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 132.840,36**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 12/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VANESSA SORATO ZANATTA**C.P.F.:** 063.928.439-65**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 129/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

Data da Assinatura: 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/06/2014**Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** CREMA ENGENHARIA LTDA.**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 54/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 131/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTAS NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXOS.

Data da Assinatura: 27/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2014**Vigência:** 27/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 881.381,33**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 13/13

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ADENIR A. MENEGON ME**CNPJ:** 00.196.198/0001-20**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 72/2014**Número do Processo:** 72/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 130/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, MEIO FIO, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA E CALÇADAS DE CONCRETO NA RUA JOSÉ CARLOS FRASSON TRECHO 1**Data da Assinatura:** 27/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2014**Vigência:** 27/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 232.621,75**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SETEP - TOPOGRAFIA E CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 54/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 132/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTAS NAS RUAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXOS.**Data da Assinatura:** 27/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2014**Vigência:** 27/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.837.054,49**Forma de Pagamento:** PARCELADO

EXTRATO DOS CONTRATOS MES DE JUNHO SAUDE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/1

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FEUSER SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ME**CNPJ:** 08.786.577/0001-82**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 40/2013**Número do Processo:** 40/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-091/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAUDE NA LOCALIDADE DE LINHA TORRES, conforme anexo**Data da Assinatura:** 02/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2014**Vigência:** 02/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.321,53**Forma de Pagamento:** PARCELADO

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 11/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE HIGIENE DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLOHIMENTO MUNICIPAL ANILDO DE SOUZA, SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 06/08/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 06/08/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de julho de 2014.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito em exercício.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 12/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS), BEM COMO OS DEMAIS PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO CRAS I DO BAIRRO SÃO PAULO E CRAS II NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 06/08/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 06/08/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de julho de 2014.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito em exercício.

NAVEGANTESPREV

Portaria N.º 017 de 25 de Julho de 2014 "Concede Pensão por Morte Em Carater Integral"

PORTARIA N.º 017 DE 25 DE JULHO DE 2014

CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7, inciso II da Constituição Federal c/c da E.C nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime.

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, em decorrência do falecimento em data de 15 de julho de 2014 do servidor ativo JOSÉ CARLOS BEILER, portador da cédula de identidade RG nº 3.642.105 IGP/SC, inscrito no CPF sob nº 531.063.509-20 e PIS/PASEP n.º 190.27979.60-2, a dependente presumida, Sra. MIRIA TAMANINI BEILER, portadora da cédula de identidade RG nº 3.202.874 IGP/SC e inscrita no CPF sob o nº 866.300.329-34.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 47º, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.07.00111, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 16 de julho de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 25 DE JULHO DE 2014.

Emílio Vieira
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Jan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 25 de julho de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Processo 084/2014 - Pregão Presencial 052/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 084/2014 - Pregão Presencial nº 052/2014
- SRP Nº 026/2014

Objeto: O Registro de Preços para a contratação parcelada de serviços (pessoa física ou jurídica), para transporte eventual de produtos diversos, dentro do município, com caminhão de capacidade mínima de 3.500kg de carga, a atender a necessidade da Administração, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 06/08/2014 às 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - 48 32673213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Resposta Impugnação - Pp040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE RECURSO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

IMPUGNANTES: ADONAI COBERTURA ESTRUTURAL E EVENTOS LTDA. EPP e C.M. PONCIANO EIRELI EPP.

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, o Pregoeiro decide por

ADMITIR o recurso da empresa ADONAI COBERTURA ESTRUTURAL E EVENTOS LTDA. EPP, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, e, de ofício, rever decisão tomada em sessão pública quando do julgamento do lote 03, declarando vencedora do lote a empresa C.M. PONCIANO EIRELI EPP. Ficam mantidas as demais decisões proferidas pelo Sr. Pregoeiro no Pregão Presencial nº 040/2014.

Nova Trento, 22 de julho de 2014.
Aprigio José Botameli
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

Portaria 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 031, de 11 de abril de 2014.

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso VII, do artigo 71 da Lei Complementar nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Sra. LENIR RAVARENA, Matrícula 236/01, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, pelo período determinado e discriminado na perícia médica em anexo.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 11 de abril de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

Portaria 032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 032, de 14 de abril de 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 82, inciso I da Lei Complementar nº 024/2003.

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder Licença Maternidade a Servidora Municipal GRASIELE CAMARGO DOS SANTOS, matrícula 505/01, ocupante do cargo de Professora das Séries Iniciais, de 14 de abril de 2014 a 12 de agosto de 2014.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 14 de abril de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Portaria 033/2014

PORTARIA nº 033 de 30 de abril de 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 64 e artigo 70 e parágrafo único da lei Complementar 024/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Municipais abaixo nominados:

JOÃO PAULO RIGON	49/01	08/03/2012 a 07/03/2013	01/05/2014 a 30/05/2014
VIRMAR CARMINO ALEXANDRE	491/01	11/03/2013 a 10/03/2014	01/05/2014 a 30/05/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 30 de abril de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Portaria 034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 034, de 30 de abril de 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica Municipal e amparado pelos artigos 71, inciso IV e 75 da Lei Complementar Municipal nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor público municipal Sr. IDILIO J. BATISTELA, Matrícula 23/01, lotado na Secretaria de Agricultura, pelo período de 01/05/2014 à 30/05/2014, referente ao período aquisitivo de 16/3/2009 a 15/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 30 de abril de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

Portaria 035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 035, de 2 de maio de 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica Municipal e amparado pelos artigos 71, inciso IV e 75 da Lei Complementar Municipal nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor público municipal Sr. JOÃO LAZAROTTO, Matrícula 51/01, lotado na Secretaria de Agricultura, pelo período de 02/05/2014 à 31/05/2014, referente ao período aquisitivo de 01/09/2003 a 02/09/2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 2 de maio de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

Portaria 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 036, de 19 de maio de 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica Municipal e amparado pelos artigos 71, inciso IV e 75 da Lei Complementar Municipal nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor público municipal Sr. VALDEMAR PEDRO GOBI, Matrícula 216/01, lotado na Secretaria de Administração, pelo período de 01/06/2014 à 30/06/2014, referente ao período aquisitivo de 16/03/2009 a 15/03/2014.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio à servidora pública municipal Srª. ANA B. M. ZILIO, Matrícula 187/01, lotada na Secretaria de Administração, pelo período de 01/06/2014 à 30/06/2014, referente ao período aquisitivo de 02/09/2007 a 01/09/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 19 de maio de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

Portaria 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 037, de 23 de maio de 2014.

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso VII, do artigo 71 da Lei Complementar nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Sr. JAIR CREMONINI, Matrícula 131/01, lotado no DMER, pelo período 23 de maio a 23 de outubro de 2014, conforme atestado em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 23 de maio de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

Portaria 038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 038, de 26 de maio de 2014.

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso VII, do artigo 71 da Lei Complementar nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Sra. IVANIR PAULINA TREMEA, Matrícula 138/01, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 26 de maio a 9 de junho de 2014, conforme atestado em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 26 de maio de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

Portaria 039/2014

PORTARIA nº 039 de 29 de maio de 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 64 e artigo 70 e parágrafo único da lei Complementar 024/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Municipais abaixo nominados:

ÁLVARO MARCOS DE CONTO	247/01	16/07/2012 a 15/07/2013	01/06/2014 a 30/06/2014
JOÃO LUNARDO MENEZES	52/01	25/01/2013 a 24/01/2014	01/06/2014 a 30/06/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 29 de maio de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Portaria 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 040 de 3 de junho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e amparada pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor JOÃO PAULO RIGON, matrícula 49/01, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 3 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Portaria 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 041 de 3 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal e em virtude da portaria 039 de 29 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear interinamente ARNO GOLDSCHMIDT, para responder pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, durante o período de Licença Prêmio do titular, de 01 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 3 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Portaria 042/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 042 de 10 de junho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e amparada pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora SIDIANE DOS SANTOS, matrícula 647/01, ocupante do cargo de Assistente Social, a partir de 12 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 10 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Portaria 043/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 043, de 11 de junho de 2014.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso VII, do artigo 71 da Lei Complementar nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença, para tratamento de saúde, à servidora pública municipal Sra. EVA MARIA VILBRANTS CUNICO, Matrícula 10/01, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 11 de junho a 25 de junho de 2014, conforme atestado em anexo.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 11 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Portaria 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 044, de 16 de junho de 2014.

Concede adicional de titulação a servidora municipal e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais amparado pelo art. 63, da lei Complementar Municipal 024/2003, c/c com o art. 55 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1o. Concede Adicional de titulação à servidora SILVIANE FIORENTÍN, matrícula 306/01, lotada no Centro de Referência em Assistência Social - CRAS.

Parágrafo único - o adicional de que trata o caput deste artigo será de 5% (cinco por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo, por ter concluído o Curso e Pós-Graduação em Atendimento Integral à Família, conforme certificado anexo.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC,
em 16 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Portaria 045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 045 de 18 de junho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e amparada pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora ANA B. M. ZILIO, matrícula 187/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 18 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 18 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Portaria 046/2014

PORTARIA nº 046 de 30 de junho de 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 64 e artigo 70 e parágrafo único da lei Complementar 024/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Municipais abaixo nominados:

Servidor	Matrícula	p. aquisitivo	p. cessão
TANIA MARA WAGNER MURARO	605/01	06/02/2013 a 05/02/2014	01/07/2014 a 30/07/2014
PAULO MURARO	299/01	02/01/2013 a 01/01/2014	01/07/2014 a 30/07/2014
IDINARA MASSUCO	368/01	23/04/2012 a 22/04/2013	01/07/2014 a 30/07/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,

Em 30 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Portaria 047/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 047, de 30 de junho de 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica Municipal e amparado pelos artigos 71, inciso IV e 75 da Lei Complementar Municipal nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora pública municipal Sra. IZOLETE S. O. DA SILVA, Matrícula 217/01, lotado na Secretaria de Administração, pelo período de 01/07/2014 à 30/07/2014, referente ao período aquisitivo de 16/03/2009 a 15/03/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,

Em 30 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Portaria 048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 048 de 30 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal e em virtude da portaria 046 de 30 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear interinamente CRELIA FERREIRA DE SOUZA CARISSIMI, para responder pela Secretaria de Saúde e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Novo Horizonte, durante o período de férias da titular, de 01 de julho de 2014 a 30 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 30 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Portaria 049/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 049, de 30 de junho de 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 82, inciso I da Lei Complementar nº 024/2003

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença, para tratamento de saúde, à servidora pública municipal Sra. ELEIDA MILAM, Matrícula 495/01, lotada na Secretaria de Educação, pelo período de 26 de junho a 23 de outubro de 2014, conforme atestado em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de junho de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 30 de junho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Contrato Temporário 018/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 018/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Em Exercício, Sra. MERCI MOSCHEN DE MACEDO, brasileira, casada, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e MARCIA RHODEN, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 3.655.275, CPF nº 034.766.959-05, residente e domiciliada na Rua Angela Santian, 55, Loteamento Martinelo, São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Teste Seletivo 003/2013, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração

de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 20 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na

biblioteca escolar ou biblioteca pública;
XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 03 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido
I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
III - por acordo entre as partes.
IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 03 de fevereiro de 2014.

MERCI MOSCHEN DE MACEDO MARCIA RHODEN
Prefeita Municipal E. E. Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 021/2014

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 021/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Em Exercício, Sra. MERCI MOSCHEN DE MACEDO, brasileira, casada, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ANDREIA VILANI, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 4.132.380, CPF nº 066.212.269-00, residente e domiciliada na Rua Abel Rotta, 640, Bairro Cruzeiro, São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Processo Seletivo 003/2013 e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora de Ciências, dos anos Finais do Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 10 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa

ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental , garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;

XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 03 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras

penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 03 de fevereiro de 2014.

MERCI MOSCHEN DE MACEDO ANDREIA VILANI

Prefeito Municipal E. E. Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 022/2014

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 022/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Em Exercício, Sra. MERCI MOSCHEN DE MACEDO, brasileira, casada, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ANDERLEIA SCHULZ DE LIMA, brasileira, solteira, portadora do RG. nº65.281.705 CPF nº 020.915.140-47, residente e domiciliada na Rua João XXIII, nº 16, centro, Novo Horizonte, SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Parecer Jurídico em Anexo e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora de Artes, NÃO HABILITADA, dos anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 30 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;

XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 03 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 03 de fevereiro de 2014.

MERCI MOSCHEN DE MACEDO
Prefeita Municipal E. E.

ANDERLEIA SCHULZ DE LIMA
Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 023/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 023/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ZELENI R CATIA DE MENESES, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 5.021.694-5 CPF nº 075.007.129-01, residente e domiciliada na Rua Flor de Lis, nº 78, Vitorino - PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Teste Seletivo 003/2013, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora das Séries Iniciais, Habilitada, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com

carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 20 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer

dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;

XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 3 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 05 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

ZELENIR CATIA DE MENESES
Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 024/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 024/2014

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e MÁRCIA BAESO, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 4.901.660, CPF nº 044.451.839-89, residente e domiciliada na Rua Joaquin Fontana 971, Ap. 104, São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, parecer Jurídico em Anexo, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora de Português, Não Habilitada, dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 20 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;
- IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa

ou dolo, no desempenho de suas funções.

- V- Ministar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;
- VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;
- VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;
- IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;
- X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;
- XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;
- XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;
- XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;
- XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;
- XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
- XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;
- XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;
- XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;
- XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
- II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
- III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 3 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

- I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
- II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
- III - por acordo entre as partes.
- IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 05 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

MÁRCIA BAESSO
Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 025/2014

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 025-2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e CLECI ANA ROMANN MATTOS, brasileira, casada, portadora do RG nº 120-3.341.345, CPF nº 048.380.069-42, residente e domiciliada na Rua João Pogli 6 - Centro, Novo Horizonte/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Processo Seletivo 002/2013 e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003, e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 025/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração do Contratado corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 40 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos do Contratado, além da remuneração mensal, serão

dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos; executar serviços auxiliares de limpeza; manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos; requisitar material necessário aos serviços; processar cópia de documentos; receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; receber e transmitir mensagens; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão; encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas; relatar as anormalidades verificadas; atender telefone e transmitir ligações; executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar ao Contratado, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções do Contratado.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 03 de fevereiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
III - por acordo entre as partes.
IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 05 de fevereiro de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

CLECI ANA ROMANN MATTOS

Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 026/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 026-2014

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Em Exercício, Sra. MERCI MOSCHEN DE MACEDO, brasileira, casada, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e CLAUDETE FÁTIMA PICCINI KLEIN, brasileira, casada, portadora do RG nº 13-R 1.416.461, CPF nº 477.240.999-87, residente e domiciliada na Rua Dom Pedro II, 1820 - centro, São Lourenço do Oeste, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Teste Seletivo 004/2013, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 40 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;
- IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.
- V - executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
- VI - participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- VII - participar das ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- VIII - fazer notificações de doenças transmissíveis;
- IX - participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- X - fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- XI - administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- XII - lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- XIII - desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- XIV - participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;
- XV - efetuar visita domiciliar;
- XVI - solicitar material de consumo e permanente, necessários à suas atividades;
- XVII - realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- XVIII - promover a melhoria das condições sanitárias do meio-ambiente;
- XIX - executar outras tarefas afins.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
- II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
- III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado caso haja interesse e/ou necessidade pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

- I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
- II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
- III - por acordo entre as partes.
- IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 03 de fevereiro de 2014.
MERCİ MOSCHEN DE MACEDO
Prefeita Municipal E. E.

CLAUDETE FATIMA PICCINI KLEIN
Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 027/2014
CONTRATO TEMPORARIO Nº 027/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e JAQUELINE LAZAROTTO, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 5.365.148-0, CPF nº 085.198.059-73, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Parecer Jurídico em Anexo, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora de Língua Inglesa Não Habilitada dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 10 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;
- IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.
- V- Ministrar aulas no ensino fundamental , garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;
- VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;
- VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;
- IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;
- X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;
- XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;
- XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;
- XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;
- XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;
- XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
- XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;
- XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;
- XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;
- XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
- II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
- III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 03 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

- I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
- II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
- III - por acordo entre as partes.
- IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 07 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

JAQUELINE LAZAROTTO
Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 028/2014

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 028/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e PATRÍCIA MERTINELLO, brasileira, portadora do RG nº 4.551.296, CPF nº 064.320.139-41, residente e domiciliada Rua Sotério Cacciatori 3 – casa, centro no Município de Novo Horizonte - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003, Teste Seletivo 003/2013 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 20 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo – DO FGTS – Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;
- IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa

ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental , garantindo a efetivação do processo ensino – aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo –lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino –aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;

XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA – VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 17 de fevereiro até o termino do ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV – demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras

penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 17 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT

PATRÍCIA MARTINELLO

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 029/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 029-2014

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ANDRESSA SCHMENG, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.281.975, CPF nº 081.677.429-93, residente e domiciliada na Travessa Demétrio Broetto, 89, bairro Progresso, São Lourenço do Oeste, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Teste Seletivo 004/2013, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 40 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;
- IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.
- V - executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
- VI - participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- VII - participar das ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- VIII - fazer notificações de doenças transmissíveis;
- IX - participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- X - fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- XI - administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- XII - lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- XIII - desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- XIV - participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;
- XV - efetuar visita domiciliar;
- XVI - solicitar material de consumo e permanente, necessários às suas atividades;
- XVII - realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- XVIII - promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente;
- XIX - executar outras tarefas afins.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
- II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
- III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 24 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado caso haja interesse e/ou necessidade pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

- I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
- II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
- III - por acordo entre as partes.
- IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 17 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

ANDRESSA SCHMENG
Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 030/2014

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA Nº 001/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e ELIANE BERGOZA BOTTEGA, brasileira, casada, portadora do RG nº 17R/ 4.283.500, CPF nº 039.584.439-82, residente e domiciliada neste município de Novo Horizonte/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato Temporário de trabalho, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 476, de 17 de julho 2013 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de servidor, para desempenhar as funções de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do art. 7º da presente lei municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atribuições de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela legislação existente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada não poderá ser designada para o desempenho de atribuições diferentes daquelas estabelecidas no objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO.

A remuneração do Contratado corresponde ao disposto no Anexo I da Lei Municipal 476/2013, e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo único - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria de Saúde e Promoção Social;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência. As atribuições específicas do ACS são as seguintes:

V - Realizar mapeamento de sua área;

VI - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;

VII - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;

VIII - Identificar área de risco;

IX - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;

X - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;

XI - Realizar, por meio das visitas domiciliares, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;

XII - Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;

XIII - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;

XIV - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;

XV - Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;

XVI - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar o Contratado, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta, na forma dos dispositivos legais ali invocados;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das

funções do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA.

O presente contrato de experiência terá vigência da data de sua assinatura até 30/05/2014, quando poderá resultar na sua permanência ou a dispensa do serviço público.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - por hipóteses mencionadas no art. 7º, da Lei Municipal nº476/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social - Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

MARCIA CARNEIRO GNOATTO

Contratado

Testemunhas:

Contrato de Experiencia 031/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 031/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e MARCIA CARNEIRO GNOATTO, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.283.381-7, CPF nº 008.128.619-81, residente e domiciliada na Comunidade de Linha Matão, neste Município de Novo Horizonte SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato Temporário de trabalho, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 476, de 17 de julho 2013 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de servidor, para desempenhar as funções de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do art. 7º da presente lei municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atribuições de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela legislação existente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada não poderá ser designada para o desempenho de atribuições diferentes daquelas

estabelecidas no objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO.

A remuneração do Contratado corresponde ao disposto no Anexo I da Lei Municipal 476/2013, e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo único - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria de Saúde e Promoção Social;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência. As atribuições específicas do ACS são as seguintes:

V - Realizar mapeamento de sua área;

VI - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;

VII - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;

VIII - Identificar área de risco;

IX - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;

X - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;

XI - Realizar, por meio das visitas domiciliares, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;

XII - Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;

XIII - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;

XIV - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;

XV - Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;

XVI - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar o Contratado, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na

Cláusula Quarta, na forma dos dispositivos legais ali invocados; III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA.

O presente contrato de experiência terá vigência da data de sua assinatura até 30/05/2014, quando poderá resultar na sua permanência ou a dispensa do serviço público.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - por hipóteses mencionadas no art. 7º, da Lei Municipal nº476/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social - Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

MARCIA CARNEIRO GNOATTO

Contratado

Testemunhas:

Contrato de Experiencia 032/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 032/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ROSANI GARBIN BOITO, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.094.526, CPF nº 008.109.559-70, residente e domiciliada na Comunidade de Linha São Marcos, neste Município de Novo Horizonte SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato Temporário de trabalho, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 476, de 17 de julho 2013 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de servidor, para desempenhar as funções de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do art. 7º da presente lei municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atribuições de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela legislação existente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada não poderá ser designada para o desempenho de atribuições diferentes daquelas estabelecidas no objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO.

A remuneração do Contratado corresponde ao disposto no Anexo I da Lei Municipal 476/2013, e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo único - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria de Saúde e Promoção Social;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência. As atribuições específicas do ACS são as seguintes:

V - Realizar mapeamento de sua área;

VI - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;

VII - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;

VIII - Identificar área de risco;

IX - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;

X - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;

XI - Realizar, por meio das visitas domiciliares, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;

XII - Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;

XIII - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;

XIV - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;

XV - Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;

XVI - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar o Contratado, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta, na forma dos dispositivos legais ali invocados;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA.

O presente contrato de experiência terá vigência da data de sua assinatura até 30/05/2014, quando poderá resultar na sua permanência ou a dispensa do serviço público.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - por hipóteses mencionadas no art. 7º, da Lei Municipal nº476/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social - Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Março de 2014.

ELI MARIOTT

ROSANI GARBIN BOITO

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Contrato de Experiência 033/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 033/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e MAIRA APARECIDA MOREIRA MIGLIAVACA, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.422.247, CPF nº 063.812.079-90, residente e domiciliada na Comunidade de Linha Platanéia, neste Município de Novo Horizonte SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato Temporário de trabalho, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 476, de 17 de julho 2013 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de servidor, para desempenhar as funções de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do art. 7º da presente lei municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As atribuições de que trata esta Cláusula

são aquelas estabelecidas pela legislação existente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada não poderá ser designada para o desempenho de atribuições diferentes daquelas estabelecidas no objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO.

A remuneração do Contratado corresponde ao disposto no Anexo I da Lei Municipal 476/2013, e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo único - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria de Saúde e Promoção Social;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;
- IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência. As atribuições específicas do ACS são as seguintes:
- V - Realizar mapeamento de sua área;
- VI - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- VII - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- VIII - Identificar área de risco;
- IX - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- X - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;
- XI - Realizar, por meio das visitas domiciliares, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- XII - Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- XIII - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- XIV - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- XV - Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- XVI - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- I - pagar o Contratado, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
- II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta, na forma dos dispositivos legais ali invocados;
- III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA.

O presente contrato de experiência terá vigência da data de sua assinatura até 30/05/2014, quando poderá resultar na sua permanência ou a dispensa do serviço público.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
- II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
- III - por acordo entre as partes.
- IV - por hipóteses mencionadas no art. 7º, da Lei Municipal nº476/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social - Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Março de 2014.

ELI MARIOTT

MAIRA APARECIDA MOREIRA MIGLIAVACA

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunhas:

Contrato Temporário 034/2014

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 034/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ROMELANDIA CANEVER, brasileira, portadora do RG. nº12R 696.661, CPF nº 400.552.649-72, residente e domiciliada na Rua Sotério Cacciatore, 48, Novo Horizonte, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Portaria 026/2014, Processo Seletivo 003/2013 e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora dos Anos

Iniciais do Ensino Fundamental, Habilitada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 40 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;

XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 14 de março até 28 de março de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público, teste seletivo ou em caso de retorno da titular.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 14 de março de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

ROMELANDIA CANEVER

Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 035/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 035-2014

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e SIDIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4.760.528, CPF nº 082.295.219-05, residente e domiciliada na Linha Mai, no Município de Coronel Martins, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Teste Seletivo 004/2013, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 40 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

- I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;
- II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Saúde e do Centro de Referência em Assistência Social;
- III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V - executar procedimentos de assistência, de acordo com as normas técnicas e operacionais da instituição;

VI - participar na orientação e assistência do indivíduo e grupos da comunidade;

VII - participar das ações desenvolvidas pelo CRAS;

VIII - efetuar o preenchimento e acompanhamento dos sistemas informatizados, com vistas a emissão de dados aos órgãos afins;

IX - dar suporte e acompanhamento aos programas sociais desenvolvidos pelo município;

X - executar com rigor as atividades de acompanhamento e assistência às situações de vulnerabilidade social presentes no município;

XI - comunicar aos setores competentes situações que exijam imediata intervenção dos entes públicos;

XII - manter descrição quando do acompanhamento de situações que possam envolver exposição de pessoas ou grupos;

XIII - zelar pelo bom atendimento dos cidadãos que procuram a assistência social com vistas à solução permanente das demandas que se apresentam;

XIV - participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergência;

XV - efetuar visita domiciliar;

XVI - solicitar material de consumo e permanente, necessários às suas atividades;

XVII - realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;

XVIII - promover a melhoria das condições sanitárias do meio-ambiente;

XIX - executar outras tarefas afins.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 01 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado caso haja interesse e/ou necessidade pública, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da

Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 01 de abril de 2014.

ELI MARIOTT

SIDIANE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 036/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 036/2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ELIGIANE MONICA CARDOSO, brasileira, casada, portadora do RG. nº 4.998.174-4, CPF nº 048.052.209-02, residente e domiciliada na Rua João Pogli, 31 A, Município de Novo Horizonte - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Teste Seletivo 003/2013, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental Não Habilitada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO UNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 40 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V- Ministrar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII- avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X- promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV- zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV- efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI- zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola;

XVII- participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;

XVIII- seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;

XIX- desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;

XX- realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;

XXI- desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;

II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;

III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 26 de maio de 2014

a 9 de junho de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido

I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;

II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;

III - por acordo entre as partes.

IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:

O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:

Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 26 de maio de 2014.

ELI MARIOTT ELIGIANE MONICA CARDOSO
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Contrato Temporário 037/2014

CONTRATO TEMPORARIO Nº 037-2014.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua José Fabro, s/n, inscrito no CGC/MF sob o nº 95.990.115-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ELI MARIOTT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e JUDITE NETTO, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.567.127, CPF nº 033.377.809-03, residente e domiciliada na Rua Antonio Borges 1405, Bairro Santa Catarina, São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho, com fundamentos na Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Parecer Jurídico em Anexo, e Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003 e demais legislação aplicável e;

Considerando necessidade de profissional na área para atender as demandas na rede municipal de ensino;

Considerando a licença maternidade da profissional ELEIDA MILAM

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de

servidora, para desempenhar as funções de Professor de Educação Especial, Não Habilitada com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

PARÁGRAFO UNICO: As atribuições do cargo de que trata esta Cláusula são aquelas estabelecidas pela Lei Complementar 026/2003, aplicadas subsidiariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO:

Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as normas atinentes ao correto desempenho da função pública e os critérios instituídos pelo setor de administração de pessoal da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO/PAGAMENTO/HORÁRIO.

A remuneração da Contratada corresponderá ao vencimento do cargo de que trata a Cláusula Primeira, 20 horas semanais e o pagamento será efetuado na mesma data e forma dos demais servidores do quadro de pessoal do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

Aos direitos da Contratada, além da remuneração mensal, serão dadas condições para desenvolver os serviços de acordo com as suas funções.

Parágrafo primeiro - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Aplicam-se ao presente contrato as normas do Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo Segundo - DO FGTS - Não haverá recolhimento de FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além do cumprimento das demais cláusulas deste contrato, a Contratada obriga-se:

I - desempenhar da melhor forma as atribuições para as quais foi contratado com vistas ao cumprimento das finalidades do serviço público;

II - cumprir o horário de trabalho e demais normas funcionais da Secretaria Municipal de Educação;

III - manter todas as condições de habilitação profissional, durante todo o período de vigência deste contrato;

IV - responder pelos danos e prejuízos causados ao município ou a terceiros, advindo de eventuais atos seus praticados com culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

V - Ministrar aulas no ensino fundamental, garantindo a efetivação do processo ensino - aprendizagem;

VI - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

VII - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência;

VIII - avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo -lhes notas e conceitos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

IX - cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais;

X - promover experiências de ensino -aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;

XI - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem;

XII - colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação;

XIII - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XIV - zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade;

XV - efetuar registros da escrituração escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades;

XVI - zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome

da escola;
XVII - participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos;
XVIII - seguir as diretrizes do ensino emanadas dos Órgãos Superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Regimento Escolar;
XIX - desenvolver projetos educacionais, e participar de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação da Rede Municipal do Ensino Fundamental;
XX - realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública;
XXI - desempenhar outras tarefas relativas à docência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
I - pagar a Contratada, mensalmente, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira;
II - cumprimento dos direitos do contratado estabelecidos na Cláusula Quarta;
III - garantir as condições para o adequado desempenho das funções da Contratada.

CLÁUSULA SETIMA - VIGÊNCIA
O presente contrato terá prazo de vigência de 1 de julho até 23 de outubro de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público, ou rescindido após realização de concurso público ou teste seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
O presente contrato poderá ser rescindido
I - por ato unilateral do Contratante, com base em fundamentado interesse público;
II - por inexecução total ou parcial de seu objeto;
III - por acordo entre as partes.
IV - demais casos previstos na Lei 410/2009

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS:
O descumprimento das obrigações aqui assumidas, sem justo e fundamentado motivo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa correspondente ao valor de 5% do valor total do Contrato que corresponde ao período contratado, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO:
Para dirimir eventuais demandas resultantes desta relação contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, por mais privilegiado que seja outro foro. E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo contratual, três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, sem emendas ou rasuras, para que produza os fins colimados.

Novo Horizonte, SC, em 1 de julho de 2014.
ELI MARIOTT JUDITE NETTO
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Orleans

PREFEITURA

Errata Edital 99/14 - Aquisição de Material Grafico ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Município de Orleans. Edital de Pregão Presencial 99/2014.
Objeto: Aquisição de Material Gráfico.
Data: 06/08/2014 às 10h00min.
Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço N. 106/14

Município de Orleans. Edital de Registro de Preço 106/2014.
Objeto: AQUISIÇÃO DE ARQUIBANCADA, conforme anexo.
Data: 05/08/2014 às 14h00min.
Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço 112/14

Município de Orleans.
Edital de Registro de Preço 112/2014.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, conforme anexo.
Data: 12/08/2014 às 14h00min. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço 111/14

Município de Orleans.
Edital de Registro de Preço 111/2014.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMATICA, conforme anexo.
Data: 18/08/2014 às 14:00.
Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço 107/14

Município de Orleans.
Edital de Registro de Preço 107/2014.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO, conforme anexo.
Data: 07/08/2014 às 14:00.
Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço 109/14

Município de Orleans.

Edital de Registro de Preço 109/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS ESCOLAS, conforme anexo.

Data: 08/08/2014 às 14h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Edital de Registro de Preço 115/14

Município de Orleans.

Edital de Registro de Preço 115/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SECRETARIA DE ESPORTE, conforme anexo.

Data: 20/08/2014 às 13h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Lei N. 2.561/14

LEI N. 2.561 DE 22 DE JULHO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS DESTINADO AO CUSTEIO DO INTERCÂMBIO AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE QUE PARTICIPAREM DO PROJETO PERCURSOS FORMATIVOS NA RAPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a repassar os recursos financeiros destinados ao custeio do intercâmbio profissional aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde que participem do Projeto "Percursos Formativos na RAPS".

Art. 2º - O Projeto "Percursos Formativos na RAPS" foi lançado pelo Ministério da Saúde, através de uma chamada pública para seleção de projetos, em novembro de 2013, contemplando apoio financeiro a municípios que desenvolvam projetos de educação permanente nos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. O Projeto contempla ações de formação no âmbito específico da troca de experiência entre profissionais (intercâmbio de experiências) e supervisão clínico-institucional.

Parágrafo Primeiro: No âmbito do projeto, são chamadas de redes receptoras aquelas que indicam potencialidades para desenvolverem propostas e estratégias de estágio na RAPS do seu território; e chamadas de redes em formação (Município de Orleans) aquelas que indicaram interesse em aprimorar e aprofundar experiências e conhecimentos e cujos profissionais (2 por mês) serão capacitados através de estágio de 160h de formação na rede preceptora de referência.

Parágrafo Segundo: O objetivo é buscar capacitação dos profissionais e estruturação da rede de atenção à saúde mental, álcool e outras drogas.

Parágrafo Terceiro: As datas prováveis da realização do intercâmbio profissional serão indicadas pelo gestor do Projeto Percursos Formativos na RAPS, com previsão de início conforme o cronograma abaixo:

2014	2015
1º mês - 20/07/2014 à 17/08/2014	6º mês - 22/02/2015 à 22/03/2015
2º mês - 24/08/2014 à 21/09/2014	7º mês - 12/04/2015 à 10/05/2015
3º mês - 28/09/2014 à 26/10/2014	8º mês - 24/05/2015 à 21/06/2015
4º mês - 02/11/2014 à 30/11/2014	9º mês - 28/06/2015 à 26/07/2015
5º mês - 04/01/2015 à 01/02/2015	10º mês - 02/08/2015 à 30/08/2015

Art. 3º - O Município de Orleans (rede em formação) liberará 02 (dois) profissionais a cada mês para vivência da formação na rede preceptora, sendo que, tais profissionais permanecerão "in loco", no município sede da rede preceptora, durante 04 (quatro) semanas consecutivas, somando 160 (cento e sessenta horas) de formação.

Parágrafo Único: Ao final dos 10 (dez) meses do Processo de Intercâmbio, prevê-se que 20 (vinte) profissionais do Município tenham vivenciado essa experiência formativa, sendo, no mínimo, 90% (noventa por cento) de servidores efetivos do quadro próprio e, no máximo, 10% (dez por cento) de servidores nomeados em cargos comissionados.

Art. 4º - O Recurso referente ao Projeto foi repassado pelo Ministério da Saúde na data de 31/03/2014, para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Orleans, inscrito no CNPJ nº 03.230.443/0001-67, sendo que a quantia de R\$ 296.500,00 são destinados ao custeio do intercâmbio profissional, custeio da oficina de atualização de 40 horas aula e custeio de processo formativo na rede em formação.

Parágrafo Único - O projeto contempla um recurso de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para cada profissional destinado ao deslocamento e despesas para as 04 (quatro) semanas na rede preceptora em São Bernardo do Campo, São Paulo.

Art. 5º - O profissional receberá o repasse no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) de forma antecipada ao início do intercâmbio, via depósito em conta bancária de sua titularidade, sendo o valor destinado ao custeio de deslocamento e despesas.

Art. 6º - Conforme previsto no Projeto Percursos Formativos na RAPS, haverá lista de presença dos profissionais no intercâmbio entre experiências e lista de presença nas oficinas de atualização sobre trabalho em rede, ainda, relatórios de participação dos profissionais, sendo estes documentos utilizados para verificar a efetiva participação do profissional no intercâmbio.

Parágrafo Único - O servidor municipal que não comprovar sua participação no projeto através dos instrumentos elencados no caput deste artigo deverá restituir o valor recebido ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 7º - No projeto é contemplado o valor de R\$ 100.000,00, destinado ao custeio de processos formativos da Rede de Formação no município de Orleans e R\$ 6.500,00 destinados ao custeio de oficina de atualização de 40 horas na sede da rede em formação pela Rede Preceptora (São Bernardo do Campo).

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 22 de julho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário Interino de Administração

Edital de Homologação das Inscrições Processo Seletivo Nº008/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Orleans
Edital de Processo Seletivo Nº 008/2014

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna pública a Lista dos Candidatos que tiveram sua inscrição deferida, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 008/2014.

MOTORISTA SOCORRISTA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	003	RENATO CÂNDIDO	13/11/1986	DEFERIDA
2	004	LUCIANA LESSA BITENCOURT	14/02/1984	DEFERIDA
3	005	LEANDRO FEUSER CRAVEIRO	20/09/1991	DEFERIDA
4	007	ARNALDO DOS SANTOS FELACIO	06/11/1987	DEFERIDA
5	008	JULIO CESAR MEDEIROS MONTEIRO	12/10/1980	DEFERIDA
6	010	JOÃO MENE-GASSO SALVADOR	29/05/1962	DEFERIDA
7	011	MARCIO JOSE SILVEIRA	08/07/1977	DEFERIDA
8	012	RONALDO RIBEIRO DA SILVA	29/09/1978	DEFERIDA
9	013	GILMAR BENEDET PIZONI	22/05/1968	DEFERIDA
10	014	MARCIO BECKER	08/12/1975	DEFERIDA
11	015	ALERSON SEMLER MATEUS	25/01/1983	DEFERIDA
12	016	RODIVAN CARLOS MICHELS	26/09/1988	DEFERIDA
13	017	RAFAEL MAXIMO BEHENCK	09/12/1992	DEFERIDA

14	018	GEDERSON DA SILVA FRANK	17/03/1987	DEFERIDA
15	019	CLODOALDO BATISTA GOULART	20/08/1973	DEFERIDA
16	023	ALEXANDRE FRAGA NUNES	25/11/1972	DEFERIDA
17	024	GUSTAVO MENEGAZ IZIDORO DA SILVA	14/11/1985	DEFERIDA
18	025	FERNANDO SOUZA NEVES	05/01/1972	DEFERIDA
19	026	EDUARDO DE-GENHNAURT	13/10/1969	DEFERIDA
20	028	MARLON DA ROSA ELIAS	23/01/1990	DEFERIDA
21	030	MICHEL ALBERTON JUNG	27/11/1972	DEFERIDA
22	033	TIAGO LUIZ DE SOUZA	04/07/1985	DEFERIDA
23	034	MARCOS ANDRE FERNANDES	15/11/1984	DEFERIDA
24	035	JULIANO RESENDE HENRIQUES	15/10/1984	DEFERIDA
25	036	TIAGO DA SILVA TIMOTEO	12/09/1986	DEFERIDA
26	038	VANDERLEI JOSE TASCA	18/08/1971	DEFERIDA
27	039	DELIRIO ORRIQUES	28/09/1971	DEFERIDA
28	042	TIAGO CAMPOS DA SILVA	03/04/1991	DEFERIDA
29	043	ANA CLAUDIA PIROLA TEIXEIRA	31/03/1991	DEFERIDA
30	045	ROSILEIA NUNES	19/04/1987	DEFERIDA
31	046	WIVIANI FRANCISCONI ADRIANO	18/09/1980	DEFERIDA
32	049	RENE DE OLIVEIRA	17/03/1970	DEFERIDA
33	051	FABIANO FEUSER ARMANDO	28/04/1978	DEFERIDA
34	052	MATHEUS NUNES	09/07/1990	DEFERIDA
35	053	JOELSON REUS WARMLING	08/01/1982	DEFERIDA
36	054	LUIZ CLÁUDIO SASSO	29/05/1968	DEFERIDA
37	055	DILNEI RIBEIRO DE OLIVEIRA	02/03/1981	DEFERIDA

TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	001	ROSANE LEITE SOUZA	08/08/1959	DEFERIDA
2	002	MARLON RABELLO AMANCIO	26/12/1991	DEFERIDA
3	006	MARLENE CONSTANCE LUIZ GOU-LART	23/06/1962	DEFERIDA
4	009	ELISANGELA MEDEIROS MUZIKANTE	07/12/1975	DEFERIDA
5	020	TATIANA FABIOLA DE SOUZA	02/06/1980	DEFERIDA
6	021	WAGNER WALTRIQUE VIEIRA	20/07/1984	DEFERIDA
7	022	RENATA DE QUADRA	12/03/1978	DEFERIDA
8	027	VANDERLEI DA ROSA	15/04/1984	DEFERIDA
9	029	PATRICIA WANDERLIND DE FAVERI	13/06/1982	DEFERIDA
10	031	SALETE BECKHAUSER SCHUEROFF	01/10/1973	DEFERIDA
11	032	ROMILDO ATAIDE	23/03/1977	DEFERIDA
12	037	CLÊNIO BORGES	24/04/1979	DEFERIDA
13	040	EDNA DA SILVA FELIZARDO ALBERTON	31/05/1972	DEFERIDA
14	041	ELIANA DALMAGRO	19/03/1982	DEFERIDA
15	044	SUANDRE ADÃO MACHADO	20/04/1981	DEFERIDA
16	047	FERNANDA MINATTO	01/01/1982	DEFERIDA
17	048	CRISTINA MARIA MINATTO	11/05/1975	DEFERIDA
18	050	GISLAINE MEIRA ALVES	15/07/1981	DEFERIDA

Fica homologada a presente Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 008/2014.

Orleans, 24 de julho de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Errata Pregao Presencial 027-14

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ORLEANS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ERRATA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE SAÚDE BUCAL, INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

ALTERA-SE:

ITEM 12 - CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO, BASE DE 13G E CATALIZADOR COM 11G

QUANTIDADE 50 CX

VALOR UNITARIO R\$ 28,00

PARA:

ITEM 12 - CIMENTO A BASE DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO EM FORMA DE PÓ (10G) E LÍQUIDO (8G) COM LIBERAÇÃO DE FLUOR.

QUANTIDADE - 50 CX

VALOR UNITÁRIO: R\$ 32,00

AINDA, ACRESCENTA-SE NA CLAUSULA SEXTA DO EDITAL:

CLAUSULA SEXTA - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.9. Além dos documentos exigidos anteriormente, apresentar AFE - Autorização de Funcionamento da Empresa, concedida/expressa pelo Ministério da Saúde através da ANVISA.

Fica a data da abertura da presente licitação prorrogada para o dia 07/08/2014, as 9 horas.

FABIO SALVADOR

Pregoeiro

Aviso de Pregão 031-14

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ORLEANS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO FURGÃO ADAPTADO EM AMBULANCIA, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO 2014, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EM ANEXO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 2014TR002660 - PROCESSO Nº SDR21 00003690/2014

Data: 11/08/2014 às 15:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. www.orleans.sc.gov.br

GISELE BENEDET PIZONI ZOMER

Secretária de Saúde.

Ouro Verde**PREFEITURA****Extrato Distrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº. 0015/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: N.D.C. INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de computadores inclusive servidor,sendo realizado 01 (um) dia por semana 4 (quatro) horas por dia, ficando fora apenas peças de reposição ou equipamento novo. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 30 de junho de 2014.

Nilson Santin

Prefeito Municipal em exercício.

Palhoça**PREFEITURA****Errata 001 Pregão Nº 152/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência do Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 08/08/2014, às 09:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 152/2014. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de julho de 2014.

A PREGOEIRA.

Comunicado Tomada de Preços Nº 140/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

COMUNICADO

TOMADA DE PREÇOS Nº140/2014

O Município de Palhoça torna público que foi prorrogada a data de abertura da Tomada de Preços nº 140/2014, em virtude de estar em desconformidade com o art. 21 da Lei 8.666/93, ficando aprazado para o dia 13/08/2014 às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº140/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução da subestação em poste da UPA Bela Vista - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que permanece inalterado, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 24 de julho de 2014.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Comunicado Tomada de Preços Nº 147/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

COMUNICADO

TOMADA DE PREÇOS Nº147/2014

O Município de Palhoça torna público que foi prorrogada a data de abertura da Tomada de Preços nº 147/2014, em virtude de estar em desconformidade com o art. 21 da Lei 8.666/93, ficando aprazado para o dia 15/08/2014 às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani,

280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº147/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução do muro de delimitação do terreno e pavimentação do pátio da Creche do Proinfância no bairro Vila Nova neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que permanece inalterado, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de julho de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Comunicado Tomada de Preços Nº 149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO
TOMADA DE PREÇOS Nº149/2014

O Município de Palhoça torna público que foi prorrogada a data de abertura da Tomada de Preços nº 149/2014, em virtude de estar em desconformidade com o art. 21 da Lei 8.666/93, ficando aprazado para o dia 18/08/2014 às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº149/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para Execução de Reforma e ampliação do Ginásio de Esportes do Caminho Novo, neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que permanece inalterado, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de julho de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Resultado Pregão 141-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

141/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto a aquisição de thinner para a Delegacia de Palhoça, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

Após o término do horário para entrega dos envelopes constatou-se que não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado DESERTO.

Palhoça, 24 de julho de 2014

Decreto Nº 1.683, de 23 de Julho de 2014

DECRETO Nº 1.683, DE 23 DE JULHO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 2.947.000,00, (dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
2.064 - Functo e Manutenção da Secretaria da Receita
R\$ 500.000,00
52 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 300.000,00
55 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC.E PESCA
12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC.E PESCA
81 Functo e Manutenção da Agricultura R\$ 120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1.010 - Projetos Musicais R\$ 17.000,00
112 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 17.000,00
2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 400.000,00
153 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1190207 - Aplicações Diretas
R\$ 400.000,00

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA ESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA ESTRUTURA
2026 - Functo e Manut,da Secretaria da Infra-Estrutura
R\$ 1.310.000,00
205 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 910.000,00
207 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 400.000,00

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2105 - Functo e Manut.da Secretaria de Administração
R\$ 600.000,00
324 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 600.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotação orçamentária abaixo:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
1.127 - Proj de Modern.Adminis.Tributária R\$ 1.980.000,00
44 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas
R\$ 1.980.000,00

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
2.066 - Functo e Manut.da Secretaria de Finanças R\$ 550.000,00
62 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas

R\$ 550.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.083 - Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 17.000,00

169 3.3.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

1.007 - Constr.Ampliação Ref.Centros Educ.Infantil R\$ 400.000,00

103 4.4.90.00.00.00.00.0. 1190207 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de julho de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO CP 84/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº84/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das propostas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa para drenagem, pavimentação a lajotas e sinalização vertical de 30 (trinta) ruas do Bairro Caminho Novo, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

EMPREITEIRA PAVICON venceu o Lote nº1 totalizando a importância de R\$ 706.394,43 (setecentos e seis mil, trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos);

Venceu o Lote nº2 totalizando a importância de R\$ 928.218,14 (novecentos e vinte e oito mil, duzentos e dezoito reais e quatorze centavos).

AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP venceu o Lote nº3 totalizando a importância de R\$ 642.985,17 (seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos);

Venceu o Lote nº4 totalizando a importância de R\$ 830.578,87 (oitocentos e trinta mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos);

Venceu o Lote nº5 totalizando a importância de R\$ 628.483,16 (seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos).

Palhoça, 24 de julho de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ

Comissão Permanente de Licitações

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

Extrato Portaria Nº 028//2014

PORTARIA Nº 028/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear pregoeiro e Auxiliares de pregoeiro, para o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2014.

Palhoça, em 09 de julho de 2014.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Papanduva

PREFEITURA

Decreto Nº 2443, de 24.07.2014 - Decreta Limitação de Empenho E Movimentação Financeira

DECRETO Nº 2443, DE 24.07.2014.

Decreta limitação de empenho e movimentação financeira e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI e XV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município e, para efeitos do disposto na Lei n. 1981, de 12 de julho de 2013, bem como nos artigos 9º e Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, combinado com o artigo 48 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964; e

Considerando que há a necessidade de redução de despesas, de limitação de empenho e movimentação financeira com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

Considerando a costumeira queda na arrecadação no segundo semestre;

Considerando finalmente o Decreto nº 2418, de 09 de junho de 2014, que Declarou Situação Anormal, Caracterizada como Situação de Emergência, a área do município afetada por enxurradas ou inundações bruscas, onde causou muitos prejuízos no Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica expressamente proibido contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício financeiro de 2014, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Art. 2º. Para a recondução da dívida aos seus limites, ficam determinadas as seguintes medidas, de efeitos imediatos:

- I - redução e/ou eliminação de investimentos programados;
- II - redução de 50% dos gastos com combustíveis para a frota dos veículos públicos, exceto para os serviços essenciais;
- III - proibição de realização de serviços extraordinários, exceto serviços essenciais;
- IV - proibição da realização de diárias, exceto para serviços essenciais;
- V - proibição da realização de cursos que tenham custos para o ente;
- VI - suspensão do pagamento em pecúnia de férias e licença-prêmio;
- VII - Suspensão de aquisição de material permanente, exceto casos de extrema necessidade, devidamente justificadas;
- VIII - Redução de auxílios em geral, exceto na área da saúde em casos de estado de vulnerabilidade social comprovada;
- IX - Redução de ligações telefônicas, com a concentração de ligações telefônicas através da central no edifício da municipalidade; e emissão de ficha controle de todas as ligações telefônicas em outros departamentos, devendo constar o nº de destino, o solicitante e a data;
- X - Redução de despesas com telefone móvel, podendo ser limitado o consumo de algumas linhas; e
- XI - Redução das despesas com material de expediente.

§ 1º. Em caso de necessidade de locomoção, a bem do serviço público, seja a trabalho ou para realização de cursos, devidamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo e analisados pela Secretaria da Fazenda ou Secretaria da Administração, os servidores receberão apenas reembolso de despesas, nos seguintes limites:

I) Despesas com almoço: Valor máximo R\$ 30,00.

II) Despesas com jantar: Valor máximo R\$ 30,00.

III) Hospedagem: R\$ 100,00

§ 2º. A folha de pagamento do pessoal poderá dar prioridade aos servidores efetivos e admitidos em caráter temporário e, após, ao pessoal comissionado e agentes políticos.

Art. 3º. A transgressão de qualquer das limitações previstas neste Decreto, serão de responsabilidade dos Secretários Municipais e/ou Servidores Municipais, no âmbito de cada pasta, ficando os mesmos responsáveis pelo pagamento de despesas não autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os Secretários de cada pasta deverão no prazo de 05(cinco) dias úteis, apresentar ao Chefe do Poder Executivo um cronograma de metas de redução de gastos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 24 de julho de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário Da Administração

Ata de Registro de Preços Nº 051/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2014

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 072/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 15/07/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa TRIBUNA DA FRONTEIRA PUBLICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.742.536/0001-10, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de serviços de publicidade institucional, através de jornal, para divulgação das ações, programas, informativas, campanhas educativas e de orientação social do município de Papanduva, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - A execução dos serviços licitados somente poderá(ao) ser realizado(s) pela(s) empresa(s) que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil e quinhentos reais), relativos aos itens 01 e 02, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 072/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 072/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - A disponibilização dos serviços deverão ocorrer após a solicitação da(s) Secretaria(s), requisitantes;
- 4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 072/2014 e seus anexos;
- 5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento às especificações dos serviços exigidos nesta ata, a VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital e desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:
- 8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de efetuar os serviços decorrentes deste instrumento, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros a execução do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papan-duva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 15 de julho de 2014.
Silvana Frederico Trindade
Pregoeira

Erli Edvina Wunsche Bacellar
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski
Equipe de Apoio

Otávio Hunka
Equipe de Apoio

Tribuna da Fronteira Publicações Ltda

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

Portaria 202/2014

PORTARIA Nº 202/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: membros para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, visando auxiliar nos trabalhos de análise e julgamento da documentação e propostas do Processo Licitatório, referente a Concessão da Prestação de Serviços Públicos de Abastecimentos de Água e Esgoto Sanitário, do Município de Penha/SC:

- Gabriela Garbini Strelow - Presidente
- Maria do Carmo Coutinho de Souza - Membro
- Maikil Gileno dos Santos - Membro

Equipe Técnica:

- Everaldo Moraes dos Santos - Engenheiro Sanitarista
- Ricardo Francisco das Neves - Fiscal de Obras
- Agairto Tachini Schneider - Contador
- Almir Rogério dos Santos - Contador
- Wagner Borges Figueiredo - Procurador do Municípios
- José Olimpio Muricy - Engenheiro da Empresa Contratada MPB Saneamentos

A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 24 de julho de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Ato Justificativo Para Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água E Esgoto Sanitário

ATO DE JUSTIFICATIVA DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PENHA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, e com fulcro no artigo 5º da Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, RESOLVE tornar público ato de justificativa da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Município de Penha possui área de 61,96km² e tem como municípios limítrofes: a noroeste, Piçarras; ao sul, Navegantes; a leste, o Oceano Atlântico (IBGE, 2010). O município conta com população, somados fixos e flutuantes, de 60.394 habitantes. Em cenário

de 35 anos, no ano de 2014, projeta-se população de 122.166 habitantes.

O Sistema de Abastecimento de Água do município de Penha foi operado, desde 1973, pela CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, em um contrato de 30 anos de duração. Em 2000, este contrato foi prorrogado pelo mesmo período.

Insatisfeito com a qualidade da água, o Ministério Público instaurou, em 2004, inquérito investigar a prestação de serviço - o Município assinou termo de ajustamento de conduta - TAC para melhorar o abastecimento de água, cobrando providências da CASAN.

A ação popular nº 2004.72.08.006031-6/SC resultou em condenação judicial do município, cuja sentença, outorga prazo para que sejam realizados os investimentos em esgotamento sanitário do Município de Penha.

Em 2005 a CASAN prometeu novos investimentos no Município. Em janeiro de 2006, apresentou estudo denominado Programa autofinanciável e sustentável para implantação de sistemas de esgotos, executados em aliança estratégica com o município de Penha, que remete a um suposto financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento do Japão.

Porém, passados cinco anos, nenhum investimento neste sentido havia sido realizado. Por força desta situação, em setembro de 2011, o Prefeito de Penha produziu decreto que determinou a retomada da prestação direta dos serviços de saneamento básico.

Até o momento, o Município, através de contrato firmado com empresa privada, vem operando os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Entretanto, o Município precisa avançar, dar o próximo passo, com o intuito de atrair investimentos para solucionar os problemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, encontrando alternativas para realizar os investimentos em infraestrutura necessários. É preciso captar e tratar a água para a população e é preciso dar o adequado tratamento ao esgoto sanitário produzido no Município.

Os investimentos são de grande monta. Apenas em ações imediatas unicamente para o sistema de abastecimento de água, até o terceiro ano de contrato, projeta-se a necessidade de investimentos em R\$ 34.911.409,14. Para o sistema de esgoto, até o terceiro ano do contrato, o previsto é de R\$ 9.266.709,05. Ao fim do período de concessão, é previsto um investimento total no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário na ordem de R\$ 186.345.915,11.

É evidente que Município do porte de Penha não dispõe de meios para fazer tais investimentos diretamente e nem mesmo arcar com financiamentos, que comprometeriam toda a sua capacidade de endividamento, em detrimento das demais demandas da população. Portanto, o Município optou por delegar os serviços para a iniciativa privada com o intuito de viabilizar tais investimentos, o que pretende fazer através de contrato de concessão, em que os serviços públicos são prestados por conta e risco da futura concessionária, diminuindo substancialmente os riscos do Município, que passará a regular e fiscalizar a qualidade dos serviços e as metas de atendimento. Também há de levar em consideração que a iniciativa privada possui experiência, acessos a recursos financeiros e capacidade técnica superior a do Município de Penha.

Penha, 24 de julho de 2014
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal de Penha

Peritiba**PREFEITURA****Aviso Licitação 53/2014 - PP 29/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 28/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Proc. de Licitação 53/2014 - Pregão Presencial 29/2014, julgamento Menor Preço.

Objeto: Aquisição de materiais para reforma e redimensionamento do espaço físico, onde se encontra locada a Câmara Municipal de Vereadores no prédio da Prefeitura Municipal de Peritiba.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h30min do dia 08 de agosto de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h45min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital na íntegra, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou no e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 25 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Edital de Licitação Nº 034/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 034/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 06/08/2014, licitação modalidade Pregão Presencial n. 034/2014, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO GASOLINA COMUM, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 06/08/2014, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site WWW.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
23 DE JULHO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Errata do Decreto Municipal N.º 4.042/2014

ERRATA DO DECRETO MUNICIPAL N.º 4.042/2014
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto/SC

Assunto: Errata para corrigir erro no Decreto nº 4.042 de 22 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto/SC, Quarta-Feira, dia 23 de julho de 2014, DOM/SC - Edição nº 1533, páginas 362 a 365.

DECRETO Nº 4.042, de 22 de julho de 2014.

Regulamenta a Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014, dispondo sobre o modelo, requisitos, emissão e cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, institui o Recibo Provisório de Serviços - RPS e dá outras providências.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 422, de 05/12/1986 (Código Tributário Municipal) e a Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e,

DECRETA:

Art. 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, documento fiscal de natureza digital instituído pela Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014, obedecerá aos requisitos e ao modelo definidos neste Decreto e será também identificada pelo nome "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Pinheiro Preto".

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A NFS-e terá o modelo constante do Anexo I deste Decreto e deverá conter no mínimo as seguintes informações:

I - número sequencial e série;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, apresentando:

- a) nome empresarial;
- b) endereço físico;
- c) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes municipal;

V - identificação do tomador dos serviços, contendo:

- a) nome ou nome empresarial;
- b) endereço físico;
- c) endereço de correio eletrônico (e-mail), se houver;
- d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal, se houver;

VI - discriminação do serviço e do código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata o anexo I, Tabela A, de alíquotas para cobrança do imposto sobre a prestação de serviços, combinado com os Artigos 13 e 14, da Lei Complementar nº 108, de 23/12/2003;

VII - o Código da Natureza de Operação, conforme Tabela I do Anexo II deste Decreto;

VIII - o valor total da operação;

IX - a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISSQN;

X - as seguintes informações, se ocorridas:

- a) valor de descontos concedidos, indicando se condicionais ou incondicionais;
- b) deduções da base de cálculo;
- c) o dispositivo legal em que se baseia a isenção ou imunidade ao ISSQN;
- d) retenção de ISSQN na fonte;
- e) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;
- f) número e data do RPS convertido.

§1º. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços, partindo do número 001.

§2º. Somente será permitida a dedução da base de cálculo do ISSQN quando expressamente prevista na legislação tributária municipal ou determinada por decisão judicial, sendo obrigatória, nestes casos, a indicação do dispositivo legal ou da ação judicial correspondente.

§3º. A NFS-e referente aos serviços previstos nos itens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços deverá conter informação da obra a que se refere e o respectivo endereço.

§4º. Quando registrar serviços cuja tributação não for vinculada, nos termos da lei, ao estabelecimento prestador, a NFS-e deverá indicar o local da execução do serviço.

Art. 3º O credenciamento junto ao sistema emissor e a autorização para emissão da NFS-e serão solicitados pelo obrigado, cabendo à Administração Tributária a análise e deferimento dos pedidos.

§1º. Para o credenciamento junto ao sistema, poderá ser exigido requerimento assinado pelo sujeito passivo, contrato social ou equivalente e outros documentos considerados necessários com vistas à segurança da informação.

§2º. A resposta ao requerimento será encaminhada ao endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo contribuinte.

Art. 4º São dispensados de emitir NFS-e em cada operação de prestação de serviços os bancos; caixas econômicas; sociedades de crédito, financiamento e investimento; associações de poupança e empréstimo; cooperativas de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio; distribuidoras de títulos e valores mobiliários; fundos de investimento; companhias hipotecárias; agências de fomento ou de desenvolvimento; administradoras de consórcio e demais instituições obrigadas ao COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras.

§1º. A dispensa de que trata este artigo não altera as demais obrigações tributárias acessórias, que deverão ser cumpridas nos termos da legislação.

§2º. Para fins de apuração e recolhimento do ISSQN devido, os prestadores indicados neste artigo deverão emitir mensalmente uma NFS-e com o valor global dos serviços prestados, sem identificar o tomador e indicando no campo destinado à descrição dos serviços as contas contábeis que originaram a respectiva base de cálculo.

CAPÍTULO II

DA EMISSÃO E DO CANCELAMENTO

Art. 5º A NFS-e será emitida após a validação das informações transmitidas pelo prestador de serviços por meio de aplicativo disponibilizado pelo Município de Pinheiro Preto na internet, no endereço www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Parágrafo único. A NFS-e emitida será enviada por e-mail ao tomador do serviço ou, na solicitação deste, por via impressa.

Art. 6º A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente:

I - antes do recolhimento do imposto respectivo e no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua emissão, diretamente no sistema, informando os motivos do cancelamento e se haverá substituição;

II - após o prazo do inciso I, por meio de processo administrativo endereçado à Secretaria da Fazenda Municipal, onde o contribuinte deverá expor os motivos do pedido e juntar os documentos comprobatórios dos fatos alegados.

Parágrafo único. No processo administrativo de que trata o inciso II do caput será decidido sobre a restituição ou compensação do ISSQN recolhido referente à NFS-e cancelada.

CAPÍTULO III

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 7º Os contribuintes poderão emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

I - na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;

II - por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Parágrafo único. Poderão ser utilizadas mais de uma série de RPS, de acordo com a necessidade do prestador.

Art. 8º É obrigatória a conversão do RPS em NFS-e no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da sua emissão.

Art. 9º O RPS terá formato livre e será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços - RPS", observando ainda obrigatoriamente o seguinte:

I - será numerado em ordem crescente sequencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série alfanumérica quando for o caso;

II - será emitido contendo apenas um código de serviço por documento;

III - conterá todas as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:

a) a data da emissão;

b) a mensagem: "Este documento será convertido em NFS-e no prazo de 10 (dez) dias. Para confirmar, acesse www.pinheiropreto.sc.gov.br."

§1º. O prestador poderá confeccionar o RPS sem necessidade de autorização.

§2º. O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

§3º. Poderão ser utilizados como RPS:

I - os documentos fiscais autorizados conjuntamente pelo Município e pelo Estado de Santa Catarina, inclusive a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;

II - os recibos emitidos pelos serviços notariais e de registros públicos para registro dos emolumentos percebidos.

§4º. Ocorrendo a utilização dos documentos indicados no §3º, deles também deverá constar mensagem com indicativo de tratar-se de RPS, que será convertido em NFS-e.

§5º. Não poderão ser utilizados como RPS os antigos talonários de Notas Fiscais de Serviços autorizados pelo município.

§6º. No interesse da fiscalização, a Administração Tributária Municipal instituirá procedimentos para controle do RPS, podendo inclusive exigir prévia autorização para sua impressão.

Art. 10. A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes.

§1º. A correção de quaisquer inconsistências das informações deverá ser efetuada no prazo definido para a declaração do RPS e sua conversão em NFS-e.

§2º. A falta de conversão do RPS em NFS-e equipara-se à não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO IV DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES RECEBIDAS - DIR

Art. 11. As pessoas jurídicas que tomarem serviços de prestadores estabelecidos noutras localidades, deverão converter as notas fiscais convencionais ou eletrônicas recebidas em "Declaração de Informação Recebida - DIR".

Art. 12. Estão também obrigadas a declarar a DIR as pessoas jurídicas que tomarem serviços de empresas ou profissionais autônomos na hipótese dos mesmos não fornecerem a "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Pinheiro Preto", ou outro documento fiscal

autorizado pela Administração Tributária Municipal de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. O tomador do serviço a que se refere este artigo deverá gerar a DIR e reter na fonte o montante do imposto devido, quando o prestador, desobrigado da emissão da "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Pinheiro Preto" não fornecer:

I - recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

II - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Mobiliário de contribuintes ou Nota Fiscal Avulsa de Serviços emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 13. A DIR deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e dos serviços, contendo:

I - CNPJ ou CPF do prestador;

II - nome ou razão social e endereço do prestador;

III - a descrição do serviço tomado;

IV - o enquadramento na lista de serviços;

V - o Código da Natureza de Operação, conforme Tabela II do Anexo II deste Decreto;

VI - o valor dos serviços;

VII - a alíquota incidente e o valor do ISSQN retido;

VIII - número do documento fiscal se houver.

CAPÍTULO V DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 14. O recolhimento do ISSQN referente à "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Pinheiro Preto", e à DIR deverá ser efetuado exclusivamente pela impressão e pagamento da Guia de Pagamento disponibilizada no sistema gerador.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

I - ao responsável tributário, quando o prestador de serviços não efetuar a conversão do RPS em NFS-e até o vencimento do imposto;

II - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Pinheiro Preto, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;

III - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. Antes da data em que obrigado nos termos da lei, poderá o contribuinte optar pela emissão da "Nota Fiscal de Serviços

Eletrônica Pinheiro Preto” observando os procedimentos de credenciamento e autorização de emissão de que trata o artigo 3º.

Parágrafo único. Efetuada a opção e desde que autorizada a emissão, deverá o contribuinte emitir exclusivamente a NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização dos antigos talonários de Notas Fiscais de Serviços autorizados pelo município, os quais deverão ser entregues à Administração Tributária para inutilização no prazo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento da autorização para emissão.

Art. 16. Durante o prazo de 05 (cinco) anos contados da emissão, a NFS-e poderá ser consultada em sistema próprio do Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 17. A NFS-e emitida será automaticamente registrada na escrituração eletrônica do prestador e do tomador dos serviços.

Art. 18. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 19. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pinheiro Preto - SC, 22 de julho de 2014.

Euzébio Calisto Vieceli
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO	Número e Série da NFS-e
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	000000000000 / A1
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e	Data e Hora da Emissão
	00/00/0000 00:00:00
	Código de Verificação
	XXXX-XXXX
PRESTADOR DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ:	
Inscrição Municipal:	
Nome:	
Endereço:	
CEP:	Bairro:
Município:	
UF:	
TOMADOR DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ:	Nome:
Endereço:	
CEP:	Bairro:
Município:	
UF:	
INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ:	
Inscrição Municipal:	
Nome:	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	
VALOR TOTAL DO SERVIÇO: R\$ 0,00	

Código do Serviço:

Natureza de Operação:

Valor Serviços 0,00	Base de Cálculo 0,00	Alíquota ISS 0,00%	Valor ISS Retido 0,00	Valor ISS 0,00
Desconto Incondicional 0,00	Desconto Condicional 0,00	Valor PIS 0,00	Valor COFINS 0,00	Valor INSS 0,00
Valor IR 0,00	Valor CSLL 0,00	Outras Retenções 0,00	Valor Deduções 0,00	Valor Líquido da NFS-e 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

ANEXO II

Códigos Natureza da Operação

Tabela I - Emissão NFS-e

Código	Natureza da Operação - NFS-e
01	ISS devido para Pinheiro Preto
11	ISS devido para outro município
21	ISS Fixo (Sociedade de Profissionais)
01	ISS retido pelo tomador ou intermediário do serviço
01	Operação imune, isenta ou não tributada
01	ISS devido para Pinheiro Preto (Simples Nacional)
11	ISS devido para outro município (Simples Nacional)
01	ISS retido pelo tomador ou intermediário do serviço (Simples Nacional)
01	Operação imune, isenta ou não tributada (Simples Nacional)
41	MEI (Simples Nacional)

Tabela II - Declaração Informações Recebidas - DIR

Código	Natureza da Operação - DIR
21	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço
31	Serviço imune, isento ou não tributado
71	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço (prestador optante pelo Simples Nacional)
81	Serviço imune, isento ou não tributado (prestador optante pelo Simples Nacional)
91	Nota Fiscal de Serviços Avulsa (ISS pago antecipadamente pelo prestador)
52	ISS retido ou sujeito à substituição tributária, devido para outro município (prestador optante pelo Simples Nacional)

02	ISS retido ou sujeito à substituição tributária devido para outro município
51	ISS retido ou sujeito à substituição tributária devido para Pinheiro Preto (prestador optante pelo Simples Nacional)
01	ISS retido ou sujeito à substituição tributária devido para Pinheiro Preto
21	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço

Pinheiro Preto - SC, 24 de julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Decreto Nº 4.042, de 22 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.042, de 22 de julho de 2014.

Regulamenta a Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014, dispondo sobre o modelo, requisitos, emissão e cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, institui o Recibo Provisório de Serviços - RPS e dá outras providências.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 422, de 05/12/1986 (Código Tributário Municipal) e a Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFS-e,

DECRETA:

Art. 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, documento fiscal de natureza digital instituído pela Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014, obedecerá aos requisitos e ao modelo definidos neste Decreto e será também identificada pelo nome NFS-e.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A NFS-e terá o modelo constante do Anexo I deste Decreto e deverá conter no mínimo as seguintes informações:

I -número sequencial e série;

II -código de verificação de autenticidade;

III -data e hora da emissão;

IV -identificação do prestador de serviços, apresentando:

- a) nome empresarial;
- b) endereço físico;
- c) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes municipal;

V -identificação do tomador dos serviços, contendo:

- a) nome ou nome empresarial;
- b) endereço físico;
- c) endereço de correio eletrônico (e-mail), se houver;
- d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ;
- e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal, se houver;

VI -discriminação do serviço e do código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata o anexo I, Tabela A, de alíquotas para cobrança do imposto sobre a prestação de serviços, combinado com os Artigos 13 e 14, da Lei Complementar nº 108,

de 23/12/2003;

VII - o Código da Natureza de Operação, conforme Tabela I do Anexo II deste Decreto;

VIII - o valor total da operação;

IX - a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISSQN;

X - as seguintes informações, se ocorridas:

- a) valor de descontos concedidos, indicando se condicionais ou incondicionais;
- b) deduções da base de cálculo;
- c) o dispositivo legal em que se baseia a isenção ou imunidade ao ISSQN;
- d) retenção de ISSQN na fonte;
- e) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;
- f) número e data do RPS convertido.

§1º. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços, partindo do número 001.

§2º. Somente será permitida a dedução da base de cálculo do ISSQN quando expressamente prevista na legislação tributária municipal ou determinada por decisão judicial, sendo obrigatória, nestes casos, a indicação do dispositivo legal ou da ação judicial correspondente.

§3º. A NFS-e referente aos serviços previstos nos itens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços deverá conter informação da obra a que se refere e o respectivo endereço.

§4º. Quando registrar serviços cuja tributação não for vinculada, nos termos da lei, ao estabelecimento prestador, a NFS-e deverá indicar o local da execução do serviço.

Art. 3º O credenciamento junto ao sistema emissor e a autorização para emissão da NFS-e serão solicitados pelo obrigado, cabendo à Administração Tributária a análise e deferimento dos pedidos.

§1º. Para o credenciamento junto ao sistema, poderá ser exigido requerimento assinado pelo sujeito passivo, contrato social ou equivalente e outros documentos considerados necessários com vistas à segurança da informação.

§2º. A resposta ao requerimento será encaminhada ao endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo contribuinte.

Art. 4º São dispensados de emitir NFS-e em cada operação de prestação de serviços os bancos; caixas econômicas; sociedades de crédito, financiamento e investimento; associações de poupança e empréstimo; cooperativas de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio; distribuidoras de títulos e valores mobiliários; fundos de investimento; companhias hipotecárias; agências de fomento ou de desenvolvimento; administradoras de consórcio e demais instituições obrigadas ao COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras.

§1º. A dispensa de que trata este artigo não altera as demais obrigações tributárias acessórias, que deverão ser cumpridas nos termos da legislação.

§2º. Para fins de apuração e recolhimento do ISSQN devido, os prestadores indicados neste artigo deverão emitir mensalmente uma NFS-e com o valor global dos serviços prestados, sem identificar o tomador e indicando no campo destinado à descrição dos serviços as contas contábeis que originaram a respectiva base de

cálculo.

CAPÍTULO II DA EMISSÃO, CANCELAMENTO E CORREÇÃO

Art. 5º A NFS-e será emitida após a validação das informações transmitidas pelo prestador de serviços por meio de aplicativo disponibilizado pelo Município de Pinheiro Preto na internet, no endereço www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Parágrafo único. A NFS-e emitida será enviada por "e-mail" ao tomador do serviço ou, na solicitação deste, por via impressa.

Art. 6º A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente:

I - antes do recolhimento do imposto respectivo e no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua emissão, diretamente no sistema, informando os motivos do cancelamento e se haverá substituição;

II - após o prazo do inciso I, por meio de processo administrativo endereçado à Secretaria da Fazenda Municipal, onde o contribuinte deverá expor os motivos do pedido e juntar os documentos comprobatórios dos fatos alegados.

Parágrafo único. No processo administrativo de que trata o inciso II do caput será decidido sobre a restituição ou compensação do ISSQN recolhido referente à NFS-e cancelada.

Art. 7º A NFS-e emitida com irregularidades ou incorreções poderá ser regularizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da sua emissão através de carta-correção eletrônica, que ficará associada à NFS-e a qual se refere para posterior consulta e visualização.

§ 1º a carta-correção será enviada por "e-mail" ou impressa em via única e entregue ao tomador de serviços, mediante solicitação deste.

§ 2º Não são passíveis de correção quaisquer variáveis que determinem ou modifiquem o valor da operação, da base de cálculo, da alíquota e do imposto, e ainda:

I - o item da Lista de Serviços e o código da Natureza da Operação;

II - dados cadastrais que implique em alteração do prestador ou tomador de serviços;

III - o número, série e data de emissão da NFS-e e do RPS;

IV - indicação de benefício fiscal ou de ação judicial suspensiva do ISSQN;

V - o local de incidência do ISSQN;

VI - a responsabilidade pelo recolhimento do ISSQN.

§ 3º Não será passível de correção, ainda que dentro do referido prazo, a NFS-e emitida em período submetido a procedimento de fiscalização.

CAPÍTULO III DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 8º Os contribuintes poderão emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

I - na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;

II - por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Parágrafo único. Poderão ser utilizadas mais de uma série de RPS, de acordo com a necessidade do prestador.

Art. 9º É obrigatória a conversão do RPS em NFS-e no prazo

máximo de 15 (quinze) dias a partir da sua emissão.

Art. 10. O RPS terá formato livre e será identificado pela expressão - Recibo Provisório de Serviços - RPS - , observando ainda obrigatoriamente o seguinte:

I - será numerado em ordem crescente sequencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série alfanumérica quando for o caso;

II - será emitido contendo apenas um código de serviço por documento;

III - conterá todas as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:

a) a data da emissão;

b) a mensagem: "Este documento será convertido em NFS-e no prazo de 15 (quinze) dias. Para confirmar, acesse www.pinheiropreto.sc.gov.br.

§1º. O prestador poderá confeccionar o RPS sem necessidade de autorização.

§2º. O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

§3º. Poderão ser utilizados como RPS:

I - os documentos fiscais autorizados conjuntamente pelo Município e pelo Estado de Santa Catarina, inclusive a Nota Fiscal Eletrônica - NFS-e;

II - os recibos emitidos pelos serviços notariais e de registros públicos para registro dos emolumentos percebidos.

§4º. Ocorrendo a utilização dos documentos indicados no §3º, deles também deverá constar mensagem com indicativo de tratar-se de RPS, que será convertido em NFS-e.

§5º. Não poderão ser utilizados como RPS os antigos talonários de Notas Fiscais de Serviços autorizados pelo município.

§6º. No interesse da fiscalização, a Administração Tributária Municipal instituirá procedimentos para controle do RPS, podendo inclusive exigir prévia autorização para sua impressão.

Art. 11. A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes.

§1º. A correção de quaisquer inconsistências das informações deverá ser efetuada no prazo definido para a declaração do RPS e sua conversão em NFS-e.

§2º. A falta de conversão do RPS em NFS-e equipara-se à não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO IV DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES RECEBIDAS - DIR

Art. 12. As pessoas jurídicas que tomarem serviços de prestadores estabelecidos noutras localidades, deverão converter as notas fiscais convencionais ou eletrônicas recebidas em "Declaração de Informação Recebida "DIR".

Art. 13. Estão também obrigadas a declarar a DIR as pessoas jurídicas que tomarem serviços de empresas ou profissionais

autônomos na hipótese dos mesmos não fornecerem a NFS-e, ou outro documento fiscal autorizado pela Administração Tributária Municipal de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. O tomador do serviço a que se refere este artigo deverá gerar a DIR e reter na fonte o montante do imposto devido, quando o prestador, desobrigado da emissão da NFS-e não fornecer:

I - recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

II - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Mobiliário de contribuintes ou Nota Fiscal Avulsa de Serviços emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 14. A DIR deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e dos serviços, contendo:

I - CNPJ ou CPF do prestador;

II - nome ou razão social e endereço do prestador;

III - a descrição do serviço tomado;

IV - o enquadramento na lista de serviços;

V - o Código da Natureza de Operação, conforme Tabela II do Anexo II deste Decreto;

VI - o valor dos serviços;

VII - a alíquota incidente e o valor do ISSQN retido;

VIII - número do documento fiscal se houver.

CAPÍTULO V DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 15. O recolhimento do ISSQN referente à NFS-e, e à DIR deverá ser efetuado exclusivamente pela impressão e pagamento da Guia de Pagamento disponibilizada no sistema gerador.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

I - ao responsável tributário, quando o prestador de serviços não efetuar a conversão do RPS em NFS-e até o vencimento do imposto;

II - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Pinheiro Preto, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;

III - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Antes da data em que obrigado nos termos da lei, poderá o contribuinte optar pela emissão da NFS-e observando os

procedimentos de credenciamento e autorização de emissão de que trata o artigo 3º.

Parágrafo único. Efetuada a opção e desde que autorizada a emissão, deverá o contribuinte emitir exclusivamente a NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização dos antigos talonários de Notas Fiscais de Serviços autorizados pelo município, os quais deverão ser entregues à Administração Tributária para inutilização no prazo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento da autorização para emissão.

Art. 17. Durante o prazo de 05 (cinco) anos contados da emissão, a NFS-e poderá ser consultada em sistema próprio do Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 18. A NFS-e emitida será automaticamente registrada na escrituração eletrônica do prestador e do tomador dos serviços.

Art. 19. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 20. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pinheiro Preto - SC, 22 de julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e	Número e Série da NFS-e 00000000000 / A1
	Data e Hora da Emissão 00/00/0000 00:00:00
	Código de Verificação XXXX-XXXX
PRESTADOR DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ:	
Inscrição Municipal:	
Nome:	
Endereço:	
CEP:	Bairro:
Município:	
UF:	
TOMADOR DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ:	
Nome:	
Endereço:	
CEP:	Bairro:
Município:	
UF:	
INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ:	
Inscrição Municipal:	
Nome:	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	

VALOR TOTAL DO SERVIÇO: R\$ 0,00				
Código do Serviço:				
Natureza de Operação:				
Valor Ser- viços 0,00	Base de Calculo 0,00	Alíquota ISS 0,00%	Valor ISS Retido 0,00	Valor ISS 0,00
Desconto Incondicio- nal 0,00	Desconto Condicional 0,00	Valor PIS 0,00	Valor COFINS 0,00	Valor INSS 0,00
Valor IR 0,00	Valor CSLL 0,00	Outras Retenções 0,00	Valor Deduções 0,00	Valor Liqui- do da NFS-e 0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES				

ANEXO II

Códigos Natureza da Operação

Tabela I - Emissão NFS-e

Código	Natureza da Operação - NFS-e
01	ISS devido para Pinheiro Preto
11	ISS devido para outro município
21	ISS Fixo (Sociedade de Profissionais)
01	ISS retido pelo tomador ou interme- diário do serviço
01	Operação imune, isenta ou não tributada
01	ISS devido para Pinheiro Preto (Sim- ples Nacional)
11	ISS devido para outro município (Simples Nacional)
01	ISS retido pelo tomador ou interme- diário do serviço (Simples Nacional)
01	Operação imune, isenta ou não tributada (Simples Nacional)
41	MEI (Simples Nacional)

Tabela II - Declaração Informações Recebidas - DIR

Código	Natureza da Operação - DIR
21	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço
31	Serviço imune, isento ou não tributado
71	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço (prestador optante pelo Simples Nacional)
81	Serviço imune, isento ou não tributado (prestador optante pelo Simples Nacional)
91	Nota Fiscal de Serviços Avulsa (ISS pago antecipadamente pelo prestador)
52	ISS retido ou sujeito à substituição tributária, devido para outro municí- pio (prestador optante pelo Simples Nacional)

02	ISS retido ou sujeito à substitui- ção tributária devido para outro município
51	ISS retido ou sujeito à substituição tributária devido para Pinheiro Preto (prestador optante pelo Simples Nacional)
01	ISS retido ou sujeito à substituição tributária devido para Pinheiro Preto
21	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço

Portaria Nº 270, de 23 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 270, DE 23 DE JULHO DE 2014.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 029/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

RESOLVE:
Art. 1º Determina a repetição de licitação 029/2014, modalidade
pregão presencial, em razão do certame ter sido declarado fra-
cassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
23 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo 022/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 022/2014

CONTRATO ADITADO 047/2014

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À
MERENDA ESCOLAR - UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de
Pinheiro Preto, ano letivo de 2014.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL.. nº 042/2013

EMPRESA CONTRATADA: MERCADO RZ LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o
objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na
cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 1.303,27

DATA DO CONTRATO: 17 de julho de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Ponte Serrada

PREFEITURA

Extrato 0073

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0073/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0030/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Recebimento de Envelopes: até as 08h50min do dia 07/08/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 07/08/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 24 de julho de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2014 - Amaspu

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União - Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 003/2014

Extrato de Tomada de Preço nº 001/2014

A AMASPU Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União - Estado de Santa Catarina, e o PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, na qualidade de Curador desta AUTARQUIA, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preço para objeto a contratação de 01 (um) profissional na área de Odontologia, para atendimento junto a AMASPU. Recebimento dos envelopes e credenciamento no dia 11 de agosto de 2014, às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com início da sessão às 14:00 horas do mesmo dia e local. Recomendação de chegada com antecedência de, no mínimo, 15 minutos devido protocolo eletrônico. Maiores informações na Avenida Getúlio Vargas, 228, centro da cidade de Porto União, telefone 35232632 - e-mail impressprev@gmail.com, e edital no site www.portouniao.sc.gov.br

Porto União, SC, 23 de julho de 2014.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARGARETH FLISSAK
Presidente IMPRESS/AMASPU

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014 - Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 011/2014 - CULTURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a contratação de Serviço de Recarga de Cartuchos para a Fundação Municipal de Cultura. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 07 de agosto de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 24 de julho de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

LRF - RREO Anexos 1 A 14

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	74.792.000,00	74.792.000,00	11.794.384,10	15,77	33.299.003,01	44,52
RECEITAS CORRENTES	63.779.979,31	63.779.979,31	11.017.691,30	17,27	32.374.201,42	50,76
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.780.000,00	8.780.000,00	1.576.012,13	17,95	5.688.249,08	64,79
IMPOSTOS	6.540.000,00	6.540.000,00	1.073.413,92	16,41	4.287.074,98	65,55
TAXAS	2.200.000,00	2.200.000,00	502.598,21	22,85	1.401.174,10	63,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.700.000,00	3.700.000,00	669.510,47	18,09	2.056.258,15	55,57
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.800.000,00	2.800.000,00	511.962,45	18,28	1.610.705,29	57,53
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	157.548,02	17,51	445.552,86	49,51
RECEITA PATRIMONIAL	8.204.982,94	8.204.982,94	855.036,42	10,42	2.347.794,64	28,61
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	36.000,00	36.000,00	1.000,00	2,78	3.000,00	8,33
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.518.982,94	7.518.982,94	854.036,42	11,36	2.344.794,64	31,18
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.794.996,37	40.794.996,37	7.409.006,79	18,16	21.313.627,33	52,25
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.759.996,37	40.759.996,37	6.556.413,17	16,09	19.873.603,92	48,76
Transf. de Conv.	35.000,00	35.000,00	852.593,62	435,98	1.440.023,41	114,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.300.000,00	2.300.000,00	508.125,49	22,09	968.272,22	42,10
Multas e Juros de Mora	780.000,00	780.000,00	79.946,63	10,25	260.181,37	33,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	16.522,51	6,12	36.018,42	13,34
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	700.000,00	700.000,00	86.013,09	12,29	238.255,07	34,04
RECEITAS DIVERSAS	550.000,00	550.000,00	325.643,26	59,21	433.817,36	78,88
RECEITAS DE CAPITAL	11.012.020,69	11.012.020,69	776.692,80	7,05	924.801,59	8,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	248.009,61	248.009,61	39.660,48	15,99	102.836,46	41,46
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.009,61	100.009,61	0,00	0,00	23.515,50	23,51
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	148.000,00	148.000,00	39.660,48	26,80	79.320,96	53,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.764.011,08	9.764.011,08	737.032,32	7,55	821.965,13	8,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.724.000,00	1.724.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.040.011,08	8.040.011,08	737.032,32	9,17	821.965,13	10,22
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	17,50	1.329.739,94	55,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	17,50	1.329.739,94	55,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	17,50	1.329.739,94	55,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	17,50	1.329.739,94	55,41

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	17,50	1.329.739,94	55,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	77.192.000,00	77.192.000,00	12.214.420,48	15,82	34.628.742,95	44,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	77.192.000,00	77.192.000,00	12.214.420,48	15,82	34.628.742,95	44,86
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	77.192.000,00	77.192.000,00	12.214.420,48	15,82	34.628.742,95	44,86
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.663.357,27	—	—	1.046.301,90	—
Superávit Financeiro	—	1.663.357,27	—	—	1.046.301,90	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.255.999,60	9.352.054,99	82.608.054,59	10.667.967,58	28.579.579,66	8.721.613,08	25.731.253,57	31,15
DESPESAS CORRENTES	52.693.785,90	2.061.490,30	54.755.276,20	8.330.600,41	23.979.294,40	7.571.856,40	22.543.870,73	41,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.152.000,00	72.100,00	33.224.100,00	5.071.577,25	14.724.190,41	4.515.579,49	14.139.270,89	42,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	326.000,00	-5.000,00	321.000,00	2.884,85	10.474,55	2.884,85	10.474,55	3,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.215.785,90	1.994.390,30	21.210.176,20	3.256.138,31	9.244.629,44	3.053.392,06	8.394.125,29	39,58
DESPESAS DE CAPITAL	17.294.213,70	7.390.564,69	24.684.778,39	2.337.367,17	4.600.285,26	1.149.756,68	3.187.382,84	12,91
INVESTIMENTOS	16.084.213,70	7.429.564,69	23.513.778,39	2.265.274,01	4.384.005,78	1.077.663,52	2.971.103,36	12,64
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	0,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	690.000,00	-39.000,00	651.000,00	72.093,16	216.279,48	72.093,16	216.279,48	33,22

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.255.999,60	9.352.054,99	82.608.054,59	10.667.967,58	28.579.579,66	8.721.613,08	25.731.253,57	31,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.268.000,00	-100.000,00	3.168.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.930.000,40	-250.000,00	3.680.000,40	435.532,47	1.174.746,50	358.247,18	1.049.620,55	28,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.930.000,40	-250.000,00	3.680.000,40	435.532,47	1.174.746,50	358.247,18	1.049.620,55	28,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	77.186.000,00	9.102.054,99	86.288.054,99	11.103.500,05	29.754.326,16	9.079.860,26	26.780.874,12	31,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	77.186.000,00	9.102.054,99	86.288.054,99	11.103.500,05	29.754.326,16	9.079.860,26	26.780.874,12	31,04
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.847.868,83	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	77.186.000,00	9.102.054,99	86.288.054,99	11.103.500,05	29.754.326,16	9.079.860,26	34.628.742,95	31,04

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 421.081,54

FONTE:

PORTO UNIAO, 21/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTÁBIL

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.255.999,60	82.608.054,59	10.667.967,58	28.579.579,66	8.721.613,08	25.731.253,57	96,08	31,15	56.876.801,02	
	Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	300.651,68	861.693,31	284.043,55	841.934,28	3,14	36,61	1.458.065,72
	Ação Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	300.651,68	861.693,31	284.043,55	841.934,28	3,14	36,61	1.458.065,72
	Administração	4.812.000,00	4.852.000,00	675.756,20	1.975.894,93	661.825,89	1.948.955,77	7,28	40,17	2.903.044,23
	Planejamento e Orçamento	310.000,00	320.000,00	66.110,20	174.885,87	56.012,20	164.787,87	0,62	51,50	155.212,13
	Administração Geral	3.786.000,00	3.806.000,00	483.917,47	1.432.852,04	483.818,20	1.419.743,92	5,30	37,30	2.386.256,08
	Administração Financeira	716.000,00	726.000,00	125.728,53	368.157,02	121.995,49	364.423,98	1,36	50,20	361.576,02
	Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	197,20	1.216,82	197,20	1.216,82	0,00	60,84	783,18
	Defesa Terrestre	2.000,00	2.000,00	197,20	1.216,82	197,20	1.216,82	0,00	60,84	783,18
	Segurança Pública	604.000,00	704.000,00	120.906,45	237.069,00	76.228,77	185.482,82	0,69	26,35	518.517,18
	Policciamento	154.000,00	154.000,00	23.343,55	43.123,75	10.976,70	29.228,90	0,11	18,98	124.771,10
	Defesa Civil	450.000,00	550.000,00	97.562,90	193.945,25	65.252,07	156.253,92	0,58	28,41	393.746,08
	Assistência Social	2.205.000,00	2.604.114,01	368.025,85	977.918,88	304.885,79	912.407,89	3,41	35,04	1.691.706,12
	Assistência à Criança e ao Adolescente	187.000,00	187.000,00	24.601,15	75.146,74	24.556,62	75.102,21	0,28	40,16	111.897,79
	Assistência Comunitária	2.018.000,00	2.417.114,01	343.424,70	902.772,14	280.329,17	837.305,68	3,13	34,64	1.579.808,33
	Previdência Social	10.068.000,00	10.068.000,00	387.850,12	1.157.565,76	387.637,18	1.156.202,82	4,32	11,48	8.911.797,18
	Previdência do Regime Estatutário	10.068.000,00	10.068.000,00	387.850,12	1.157.565,76	387.637,18	1.156.202,82	4,32	11,48	8.911.797,18
	Saúde	14.612.000,00	17.027.087,11	3.543.975,97	8.200.439,07	1.839.157,07	6.188.819,28	23,11	36,35	10.838.267,83
	Atenção Básica	10.785.950,00	12.898.037,11	3.096.918,46	6.762.000,87	1.464.416,98	4.943.942,37	18,46	38,33	7.954.094,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.619.000,00	3.847.000,00	383.367,86	1.329.203,87	359.988,28	1.190.586,39	4,45	30,95	2.656.413,61	
Vigilância Sanitária	207.050,00	282.050,00	63.689,65	109.234,33	14.751,81	54.290,52	0,20	19,25	227.759,48	
Educação	12.873.999,60	13.791.898,58	2.237.336,48	6.426.959,77	2.364.798,05	6.068.588,62	22,66	44,00	7.723.309,96	
Ensino Fundamental	7.780.001,80	8.456.900,92	1.427.336,01	4.075.971,74	1.549.240,63	3.776.049,57	14,10	44,65	4.680.851,35	
Educação Infantil	3.699.000,00	3.939.999,86	779.987,52	2.249.395,22	776.007,35	2.192.031,84	8,19	55,64	1.747.968,02	
Educação de Jovens e Adultos	1.394.997,80	1.394.997,80	30.012,95	101.592,81	39.550,07	100.507,21	0,38	7,20	1.294.490,59	
Cultura	620.000,00	870.000,00	119.071,19	287.371,20	110.993,84	277.139,10	1,03	31,86	592.860,90	
Difusão Cultural	620.000,00	870.000,00	119.071,19	287.371,20	110.993,84	277.139,10	1,03	31,86	592.860,90	
Urbanismo	8.768.000,00	10.097.000,00	1.366.697,57	3.806.620,15	1.304.183,49	3.725.740,93	13,91	36,90	6.371.259,07	
Infra-Estrutura Urbana	6.068.000,00	7.308.000,00	972.975,22	2.303.284,30	917.385,87	2.231.660,33	8,33	30,54	5.076.339,67	
Serviços Urbanos	2.500.000,00	2.589.000,00	393.722,35	1.502.196,12	386.797,62	1.492.940,87	5,57	57,66	1.096.059,13	
Lazer	200.000,00	200.000,00	0,00	1.139,73	0,00	1.139,73	0,00	0,57	198.860,27	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.255.999,60	82.608.054,59	10.667.967,58	28.579.579,66	8.721.613,08	25.731.253,57	96,08	31,15
Habituação	1.892.000,00	5.858.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	1.892.000,00	5.858.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.200.000,00	1.200.000,00	2.890,12	105.900,10	419,93	103.429,91	0,39	8,62
Saneamento Básico Urbano	1.200.000,00	1.200.000,00	2.890,12	105.900,10	419,93	103.429,91	0,39	8,62
Gestão Ambiental	486.000,00	536.000,00	58.522,72	167.836,76	58.483,71	167.797,75	0,63	31,31
Preservação e Conservação Ambiental	426.000,00	476.000,00	58.522,72	167.836,76	58.483,71	167.797,75	0,63	35,25
Recursos Hídricos	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	810.000,00	822.000,00	135.999,35	406.154,28	136.689,45	404.564,58	1,51	49,22
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	800.000,00	812.000,00	135.999,35	406.154,28	136.689,45	404.564,58	1,51	49,82
Indústria	392.000,00	392.000,00	9.856,69	34.155,88	9.466,69	33.765,88	0,13	8,61
Promoção Industrial	292.000,00	292.000,00	9.856,69	34.155,88	9.466,69	33.765,88	0,13	11,56
Produção Industrial	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	148.000,00	271.000,00	8.500,00	25.000,00	8.500,00	25.000,00	0,09	9,23
Turismo	148.000,00	271.000,00	8.500,00	25.000,00	8.500,00	25.000,00	0,09	9,23
Comunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	300.000,00	300.000,00	0,00	71.333,00	0,00	71.333,00	0,27	23,78
Energia Elétrica	300.000,00	300.000,00	0,00	71.333,00	0,00	71.333,00	0,27	23,78
Transporte	5.915.000,00	5.915.000,00	897.604,94	2.561.824,36	747.383,33	2.357.000,43	8,80	39,85
Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	5.835.000,00	5.835.000,00	897.604,94	2.561.824,36	747.383,33	2.357.000,43	8,80	40,39
Transporte Hidroviário	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	1.446.000,00	1.446.000,00	125.433,74	343.865,61	127.372,98	342.913,81	1,28	23,71
Desporto Comunitário	1.446.000,00	1.446.000,00	125.433,74	343.865,61	127.372,98	342.913,81	1,28	23,71
Encargos Especiais	3.792.000,00	3.541.954,89	308.691,31	930.760,78	299.346,16	918.959,88	3,43	25,94
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	400.000,00	400.000,00	72.117,83	213.117,80	72.117,83	213.117,80	0,80	53,28
Refinanciamento da Dívida Interna	970.000,00	970.000,00	74.978,01	226.754,03	74.978,01	226.754,03	0,85	23,38
Outros Encargos Especiais	2.422.000,00	2.171.954,89	161.595,47	490.888,95	152.250,32	479.088,05	1,79	22,06

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			435.532,47	1.174.746,50	358.247,18	1.049.620,55	3,92	28,52
Legislativa	3.930.000,40	3.680.000,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	150.000,00	150.000,00	2.125,18	6.421,93	2.125,18	6.421,93	0,02	4,28
Previdência do Regime Estatutário	150.000,00	150.000,00	2.125,18	6.421,93	2.125,18	6.421,93	0,02	4,28
Saúde	870.000,00	670.000,00	99.106,60	246.028,82	21.821,31	120.902,87	0,45	18,05
Atenção Básica	800.000,00	600.000,00	97.612,68	241.564,04	21.090,55	117.201,25	0,44	19,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	65.000,00	65.000,00	1.493,92	4.464,78	730,76	3.701,62	0,01	5,69
Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	2.070.000,40	2.020.000,40	206.172,48	582.297,58	206.172,48	582.297,58	2,17	28,83
Ensino Fundamental	1.080.000,00	1.030.000,00	126.597,51	374.060,99	126.597,51	374.060,99	1,40	36,32
Educação Infantil	710.000,00	710.000,00	79.574,97	208.236,59	79.574,97	208.236,59	0,78	29,33
Educação de Jovens e Adultos	280.000,40	280.000,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	740.000,00	740.000,00	128.128,21	339.998,17	128.128,21	339.998,17	1,27	45,95
Outros Encargos Especiais	740.000,00	740.000,00	128.128,21	339.998,17	128.128,21	339.998,17	1,27	45,95
TOTAL (II) = (I + II)	77.186.000,00	86.288.054,99	11.103.500,05	29.754.326,16	9.079.860,26	26.780.874,12	100,00	31,04

FONTE:

PORTO UNIAO, 21/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-4

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
ANALISTA CONTR INTERNO CRA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PORTO UNIÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		4.876.274,96	4.706.444,93	4.666.707,62	4.999.274,07	5.668.223,43	6.440.095,58	4.153.850,42	4.806.690,98	5.849.395,77	4.881.487,59	5.476.662,90	4.537.052,46	61.164.170,51	58.375.982,94
RECEITA TRIBUTÁRIA		535.658,59	564.883,89	495.487,33	496.596,33	632.687,01	500.777,05	389.533,90	618.872,04	2.220.221,05	883.609,96	700.629,95	875.382,18	8.914.139,28	9.335.000,00
IPTU.		148.787,40	131.597,71	127.362,36	129.223,00	127.282,07	55.637,77	17.900,76	108.733,16	1.747.556,31	189.127,42	170.447,42	148.338,90	3.102.797,28	3.850.000,00
I.R.R.F.		32.168,51	43.983,72	32.450,39	41.804,00	38.520,97	70.152,62	19.370,36	38.853,37	63.080,51	194.052,56	77.277,35	103.304,71	755.019,07	720.000,00
I.S.S.		128.018,11	137.128,70	121.019,78	136.280,89	123.405,32	148.382,91	113.874,91	107.869,49	146.142,09	237.598,75	208.433,29	269.846,01	1.819.041,25	1.815.000,00
I.T.B.I.		39.374,80	83.470,00	51.078,59	53.264,98	120.367,06	70.012,87	39.715,28	47.200,10	49.553,34	93.000,65	85.671,47	69.083,77	801.802,91	670.000,00
Outras Receitas Tributárias		186.309,77	168.502,76	163.576,21	136.013,46	223.111,59	156.790,88	198.675,59	316.185,92	213.886,80	169.830,58	158.800,42	343.797,79	2.435.478,77	2.278.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		297.768,32	318.614,79	299.038,15	295.538,09	325.402,78	445.914,54	383.257,83	371.184,98	320.414,03	331.890,84	329.873,67	338.836,80	4.037.534,82	3.700.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		338.339,39	198.242,10	338.302,22	366.092,26	296.299,92	331.884,08	212.534,94	447.436,46	384.101,38	408.247,44	414.896,85	409.421,36	4.148.800,40	7.480.982,94
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.526.717,27	3.500.949,63	3.437.433,67	3.714.616,35	4.255.922,46	4.571.837,75	3.064.195,32	3.251.758,82	2.812.281,35	3.153.747,49	3.888.706,60	2.647.090,46	41.825.257,17	35.512.000,00
Cota-Parte do FPM		869.108,90	1.136.346,03	940.475,44	940.489,89	1.308.202,33	1.973.577,05	1.586.216,96	1.693.847,71	1.004.782,10	1.146.789,60	1.528.238,15	1.146.079,97	15.274.154,13	17.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		754.455,20	627.883,82	666.904,96	648.390,79	717.001,73	719.069,48	770.197,95	733.203,65	739.862,57	723.944,80	737.994,53	744.057,52	8.582.887,00	8.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		232.515,86	211.892,48	190.505,54	171.227,35	123.673,25	77.393,38	182.988,01	187.012,19	223.514,17	230.635,22	245.486,98	225.246,41	2.302.390,84	2.400.000,00
Cota-Parte do ITR.		22,50	134,55	6.465,27	19.937,03	1.059,67	229,56	299,34	377,16	35,39	6,28	61,78	81,13	28.709,66	30.000,00
Outras Transferências Correntes		961.676,18	759.974,14	863.155,09	1.185.423,57	1.263.035,51	954.354,25	509.156,91	623.842,47	833.931,93	1.038.247,26	1.361.843,61	517.108,63	10.871.749,55	7.892.000,00
Transferências da LC 61/1989		9.611,17	10.284,03	9.394,64	10.000,19	11.092,80	11.855,82	121.306,60	10.270,09	10.035,19	10.918,78	11.876,00	11.311,25	128.740,56	150.000,00
Transferências da LC 87/1996		2.947,17	2.947,17	2.947,17	2.947,17	2.947,17	2.947,17	3.205,55	3.205,55	0,00	3.205,55	3.205,55	3.205,55	33.710,77	40.000,00
Transferências do FUNDEB		696.380,29	751.587,41	757.625,56	736.200,36	828.710,00	832.411,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602.914,66	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		177.791,39	123.954,52	97.446,25	126.431,04	154.911,26	589.682,16	124.328,43	119.438,68	112.377,96	104.001,66	142.753,83	365.321,66	2.238.438,84	2.350.000,00
DEDUÇÕES (II)		477.799,04	503.556,41	466.241,19	462.249,92	553.918,45	617.280,12	649.566,57	666.332,43	512.461,61	536.970,42	620.341,67	542.864,17	6.609.085,00	6.824.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		104.057,12	105.751,82	102.910,80	103.651,68	121.083,27	185.117,94	138.562,13	140.255,49	116.963,74	113.870,58	114.969,31	116.921,96	1.464.125,84	1.300.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		373.731,92	397.804,59	363.330,39	358.588,24	432.835,18	432.162,18	511.007,44	526.576,94	395.497,87	423.059,84	505.972,36	425.942,21	5.144.959,16	5.524.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)		4.398.475,92	4.202.888,52	4.200.466,43	4.537.024,15	5.114.304,98	5.822.815,46	3.504.280,85	4.142.858,55	5.336.934,16	4.344.516,97	4.856.321,23	4.094.188,29	54.555.085,51	51.551.982,94
FONTE:															
PORTO UNIÃO, 21/07/2014															
ANIZIO DE SOUZA PREFEITO MUNICIPAL	RICARDO DRAGONI SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE				SOFIA SYDOL CONTADOR - CRC/SC 14640/O-8										
DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO ANALISTA CONTR. INTERNO CRA/SC 18933															

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.300.000,00	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
RECEITAS CORRENTES	1.300.000,00	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
Receita de Contribuições dos Segurados	1.300.000,00	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
Pessoal Civil	1.300.000,00	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
Ativo	1.300.000,00	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.300.000,00	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	7.100.000,00	7.100.000,00	1.156.202,82	1.156.202,82	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.900.000,00	5.900.000,00	1.156.202,82	1.156.202,82	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.900.000,00	5.900.000,00	1.156.202,82	1.156.202,82
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.900.000,00	5.900.000,00	1.156.202,82	1.156.202,82
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	150.000,00	150.000,00	6.421,93	6.421,93
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	7.250.000,00	7.250.000,00	1.162.624,75	1.162.624,75
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-5.950.000,00	-5.950.000,00	-421.081,54	-421.081,54
773.663,70				
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
			2.968.000,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			MAIO	2013
			37.424.770,61	32.987.721,49
Bancos Conta Movimento			37.912.199,84	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Semestre	Até o Semestre/2013
			0,00	0,00

Continua 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Semestre/2013
			No Semestre	Até o Semestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	150.000,00	150.000,00	6.421,93	6.421,93	0,00
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	6.421,93	6.421,93	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	150.000,00	150.000,00	6.421,93	6.421,93	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	296.701,53	296.701,53	159.743,01
DEDUÇÕES (II)	8.497.908,15	8.497.908,15	13.164.765,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.836.260,72	9.836.260,72	14.737.704,45
Demais Haveres Financeiros	1.566,19	1.566,19	-14.470,21
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.339.918,76	1.339.918,76	1.558.468,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.201.206,62	-8.201.206,62	-13.005.022,91
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.201.206,62	-8.201.206,62	-13.005.022,91

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-4.803.816,29	-4.803.816,29

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	26.765.222,75	26.765.222,75	26.765.222,75
Passivo Atuarial	26.765.222,75	26.765.222,75	26.765.222,75
DEDUÇÕES (VIII)	35.105.979,44	35.105.979,44	37.910.108,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	35.107.018,44	35.107.018,44	37.912.199,84
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.039,00	1.039,00	2.091,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.340.756,69	-8.340.756,69	-11.144.885,89
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-8.340.756,69	-8.340.756,69	-11.144.885,89

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	58.660.996,37	31.359.146,72	31.359.146,72	27.392.037,79
Receita Tributária	8.780.000,00	5.688.249,08	5.688.249,08	4.634.209,73
I.P.T.U.	3.500.000,00	2.383.106,97	2.383.106,97	2.290.401,88
I.S.S.	1.650.000,00	1.023.794,54	1.023.794,54	682.420,45
I.T.B.I.	670.000,00	384.234,61	384.234,61	299.867,40
I.R.R.F.	720.000,00	495.938,86	495.938,86	189.699,57
Outras Receitas Tributárias	2.240.000,00	1.401.174,10	1.401.174,10	1.171.820,43
Receita de Contribuição	6.100.000,00	3.385.998,09	3.385.998,09	3.485.257,73
Receitas Previdenciárias	1.300.000,00	741.543,21	741.543,21	773.663,70
Outras Contribuições	4.800.000,00	2.644.454,88	2.644.454,88	2.711.594,03
Receita Patrimonial Líquida	686.000,00	3.000,00	3.000,00	720.000,00
Receita Patrimonial	8.204.982,94	2.347.794,64	2.347.794,64	1.850.416,54
(-) Aplicações Financeiras	7.518.982,94	2.344.794,64	2.344.794,64	1.130.416,54
Transferências Correntes	40.794.996,37	21.313.627,33	21.313.627,33	17.805.413,26
F.P.M.	13.600.000,00	6.484.763,76	6.484.763,76	6.017.800,09
I.C.M.S.	6.400.000,00	3.559.505,37	3.559.505,37	2.900.774,10
Convênios	35.000,00	1.440.023,41	1.440.023,41	419.043,80
Outras Transferências Correntes	20.759.996,37	9.829.334,79	9.829.334,79	8.467.795,27
Demais Receitas Correntes	2.300.000,00	968.272,22	968.272,22	747.157,07
Dívida Ativa	700.000,00	238.255,07	238.255,07	222.889,81
Diversas Receitas Correntes	1.600.000,00	730.017,15	730.017,15	524.267,26
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.012.020,69	924.801,59	924.801,59	1.361.345,09
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	248.009,61	102.836,46	102.836,46	91.284,04
Transferências de Capital	9.764.011,08	821.965,13	821.965,13	1.270.061,05
Convênios	8.040.011,08	821.965,13	821.965,13	1.270.061,05
Outras Transferências de Capital	1.724.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.764.011,08	821.965,13	821.965,13	1.270.061,05
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	68.425.007,45	32.181.111,85	32.181.111,85	28.662.098,84

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	58.435.276,60	23.593.491,28	23.593.491,28	20.844.879,19
Pessoal e Encargos Sociais	36.904.100,40	15.188.891,44	15.188.891,44	14.186.812,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	321.000,00	10.474,55	10.474,55	27.422,78
Outras Despesas Correntes	21.210.176,20	8.394.125,29	8.394.125,29	6.630.643,92
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	58.114.276,60	23.583.016,73	23.583.016,73	20.817.456,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	24.684.778,39	3.187.382,84	3.187.382,84	2.858.915,24
Investimentos	23.513.778,39	2.971.103,36	2.971.103,36	2.599.152,20
Inversões Financeiras	520.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	520.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	651.000,00	216.279,48	216.279,48	229.763,04
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.033.778,39	2.971.103,36	2.971.103,36	2.629.152,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	3.168.000,00	-	-	-

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	3.168.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	85.316.054,99	26.554.120,09	26.554.120,09	23.446.608,61
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-16.891.047,54	5.626.991,76	5.626.991,76	5.215.490,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.046.301,90	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.046.301,90	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIZ

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		200.159,20	973.865,84	-		848.223,89	55.886,02	564.572,97	473.054,55	468.805,94	250,41	153.402,64	
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		198.254,18	582.705,76	0,00	0,00	561.467,12	27.765,02	55.089,29	50.671,76	44.770,76	250,41	37.833,14	
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		81.451,83	582.705,76	0,00	0,00	561.467,12	0,00	55.089,29	50.671,76	44.770,76	250,41	10.088,12	
PREFEITURA MUNICIPAL		116.802,35	0,00	0,00	0,00	0,00	27.765,02	0,00	0,00	0,00	0,00	27.765,02	
AMASPU-AUT MUN ASSIST SAUDE FUN PUB PORTC		0,00	74.805,59	0,00	0,00	74.805,59	0,00	16.897,46	16.897,46	16.897,46	0,00	0,00	
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		0,00	74.805,59	0,00	0,00	74.805,59	0,00	16.897,46	16.897,46	16.897,46	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE PORTO UNIAO		0,00	438,00	0,00	0,00	438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	438,00	0,00	0,00	438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO UNIAO		910,42	101.920,35	0,00	0,00	71.270,35	2.909,48	1.021,93	789,94	789,94	0,00	3.141,47	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	90.712,65	0,00	0,00	60.062,65	0,00	316,97	84,98	84,98	0,00	231,99	
Fundo Municipal de Assistencia Social		634,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	6.359,70	0,00	0,00	6.359,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Municipal de Assistencia Social		275,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	4.848,00	0,00	0,00	4.848,00	0,00	88,41	88,41	88,41	0,00	0,00	
Fundo Municipal de Assistencia Social		0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,10	48,10	48,10	0,00	0,00	
Fundo Municipal de Assistencia Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.909,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.909,48	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568,45	568,45	568,45	0,00	0,00	
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO		714,60	33.521,94	0,00	0,00	5.023,63	25.211,52	155.397,28	68.720,81	68.373,20	0,00	112.235,60	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		714,60	33.521,94	0,00	0,00	5.023,63	25.211,52	155.397,28	68.720,81	68.373,20	0,00	112.235,60	
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO		0,00	179.799,24	0,00	0,00	134.747,24	0,00	335.914,58	335.914,58	335.914,58	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO		0,00	179.799,24	0,00	0,00	134.747,24	0,00	335.914,58	335.914,58	335.914,58	0,00	0,00	
FUNDO REEQ. DO CORPO DE BOMBEIRO DE PORT		280,00	418,48	0,00	0,00	418,48	0,00	192,43	0,00	0,00	0,00	192,43	
Fundo de Reeq. Corpo de Bombeiros		280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNREBOM		0,00	418,48	0,00	0,00	418,48	0,00	192,43	0,00	0,00	0,00	192,43	
INST. MUN. DE PREV. E ASSIS. SOCIAL DOS SERVID		0,00	53,48	0,00	0,00	53,48	0,00	60,00	60,00	60,00	0,00	0,00	
INST/MUN.PREV. E ASSIST. SOC. SERV. PÚBLICOS		0,00	53,48	0,00	0,00	53,48	0,00	60,00	60,00	60,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	167.131,72	-	-	167.131,72	-	111.423,61	89.943,61	89.943,61	-	21.480,00	
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	95.029,51	0,00	0,00	95.029,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		0,00	95.029,51	0,00	0,00	95.029,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMASPU-AUT MUN ASSIST SAUDE FUN PUB PORTC		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,76	390,76	390,76	0,00	0,00	
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,76	390,76	390,76	0,00	0,00	
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.552,85	89.552,85	89.552,85	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.552,85	89.552,85	89.552,85	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO		0,00	71.116,69	0,00	0,00	71.116,69	0,00	21.480,00	21.480,00	21.480,00	0,00	21.480,00	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO		0,00	71.116,69	0,00	0,00	71.116,69	0,00	21.480,00	21.480,00	21.480,00	0,00	21.480,00	

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Inscritos		Saldo	Em Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2013						
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	167.131,72	-	-	-	111.423,61	89.943,61	-
EXECUTIVO	0,00	985,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INST. MUN. DE PREV. E ASSIS. SOCIAL DOS SERVID	0,00	985,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INST.MUN.PREV. E ASSIS.T. SOC. SERV. PÚBLICOS	0,00	985,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):	200.159,20	1.140.798,56	0,00	325.602,15	55.886,02	675.996,58	562.998,16	250,41
								174.882,64

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETARIO DE FINANÇAS E CON

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/S

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.095.000,00	8.095.000,00	1.199.199,59	4.649.761,33	57,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.724.000,00	4.724.000,00	427.635,32	2.687.542,58	56,89
1.1.1- IPTU	3.850.000,00	3.850.000,00	319.787,32	2.383.106,97	61,90
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	90.000,00	90.000,00	6.749,87	13.937,59	15,49
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	484.000,00	484.000,00	64.910,08	170.625,32	35,25
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	36.188,05	119.872,70	39,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	670.000,00	670.000,00	154.765,24	384.234,61	57,35
1.2.1- ITBI	670.000,00	670.000,00	154.765,24	384.234,61	57,35
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.981.000,00	1.981.000,00	436.216,97	1.082.045,28	54,62
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	418.279,30	1.023.794,54	56,41
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	66.000,00	66.000,00	9.685,64	30.922,14	46,85
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	8.252,03	27.328,60	27,33
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	720.000,00	720.000,00	180.582,06	495.938,86	68,88
1.4.1- IRRF	720.000,00	720.000,00	180.582,06	495.938,86	68,88
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.620.000,00	27.620.000,00	4.656.844,82	13.933.649,23	50,45
2.1- Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	2.674.318,12	8.105.954,49	47,68
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.000.000,00	17.000.000,00	2.674.318,12	8.105.954,49	47,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	1.482.052,05	4.449.381,02	55,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.411,10	16.027,75	40,07
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	23.187,25	66.541,91	44,36
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	142,91	861,08	2,87
2.6- Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	470.733,39	1.294.882,98	53,95
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	35.715.000,00	35.715.000,00	5.856.044,41	18.583.410,56	52,03
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	450.000,00	450.000,00	119.791,34	219.905,01	48,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	120.000,00	120.000,00	16.963,34	25.145,01	20,95
5.3- Transferências Diretas - PNAE	330.000,00	330.000,00	102.828,00	194.760,00	59,02
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.572.000,00	1.572.000,00	159.040,23	980.982,09	62,40
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.022.000,00	2.022.000,00	278.831,57	1.200.887,10	59,39
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.524.000,00	5.524.000,00	931.314,57	2.786.496,66	50,44
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.400.000,00	3.400.000,00	534.863,57	1.621.190,73	47,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.600.000,00	1.600.000,00	296.410,22	889.875,65	55,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.282,22	3.205,55	40,07
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	4.637,45	13.308,38	44,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	28,57	172,18	2,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	94.092,54	258.744,17	53,91
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	10.000.000,00	10.000.000,00	1.686.648,29	4.994.531,48	49,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.000.000,00	10.000.000,00	1.686.648,29	4.994.531,48	49,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.476.000,00	4.476.000,00	755.333,72	2.208.034,82	49,33
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.010.000,00	8.010.000,00	1.248.419,53	3.461.986,83	43,22
13.1- Com Educação Infantil	2.800.000,00	2.800.000,00	488.515,78	1.406.741,82	50,24
13.2- Com Ensino Fundamental	5.210.000,00	5.210.000,00	759.903,75	2.055.245,01	39,45
14- OUTRAS DESPESAS	2.010.000,00	2.092.078,65	275.087,07	823.717,06	39,37
14.1- Com Educação Infantil	560.000,00	560.000,00	114.247,77	357.680,46	63,87
14.2- Com Ensino Fundamental	1.450.000,00	1.532.078,65	160.839,30	466.036,60	30,42
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.020.000,00	10.102.078,65	1.523.506,60	4.285.703,89	42,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.285.703,89
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					69,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					16,49
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					14,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	8.928.750,00	8.928.750,00	1.464.011,10	4.645.852,64	52,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.109.000,00	4.149.000,00	747.503,55	2.093.513,77	50,46
23.1- Creche	4.109.000,00	4.149.000,00	747.503,55	2.093.513,77	50,46
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.360.000,00	3.360.000,00	602.763,55	1.764.422,28	52,51
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	749.000,00	789.000,00	144.740,00	329.091,49	41,71
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.220.997,80	9.363.076,45	1.467.011,87	3.794.917,50	40,53
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.660.000,00	6.742.078,65	920.743,05	2.521.281,61	37,40
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.560.997,80	2.620.997,80	546.268,82	1.273.635,89	48,59
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.329.997,80	13.512.076,45	2.214.515,42	5.888.431,27	43,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.208.034,82
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.208.034,82
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.680.396,45
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,8
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.503.002,20	2.188.822,53	356.455,11	759.976,93	34,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.503.002,20	2.188.822,53	356.455,11	759.976,93	34,72
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.833.000,00	15.700.898,98	2.570.970,53	6.648.408,20	42,34

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	24.340,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	24.340,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.994.531,48	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.994.531,48	0,00

PORTO UNIAO, 21/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIZ

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	0,00		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	24.684.778,39	3.187.382,84	0,00	21.497.395,55
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	24.684.778,39	3.187.382,84	0,00	21.497.395,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-23.684.778,39	-3.187.382,84		-20.497.395,55

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	248.009,61	102.836,46	145.173,15
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	148.000,00	79.320,96	68.679,04
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.009,61	23.515,50	76.494,11
TOTAL	248.009,61	102.836,46	145.173,15

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.337,02	102.836,46	104.173,48

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIAÇÃO

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	8.295.000,00	8.295.000,00	676.685,93	8,16
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.850.000,00	3.850.000,00	126.633,92	3,29
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	670.000,00	670.000,00	86.915,38	12,97
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	221.774,40	12,22
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	720.000,00	720.000,00	58.223,73	8,09
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	140.000,00	140.000,00	7.444,40	5,32
Dívida Ativa dos Impostos	660.000,00	660.000,00	92.684,36	14,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	440.000,00	440.000,00	83.009,74	18,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	27.620.000,00	27.620.000,00	5.182.954,76	18,77
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	3.280.064,67	19,29
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	676,50	2,26
Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	370.000,20	15,42
Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	1.503.401,60	18,79
Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	22.400,69	14,93
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	6.411,10	16,03
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	6.411,10	16,03
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	35.915.000,00	35.915.000,00	5.859.640,69	16,32

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	12.800.000,00	12.800.000,00	2.104.375,50	16,44	2.023.988,86	15,81
Pessoal e Encargos Sociais	9.408.000,00	9.188.000,00	1.590.305,61	17,31	1.590.305,61	17,31
Outras Despesas Correntes	3.392.000,00	3.612.000,00	514.069,89	14,23	433.683,25	12,01
DESPESAS DE CAPITAL	282.000,00	282.000,00	14.005,60	4,97	14.005,60	4,97
Investimentos	282.000,00	282.000,00	14.005,60	4,97	14.005,60	4,97

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	282.000,00	282.000,00	14.005,60	4,97	14.005,60	4,97
Investimentos	282.000,00	282.000,00	14.005,60	4,97	14.005,60	4,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.082.000,00	13.082.000,00	2.118.381,10	16,19	2.037.994,46	15,58
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	24.371,44	1,15	23.831,20	1,17
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	24.371,44	1,15	23.831,20	1,17
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	24.371,44	1,15	23.831,20	1,17
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	13.082.000,00	13.082.000,00	2.094.009,66	15,04	2.014.163,26	14,41
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
1.135.217,16						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA										
Inscritos em 2013				0,00	0,00	146.534,46	-146.534,46	0,00		
TOTAL				0,00	0,00	146.534,46	-146.534,46	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º										
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)				0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26										
				LIMITE NÃO CUMPRIDO						
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
				-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)										
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
				11.585.950,00		11.585.950,00	1.840.154,91	86,87	1.799.730,77	88,31
				1.284.000,00		1.284.000,00	255.824,33	12,08	217.482,77	10,67
212.050,00		212.050,00	22.401,86	1,06	20.780,92	1,02				
TOTAL				13.082.000,00	13.082.000,00	2.118.381,10	100,00	2.037.994,46		

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

PORTO UNIAO, 22/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	77.192.000,00
Previsão Atualizada		—	77.192.000,00
Receitas Realizadas		34.628.742,95	34.628.742,95
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.046.301,90
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	77.186.000,00
Créditos Adicionais		—	9.102.054,99
Dotação Atualizada		—	86.288.054,99
Despesas Empenhadas		29.754.326,16	29.754.326,16
Despesas Liquidadas		26.780.874,12	26.780.874,12
Superavit Orçamentário		—	7.847.868,83
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas		29.754.326,16	29.754.326,16
Despesas Liquidadas		26.780.874,12	26.780.874,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre
Receita Corrente Líquida			54.555.085,51
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		741.543,21	741.543,21
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.162.624,75	1.162.624,75
Liquidadas		1.162.624,75	1.162.624,75
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		-421.081,54	-421.081,54
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-4.803.816,29
Resultado Primário		0,00	5.626.991,76
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.340.957,76	0,00	1.015.355,61
EXECUTIVO	1.340.957,76	0,00	1.015.355,61
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	731.882,60	250,41	556.749,55
EXECUTIVO	731.882,60	250,41	556.749,55
TOTAL:	2.072.840,36	250,41	1.572.105,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.680.396,45	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.461.986,83	60%
Liquidadas		5.888.431,27	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.187.382,84	21.497.395,55

Continua 1/2

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			102.836,46	145.173,15
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.818.214,47	15,00		20,46
Liquidadas	3.818.214,47			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RGF - ANEXOS 1 AO 7

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.805.870,45	230.236,07
Pessoal Ativo	23.740.740,45	230.236,07
Pessoal Inativo e Pensionista	65.130,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.783,24	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	17.783,24	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	23.788.087,21	230.236,07
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	24.018.323,28	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	54.555.085,51	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,03	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	29.459.746,18	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	27.986.758,87	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	26.513.771,56	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIA

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	296.701,53	159.743,01	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	296.701,53	159.743,01	0,00
Interna	296.701,53	159.743,01	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.458.481,03	3.095.979,49	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.334.474,48	4.145.458,42	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	875.993,45	1.049.478,93	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.161.779,50	-2.936.236,48	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.611.559,74	54.555.085,51	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,54%	0,29%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,13%	-5,38%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	65.533.871,69	65.466.102,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	58.980.484,52	58.919.492,35	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	296.701,53	159.743,01	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	296.701,53	159.743,01	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	248.414,87	227.425,74	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	82.854,31	408.852,66	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	54.611.559,74	54.555.085,51	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	12.014.543,14	12.002.118,81	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	10.813.088,83	10.801.906,93	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.555.085,51	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.728.813,68	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.855.932,31	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.818.855,99	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPALRICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIZSOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	21.106,18	43.001,77	(21.895,59)
Co-financiamento da Atenção Básica	23.733,45	7.336,72	16.396,73
Convenios com Órgãos Estaduais	12.100,17	0,00	12.100,17
Convenios com União	306.887,56	0,00	306.887,56
CRAS - PAIF - CENTRO DE REF. DE ASSISTENCIA SOCIAL	21.360,29	4.394,85	16.965,44
FNAS - APAE/APADAF	7.998,46	0,00	7.998,46
FNAS - BOLSA FAMILIA	46.796,61	715,00	46.081,61
FNAS-CREAS	66.594,72	757,02	65.837,70
FNDE- TRANSP.ESCOLAR	8.780,92	0,00	8.780,92
FNDE-PNAE	48.426,03	5.499,72	42.926,31
FNDE-Salário Educação	75.003,99	34.294,26	40.709,73
FUNDEB 40%	0,00	43.839,69	(43.839,69)
FUNDEB 60%	999.155,84	111.773,44	887.382,40
MAC (média e alta complexidade)	101.016,82	32.495,19	68.521,63
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	223.914,13	104.664,81	119.249,32
MED SOCIO ED-PROT. SOC. ESP. MÉDIA COMPLEXIDADE	15,44	140,00	(124,56)
Outras transferências da União	75.190,41	0,00	75.190,41
Outras transferências do Estado	103.463,69	1.880,00	101.583,69
PISO BÁSICO VARIÁVEL II	5.944,04	34,50	5.909,54
PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PRO JOVEM	1.298,83	2.325,00	(1.026,17)
Recursos de Conv.C/Estado	592.017,11	0,00	592.017,11
Recurso de Alienação de Bens	39.280,83	0,00	39.280,83
Recursos Transporte Escolar do Estado	62.734,57	0,00	62.734,57
RECURSOS CONV.SSP SC	82.744,36	4.939,49	77.804,87
Recursos COSIP	276.553,52	642,98	275.910,54
Recursos de Convenios C/União	1.118.929,69	390.819,73	728.109,96
Retenções em Carater Consignatório	0,00	126.921,41	(126.921,41)
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	24.627,50	130,00	24.497,50
Taxas de Vigilância Sanitária	25.037,69	3.819,61	21.218,08
Transferência Assistência Farmácia Básica(UNIÃO)	36.613,01	5.495,71	31.117,30
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	13.760,72	28,35	13.732,37
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.421.086,58	925.949,25	3.495.137,33
Alienação de Bens	5.452,22	0,00	5.452,22
FNS - CAPS	248,38	0,00	248,38
Recursos Ordinários	0,00	665,50	(665,50)
Recursos de Alienação de Bens	20.009,18	0,00	20.009,18
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	8.185,88	(8.185,88)
Recursos Ordinários	8.624.249,42	1.018.191,03	7.606.058,39
Teto Média e Alta Complex Ambulatorial E Hospitala	0,00	462,50	(462,50)
Transf. recursos 15% impostos	873.952,48	612.812,51	261.139,97
Transferência do PAB	464.446,34	41.670,58	422.775,76
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	9.988.358,02	1.681.988,00	8.306.370,02
TOTAL (III) = (I + II)	14.409.444,60	2.607.937,25	11.801.507,35
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	37.912.199,84	36.807,03	37.875.392,81

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 24/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIC

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")							R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica(EST) Co-financiamento da Atenção Básica Convênios com Órgaos Estaduais Convênios com União CRAS - PAIF - CENTRO DE REF. DE ASSISTE FNAS - APAE/APADAF FNAS - BOLSA FAMILIA FNAS-CREAS FNDE- TRANSPESCOLAR FNDE-PNAE FNDE-Salário Educação FUNDEB 40% FUNDEB 60% MAC (média e alta complexidade) MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos MED SOCIO ED-PROT. SOC. ESP. MÉDIA CO Outras Transferencias da Uniao Outras transferências do Estado PISO BÁSICO VARIÁVEL II Programa Agentes Comunitários de Saúde PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PRO JOVEM Recursos de Conv.C/Estado Recurso de Alienação de Bens Recursos Transporte Escolar do Estado RECURSOS CONV.SSP SC Recursos COSIP Recursos de Convênios C/União Retenções em Carater Consignatório Retenções em Carater Consignatório SAMUJ - Serviço de Atendimento Móvel de Urgê Taxas de Vigilância Sanitária		20.597,76	0,00	22.404,01	10.863,40	(21.895,59)	0,00
		0,00	7.336,72	0,00	13.586,05	16.396,73	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,17	0,00
		0,00	0,00	0,00	221.658,00	306.887,56	0,00
		0,00	4.394,85	0,00	0,00	16.965,44	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	7.998,46	0,00
		600,00	115,00	0,00	0,00	46.081,61	0,00
		0,02	185,00	572,00	0,00	65.837,70	0,00
		0,00	0,00	0,00	8.700,00	8.780,92	0,00
		0,00	5.499,72	0,00	0,00	42.926,31	0,00
		0,00	34.146,12	0,00	4.853,51	40.709,73	0,00
		20.712,00	23.127,69	0,00	38.352,71	(43.839,69)	0,00
		0,00	90.293,44	21.480,00	0,00	887.382,40	0,00
		0,00	12.724,22	19.770,97	131.538,47	68.521,63	0,00
		24.340,00	72.145,58	0,00	79.371,32	119.249,32	0,00
		0,00	0,00	140,00	0,00	(124,56)	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	75.190,41	0,00
		0,00	1.880,00	0,00	44.144,60	97.138,69	0,00
		34,50	0,00	0,00	0,00	5.909,54	0,00
		0,00	0,00	0,00	22.142,16	0,00	0,00
		0,00	225,00	2.100,00	605,00	(1.026,17)	0,00
		0,00	0,00	0,00	35.661,56	592.017,11	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	39.280,83	0,00
		0,00	0,00	0,00	5.435,61	62.734,57	0,00
		140,00	4.559,75	239,74	16.444,85	77.804,87	0,00
		0,00	642,98	0,00	3.038,67	275.910,54	0,00
		92.117,59	298.702,14	0,00	65.152,75	728.109,96	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	(126.921,41)	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	(126.921,41)	0,00		
0,00	130,00	0,00	22.309,32	24.497,50	0,00		
347,61	0,00	3.472,00	3.575,25	21.218,08	0,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Transferência Assistência Farmácia Básica(UN	685,60	0,00	4.810,11	0,00	31.117,30	0,00	
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	0,00	28,35	0,00	10.323,56	13.732,37	0,00	
Vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	55,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	159.575,08	556.136,56	74.988,83	737.811,79	3.363.770,92	0,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	5.452,22	0,00	
FNS - CAPS	0,00	0,00	0,00	0,00	248,38	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	665,50	0,00	10.000,00	7.597.207,01	0,00	
Recursos de Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	14.490,00	20.009,18	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS	164.346,13	593.443,76	32.214,30	349.357,12	7.597.207,01	0,00	
Teto Média e Alta Complex Ambulatorial E Hosp	0,00	0,00	462,50	1.500,00	(462,50)	0,00	
Transf. recursos 15% impostos	1.537,15	72.619,10	57.972,77	651.496,25	260.665,21	0,00	
Transferência do PAB	6.392,40	3.692,03	2.995,63	1.130.369,31	422.775,76	0,00	
Transferências PSF	0,00	0,00	0,00	51.847,54	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	172.275,68	670.420,39	93.645,20	2.209.060,22	15.903.102,27	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	331.850,76	1.226.556,95	168.634,03	2.946.872,01	19.266.873,19	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA PREFEITO MUNICIPAL	RICARDO DRAGONI SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT	SOFIA SYDOL CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8
---------------------------------------	--	---

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.018.323,28	44,03
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	29.459.746,18	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	27.986.758,87	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-13.005.022,91	-23,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	65.466.102,61	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.002.118,81	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.728.813,68	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.818.855,99	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.948.234,95	19.266.873,19

FONTE:

PORTO UNIAO, 23/07/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0791/RH

PORTARIA N. 0791/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento ao disposto no Art. 171, inciso I, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, ao servidor municipal VALCINEI NAZARI, matrícula 257133/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar N. 004/2014, que concluiu que o servidor transgrediu os incisos III e IV, do Art. 157 da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Que seja notificado o indiciado Valcinei Nazari para que retorne e desempenhe suas atividades no seu local de trabalho, sendo esse, na Secretaria Municipal de Agricultura, onde o seu superior hierárquico é o Secretário Municipal de Agricultura, Sr. Ereno Marchi.

Art. 3º Que seja efetuada a devolução do valor descontado em folha de pagamento do indiciado, referente às faltas dos dias 10 a 31 de março de 2014, pois resta comprovado nos autos do processo, que o indiciado efetivamente exerceu suas funções na Associação dos Moradores do Bairro Albertina.

Art. 4º Que seja realizada a abertura de um novo Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a totalidade das faltas do indiciado, conforme mencionou em seu depoimento, folha 72.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

Portaria Nº 0809/RH

PORTARIA N. 0809/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014 e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante de fls. 261 a 274, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 023/2013, instaurado pela Portaria n. 1346/RH de 06 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de novembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 276 a 277 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da denúncia contra a

servidora municipal ROSANA LUIZA BERNARDINO, matrícula n. 82457/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, no que diz respeito às possíveis infrações, previstas nos art. 157, incisos I, II, III, VII, IX e XI da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, em virtude de não restarem comprovadas irregularidades.

Art. 2º. Instaurar Sindicância Administrativa para apurar a responsabilidade sobre a prestação de contas da Descentralização de Agosto de 2013 e a prestação de contas da Contribuição Espontânea de 2013, em virtude da transição de diretores na unidade escolar CEI Navegantes em agosto de 2013.

Art. 3º. Que a Secretária Municipal de Educação, analise a necessidade de realizar a remoção por ofício da indiciada, em virtude do clima de trabalho decorrente da transição de diretoras no CEI Navegantes.

Art. 4º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

Portaria Nº 0810/RH

PORTARIA N. 0810/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014 e, considerando:

As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 14 a 16, dos autos da Sindicância Administrativa n. 024/2013, instaurada pela Portaria n. 1180/RH de 26 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 01 de outubro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 18 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 024/2013, instaurada para apuração da responsabilidade pelo não encaminhamento de documentos solicitados pela Comissão Permanente de Sindicância à Secretaria Municipal de Educação através do ofício n. 031/S.A./2013, em virtude de que a servidora designada para tais encaminhamentos não pode ser penalizada por desenvolver atividades cujas atribuições não competem ao seu cargo.

Art. 2º. Que a Secretaria Municipal de Educação indique servidor efetivo para receber e responder aos encaminhamentos de informações solicitadas pelas Comissões de Sindicâncias e de Processos Administrativos Disciplinares, ou qualquer outro procedimento administrativo. Este servidor deve ser um Agente Administrativo ou similar, que possua tais atribuições relacionadas com a sua atividade, e que a respectiva Secretaria proporcione treinamento a este servidor referente à elaboração de memorandos, ofícios, circulares, entre outros.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de julho de 2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Asfj

Decreto Nº 4114, de 06 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4114, de 06 de junho de 2014.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 3.260/98, alterada pelas Leis Municipais nºs 3.333/98, 3.363/99 e 3.579/2000,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Educação abaixo relacionados, como representantes das respectivas entidades:

I - Municipal de Ensino;
Adriana Martins da Silva Soares (Titular)
Dalva Malkowski (Suplente)

II - Secretaria Municipal de Educação;
Regina Garcia Ferreira (Titular)
Eliane Léa Vicente Testoni (Suplente)

III - KOLPING, SENAC, SENAI, SESI, SESC E SESCOOP
Silvana Teresa Pamplona Trieweiller (Titular)
Myrthes Meinicke (Suplente)

IV - UNIDAVI;
Lara Aparecida Guse Ramos (Titular)
Neiva Hoeppers de Araújo (Suplente)

V - Secretaria de Estado da Educação e do Desporto;
Márcia Aparecida Dalcanale (Titular)
Marizoli Schneider (Suplente)

VI - 01 (um) representante das Escolas Particulares;
Adriana Thives (Titular)
Andreia Guesser Marian (Suplente)

VII - Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul;
Solange Aparecida de Oliveira Hoeller (Titular)
Maria Lenir Stupper (Suplente)

VIII - União de Associação de Bairros de Rio do Sul;
Rosana Luiza Bernardino (Titular)
Michele Karina Bernardino Cantarelli (Suplente)

IX - Associações de Pais e Professores das diversas redes de ensino do município de Rio do Sul;
Degorá Claude Dolzan (Titular)
Clarice Aparecida Schaidler (Suplente)

X - Entidades Filantrópicas de Atendimento a Educação Infantil;
Ramine Graziela Vandresen Kopp (Titular)
Sandra Maria Grah Xavier (Suplente)

XI - Fundação Cultural de Rio do Sul;
Ana Cristina Vilela Zacharias (Titular)
Ezequias Salla (Suplente)

XII - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Josela Estoele (Titular)
Joice Danusa Justo (Suplente)

XIII - Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social;
Joicenara Fernanda da Silva Braatz (Titular)
Daniela da Silveira (Suplente)

XIV - Diretores de Escolas do Município;
Andresa Martins Dolzan (Titular)
Josemeri Carvalho (Suplente)

XV - Conselho de Ensino Religioso - CONER/SC;

Dolores Henn Fontanive (Titular)
Juliana Carneiro Pascal (Suplente)

XVI - Entidades de Ensino de Educação Especial;
Danielle Cristina Zanella Radke (Titular)
Liliane Mara Amorim Niehues (Suplente)

XVII - Fundação Municipal de Desportos;
Leandro Ledra (Titular)
Roberto Correa Ribeiro (Suplente)

Art. 2º - O mandato dos membros nomeador terá excepcionalmente vigência de 01 (um) ano a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0816/RH

PORTARIA N. 0816/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 18/07/2014 à Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2014 designada pela Portaria N. 0689/RH de 11/06/2014 (publicada em 18/06/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício Nr. 004/P.A./009/2014, de 18/07/2014, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Asfj

Decreto Nº 4194, de 15 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4194, de 15 de julho de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Lei Nº 2.947/94, alterada pelas LEIS nº 3.204/97, 3.278/98, 4.356/06 e 4.743/08.

DECRETA:

Art. 1º - Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul:

II - Entidade Não Governamental:

b) Colégio Dom Bosco

Suplente: Karine Sardá Grünfeld - substitui Wiviane Ramos Wójcik

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Pregão Presencial 122/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2014

OBJETO: Contratação, através de locação de serviços de equipamentos de sucção tipo jato hidrovácuo para limpeza de bocas de lobos e tubulações no perímetro urbano de Rio do Sul. Departamento de Defesa Civil.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/08/2014, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 06/08/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 23 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Tomada de Preços 121/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 121/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica e sinalização viária na Rua São José, Bairro Santana em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 11:00 horas do dia 12 de agosto de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 11:00 horas do dia 12 de agosto de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 23 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Resolução Nº 14/2014 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 14/2014.

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas de Consultoria para Capacitação e Acompanhamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.947/94,

Considerando o Plano de Ação e Aplicação que prevê aprimorar a gestão do CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas de Consultoria para Capacitação e Acompanhamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de julho de 2014.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul/ CMDCA

Resolução Nº 13/2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 13/2014

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas do coffe break e material informativo para o lançamento do site do Grupo Gestor da Rede de Atendimento a Criança e ao Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.947/94,

Considerando o Plano de Ação e Aplicação que prevê regulamentar e apoiar o Grupo Gestor da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Rio do Sul.

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas de coffe break e material informativo para o lançamento do site do Grupo Gestor da Rede de Atendimento a Criança e ao Adolescente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de julho de 2014.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente de Rio do Sul/ CMDCA

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 010/14

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Dirceu Amaral Scheffer	xxx.171.199-xx	145280
Orival Luiz Tonett	xxx.299.059-xx	148436
Rafael Stedille	xxx.506.390-xx	146037

Rio do Sul, 24 de Julho de 2014.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda Interino

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Errata Edital Nº 72/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edital nº 72/2014-PR

PUBLICADO NO DOM EM 22/07/2014-EDIÇÃO Nº 1532 PG 488

Onde lê-se:

"Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 01 de agosto de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09:00 horas do dia 02 de agosto de 2014."

Leia-se:

Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 01 de agosto de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09:00 horas do dia 04 de agosto de 2014.

Extratos de Contratos Nºs 134 À 145

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: NEWSYSTEM COMÉRCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA-ME

OBJETO: Locação de 01 (um) relógio ponto com leitura biométrica de impressão digital e suporte técnico especializado, para controle do ponto dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul/SC

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 01/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2014

Processo de Licitação nº 69/2014 - DL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 26.000,00(vinte e seis mil reais).

VIGÊNCIA: 07/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2014

Processo de Licitação nº 70/2014 - DL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos, para atendimento nas Unidades de Saúde do Município, para o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 244.098,25 (Duzentos e quarenta e quatro mil, noventa e oito reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 07/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2014

Processo de Licitação nº 65/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA-ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene as escolas, e Produtos Alimentícios para Merenda Escolar aos alunos do Ensino Infantil e Fundamental do município, durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 39.001,71(Trinta e nove mil, um real e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2014

Processo de Licitação nº 65/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene as escolas, e Produtos Alimentícios para Merenda Escolar aos alunos do Ensino Infantil e Fundamental do município, durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 14.180,80(Quatorze mil, cento e oitenta reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2014

Processo de Licitação nº 65/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: M.D.A - ARMARINHOS LTDA - ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene as escolas, do Ensino Infantil e Fundamental do município, durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.166,45(Quatro mil cento e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2014

Processo de Licitação nº 65/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene as escolas, do Ensino Infantil e Fundamental do município, durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.600,45 (Quatro mil, seiscentos reais e quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2014

Processo de Licitação nº 66/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

OBJETO: Fornecimento de material de Limpeza e Higiene para os Centros de Educação Infantil Municipal (creches), durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 5.516,75 (Cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2014

Processo de Licitação nº 66/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: M.D.A - ARMARINHOS LTDA - ME

OBJETO: Fornecimento de material de Limpeza e Higiene para os Centros de Educação Infantil Municipal (creches), durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 5.377,70 (Cinco mil trezentos e setenta e sete reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2014

Processo de Licitação nº 66/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA-ME

OBJETO: Fornecimento de produtos alimentícios, material de Limpeza e Higiene para os Centros de Educação Infantil Municipal (creches), durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 32.584,00(Trinta e dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2014

Processo de Licitação nº 66/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME

OBJETO: Fornecimento de produtos alimentícios, material de Limpeza e Higiene para os Centros de Educação Infantil Municipal (creches), durante o segundo semestre de 2014.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 47.219,90(Quarenta e sete mil duzentos e dezenove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2014

Processo de Licitação nº 68/2014 - CV

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: VELOTERRA TERRAPLANAGEM LTDA - ME

OBJETO: Prestação de serviços de hora-máquina (Escavadeira Hidráulica), para aberturas e limpeza de Valas no interior do município e extração de saibro, efetuados conforme necessidade do município para o setor de viação, Obras e Serviços Públicos.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 36.800,00 (Trinta e seis mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 217

DECRETO Nº 217 DE 21 DE JULHO DE 2014.
HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 442 /2014
MODALIDADE: Pregão N. 18/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de 20/05/14, sobre o Processo de Licitação n. 442/2014, Pregão N.18/2014, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONserto DE PNEUS PARA OS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE O EXERCICIO DE 2014.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
ABASTECE-DORA SANTA TEREZINHA LTDA	3	Gasolina Comum	6.200,00	20.336,00
ABASTECEDORA GRAL LTDA	1	OLEO DIESEL	48.000,00	108.480,00
ABASTECEDORA GRAL LTDA	2	OLEO DIESEL S10	33.000,00	79.530,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA	20.336,00	vinete mil trezentos e trinta e seis reais
ABASTECEDORA GRAL LTDA	188.010,00	cento e oitenta e oito mil e dez reais

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 21 de julho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3399/2014

LEI Nº 3399, DE 22 DE JULHO DE 2014.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071- FNAS - Gestão - IGD do SUAS

4.4.90.52.00.00.00 152 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF
R\$ 5.700,00

3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra
R\$ 22.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(605) 3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 5.700,00

Atividade: 2.082 - Gestão do Serv. Acolhim. Institucional da Criança e Adolescente
(540) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações
R\$ 22.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071- FNAS - Gestão - IGD do SUAS

(523) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo
R\$ 2.000,00

(524) 3.3.90.32.00.00.00 152 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0629/2014

DECRETO Nº 0629, DE 22 DE JULHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 1º, da Lei Municipal 3.399/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional especial:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071- FNAS - Gestão - IGD do SUAS

4.4.90.52.00.00.00 152 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071- FNAS - Gestão - IGD do SUAS

(523) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

(524) 3.3.90.32.00.00.00 152 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0630/2014

DECRETO Nº 0630, DE 22 DE JULHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 1º, da Lei Municipal 3.399/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

3.3.90.36.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 5.700,00

3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 22.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(605) 3.3.90.32.00.00.00 352 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 5.700,00

Atividade: 2.082 - Gestão do Serv. Acolhim. Institucional da Criança e Adolescente
(540) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações R\$ 22.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0626/2014

DECRETO Nº 0626, DE 15 DE JULHO DE 2014.
DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/CONVÊNIO Nº 11.291/2011-7 - ESTADO DE SANTA CATARINA - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada Comissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento dos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Município de São Bento do Sul/Convênio nº 11.291/2011-7 - Estado de Santa Catarina - Corpo de Bombeiros Militar, composta pelos seguintes membros:

I - Cap BM José Ananias Carneiro - Comandante do 1º/2ª/9º BBM: Presidente;

II - 2º Ten BM Edmilson Duffeck - Sub Comandante da 2ª/9º: Vice-Presidente;

III - Sub Ten BM RR CTISP Aldo Stein;

IV - Marcos Goertler - Contador SAMAE;

V - 2º Sgt BM José Maurílio Rodena - B1 do 1º/2ª/9º BBM;

VI - 2º Sgt BM Demilson Stanga;

VII - 3º Sgt José Adil da Silva;

VIII - Cd BM Joslei Cleiton Maia;

IX - Sd BM Claimir Bonassi de Paula;

X - Sd BM Gilson Steidel;

XI - Sd BM Joni Marcos Lopes - B4 do 1º/2ª/9º BBM;

XII - Edemilson Benedito de Assis - Diretor de Suprimentos e Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul;

XIII - Miriam Regina Schwetler Filipp - Aux B4 do 1º/2ª/9º BBM;

XIV - Jocimari Telma Teixeira - Assistente Administrativo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º. São atribuições da Comissão:

I - Acompanhar o Processo Licitatório desde a fase de abertura, julgamento homologação e adjudicação até a fase final do Contrato;

II - Acompanhar os prazos vigentes nos contratos administrativos e em seus termos aditivos, quando necessários, observando o início das etapas de execução, de conclusão e de entrega, conforme o caso;

III - Emitir relatórios e pareceres técnicos durante o processo de acompanhamento e fiscalização dos bens, obras e/ou reformas;

IV - Cumprir e fazer cumprir fielmente as cláusulas dos contratos, bem como as especificações técnicas descritas nos anexos dos processos licitatórios, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

V - Solicitar às empresas vencedora das licitações laudos técnicos que comprovem o atendimento às normas solicitadas; atestados emitidos pelos fabricantes e/ou fornecedores, comprovando que os produtos utilizados se enquadram nas especificações solicitadas e outros documentos descritos nos editais, anexos e contratos administrativos;

VI - Solicitar a empresa contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens constantes nos objetos dos contratos, quando forem identificados defeitos, materiais de má qualidade, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados execução de obras e serviços podendo rejeitar no todo ou em parte o serviço executado em desacordo com o contrato.

VII - Acompanhar e fiscalizar a execução de convênios entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o Município de São Bento do Sul, para a aplicação dos recursos destinados aos investimentos a serem realizados e/ou adquiridos pela 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul;

VIII - Emitir parecer para recebimento provisório dos bens, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

IX - Emitir parecer para recebimento definitivo dos bens, após vistoria definitiva e identificação de que todos os itens constantes no edital, nos anexos, nos memoriais descritivos ou em termos aditivos foram executados e instalados em conformidade com os contratos, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes,

após o decurso do prazo de fiscalização, observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias corridos, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º. Ficam revogados os Decretos nº 798/2011, nº 1232/2012 e nº 85/2013.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0628/2014

DECRETO Nº 0628, DE 21 DE JULHO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Marcio Gonçalves, Ricardo Callado e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão do Edital de Tomada de Preços nº 217/2014, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 13 de agosto de 2014, na sala de reunião da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 0632/2014

DECRETO Nº 0632, DE 22 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/13 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 03 - Polícia Militar

Atividade: 2.005 - Contribuições Facultativas - Polícia Militar

3.3.90.39.00.00.00.00.0106 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 Unidade: 01 - Administração Financeira
 Atividade: 2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN
 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
 R\$ 5.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
 Unidade: 03 - SSP TRANSITO - POLICIA MILITAR
 Atividade: 2.035 Convênio SSP/Trânsito - POLICIA MILITAR
 3.3.90.30.00.00.00.00.0154 - Material de Consumo
 R\$ 25.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00.0154- Outros Serv. Terc. PJ
 R\$ 16.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
 Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
 Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
 3.1.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Despesas Variáveis R\$ 7.000,00
 3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 8.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.101 - Estratégia da Saúde da Família
 3.3.90.30.00.00.00.00.0264 - Material de Consumo
 R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados como fonte de recursos as anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 Unidade: 01 - Administração Financeira
 Atividade: 2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN
 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serviços de Terceiros - PJ R\$ 5.000,00

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
 Unidade: 03 - Polícia Militar
 Atividade: 2.005 - Contribuições Facultativas - Polícia Militar
 4.4.90.51.00.00.00.00.0106 - Outros Serv. Terc. PJ
 R\$ 20.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
 Unidade: 03 - SSP TRANSITO - POLICIA MILITAR
 Atividade: 2.035 Convênio SSP/Trânsito - POLICIA MILITAR
 4.4.90.52.00.00.00.00.0154- Equipamento e Mat. Permanente
 R\$ 41.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
 Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
 Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos
 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 17.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.101 - Estratégia da Saúde da Família
 3.3.90.35.00.00.00.00.0264 - Serviços de Consultoria
 R\$ 20.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00.0264 - Outros Serviços de Terceiros - PJ R\$

50.000,00
 4.4.90.51.00.00.00.00.0264 - Obras e instalações
 R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

Convênio Nº 017/2014 - Fetep

TERMO ADITIVO Nº 01
 CONVÊNIO Nº 017/2014

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA-FETEP.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado a FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA-FETEP, ente jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.174.474/0001-87, estabelecida à Rua Hans Dieter Schmidt, 879, Vila Centenário, São Bento do Sul/SC, neste ato representada por seu Presidente do Conselho Curador Sr. ADELINO DENK, portador da Carteira de Identidade nº 919.562, CPF/MF nº 420.994.399-15, residente e domiciliado à Rua Fernando Hubl, 565-A, Bairro Schramm, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3377 de 22 de maio de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, firmam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 17/2014, em decorrência de erro material - mero erro formal de digitação da data de vigência, o que justifica-se pela data de assinatura do termo originário, mediante cláusulas e condições a seguir expostas:

DA ALTERAÇÃO

Cláusula 1ª. Fica alterada a cláusula décima do Convênio 17/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de maio de 2015."

DA RATIFICAÇÃO

Cláusula 2ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio aditado.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

São Bento do Sul/SC, 21 de julho de 2014.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

ADELINO DENK
 Presidente do Conselho Curador da Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa-FETEP

TESTEMUNHAS:

CLEUSA PICOLLI VIEIRA

CPF 422.708.639-68

Assessora de Gabinete

EMERSON HINKE

CPF 017.094.729-79

Assessor de Gabinete

Convênio Nº 023/2014 - Acisbs

TERMO DE CONVÊNIO Nº 023/2014

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.049.301/0001-25, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada pelo Presidente da ACISBS, Sr. OSMAR MÜHLBAUER, portador da Carteira de Identidade nº 717.975, CPF/MF nº 311.242.599-53, residente e domiciliado à Rua Paulo Linzmeyer, 146, Bairro Oxford, em São Bento do Sul, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3397 de 09 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a colaborar na elaboração, diagramação, impressão e distribuição da Revista ACONTECE, que cederá uma página de conteúdo referente ações do Departamento de Turismo, de junho a novembro de 2014, conforme consta do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 3140/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em parcela única, de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Cooperativa de Crédito dos Empresários do Alto Vale do Rio Negro - SCRcred, Agência 0112-0, Conta Corrente nº 512-6, em favor da Associação Empresarial de São Bento do Sul -ACISBS.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da Dotação do Orçamento Vigente, conforme segue:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade: 04 - Fundo Municipal de Turismo

Atividade: 23.695.0007.2.020 - Fundo Municipal de Turismo
Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00.00.00 - Contribuições
Fonte de Recursos: 0310 - Superávit Fundo de Desenvolvimento do Turismo

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- e) Parecer do Conselho Curador, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- f) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 21 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

OSMAR MÜ HLBAUER

Presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS

PEDRO IVO DIENER

Chefe de Gabinete

CPF 020.084.599-34

CLEUSA PICOLLI VIEIRA

Assessora de Gabinete

CPF 422.708.639-68

Portaria Nº 6118/2014

PORTARIA Nº 6118, DE 21 DE JULHO DE 2014

Concede Pensão por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 24 de junho de 2014, pensão por morte à ANA RUTH NEPEL VEIGA e ANDREI DANIEL VEIGA, na condição de cônjuge e filhos, respectivamente, do ex-servidor ativo EDSON LUIZ VEIGA.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4284/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6119/2014

PORTARIA Nº 6119, DE 21 DE JULHO DE 2014

Concede Pensão por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 20 de junho de 2014, pensão por morte à SANDRA SALETE SELKE BERGMANN, na condição de cônjuge do ex-servidor ativo Wilson Bergmann.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4234/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6122/2014

PORTARIA Nº 6122, DE 22 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor OSNI VIEIRA RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo Pick-up Corsa, placa MAU 5782.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6124/2014

PORTARIA Nº 6124, DE 22 DE JULHO DE 2014

Consolida Portaria nº 14649/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 14649, de 21 de dezembro de 2012, que concedeu aposentadoria por invalidez proporcional à MARIA LENIR PADILHA DA SILVA SANTOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-13/00150758, através da Decisão nº 1085/2014, de 02 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 6125/2014

PORTARIA Nº 6125, DE 22 DE JULHO DE 2014
Consolida Portaria nº 13396/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 13396, de 05 de julho de 2012, que concedeu aposentadoria por idade e tempo de contribuição à KÁTIA REGIANE WOLFF, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00425410, através da Decisão nº 1080/2014, de 02 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 6126/2014

PORTARIA Nº 6126, DE 22 DE JULHO DE 2014
Consolida Portaria nº 13340/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 13340, de 29 de junho de 2012, que concedeu aposentadoria por idade e tempo de contribuição à CECÍLIA PSCHIEDT REZENDE, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00406548, através da Decisão nº 1894/2014, de 26 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 6127/2014

PORTARIA Nº 6127, DE 22 DE JULHO DE 2014
Consolida Portaria nº 13753/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 13753, de 17 de setembro de 2012, que concedeu pensão por morte a JOÃO ANTÔNIO PIRES, na condição de cônjuge da ex-servidora inativa LIZMARI KAMINSKI PIRES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº PPA-12/00566740, através da Decisão nº 1309/2014, de 09 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 6128/2014

PORTARIA Nº 6128, DE 22 DE JULHO DE 2014
Consolida Portaria nº 10361/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 10361, de 29 de fevereiro de 2012, que concedeu aposentadoria integral por idade e tempo de contribuição especial de professor à ROSIMARA HANNEMANN, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00259499, através da Decisão nº 0106/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 6129/2014

PORTARIA Nº 6129, DE 22 DE JULHO DE 2014

Consolida Portaria nº 13179/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 13179, de 11 de junho de 2012, que concedeu aposentadoria por invalidez proporcional a ADÃO LOURENÇO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00407358, através da Decisão nº 0118/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6130/2014

PORTARIA Nº 6130, DE 22 DE JULHO DE 2014

Consolida Portaria nº 0223/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 0223, de 23 de janeiro de 2013, que concedeu aposentadoria por invalidez proporcional à SALETE BELANDI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-13/00199927, através da Decisão nº 1839/2014, de 26 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6140/2014

PORTARIA Nº 6140, DE 24 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora GISELI AUGUSTIN CORREA, ocupante do cargo de Técnico Desportivo I, na Fundação Municipal de Desportos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo Renault Symbol, placa MKL 7991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Domingos

PREFEITURA

Aditivo de Convênio Prefs 012- 03.07.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Julho/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 0012/2014 de 03 de Julho de 2014.

Descrição: Termo Aditivo tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do contrato de repasse nº 1013891-99/2013, que entre si fazem a união federal, por intermédio do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de São Domingos/ SC.

Valor: R\$ 9.949,00 recursos de contrapartida aportada pelo contratado.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 011- 30.06.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Junho/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 0011/2014 de 30 de Junho de 2014.

Descrição: Termo Aditivo ao contrato de repasse nº 1013938-05/2013, que entre si fazem a união federal, por intermédio do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de São Domingos/ SC.

Valor: R\$5.174,00 recursos de contrapartida aportada pelo contratado.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 013- 09.06.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Junho/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 0013/2014 de 09 de Junho de 2014.

Descrição: Termo Aditivo tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do contrato de repasse nº 1011116-58/2013, que entre si fazem a união federal, por intermédio do Programa Planejamento Urbano do MCIDADES, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de São Domingos/ SC.

Valor: R\$ 34.022,49 recursos de contrapartida aportada pelo contratado.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 014- 21.07.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Julho/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 0014/2014 de 21 de Julho de 2014.

Descrição: Termo Aditivo tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do contrato de repasse nº 1011351-27/2013, que entre si fazem a união federal, por intermédio do Programa Prodesa do MAPA, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de São Domingos/ SC.

Valor: R\$ 3.980,00 recursos de contrapartida aportada pelo contratado.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 021/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 021/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMSN. 009/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 07 de agosto de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE UNIFORMES DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 17 de julho de 2014.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

POR 1636 DE 21 07 714 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CARLA

PORTARIA Nº 1636, DE 21 DE JULHO DE 2014.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Carla Louise Lohmann Carvalho	Auxiliar Administrativo	19/05/13-14	10	21/07/14 a 30/07/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de julho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

por 1637 de 22 07 14 Concede Afastamento Legal Andrea de Fatima dos Santos Peruzzo

PORTARIA Nº 1637, DE 21 DE JULHO DE 2014

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 04/04/12 e pela Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada;

Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº045 de 06/11/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 20/07/14 a 24/07/14, por motivo de falecimento de sua mãe, a Servidora Publica Municipal Andrea de Fátima dos Santos Peruzzo, ocupante do Cargo Publico de Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20 de julho de 2014.

São Domingos/SC, 21 de julho de 2014

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

por 1638 de 21 07 14 Autoriza A Conduzir Veiculos Ana Paula E Maiara

PORTARIA Nº 1638, DE 21 DE JULHO DE 2014.

Autoriza servidoras a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

Considerando a necessidade de manutenção contínua dos serviços no Município;

Considerando a solicitação da Secretária de Saúde Elieze Coma-chio;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizadas a conduzir veículos de propriedade deste município a servidora pública municipal Ana Paula Monteiro Lopes Gulin, ocupante do cargo público de Auxiliar de Saúde Bucal, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 04446681542, e a servidora Maiara Caroline Ritt, ocupante do cargo público de Fisioterapeuta, portadora da Carteira de Habilitação com Registro sob o nº 05857906663.

Art. 2º As servidoras ora autorizadas a conduzir os veículos públicos municipais ficam responsáveis pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 21 de julho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

por 1639 de 22 07 714 Concede Férias A Servidora Luiz Giovana Silvia

PORTARIA Nº 1639, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Luiz Anselmo de Brito	Motorista	05/04/13-14	02	24/07/14 a 25/07/14
Giovana Gomes Gutierrez	Enfermeira	01/03/12-13	30	11/08/14 a 09/09/14
Silvia Cristina Paris de Moura	Agente Administrativo	05/08/11-12	15	18/08/14 a 01/09/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Dec 1668 de 22 07 14 Nomeia Luiz Henrique Maseto Zanovello

DECRETO Nº 1668, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Luiz Henrique Maseto Zanovello, para exercer o cargo de Consultor Técnico, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.04, Nível CC-02, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1669 de 22 07 14 Exonera A Pedido Alex Uberti

DECRETO Nº 1669, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal solicitando exoneração do cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor Alex Uberti, do cargo de Assessor de Imprensa e Relações Públicas deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº. 086 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 086 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 058 DE 05 DE MARÇO DE 2014".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 058, de 05 de março de 2014, que concedeu gratificação nível G-10, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II a Sra. LÚCIA SCANDOLER DAROS SANTOS, ocupante da função de Técnica Enfermagem, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 087 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 087 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art.90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ADRIANO RAUPP DE BORBA, ocupante do cargo de Tesoureiro, de 02/06/2014 a 01/07/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 088 de 02 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 088 DE 02 DE JUNHO DE 2014

"EXONERAR SERVIDOR A PEDIDO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora KEITI EUGÊNIO DE MATOS ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Compras e Licitação, Nível DAS-4, a contar de 12/05/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº 023/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 011/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA 03 (TRÊS) VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 08h:15 minutos do dia 06/08/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08h:30h minutos do dia 06/08/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul, 24 de Julho de 2014.

Rejane Elíbio Borba
Presidente Fundo Municipal de Saúde

Maria Rosane Cardoso
Pregoeira

São José

PREFEITURA

Edital Nº 025/2014/Fundesj

EDITAL Nº 025/2014/FUNDESJ

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS POR TEMPO DETERMINADO - EDITAL Nº 021/2014/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional Municipal - FUNDESJ, Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José, Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1.A classificação final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 021/2014/FUNDESJ. É o constante no Anexo Único.

2.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 22 de julho de 2014.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 021/2014/FUNDESJ

Área: Ciências Sociais - Vaga: cód. 1.1

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
026	329.165.288-65	10,00	1º
015	372.834.130-49	5,96	2º
017	010.960.540-35	4,30	3º

Área: Educação - Vaga: cód. 2.1

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
003	050.181.699-23	10,00	1º
024	025.764.399-00	5,70	2º

Área: Educação - Vaga: cód. 2.2

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
011	484.134.709-78	10,00	1º
020	421.330.929-00	5,93	2º
004	050.181.699-23	5,75	3º

Área: Educação - Vaga: cód. 2.3

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
018	837.964.879-04	10,00	1º

Área: Geografia - Vaga: cód. 3.1

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
013	676.131.607-34	10,00	1º
021	052.409.989-81	4,66	2º
008	892.319.709-25	3,45	3º
001	000.063.989-36	3,14	4º

Área: Ciências Contábeis - Vaga: cód. 7.1

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
006	986.434.369-68	10,00	1º
002	052.664.559-85	9,17	2º
019	010.108.849-30	8,33	3º

Área: Ciências Contábeis - Vaga: cód. 7.2

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
016	003.387.839-03	10,00	1º
007	384.699.950-49	5,67	2º
009	029.479.479-40	2,97	3º

Área: Ciências Contábeis - Vaga: cód. 7.3

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
005	042.805.599-02	10,00	1º

Área: Matemática / Estatística - Vaga: cód. 8.1

INSCRIÇÃO	CPF CANDIDATO	NFPT	CLASSIFICAÇÃO
023	517.230.425-87	10,00	1º

PBC x 10

NFPT = -----

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do candidato;

PB = Maior pontuação bruta entre os candidatos.

Portaria Nº 069/2014/SF

PORTARIA Nº 069/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.083 - PSEMC - Serv. Especializado /Abordagem

Social - CREAS / População de Rua / Centro - POP

2 - 3.3.90.30.00.00.0023 - Material de Consumo, Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00

28.01.08.244.0111.2.084 - PSEAC - Serv. Acolh. Institucional para Pessoas / Situação de Rua

14 - 3.3.90.30.00.00.0023 - Material de Consumo, Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social ... R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00

28.01.08.244.0111.2.426 - Apoio e Assistência a Entidades - FMAS

377 - 3.3.50.43.00.00.0080 - Subvenções Sociais,
Recursos Próprios R\$ 162.000,00
Total desta Atividade R\$ 162.000,00
Total do Órgão R\$ 462.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 462.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), das dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.086 - PSEAC - Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência / Abrigo Institucional,

50 - 4.4.90.51.00.00.0023 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 300.000,00
Total desta Atividade R\$ 300.000,00

28.01.08.126.0111.2.188 - Gestão - Sistema de Monitoramento e Avaliação / FMAS
282 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00

28.01.08.244.0111.2.282 - Serviço de Assessoria à Rede Sócio Assistencial não Governamental
291 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
292 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
293 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
294 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 65.000,00

28.01.08.244.0111.2.283 - Gestão Programa Cuidando do Cuidado

295 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 2.000,00
296 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00

297 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
298 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 22.000,00

28.01.08.241.0111.2.284 PSEMC - Serviço Disque Denúncia de Violência
Contra o Idoso - CREAS
299 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
301 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 5.000,00
302 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.243.0111.2.285 - PSEMC - Serviço Disque Denúncia de Violência

Contra Crianças e Adolescentes - CREAS
303 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
305 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
306 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.241.0111.2.286 - PSEMC - Serv. de Proteção Social Especial
Para Idosos / Centro dia do Idoso

307 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
310 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
311 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00

314 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão R\$ 462.000,00
Total da Anulação R\$ 462.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 070/2014/Sf

PORTARIA Nº 070/2014/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

890 - 3.3.90.47.00.00.0080 - Obrigações Tributárias e Contributivas,

Recursos Próprios R\$ 70.000,00
 Total desta Atividade R\$ 70.000,00
 Total do Órgão R\$ 70.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), da dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.267 - Despesas de Exercícios Anteriores

886 - 3.3.90.92.00.00.0080 - Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Próprios R\$ 70.000,00
 Total desta Atividade R\$ 70.000,00
 Total do Órgão R\$ 70.000,00
 Total da Anulação R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.
 ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

Portaria Nº 071/2014/Sf

PORTARIA Nº 071/2014/SF
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 - Encargos Previdenciários

876 - 3.1.90.13.00.00.0080 Obrigações Patronais, Recursos Próprios R\$ 150.000,00
 Total desta Atividade R\$ 150.000,00
 Total do Órgão R\$ 150.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
 02.03 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

30.01.04.122.0105.2.451 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social
 40 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 150.000,00
 Total desta Atividade R\$ 150.000,00
 Total do Órgão R\$ 150.000,00
 Total da Anulação R\$ 150.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.
 ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

Portaria Nº 072/2014/Sf

PORTARIA Nº 072/2014/SF
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
 02.03 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social
 43 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,
 Recursos Próprios R\$ 2.000,00
 Total desta Atividade R\$ 2.000,00
 Total do Órgão R\$ 2.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), da dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA
02.03 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social
47 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 2.000,00
Total desta Atividade R\$ 2.000,00
Total do Órgão R\$ 2.000,00
Total da Anulação R\$ 2.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 075/2014/Sf

PORTARIA Nº 075/2014/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º, 33 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.290 - PSEAC - Serviço de Acolhimento para Idosos
Casa Lar / Abrigo Institucional
362 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
Total desta Atividade R\$ 40.000,00

28.01.08.126.0111.2.187 - Gestão - Sistema de Informação - FMAS

274 - 3.3.90.39.00.00.0023 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 500.000,00
Total desta Atividade R\$ 500.000,00
Total do Órgão R\$ 540.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 540.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), das dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.182 - PSEAC - Serviço de Acolhimento em Repúblicas
216 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.244.0111.2.290 - PSEAC - Serviço de Acolhimento para Idosos
Casa Lar / Abrigo Institucional
359 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.241.0111.2.286 - PSEMC - Serv. de Proteção Social Especial
Para Idosos / Centro dia do Idoso
315 - 4.4.90.51.00.00.0023 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 300.000,00
Total desta Atividade R\$ 300.000,00

28.01.08.244.0111.2.287 - PSEMC - Serviço Especializado para Pessoas
Em Situação de Rua / CREAS / Centro POP
330 - 4.4.90.52.00.00.0023 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00

28.01.08.241.0111.2.292 - PSB - Serviço de Proteção Social Básica no
Domicílio para Pessoa Deficiente e Idosa
211 - 4.4.90.52.00.00.0023 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 540.000,00
Total da Anulação R\$ 540.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 076/2014/Sf

PORTARIA Nº 076/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

546 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 25.000,00

549 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 21.800,00

Total desta Atividade R\$ 46.800,00

Total do Órgão R\$ 46.800,00

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.126.0111.2.188 - Gestão - Sistema de Monitoramento e Avaliação - FMAS

288 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 30.700,00

Total desta Atividade R\$ 30.700,00

28.01.08.243.0111.2.170 - PSEMC - Serviço de Proteção Social ao Adolescente / Sócioeducativo de Liberdade

Assistida

123 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 30.700,00

Total desta Atividade R\$ 30.700,00

28.01.08.241.0111.2.278 - PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento

de Vínculos para Idosos - CATI

100 - 3.3.90.30.00.00.0023 - Material de Consumo,

Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 60.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

Total do Órgão R\$ 121.400,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 168.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais), das dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.183 - PSEMC - Serv. Prot. Social Especial para

Pessoas com Deficiência, Idosas e outras

Famílias - CREAS

225 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

231 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 5.000,00

234 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 25.000,00

28.01.08.244.0111.2.288 - PSEAC - Serviço de Atendimento Institucional

Para Adultos e Famílias / Abrigo Institucional /

Casa de Passagem

344 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 30.700,00

Total desta Atividade R\$ 30.700,00

28.01.08.244.0111.2.084 - PSEAC - Serviço de Acolhimento Institucional

Para Pessoas / Situação de Rua

22 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 30.700,00

Total desta Atividade R\$ 30.700,00

28.01.08.244.0111.2.134 - PSEMC - Centro de Referência da Mulher -

CREAS

58 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 21.800,00

Total desta Atividade R\$ 21.800,00

28.01.08.244.0111.2.086 - PSEAC - Serviço de Acolhimento a Mulheres

Em Situação de Violência / Abrigo Institucional

50 - 4.4.90.51.00.00.0023 - Obras e Instalações,

Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 60.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

Total do Órgão R\$ 168.200,00

Total da Anulação R\$
168.200,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

Retificação da Resolução Nº 003/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 003/2014

Dispõe sobre a Retificação da Resolução nº 003/2014 que dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de São José do Cedro.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.333/95 de 20 de setembro de 1995 e considerando a deliberação da plenária realizada em 14/07/2014 - Ata 04/2014.

Torna pública a retificação do Art. 1º da Resolução nº 03/2014, de 28 de abril de 2014, nos seguintes termos:

Onde se lê: Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$26.678,32 (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Leia-se: Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$26.678,16 (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

São José do Cedro, 14 de julho de 2014.

Adelar Maximiliano Zimmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 162/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 103/2014, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA, CNPJ nº 05.111.060/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, SENDO SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E SEMÁFORO, EM VIAS DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Valor: R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).

Pagamento: O pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica prevista no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias a contar da execução do objeto contratado, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubricas orçamentárias: 09.01.26.782.4511.2.059.4.4.90.00.00.0 0.00.00.01.0000 - Desenv. de Ações Vinculadas ao Trânsito - D (118/2014); 09.01.26.782.4511.2.059.4.4.90.00.00.00.00.03.0 056 - Desenv. de Ações Vinculadas ao Trânsito - D (210/2014); e 09.01.26.782.4511.2.059.4.4.90.00.00.00.00.03.0000 - Desenv. de Ações Vinculadas ao Trânsito - D (211/2014).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 12/11/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fagner Rodrigo Passig - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 163/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 099/2014, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 012/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO - ROTATÓRIAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE 628 M², TOTALIZANDO OITO ROTATÓRIAS.

Valor: R\$ 60.096,09 (sessenta mil, noventa e seis reais e nove centavos).

Pagamento: O pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica prevista no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias a contar da execução do objeto contratado, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Pavimentação e Qualificação de vias Públicas - D

- (93/2014).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 13/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fernando Martins Pedro - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 164/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 084/2014, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 003/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CLAUDETE BEDIN ME, CNPJ nº 07.882.876/0001-58.
Objeto: CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 23 DE JULHO DE 2014.

Valor: R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais).

Pagamento: Mediante depósito na Conta Corrente de titularidade do Município de São Lourenço do Oeste, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da assinatura do contrato, sendo condição para o início da execução dos serviços concedidos a apresentação do respectivo comprovante de depósito; sob pena das sanções previstas no item 12 do edital de abertura do certame licitatório, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudete Bedin - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 165/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 084/2014, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 003/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FABRICIO MENEGAS ME, CNPJ nº

Objeto: CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPA E COZINHA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 24, 25 E 26 DE JULHO DE 2014.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Pagamento: Mediante depósito na Conta Corrente de titularidade do Município de São Lourenço do Oeste, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da assinatura do contrato, sendo condição para o início da execução dos serviços concedidos a apresentação do respectivo comprovante de depósito; sob pena das sanções previstas no item 12 do edital de abertura do certame licitatório, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fabricio Menegas - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 013/2014, de 17 de Julho de 2014 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2014, DE 17 DE JULHO DE 2014 - ICSL.

Origem: inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ/MF nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: K.C. COELHO EVENTOS ME, CNPJ nº 14.637.493/0001-80.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXIBIÇÃO DE FILMES 6D, GRATUITAMENTE, PARA O PÚBLICO EM GERAL, EM SESSÕES DE 06 (SEIS) PESSOAS CADA, A SER REALIZADO NOS DIAS 22, 23 E 24 DE JULHO DE 2014, DAS 15H AS 22H, NA PRAÇA DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2014.

Dotação Orçamentária: 2 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.

Data de Assinatura: 17/07/2014.

Vigência: de 17/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Altamir Jorge Lemes da Rosa (Gerente Executivo) - pela contratante e Luiz Marcelo Bart - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 166/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014. Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: C.A. Suzin & CIA LTDA, CNPJ nº 02.991.380/0001-07.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SHOW PIROTÉCNICO PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudir Antonio Suzin - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 167/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014. Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Colle Locação de Lonas e Eventos LTDA ME, CNPJ nº 07.198.718/0001-83.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MÍDIA, ESTRUTURA DE PALCO E CAMARIM, LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 25.889,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Roque Luiz Colle - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 168/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014. Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Decândido e CIA LTDA ME, CNPJ nº 04.303.357/0001-08.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Arlindo Decândido - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 169/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Felipe Y. Rebelatto da Cruz ME, CNPJ nº 17.960.953/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MÍDIA, PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Felipe Yussen Rebelatto da Cruz - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 170/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Nereu Cesar Chiossi 02465236970, CNPJ nº 17.292.720/0001-70.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÃO.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nereu Cesar Chiossi - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 171/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Wagner Furlanetto 03075020907, CNPJ nº 19.824.258/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Wagner Furlanetto - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 172/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 102/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 067/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Weber Segurança LTDA ME, CNPJ nº 07.544.527/0001-26.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SEGURANÇA DE EVENTOS, PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 13.530,00 (treze mil, quinhentos e trinta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades Comemorativas do Município) e D - (165/2014) 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0000 (Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social).

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ademir Eugênio Weber - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 161/2014, de 15 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Termo de Rescisão ao Contrato nº 213/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 123/2009, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 5/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA, CNPJ nº 01.565.814/0001-36.

Objeto: Rescindir amigavelmente, a partir de 16 de julho de 2014, o Contrato nº 213/2009, de 22/12/2009, em razão do contido no Ofício nº 138/2014, expedido pela Contratada.

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 16/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joseli Célia Szczytkovski - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 030/2014, de 21 de Julho de 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2014, DE 21 DE JULHO DE 2014 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2014, Modalidade Tomada de Preços nº 001/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 010/2014, de 21/03/2014, por 60 (sessenta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar ao Município tempo suficiente para realizar o pagamento final da obra, bem como para a elaboração dos termos de recebimento da obra.

Data de Assinatura: 21/07/2014.

Vigência: de 21/07/2014 a 19/09/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

Decreto Nº 4.919, de 24 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.919, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 004/2014, de 09 de junho de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014 e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 004/2014;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 004/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Edital nº 004/2014, de 09 de junho de 2014, para seleção, em caráter temporário, de INSTRUTOR SOCIAL I para atuar no NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir da homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,

24 de julho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.919, de 24 de julho de 2014)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014.

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL I:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS DA PROVA PRÁTICA	PONTOS APERF. À ÁREA	TOTAL DE PONTOS
1ª	002	LUCIA MARIA DOS SANTOS	313	12,00	325
2ª	003	RUTI PAVAN BRUSSO	313	00,00	313
3ª	001	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	225	00,00	225

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de julho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2014, DE 15 DE JULHO DE 2014.
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 295/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 158/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 005/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ nº 14.730.976/0001-24.

Objeto: Dilação do prazo de execução do Contrato nº 295/2013, de 13/11/2013, por 90 (noventa) dias, a fim de possibilitar a Contratada para que dê continuidade nos serviços que não foram concluídos em virtude das intempéries ocorridas e para que, posteriormente, a estes serviços, a fiscalização do Município conclua a elaboração dos projetos "as built" da obra.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 15/07/2014.

Vigência: de 15/07/2014 a 13/10/2014

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Talita Karine Soares - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 176/2014, de 22 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 083/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2014,.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA E SUBSTITUIÇÃO DE GUARDA CORPO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA CATARINA, LOCALIZADA NA RUA ISAURA MORETTO FEUSER, COM ÁREA INDICADA DE 919,63 M².

Valor: R\$ 44.814,06 (quarenta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e seis centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos respectivos boletins de medições, de acordo com a ordem cronológica prevista no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - 43/2014 - 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.00 - Manutenção e Reforma da Rede de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 22/07/2014.

Vigência: de 22/07/2014 a 22/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 177/2014, de 22 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 109/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME, CNPJ nº 11.496.694/0001-16.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS COM A BANDA "INDEXÃO", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 26 DE JULHO DE 2014, NA PRAÇA DA BANDEIRA, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago à Contratada parte em cheque nominal e parte em espécie, entregue ao representante legal da mesma no dia do evento, após a emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município e D - (215/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município.

Data de Assinatura: 22/07/2014.

Vigência: de 22/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rosane Aparecida Benedet Biachi - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 178/2014, de 22 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 109/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MÃO NA RODA PRODUÇÕES ARTISTÍCAS LTDA ME, CNPJ nº 13.311.767/0001-83.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS COM A BANDA "TERRA CELTA", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 25 DE JULHO DE 2014, NA PRAÇA DA BANDEIRA, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago à Contratada parte em cheque nominal e parte em espécie, entregue ao representante legal da mesma no dia do evento, após a emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município e D - (215/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município.

Data de Assinatura: 22/07/2014.

Vigência: de 22/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Suzana Proença Azevedo - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 179/2014, de 22 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 109/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MASTER & CIA LTDA, CNPJ nº 08.277.927/0001-85.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS COM A BANDA "CHARLES MASTER", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 25 DE JULHO DE 2014, NA PRAÇA DA BANDEIRA, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago à Contratada parte em cheque nominal e parte em espécie, entregue ao representante legal da mesma no dia do evento, após a emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município e D - (215/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município.

Data de Assinatura: 22/07/2014.

Vigência: de 22/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Charles Master Gerchmann e Naylane Bortoli - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 180/2014, de 22 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2014, DE 22 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 109/2014, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TOP BRASIL MUSIC SHOWS E EVENTOS LTDA ME, CNPJ nº 09.306.672/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOWS COM A BANDA "RICARDO E JOÃO FERNANDO", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 26 DE JULHO DE 2014, NA PRAÇA DA BANDEIRA, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago à Contratada parte em cheque nominal e parte em espécie, entregue ao representante legal da mesma no dia do evento, após a emissão da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (33/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município e D - (215/2014) - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.39.99.00.00.00.00 Manutenção das atividades comemorativas do município.

Data de Assinatura: 22/07/2014.

Vigência: de 22/07/2014 a 31/07/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdecir Edson Alves - pela Contratada.

Extrato de Publicação de Dispensa de Licitação Nº 007/2014, Processo Licitatório Nº 112/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 007/2014

OBJETO: CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHA NOS DIAS 25 E 26 DE JULHO DE 2014, DURANTE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 56º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais).

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A contar da data de assinatura do contrato até 31 de julho de 2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ Nº 83.021.873/0001-08.

CONTRATADO: ROTARACT CLUB INTEGRAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ Nº 05.956.949/0001-83

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da vencedora do certame, não onerando os cofres públicos.

São Lourenço do Oeste (SC), 23 de julho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 160/2014, de 11 de Julho de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2014, DE 11 DE JULHO DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 094/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO COLORIDO - EXTENSÃO ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI, COM ÁREA TOTAL DE 478,80M².

Valor: R\$ 47.331,92 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos respectivos boletins de medições, de acordo com a ordem cronológica prevista no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - (38/2014) 08.01.12.361.4505.1.005.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 - Edificação da EBM Santa Maria Goretti; e D - (42/2014) 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção e Reforma da Rede de Infraestrutura da SME.

Data de Assinatura: 11/07/2014.

Vigência: de 11/07/2014 a 13/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Edital de Dispensa 74.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R-202
www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br - compras@
pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. I, da Lei n.º. 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a pessoa Jurídica a empresa GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA, com CNPJ nº 09.534.555/0001-98 para serviços de recuperação do asfalto na Rua João Stahelin em frente à Praça de Boa Parada neste Município.

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a obra realizada na Praça de Boa Parada, na qual foi realizado um recuo junto a estrada, danificando o asfalto ali existente, necessitando de uma recuperação, conforme mostra foto em anexo a este Edital.

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei n.º. 8.666/1993, expõe-se o que segue:

2.1- O valor global do serviço contratado é de R\$ 6.984,00 (seis mil novecentos e oitenta e quatro reais), por ter sido o menor dentre os orçamentos apresentados à Administração Municipal.

2.2 - O pagamento de a presente licitação dar-se em até 10 (dez) dias após a emissão da nota fiscal e relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

2.3- Para a assinatura do contrato o contratado deverá apresentar:

- a) cópia da cédula de identidade e CPF
- b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (CND);
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CND);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº. 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 71.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 71/2014 - MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de material de expediente para a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara conforme especificações e quantitativos do ANEXO I do Edital

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 06/08/2014 às 08:45. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 24/07/2014

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação 73.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 73/2014 - MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, tais como: folders, envelopes personalizados, convites personalizados, cartazes, fichas de alimentação, e ingressos para a 14ª Oktobertanz, conforme quantitativos, especificações técnicas constante do Anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 08/08/2014 às 08:45. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 24/07/2014

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Aditivo Edital 61.2014 - Modificação do Anexo I

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

1º ADITIVO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL n.º 61/2014

CONSIDERANDO a previsão contida no item 17.8 do Edital n.º 61/2014, que permite à Administração a alteração dos termos da licitação, respeitados os princípios da conveniência e oportunidade públicas;

CONSIDERANDO que o objetivo maior do procedimento licitatório é a ampliação da competitividade e, conseqüentemente, maior

economicidade à Administração Pública na aquisição de produtos e serviços;
RESOLVE a Comissão Permanente de Licitações:

1-Modificar o Anexo I do presente Edital, conforme modelo anexo.

2- Com a alteração do Edital e nova publicação (art. 21, § 3.º, Lei n.º 8.666/1993), passa a vigorar nova data para o recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços e credenciamento até às 08:45h (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 07 de agosto de 2014.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações.

Publica-se, Registre-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de julho de 2014

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R. 202 / 203
www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 61/2014
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE FILTROS E LUBRIFICANTES

1. Objeto

1.2. Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, inclusive quanto às embalagens e rótulos atendendo a legislação em vigor.

1.3. Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações.

1.4 Os Óleos e Lubrificantes não poderão ser entregues/fornecidos em tambores/tonéis maiores que 20 litros.

1.5 A empresa contratada deverá fornecer os filtros instalados e deverá efetuar a troca dos óleos lubrificantes da frota municipal de veículos, tendo que dispor de instalações apropriadas para atender o fornecimento e instalação dos filtros e lubrificantes dentro do perímetro do município de São Pedro de Alcântara.

ESPECIFICAÇÃO	MODELO DO VEÍCULO	PLACA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
FILTRO DE AR AP 5080	H100	MEG4702	Unidade	4	R\$ 78,40	R\$ 313,60
FILTRO LUB. PSL332	H100	MEG4702	Unidade	4	R\$ 28,00	R\$ 112,00
FILTRO COMB. PSC996	H100	MEG4702	Unidade	4	R\$ 51,00	R\$ 204,00
	H100	MCH2072				
	RANGER XLT 13D	MBN1242				
	SPRINTER 313	MHK 4849				
FILTRO DE AR AP 8528	H100	MCH2072	Unidade	4	R\$ 42,10	R\$ 168,40
	PAMPA 1.6	LWY6637				
FILTRO LUB. PSL327	H100	MCH2072	Unidade	4	R\$ 48,00	R\$ 192,00
FILTRO DE AR ARS7990	RANGER XLT 13D	MBN1242	Unidade	4	R\$ 69,50	R\$ 278,00
FILTRO LUB. PSL900	RANGER XLT 13D	MBN1242	Unidade	4	R\$ 24,00	R\$ 96,00
FILTRO HIDRA. PH346	RANGER XLT 13D	MBN1242	Unidade	44	R\$ 11,00	R\$ 484,00
	CAMINHÃO MBB1313	MBI 4029				
	CAMINHÃO VOLKS 8140	MBI5992				
	MICRO AGRAL NEOBUS	MEU4512				
	MICRO VW COMIL PIA	MDJ1272				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
	CAMINHÃO MB ATRON 2729	MLY 3905				

FILTRO AR CABINE ACP600	SPRINTER 313	MHK 4849	Unidade	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
	SPRINTER 313	MIL 3803				
	SPRINTER 313	MBJ 1892				
	SPRINTER 313	MKK2876				
	SPRINTER 313	MET 9294				
FILTRO DE AR ARL5310	SPRINTER 313	MHK 4849	Unidade	20	R\$ 61,50	R\$ 1.230,00
	SPRINTER 313	MIL 3803				
	SPRINTER 313	MBJ 1892				
	SPRINTER 313	MKK2876				
	SPRINTER 313	MET 9294				
FILTRO LUB. PEL311	SPRINTER 313	MHK 4849	Unidade	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
	SPRINTER 313	MIL 3803				
	SPRINTER 313	MBJ 1892				
	SPRINTER 313	MKK2876				
	SPRINTER 313	MET 9294				
FILTRO S. AG. R26 A50	SPRINTER 313	MHK 4849	Unidade	24	R\$ 52,00	R\$ 1.248,00
	SPRINTER 313	MIL 3803				
	SPRINTER 313	MBJ 1892				
	SPRINTER 313	MKK2876				
	SPRINTER 313	MET 9294				
	MICRO AGRAL NEOBUS	MEU4512				
FILTRO COMB. PSC881	SPRINTER 313	MIL 3803	Unidade	20	R\$ 100,80	R\$ 2.016,00
	SPRINTER 313	MBJ 1892				
	SPRINTER 313	MKK2876				
	SPRINTER 313	MET 9294				
FILTRO LUB. TM1	FORD KA	MHW1960	Unidade	8	R\$ 19,00	R\$ 152,00
	FIESTA SEDAN 1.6	MHG4487				
FILTRO LUB. TM2	KOMBI 1.4 STD	MKJ 8594	Unidade	12	R\$ 19,00	R\$ 228,00
	PAMPA 1.6	LWY6637				
	PARATI 1.8	MCF3299				
FILTRO LUB. TM3	S-10 2.4	MCI1961	Unidade	12	R\$ 19,00	R\$ 228,00
	CORSA CLASSIC LS	MLL0686				
	CORSA GL	MAR .7247				
FILTRO LUB. TM5	FIAT MILE FIRE 1.0	MEF3805	Unidade	12	R\$ 19,00	R\$ 228,00
	FIAT MILE FIRE 1.0	MEF3725				
	FIAT MILE FIRE 1.0	MES8165				
	PALIO FIRE	MIL4023				
FILTRO COMB. GI04/7	S-10 2.4	MCI1961	Unidade	6	R\$ 15,00	R\$ 90,00
	KOMBI 1.4 STD	MKJ 8594				
	CORSA GL	MAR .7247				
	CORSA CLASSIC LS	MLL0686				
FILTRO DE AR ARS2868	KOMBI 1.4 STD	MKJ 8594	Unidade	4	R\$ 33,95	R\$ 135,80
FILTRO DE AR AP 9834	CAMINHÃO MBB1313	MBI 4029	Unidade	8	R\$ 70,00	R\$ 560,00
FILTRO LUB. PL519	CAMINHÃO MBB1313	MBI 4029	Unidade	4	R\$ 25,50	R\$ 102,00
FILTRO COMB. FC161	CAMINHÃO MBB1313	MBI 4029	Unidade	20	R\$ 9,50	R\$ 190,00
FILTRO DE AR AP7998	CAMINHÃO VOLKS 8140	MBI5992	Unidade	10	R\$ 74,70	R\$ 747,00

FILTRO LUB. PSL962	CAMINHÃO VOLKS 8140	MBI5992	Unidade	24	R\$ 29,35	R\$ 704,40
	MICRO AGRAL NEOBUS	MEU4512				
	MICRO VW COMIL PIA	MDJ1272				
	MICRO AGRAL	MGO0599				
	MICRO VOLARE V8L	MLL4814				
	MICRO VOLARE W9	MLY 1495				
FILTRO COMB. PSC491	CAMINHÃO VOLKS 8140	MBI5992	Unidade	16	R\$ 52,30	R\$ 836,80
	MICRO AGRAL NEOBUS	MEU4512				
	MICRO VW COMIL PIA	MDJ1272				
FILTRO S. AG. RC 347	CAMINHÃO VOLKS 8140	MBI5992	Unidade	4	R\$ 59,00	R\$ 236,00
FILTRO DE AR ARS5134	MICRO AGRAL NEOBUS	MEU4512	Unidade	12	R\$ 94,60	R\$ 1.135,20
	MICRO AGRAL	MGO0599				
	MICRO VOLARE V8L	MLL4814				
FILTRO DE AR CA 283A	MICRO VW COMIL PIA	MDJ1272	Unidade	2	R\$ 74,70	R\$ 149,40
FILTRO S. AG. R28 30M	MICRO VW COMIL PIA	MDJ1272	Unidade	4	R\$ 58,80	R\$ 235,20
FILTRO COMB. PSC 353	MICRO AGRAL	MGO0599	Unidade	4	R\$ 70,90	R\$ 283,60
	MICRO VOLARE V8L	MLL4814				
	MICRO VOLARE W9	MLY 1495				
FILTRO S. AG. S 3015	MICRO AGRAL	MGO0599	Unidade	4	R\$ 85,10	R\$ 340,40
FILTRO HIDRA. PH346	MICRO AGRAL	MGO0599	Unidade	44	R\$ 11,00	R\$ 484,00
	MICRO VOLARE V8L	MLL4814				
FILTRO S. AG. PSD960/1	MICRO VOLARE V8L	MLL4814	Unidade	4	R\$ 72,00	R\$ 288,00
FILTRO DE AR ARS3003	MICRO VOLARE W9	MLY 1495	Unidade	4	R\$ 74,00	R\$ 296,00
FILTRO DE AR ARL9605	FORD KA	MHW1960	Unidade	4	R\$ 34,00	R\$ 136,00
FILTRO COMB. GI06/7	FORD KA	MHW1960	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
FILTRO DE AR ARL4147	FIAT MILE FIRE 1.0	MEF3805	Unidade	10	R\$ 19,00	R\$ 190,00
	FIAT MILE FIRE 1.0	MEF3725				
	FIAT MILE FIRE 1.0	MES8165				
FILTRO COMB. GI40/7	FIAT MILE FIRE 1.0	MEF3805	Unidade	8	R\$ 15,00	R\$ 120,00
	FIAT MILE FIRE 1.0	MEF3725				
	FIAT MILE FIRE 1.0	MES8165				
	PALIO FIRE	MIL4023				
FILTRO COMB. AG68	PAMPA 1.6	LWY6637	Unidade	2	R\$ 7,00	R\$ 14,00
FILTRO AR CABINE ACP202	FIESTA SEDAN 1.6	MHG4487	Unidade	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
FILTRO DE AR ARL9608	FIESTA SEDAN 1.6	MHG4487	Unidade	4	R\$ 26,96	R\$ 107,84
FILTRO COMB. GI60/7	FIESTA SEDAN 1.6	MHG4487	Unidade	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
FILTRO DE AR ARL4152	PALIO FIRE	MIL4023	Unidade	4	R\$ 25,00	R\$ 100,00
FILTRO DE AR ARL6091	PARATI 1.8	MCF3299	Unidade	4	R\$ 15,00	R\$ 60,00
FILTRO COMB. GI07/1	PARATI 1.8	MCF3299	Unidade	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
FILTRO DE AR ARL8832	CORSA GL	MAR .7247	Unidade	8	R\$ 15,00	R\$ 120,00
	CORSA CLASSIC LS	MLL0686				
FILTRO AR CABINE ACP003	CORSA CLASSIC LS	MLL0686	Unidade	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00

FILTRO AR CABINE KO 18014	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914	Unidade	12	R\$ 475,00	R\$ 5.700,00
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
FILTRO DE AR ARS 5173	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914	Unidade	12	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
FILTRO LUB. PSL 283	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914	Unidade	12	R\$ 72,00	R\$ 864,00
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
FILTRO COMB. FF 5612	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914	Unidade	12	R\$ 153,00	R\$ 1.836,00
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
FILTRO S. AG. FS 20026	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914	Unidade	12	R\$ 105,00	R\$ 1.260,00
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
FILTRO ARLA AS 2474	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6914	Unidade	12	R\$ 64,00	R\$ 768,00
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	QHB 6894				
	CAMINHÃO FORD CARGO 1519	MMC 8604				
FILTRO AR CABINE KO42676	CAMINHÃO MB ATRON 2729	MLY 3905	Unidade	4	R\$ 363,00	R\$ 1.452,00
FILTRO DE AR CA5626PU/CA5626 SY PU	CAMINHÃO MB ATRON 2729	MLY 3905	Unidade	4	R\$ 100,00	R\$ 400,00
FILTRO LUB. PEL 2002	CAMINHÃO MB ATRON 2729	MLY 3905	Unidade	4	R\$ 65,00	R\$ 260,00
FILTRO COMB. PEC 3022	CAMINHÃO MB ATRON 2729	MLY 3905	Unidade	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
FILTRO S. AG. A9584770015KZ	CAMINHÃO MB ATRON 2729	MLY 3905	Unidade	4	R\$ 120,00	R\$ 480,00
FILTRO LUBR. 1R0739	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	8	R\$ 76,14	R\$ 609,12
	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D					
FILTRO COMB. 1 - 1R0751	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	4	R\$ 102,22	R\$ 408,88
	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D					
FILTRO COMB. 2 - 1R0753	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	4	R\$ 151,87	R\$ 607,48
FILTRO S DAGUA 1174089	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	4	R\$ 155,68	R\$ 622,72
FILTRO DE AR EX. 6I2499	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	2	R\$ 248,72	R\$ 497,44
FILTRO DE AR IN. 6I2500	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	2	R\$ 207,00	R\$ 414,00
FILTRO TRANS- MISSÃO 1R0719	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	4	R\$ 86,56	R\$ 346,24
FILTRO HIDRÁULI- CO 1R0722	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H		Unidade	4	R\$ 142,48	R\$ 569,92
FILTRO HIDR. DRENO CARÇAÇA 937521	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D		Unidade	4	R\$ 174,48	R\$ 697,92
FILTRO S DAGUA 3261644	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D		Unidade	4	R\$ 254,67	R\$ 1.018,68
FILTRO DE AR EX. 1318902	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D		Unidade	2	R\$ 236,22	R\$ 472,44
FILTRO DE AR IN. 1318903	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D		Unidade	2	R\$ 169,60	R\$ 339,20
FILTRO HIDR. DO TANQUE 2667796	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D		Unidade	4	R\$ 387,80	R\$ 1.551,20
FILTRO HIDR. PILOTO 5I8670	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR312 D		Unidade	4	R\$ 219,82	R\$ 879,28
FILTRO LUBR. 7W2326	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E		Unidade	4	R\$ 89,95	R\$ 359,80

FILTRO COMB. 1 - 3619554	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	4	R\$ 169,79	R\$ 679,16
FILTRO HI-DRIDRAULICO 3621163	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	4	R\$ 450,86	R\$ 1.803,44
FILTRO S DAGUA 1561200	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	4	R\$ 152,28	R\$ 609,12
FILTRO DE AR EX. 2934053	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	2	R\$ 335,05	R\$ 670,10
FILTRO DE AR IN. 2277449	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	2	R\$ 203,79	R\$ 407,58
FILTRO TRANS-MISSÃO 4476968	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	4	R\$ 242,89	R\$ 971,56
FILTRO HIDRAÚLICO 1261817	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E	Unidade	4	R\$ 526,30	R\$ 2.105,20
FILTRO LUBR. 84465122	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TL 75 CV	Unidade	4	R\$ 96,00	R\$ 384,00
FILTRO COMB. CNH84465002	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TL 75 CV		4	R\$ 48,00	R\$ 192,00
FILTRO HIDRAULICO CNH 84465103	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TL 75 CV		4	R\$ 267,20	R\$ 1.068,80
EXTINTOR 1KG		Unidade	10	R\$ 64,00	R\$ 640,00
EXTINTOR 4KG		Unidade	10	R\$ 144,00	R\$ 1.440,00
DESINGRIPANTE PC 300ML		Unidade	20	R\$ 9,28	R\$ 185,60
ÓLEO PARA MOTOR 2T DE ALTO DESEMPENHO, TAIS COMO MOTOS-SERRAS, ROÇADEIRAS, MOTOBOMBAS E CORTADORES DE DISCO, MESMO PARA TRABALHOS EM CONDIÇÕES DE GRANDES VARIAÇÕES DE ROTAÇÕES E CARGAS, POSSIBILITANDO O USO DE UMA MAIOR TAXA DE DILUIÇÃO E PERMITINDO UM MAIOR INTERVALO ENTRE AS DESCARBONIZAÇÕES DOS MOTORES. USADO NA PROPORÇÃO DE NO MÍNIMO 1:50, COM PERÍODOS DE DESCARBONIZAÇÃO DE ATÉ 600 H DE OPERAÇÃO.		Unidade	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
ÓLEO LUBRIFICANTE ESSENCIAL MULTI 20W40 SF EMBALAGEM DE 1 L (OU CONGÊNERE)		Unidade	40	R\$ 13,50	R\$ 540,00
ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO SAE 40 API CF EMBALAGEM 20LITROS (OU CONGÊNERE)		Unidade	10	R\$ 209,50	R\$ 2.095,00
ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO 15W 40 API-CG-4 (EMB.3 LITROS) (OU CONGÊNERE)		Unidade	300	R\$ 36,96	R\$ 11.088,00
ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO 15W 40 API-CG-4 (EMB.20 LITROS) (OU CONGÊNERE)		Unidade	200	R\$ 228,80	R\$ 45.760,00
ÓLEO LUBRIFICANTE ESSENCIAL SJ SAE 20W50 EMBALAGEM 1LITRO (OU CONGÊNERE)		Unidade	152	R\$ 14,00	R\$ 2.128,00
ÓLEO LUBRIFICANTE ESSENCIAL SL SAE 15W40 API-SL EMBALAGEM 1LITRO (OU CONGÊNERE)		Unidade	100	R\$ 18,00	R\$ 1.800,00
ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO SAE 10W EMBALAGEM 20LITROS (OU CONGÊNERE)		Unidade	20	R\$ 206,00	R\$ 4.120,00
ÓLEO LUBRIFICANTE GL-5 SAE 90 API-GL-5 EMBALAGEM 1LITRO (OU CONGÊNERE)		Unidade	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
FLUIDO DE FREIO DOT-3 PC 500ML		Unidade	40	R\$ 14,00	R\$ 560,00
FLUIDO DE FREIO DOT-4 PC 500ML		Unidade	40	R\$ 18,00	R\$ 720,00
ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO SAE 50 API CF (EMBALAGEM DE 20 LITROS) (OU CONGÊNERE)		Unidade	50	R\$ 227,55	R\$ 11.377,50
ÓLEO LUBRIFICANTE GL 5 SAE 85W140 API-GL-5 EMBALAGEM 20LITROS (OU CONGÊNERE)		Unidade	50	R\$ 240,00	R\$ 12.000,00
ÓLEO TRANSMISSÃO ATF (OU CONGÊNERE) EMBALAGEM DE 1LITRO		Unidade	20	R\$ 16,00	R\$ 320,00
ÓLEO LUBRIFICANTE ESSENCIAL SJ SAE 20W 50 (MOTO) (OU CONGÊNERE)		Unidade	20	R\$ 15,00	R\$ 300,00
ADITIVO RADIADOR 500ML		Unidade	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
GRAXA BALDE 20L		Unidade	50	R\$ 384,00	R\$ 19.200,00
ÁGUA PARA BATERIAS		Litro	30	R\$ 5,50	R\$ 165,00
BATERIA 60 AH (50AH)		Unidade	10	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
BATERIA 105 AH (100AH)		Unidade	10	R\$ 385,00	R\$ 3.850,00
BATERIA 48AH (45AH)		Unidade	10	R\$ 208,00	R\$ 2.080,00

BATERIA 135AH (140 AH)			Unidade	10	R\$ 445,00	R\$ 4.450,00
BATERIA 95AH			Unidade	10	R\$ 377,00	R\$ 3.770,00
				TOTAL		R\$ 183.320,02
São Pedro de Alcântara/SC 24 de julho de 2014						
JUCÉLIO KREMER						
Prefeito Municipal						

Schroeder

PREFEITURA

I Errata de Pregão Presencial Nº. 57/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2014-PMS

PROCESSO Nº. 125/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 57/2014-PMS, visando a aquisição quadro de comutação automático para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 07 de agosto de 2014
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.
- d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 07 de agosto de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Schroeder, 24 de julho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda. - Demonstrações Financeiras 2013 - Referente Contrato 171/2012-PMS**Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME****Demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2013**

Demonstrações financeiras em IFRS e baseadas nos Pronunciamentos
Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em
especial o CPC - PME - Pequenas e Médias Empresas

Livro: 0029 Folha: 0130
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME

Balanco Patrimonial			
em 31 de dezembro de 2013			
Valores expressos em Reais (R\$)			
	Notas	2013	2012
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	11.425	10.787
Outras contas a receber	05	500	500
		11.925	11.287
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	06	5.702	-
Ativo Imobilizado	07, 17	394.478	303.696
		400.180	303.696
Total do ativo		412.105	314.983
Passivos			
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	08	-	24.989
Salários, benefícios e provisões trabalhistas	09	21.410	34.974
Empréstimos e financiamentos	13	34.445	-
Tributos correntes a pagar	10	6.988	5.148
		62.842	65.111
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	20.961	-
Impostos diferidos	11, a	16.086	16.086
Obrigações com sócios e dirigentes		112.500	27.000
		149.548	43.086
Total do passivo		212.390	108.198
Patrimonio líquido			
Capital Social	12, a	100.000	100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.205	65.205
Ajustes de avaliação patrimonial	12, d	33.603	29.699
Lucros e prejuízos acumulados	12, c	907	11.882
Total do patrimônio líquido		199.715	206.785
Total do passivo e patrimônio líquido		412.105	314.983

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinéia Maria Ponstein
Técnica Contábil-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Livro: 0029 Folha: 0131
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME

Demonstração do Resultado

em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em Reais (R\$)

		2013	2012
	Notas		
Receita operacional líquida	14	620.048	521.550
(-) Custo dos serviços prestados	15	(548.151)	(553.328)
Lucro Bruto		71.898	(31.778)
(+) Outras receitas		10.500	-
(-) Despesas gerais e administrativas	16	(65.753)	(49.265)
(-) Outras despesas		(16.578)	-
Resultado líquido antes do resultado financeiro		66	(81.043)
(-) Despesa financeiras		(6.517)	(1.270)
Resultado líquido das operações continuadas		(6.451)	(82.313)
(-) Resultado após tributos das operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do período		(6.451)	(82.313)
Resultado líquido atribuível aos controladores		(3.225)	(41.156)
Resultado líquido atribuível aos não controladores		(3.225)	(41.156)
Resultado líquido por cota de capital		(0,06)	(0,41)

Demonstração do Resultado Abrangente

em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em Reais (R\$)

Resultado líquido do período	(6.451)	(82.313)
Outros resultados abrangentes da companhia:		
Resultado abrangente do período	-	-

A empresa declara não ter tido nenhum resultado abrangente nos períodos evidenciados

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinéia Maria Ponstein
Técnica Contábil-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Livro: 0029 Folha: 0132
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em Reais (R\$)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do período	(6.451)	(82.313)
<i>Fluxo de caixa das atividades operacionais</i>		
<i>Ajustes para conciliação do lucro líquido com o caixa</i>		
<i>proveniente das atividades operacionais:</i>		
Depreciações e amortizações	49.649	41.421
Juros pagos	4.107	41
Ajustes por mudança no capital de giro líquido		
Variação no ativo operacional	-	(500)
Variação no passivo operacional	18.692	40.728
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	72.075	(624)
<i>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</i>		
Aquisições de ativos imobilizados	(157.009)	(82.791)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(152.211)	(82.791)
<i>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</i>		
Pagamento de financiamentos	-	(1.984)
Empréstimos de sócios e diretores	85.500	27.000
Lucros Distribuídos	(620)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	80.774	25.016
Caixa líquido gerado no período	638	(58.399)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.787	69.186
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.425	10.787

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinéia Maria Ponstein
Técnica Contábil1-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Livro: 0029 Folha: 0133
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
em 31 de dezembro de 2013						
Valores expressos em Reais (R\$)						
	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Adiantamentos para Aumento de Capital	Lucros e Prejuízos Acumulados	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2012	100.000	40.263	65.205	24.079	59.551	289.098
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(82.313)	(82.313)
Transferencia para Lucros Acumulados	-	-	-	59.551	(59.551)	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial	-	(13.900)	-	13.900	-	-
Tributos Diferidos	-	3.336	-	(3.336)	-	-
Lucros Distribuídos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	100.000	29.699	65.205	94.195	(82.313)	206.785
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(6.451)	(6.451)
Transferencia para Lucros Acumulados	-	-	-	(82.313)	82.313	-
Realização de Avaliação Patrimonial	-	36	-	(36)	-	-
Tributos Diferidos	-	3.868	-	(3.868)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	100.000	33.603	65.205	7.358	(6.451)	199.715

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinéia Maria Ponstein
Técnica Contábil1-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Livro: 0029 Folha: 00134
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em Reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Serviço Funerário Bom Pastor Ltda ME, inscrita no CNPJ n. 78.990.710/0001-01, situada a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1774, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina tem como atividade preponderante o Serviço de Funerária - CNAE 9603-3/04.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Bases de preparação e elaboração das demonstrações contábeis financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações foram elaboradas de acordo com a **Resolução CFC Nº 1.255/09 - Aprova a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**, Resolução CFC Nº 1.263/09 - Aprova a ITG 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, Resolução CFC Nº 1.179/09 - Aprova a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, Resolução CFC Nº 1.152/09 - Aprova a NBC TG 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, Resolução CFC Nº 1.292/10 - Aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e também de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (CPC's) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicados às Pequenas e Micro Empresas (PME's).

Assim essas demonstrações financeiras estão em concordância com o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos itens reconhecido no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados com base no valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- Ativos oriundos de aquisição a valor justo.

c. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

d. Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em concordância com as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Estas estimativas e premissas são revisadas regularmente e de forma contínua, sendo que as principais fontes são:

(i) Avaliação de perdas de recuperabilidade (impairment) de ágio com base em expectativa de rentabilidade futura

A Administração avalia se os ágios com base em expectativa de rentabilidade futura podem não ser recuperáveis totalmente, com base em premissas e julgamento sobre o teste de impairment realizado e consequente registro de provisões, quando o valor de recuperação for inferior ao valor do ativo registrado.

(ii) Vidas úteis de Ativos Imobilizados e Intangíveis

Os Ativos Imobilizados e Intangíveis são depreciados ou amortizados com base na sua vida útil. A vida útil é baseada em estimativas de a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

(iii) Perdas com Devedores Duvidosos

De acordo com as IFRS e normas contábeis adotadas no Brasil, a Administração optou em criar uma provisão para perdas com devedores duvidosos, baseado nos históricos do grupo de clientes.

(iv) Avaliação de Recuperabilidade de Ativos - Imobilizado, Intangível e Outros

A Administração avalia os Ativos Imobilizado, Intangível e Outros com base na expectativa de geração de caixa futuro, onde estes podem não ser recuperáveis totalmente, para isso faz-se uso de premissas e julgamentos sobre o teste de impairment realizado.

Livro: 0029 Folha: 00135
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes, abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial.

2.2.1 Ativos e Passivos Financeiros

a. Reconhecimento e Mensuração

A empresa reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, a empresa mensura esses ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com a sua data de liquidação.

b. Avaliação de Recuperabilidade de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

c. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação, e os resultados auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

d. Contas a Receber de Clientes

São registrados pelo valor justo, apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo, são mensurados ao custo amortizado, no qual não há impactos de juros, pelo fato do contas a receber ser liquidado em um prazo não superior a 90 dias e os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

e. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Posteriormente, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

f. Contas a Pagar aos Fornecedores

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença entre o valor da fatura e o valor pelo custo amortizado, devido ao prazo de pagamento ter curta duração.

2.2.2. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo atribuído com base no valor justo, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme opção estabelecida pela Interpretação Técnica ICPC 10 e Pronunciamento Técnico CPC 37, a empresa optou, durante a adoção inicial dos novos Pronunciamentos Contábeis, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. A opção foi realizada para classes de ativos que apresentaram diferença entre o valor justo e o custo residual. Os valores atribuídos foram identificados baseados em laudos de avaliação que tomaram como base as normas brasileiras de avaliação de ativos (NBR 14653-1 e NBR 14653-2).

2.2.3. Intangível

a. Os gastos com a aquisição e instalação de softwares, são contabilizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a empresa e amortizados conforme as taxas regulamentadas e os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando ocorridos.

b. As marcas e patentes são demonstradas pelo custo histórico de formação. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas regulamentadas.

2.2.4. Avaliação de Recuperabilidade de Ativos - Imobilizado, Intangível e Outros

Os bens do imobilizado e intangível, quando aplicáveis outros ativos, são avaliados anualmente pela administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis através do impairment, caso haja a perda decorrente de situações onde o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado, não podendo ser revertida quando for relacionada a intangíveis.

Livro: 0029 Folha: 00136
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

2.2.5. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São apresentados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário

2.2.6 Passivos

Reconhecidos no balanço a valor justo quando a empresa possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para a sua liquidação. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão.

2.2.7 Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos e nos prejuízos fiscais do Imposto de Renda e na Base de cálculo negativa de contribuição social na medida em que foi provável sua realização contra resultados tributáveis futuros. Verificando que a empresa não for capaz de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver uma mudança significativa no tempo necessário para que os impostos diferidos sejam dedutíveis, a Administração avalia a necessidade de constituir provisão para perda desses impostos.

2.2.8 Resultado por cota de capital

O resultado por cota de capital é calculado sobre o valor total de cotas subscritas

2.2.9. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação de serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3. GESTÃO DE CAPITAL

A empresa administra o seu capital com o objetivo de proteger e manter sua capacidade operacional, monitorando a situação de seu capital com base em índices de rentabilidade e alavancagem financeira.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Bens Numerários	4.472	3.658
Bancos conta Movimento	6.953	7.129
Total	11.425	10.787

5. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2013	2012
Títulos a receber	500	500
Total	500	500

6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2013	2012
Depósitos Judiciais	5.702	-
Total	5.702	-

7. ATIVO IMOBILIZADO

A empresa optou pela adoção do custo atribuído ajustando os saldos de abertura na data de 1º de Janeiro de 2012. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados pela empresa Equity Engenharia e Avaliações Ltda, empresa especializada em engenharia de avaliação, localizada na cidade de São Paulo e com vasta experiência na área.

Para a realização dos trabalhos a empresa de avaliação fez vistorias in loco dos itens valorizados, avaliando seu estado de conservação, sua expectativa de geração de receita futura, sua utilização dentro da organização da empresa bem como sua expectativa de vida útil. Após a coleta desses dados foram feitas pesquisas mercadológicas para a melhor mensuração do valor justo dos itens, que foram apresentados em laudos técnicos conforme as normas brasileiras de avaliação, datados de 30 de Dezembro de 2010 e aprovado pela Administração da empresa na mesma data. A vida útil estimada e o valor residual dos itens serão revisados periodicamente. A administração por achar irrelevante não aplicou os testes de impairment nos exercícios apresentados

	2013	2012
Equipamentos para processamento de dados	7.532	4.631
(-) Deprec. Acumulada - Equipamentos para processamento	(2.985)	(2.019)
Veículos	415.849	304.046
(-) Deprec. Acumulada - Veículos	(114.173)	(72.491)
Instalações	1.465	1.465
(-) Depreciação Acumulada - Instalações	(403)	(256)
Equipamentos	4.950	4.100

Livro: 0029 Folha: 00137
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

(-) Depreciação Acumulada - Equipamentos	(442)	(219)
Móveis e utensílios	27.287	20.980
(-) Depreciação Acumulada - Móveis e Utensílios	(4.582)	(2.845)
Imobilizado em andamento	59.981	46.305
Total	394.478	303.696

8. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2013	2012
Fornecedores Nacionais	-	24.989
Total	-	24.989

9. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	2013	2012
Salários e ordenados a pagar	9.901	13.458
INSS a recolher	1.125	1.498
FGTS a recolher	983	1.473
Provisões	9.400	18.545
Total	21.410	34.974

10. TRIBUTOS CORRENTES A RECOLHER

	2013	2012
Tributos retidos a recolher	1.235	286
Outros tributos a recolher	5.753	4.862
Total	6.988	5.148

A empresa é optante pelo Simples Nacional

11. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são aqueles oriundos dos ajustes de avaliação patrimonial datados em 31/12/2010. Não são exigíveis conforme determinam as leis 11.638/2007 e 11.941/2009 mas somente na realização ou venda do bem, fazendo-se necessária essa provisão contábil pois a empresa segue o princípio da prudência em suas demonstrações contábeis

12. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital Social subscrito e integralizado está representado conforme valores a seguir:

	2013	2012
José Juliano Leier	50.000	50.000
Tatiane Tavares Leier	50.000	50.000
Total	100.000	100.000

b. Política de distribuição de lucros

A empresa distribui seus dividendos com base no percentual de participação de cada sócio sobre o lucro apurado ao final de seu exercício, assim, a distribuição ficou da seguinte forma:

	2013	2012
José Juliano Leier	310	-
Tatiane Tavares Leier	310	-
Total	620	-

c. Reservas de Lucros

A empresa constitui reservas anualmente para se proteger de eventuais problemas de mercado assim como às suas expansões de atividades

d. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A empresa reconhece o efeito do ajuste de avaliação patrimonial relativos à adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado na data de transição das IFRS e CPCs (vide nota explicativa nº 10).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. No que se trata da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, sua realização ocorre de acordo com a depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, contra a rubrica de Lucros Acumulados (conforme item 26 da Interpretação Técnica ICPC 10).

13. EMPRÉSTIMOS

	2013	2012
Curto Prazo		
Banco do Brasil S/A	21.311	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(1.344)	-

Livro: 0029 Folha: 00138
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Financiamento GMAC	14.779	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(301)	-
Taxa de juros de 1,1% a.m e efetiva de 14,03 a.a		
Total curto prazo	34.445	-
Longo Prazo		
Banco do Brasil S/A	8.880	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(150)	-
Financiamento GMAC	12.316	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(84)	-
Taxa de juros de 1,1% a.m e efetiva de 14,03 a.a		
Total longo prazo	20.961	-

DETALHAMENTO DO RESULTADO

14. RECEITAS OPERACIONAIS	2013	2012
Prestação de serviços	699.119	587.570
Total da receita operacional bruta	699.119	587.570
Tributos sobre a receita		
(-) Simples Nacional	79.070	66.020
Total de tributos sobre a receita	79.070	66.020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	620.048	521.550
15. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	2013	2012
Pessoal	175.634	165.203
Manutenção e Reparos	7.223	240
Materiais e serviços de terceiros	225.431	286.186
Depreciações	49.649	41.274
Aluguéis	90.213	60.425
Total	548.151	553.328
16. GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2013	2012
Pessoal - Administração	40.680	37.320
Depreciações e amortizações	-	147
Tributárias	1.348	940
Serviços de terceiros	100	-
Outras despesas	23.625	10.858
Total	65.753	49.265

Livro: 0029 Folha: 0139
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

NOTA 17. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO						
Vida útil (valores médios em meses)	Veículos 106	Equipamentos para Proc. De Dados 66	Móveis e Utensílios 165	Instalações 120	Máquinas e Equipamentos 240	Imobilizado em andamento
Saldo em 01 de janeiro de 2012	236.539	3.547	19.409	1.355	1.475	-
Aquisições	33.700	-	187	-	2.600	46.305
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
(+) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Ajuste Credores	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(38.684)	(935)	(1.461)	(147)	(194)	-
Redução ao valor recuperável (considerado irrelevante)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	231.555	2.612	18.135	1.209	3.881	46.305
Aquisições	133.276	2.901	6.307	-	850	13.676
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Baixas	(16.578)	-	-	-	-	-
Depreciação	(46.577)	(966)	(1.737)	(147)	(223)	-
Redução ao valor recuperável (considerado irrelevante)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	301.675	4.547	22.705	1.062	4.508	59.981

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM PASTOR LTDA. - BALANCETE 1º SEMESTRE 2014 - REFERENTE CONTRATO 171/2012-PMS

0453 SERVIÇO FUNERARIO BOM PASTOR LTDA ME
CNPJ: 78.990.710/0001-01

23/07/2014 16:46 Pág:0001
Período: 01/01/2014 a 30/06/2014
Balancete – Societário

Balancete Valores expressos Reais (R\$)

Conta S	Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
1	S 1 ATIVO	412.104,58	623.308,37	619.667,04	415.745,91
2	S 1.1 CIRCULANTE	11.925,01	601.608,37	589.613,07	23.920,31
3	S 1.1.01 DISPONÍVEL	11.425,01	590.523,75	580.486,45	21.462,31
4	S 1.1.01.001 BENS NUMERÁRIOS	4.472,36	505.079,60	493.283,64	16.268,32
5	S 1.1.01.001.001 Caixa	4.472,36	505.079,60	493.283,64	16.268,32
6	S 1.1.01.002 BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.952,65	85.444,15	87.202,81	5.193,99
19	S 1.1.01.002.001 Banco Besc S/A - Brasil	6.756,87	73.744,15	75.698,58	4.802,44
10	S 1.1.01.002.001 Banco do Brasil S/A	195,78	11.700,00	11.504,23	391,55
157	S 1.1.04 OUTROS CRÉDITOS	500,00	11.084,62	9.126,62	2.458,00
159	S 1.1.04.003 TÍTULOS A RECEBER	500,00	0,00	0,00	500,00
163	S 1.1.04.003.001 Títulos de Capitalização Banco do Brasil S/A	500,00	0,00	0,00	500,00
311	S 1.1.04.015 ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	0,00	11.084,62	9.126,62	1.958,00
312	S 1.1.04.015.001 Adiantamentos de Salários	0,00	1.950,00	1.950,00	0,00
313	S 1.1.04.015.002 Adiantamentos de Férias	0,00	1.958,00	0,00	1.958,00
315	S 1.1.04.015.004 Adiantamentos para Rescisões	0,00	7.176,62	7.176,62	0,00
594	S 1.2 NÃO CIRCULANTE	400.179,57	21.700,00	30.053,97	391.825,60
595	S 1.2.02 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.701,74	0,00	0,00	5.701,74
616	S 1.2.02.003 OUTROS CREDITOS	5.701,74	0,00	0,00	5.701,74
843	S 1.2.02.003.013 DEPÓSITOS JUDICIAIS	5.701,74	0,00	0,00	5.701,74
5006	S 1.2.02.003.013.001 Depósito Judicial Trabalhista	5.701,74	0,00	0,00	5.701,74
1049	S 1.2.04 IMOBILIZADO	394.477,83	21.700,00	30.053,97	386.123,86
1074	S 1.2.04.003 BENS EM OPERAÇÃO	457.082,53	21.700,00	0,00	478.782,53
1080	S 1.2.04.003.006 Equipamentos para Processamento de Dados	7.531,57	0,00	0,00	7.531,57
1082	S 1.2.04.003.008 Instalações	1.465,00	0,00	0,00	1.465,00
1083	S 1.2.04.003.009 Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	4.950,00	0,00	0,00	4.950,00
1087	S 1.2.04.003.013 Móveis e Utensílios	27.287,22	0,00	0,00	27.287,22
1089	S 1.2.04.003.015 Veículos	415.848,74	21.700,00	0,00	437.548,74
1110	S 1.2.04.005 IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	59.980,84	0,00	0,00	59.980,84
1114	S 1.2.04.005.004 Construções em Andamento	59.980,84	0,00	0,00	59.980,84
1136	S 1.2.04.007 (-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO	(122.585,54)	0,00	30.053,97	(152.639,51)
1144	S 1.2.04.007.008 (-) Deprec. Equipamentos p/Processamento de Dados	(2.985,06)	0,00	271,23	(3.256,29)
1146	S 1.2.04.007.010 (-) Deprec. Instalações	(402,87)	0,00	73,25	(476,12)
1147	S 1.2.04.007.011 (-) Deprec. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(441,88)	0,00	123,75	(565,63)
1151	S 1.2.04.007.015 (-) Deprec. Móveis e Utensílios	(4.582,38)	0,00	996,90	(5.579,28)
1153	S 1.2.04.007.017 (-) Deprec. Veículos	(114.173,35)	0,00	28.588,84	(142.762,19)
1350	S 2 PASSIVO	412.104,58	296.646,82	256.153,44	371.611,20
1351	S 2.1 CIRCULANTE	62.842,13	176.192,87	180.699,49	67.348,75
1352	S 2.1.01 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	34.444,51	18.324,58	1.299,58	17.419,51
1353	S 2.1.01.001 EMPRÉSTIMOS	34.444,51	18.324,58	1.299,58	17.419,51
1357	S 2.1.01.001.007 Banco do Brasil S/A	21.311,04	10.935,22	279,70	10.655,52
1370	S 2.1.01.001.100 (-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(1.344,27)	0,00	842,30	(501,97)
5009	S 2.1.01.001.101 Financiamento GMAC	14.778,72	7.389,36	0,00	7.389,36
5010	S 2.1.01.001.102 (-) Encargos Financeiros a transcorrer GMAC	(300,98)	0,00	177,58	(123,40)
1494	S 2.1.03 FORNECEDORES	0,00	3.548,28	3.548,28	0,00
1495	S 2.1.03.001 FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	3.548,28	3.548,28	0,00
1539	S 2.1.05 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.987,85	50.194,14	51.250,64	8.044,35
1540	S 2.1.05.001 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	5.752,59	42.744,93	43.408,79	6.416,45
1541	S 2.1.05.001.001 ICMS a Recolher	0,00	990,00	1.031,00	41,00
1550	S 2.1.05.001.001 Simples a Recolher	5.752,59	41.754,93	42.377,79	6.375,45
1579	S 2.1.05.003 TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	1.235,26	7.449,21	7.841,85	1.627,90
1546	S 2.1.05.003.001 IRRF a Recolher	989,94	6.626,36	6.798,04	1.161,62
4977	S 2.1.05.003.001 IRRF s/ Servicos Profissionais	0,00	21,75	21,75	0,00
1544	S 2.1.05.003.001 IRRF s/Trabalho Assalariado	245,32	801,10	1.015,56	459,78

0453 SERVIÇO FUNERARIO BOM PASTOR LTDA ME
CNPJ: 78.990.710/0001-01

23/07/2014 16:46 Pág:0002
Período: 01/01/2014 a 30/06/2014
Balancete – Societário

Balancete
Valores expressos Reais (R\$)

Conta	S	Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
1582		2.1.05.003.001 ISS Retido a Recolher	0,00	0,00	6,50	6,50
1632	S	2.1.07 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	21.409,77	104.125,87	124.600,99	41.884,89
1633	S	2.1.07.001 OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	9.901,40	82.582,40	89.937,20	17.256,20
1634		2.1.07.001.001 Salários e Ordenados a Pagar	6.448,00	60.730,00	67.859,00	13.577,00
1635		2.1.07.001.002 Pró Labore a Pagar	2.911,00	18.414,00	18.603,00	3.100,00
1637		2.1.07.001.004 Pensão Alimentícia a Repassar	542,40	3.438,40	3.475,20	579,20
1658	S	2.1.07.003 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2.108,17	15.737,61	16.919,24	3.289,80
1659		2.1.07.003.001 INSS a Recolher	1.125,22	9.086,21	9.862,17	1.901,18
1660		2.1.07.003.002 FGTS a Recolher	982,95	6.173,26	6.578,93	1.388,62
1661		2.1.07.003.003 Contribuição Sindical a Recolher	0,00	426,92	426,92	0,00
1662		2.1.07.003.004 Contribuição Confederativa a Recolher	0,00	51,22	51,22	0,00
1683	S	2.1.07.005 PROVISÕES TRABALHISTAS	9.400,20	5.805,86	17.744,55	21.338,89
1684		2.1.07.005.001 Provisão Para Férias	8.703,91	4.419,19	9.349,01	13.633,73
1686		2.1.07.005.003 Provisão Fgts Sobre Férias	696,29	353,44	747,84	1.090,69
1688		2.1.07.005.005 Provisão Para 13º Salário	0,00	956,70	7.081,22	6.124,52
1690		2.1.07.005.007 Provisão Fgts Sobre 13º Salário	0,00	76,53	566,48	489,95
1921	S	2.2 NÃO CIRCULANTE	149.547,72	102.000,00	57.000,00	104.547,72
1922	S	2.2.01 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	20.961,26	0,00	0,00	20.961,26
1923	S	2.2.01.001 EMPRÉSTIMOS	20.961,26	0,00	0,00	20.961,26
1927		2.2.01.001.009 Banco do Brasil S/A	8.879,60	0,00	0,00	8.879,60
1940		2.2.01.001.100 (-) Encargos Financeiros e Transcorrer	(149,81)	0,00	0,00	(149,81)
5007		2.2.01.001.101 Financiamento Banco GMAC	12.315,60	0,00	0,00	12.315,60
5008		2.2.01.001.102 (-) Encargos Financeiros a Transcorrer GMAC	(84,13)	0,00	0,00	(84,13)
2090	S	2.2.04 OBRIGACOES TRIBUTARIAS DIFERIDAS	16.086,46	0,00	0,00	16.086,46
2091	S	2.2.04.001 IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIFERIDOS	16.086,46	0,00	0,00	16.086,46
2092		2.2.04.001.001 CSLL a Recolher	6.032,42	0,00	0,00	6.032,42
2093		2.2.04.001.001 IRPJ a Recolher	10.054,04	0,00	0,00	10.054,04
2124	S	2.2.07 SÓCIOS E DIRETORES	112.500,00	82.000,00	37.000,00	67.500,00
4854	S	2.2.07.001 CONTA CORRENTE - DIRIGENTES	112.500,00	82.000,00	37.000,00	67.500,00
2130		2.2.07.001.001 Empréstimos de Sócios	112.500,00	82.000,00	37.000,00	67.500,00
2167	S	2.2.11 OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
2209	S	2.2.11.003 CONTAS A PAGAR	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
2572		2.2.11.003.002 Mutuo entre Filiais	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
2325	S	2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.714,73	18.453,95	18.453,95	199.714,73
2346	S	2.4.01 CAPITAL SOCIAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2347	S	2.4.01.001 CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2348		2.4.01.001.001 Capital Social	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2513	S	2.4.05 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	907,13	18.453,95	18.453,95	907,13
2514	S	2.4.05.001 LUCROS ACUMULADOS	16.717,35	0,00	6.001,65	22.719,00
2515		2.4.05.001.001 Lucros Acumulados	0,00	0,00	6.001,65	6.001,65
2517		2.4.05.001.003 (-) Lucros Distribuidos	(620,00)	0,00	0,00	(620,00)
2536		2.4.05.001.006 (+) Transferencia ref. Ajust. de Aval. Patrimonial	17.337,35	0,00	0,00	17.337,35
2545	S	2.4.05.002 PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.359,57)	12.452,30	0,00	(21.811,87)
2516		2.4.05.002.001 (-) Prejuízos Acumulados	(9.359,57)	12.452,30	0,00	(21.811,87)
2537	S	2.4.05.003 LUCROS DO EXERCÍCIO	(6.450,65)	6.001,65	12.452,30	0,00
2573		2.4.05.003.900 Resultado do Exercício	(6.450,65)	6.001,65	12.452,30	0,00
2540	S	2.4.06 ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	65.204,50	0,00	0,00	65.204,50
2541	S	2.4.06.001 ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	65.204,50	0,00	0,00	65.204,50
2542		2.4.06.001.001 Adiantamentos Para Aumento de Capital	65.204,50	0,00	0,00	65.204,50
2590	S	2.4.07 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	33.603,10	0,00	0,00	33.603,10
2591	S	2.4.07.001 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	33.603,10	0,00	0,00	33.603,10
2592		2.4.07.001.001 Ajustes de Avaliação Patrimonial	39.113,55	0,00	0,00	39.113,55
2593		2.4.07.001.010 (-) Tributos Dif. s/Ajuste Avaliacao Patrimonial	(5.510,45)	0,00	0,00	(5.510,45)

0453 SERVIÇO FUNERARIO BOM PASTOR LTDA ME
CNPJ: 78.990.710/0001-01

23/07/2014 16:46 Pág:0003
Período: 01/01/2014 a 30/06/2014
Balancete – Societário

Balancete
Valores expressos Reais (R\$)

Conta	S	Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
2600	S	3	0,00	330.895,31	375.030,02	(44.134,71)
2601	S	3.1	0,00	42.377,79	373.309,00	(330.931,21)
2602	S	3.1.01	0,00	0,00	373.309,00	(373.309,00)
2700	S	3.1.01.005	0,00	0,00	373.309,00	(373.309,00)
2701	S	3.1.01.005.001	0,00	0,00	373.309,00	(373.309,00)
2702		3.1.01.005.001.001	0,00	0,00	373.309,00	(373.309,00)
2770	S	3.1.03	0,00	42.377,79	0,00	42.377,79
2825	S	3.1.03.005	0,00	42.377,79	0,00	42.377,79
2831		3.1.03.005.006	0,00	42.377,79	0,00	42.377,79
3652	S	3.5	0,00	253.300,97	1.721,02	251.579,95
3653	S	3.5.01	0,00	114.332,89	1.721,02	112.611,87
3701	S	3.5.01.003	0,00	109.527,11	1.721,02	107.806,09
3702		3.5.01.003.001	0,00	82.053,09	1.005,98	81.047,11
3709		3.5.01.003.008	0,00	7.354,03	0,00	7.354,03
3710		3.5.01.003.009	0,00	1.505,54	0,00	1.505,54
3713		3.5.01.003.012	0,00	137,40	0,00	137,40
3726		3.5.01.003.025	0,00	545,00	0,00	545,00
3727		3.5.01.003.026	0,00	187,50	0,00	187,50
4915		3.5.01.003.029	0,00	9.349,01	361,59	8.987,42
4917		3.5.01.003.031	0,00	747,84	353,44	394,40
4918		3.5.01.003.032	0,00	7.081,22	0,00	7.081,22
4920		3.5.01.003.034	0,00	566,48	0,01	566,47
3749	S	3.5.01.005	0,00	4.805,78	0,00	4.805,78
3750		3.5.01.005.001	0,00	4.805,78	0,00	4.805,78
3773	S	3.5.03	0,00	138.968,08	0,00	138.968,08
3822	S	3.5.03.003	0,00	404,00	0,00	404,00
3825		3.5.03.003.003	0,00	404,00	0,00	404,00
3873	S	3.5.03.007	0,00	35.585,43	0,00	35.585,43
3874		3.5.03.007.001	0,00	1.798,57	0,00	1.798,57
3875		3.5.03.007.002	0,00	9.380,05	0,00	9.380,05
3876		3.5.03.007.003	0,00	15.430,03	0,00	15.430,03
3880		3.5.03.007.007	0,00	8.042,78	0,00	8.042,78
5002		3.5.03.007.012	0,00	934,00	0,00	934,00
3904	S	3.5.03.009	0,00	50.338,72	0,00	50.338,72
3905		3.5.03.009.001	0,00	50.338,72	0,00	50.338,72
3929	S	3.5.03.011	0,00	30.053,97	0,00	30.053,97
3930		3.5.03.011.001	0,00	30.053,97	0,00	30.053,97
3953	S	3.5.03.013	0,00	22.585,96	0,00	22.585,96
3960		3.5.03.013.007	0,00	190,00	0,00	190,00
3961		3.5.03.013.008	0,00	358,65	0,00	358,65
3963		3.5.03.013.010	0,00	240,10	0,00	240,10
5001		3.5.03.013.017	0,00	21.797,21	0,00	21.797,21
4011	S	3.7	0,00	35.216,55	0,00	35.216,55
4326	S	3.7.03	0,00	30.413,77	0,00	30.413,77
4327	S	3.7.03.001	0,00	21.720,00	0,00	21.720,00
4329		3.7.03.001.002	0,00	21.720,00	0,00	21.720,00
4531	S	3.7.03.015	0,00	8.693,77	0,00	8.693,77
4534		3.7.03.015.003	0,00	722,95	0,00	722,95
4541		3.7.03.015.010	0,00	4.083,94	0,00	4.083,94
4549		3.7.03.015.018	0,00	1.629,38	0,00	1.629,38
4955		3.7.03.015.029	0,00	2.197,50	0,00	2.197,50
4562		3.7.03.015.032	0,00	60,00	0,00	60,00
4654	S	3.7.09	0,00	1.992,08	0,00	1.992,08

0453 SERVIÇO FUNERARIO BOM PASTOR LTDA ME
CNPJ: 78.990.710/0001-01

23/07/2014 16:46 Pág:0004
Período: 01/01/2014 a 30/06/2014
Balancete – Societário

Balancete
Valores expressos Reais (R\$)

Conta	S	Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
4655	S	3.7.09.001 CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS	0,00	1.992,08	0,00	1.992,08
4658		3.7.09.001.003 Impostos Municipais	0,00	379,20	0,00	379,20
4663		3.7.09.001.008 Impostos e Taxas Diversas	0,00	581,01	0,00	581,01
4670		3.7.09.001.015 IOF e IOC	0,00	0,87	0,00	0,87
4676		3.7.09.001.021 ICMS Dif. Aliquota Uso e Consumo/Ativo	0,00	1.031,00	0,00	1.031,00
4695	S	3.7.11 DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	2.810,70	0,00	2.810,70
4696	S	3.7.11.001 DESPESAS GERAIS	0,00	2.810,70	0,00	2.810,70
4864		3.7.11.001.002 Despesas Bancárias - Cobrança de Dupl	0,00	51,00	0,00	51,00
4698		3.7.11.001.002 Despesas Bancárias Diversas	0,00	1.451,98	0,00	1.451,98
4700		3.7.11.001.004 Encargos Sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	1.307,72	0,00	1.307,72

JOSE JULIANO LEIER
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinelia Maria Ponstein
CRC: 1-SC-011752/O-0 - Técnico Contábil
CPF: 418.260.949-20

Serra Alta

PREFEITURA

Errata Nº 006/2014

ERRATA Nº. 006/2014 DO DECRETO Nº. 094/2014 DE 08/05/2014. "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 094/2014 DE 08/05/2014. - "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, do Município de Serra Alta/SC, RESOLVE:

Art. 1º Fica retificada O DECRETO Nº. 094/2014 DE 08/05/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$7.570,42 (Sete mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e dois centavos) são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 012/2014 de 15/01/2014.

LEIA-SE:

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$7.570,42 (Sete mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e dois centavos) serão anulados da seguinte dotação:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.600 - Apoio ao Esporte Amador

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000- Transferência de Impostos e Transferências

Despesa: 47 R\$ 7.570,42

Gabinete do Prefeito, 08 de Maio de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Errata Nº 007/2014

ERRATA Nº. 007/2014 DO DECRETO Nº. 106/2014 DE 21/05/2014. "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 106/2014 DE 21/05/2014. - "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, do Município de Serra Alta/SC, RESOLVE:

Art. 1º Fica retificada O DECRETO Nº. 106/2014 DE 21/05/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 012/2014 de 15/01/2014.

LEIA-SE:

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$150.000,00 (Cento e

cinquenta mil reais) são provenientes da anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 31 R\$ 150.000,00

Gabinete do Prefeito, 21 de Maio de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Errata Nº 008/2014

ERRATA Nº. 008/2014 DO DECRETO Nº. 112/2014 DE 04/06/2014. "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 112/2014 DE 04/06/2014. - "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, do Município de Serra Alta/SC, RESOLVE:

Art. 1º Fica retificada O DECRETO Nº. 112/2014 DE 04/06/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0000- Transferência de Impostos e Transferências

Despesa: 50 R\$ 30.000,00

LEIA-SE:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0000- Transferência de Impostos e Transferências

Despesa: 119 R\$ 30.000,00

Gabinete do Prefeito, 04 de Junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 3530, de 14 de Julho de 2014

DECRETO Nº 3530, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara de utilidade pública para fins de regularização da área para consolidação da Rua Aroldo Bloedorn, de propriedade de Almira Bloedorn, Laércio Bloedorn, Fabio Bloedorn, Vera Lucia Bloedorn, destinado ao prolongamento da Rua Aroldo Bloedorn.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70 inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a necessidade de regularização da área com 291,12m2 para integrar a Rua Aroldo Bloedorn, área que já está sendo utilizada como logradouro público;

Considerando a necessidade de acesso entre as ruas Paineira e Bahia;

Considerando que a Lei nº 2537, de 02 de dezembro de 2011, já determinou a extensão da rua Aroldo Bloedorn;

Considerando que o processo de desapropriação e instituição da aludida via já iniciou em 21/10/1986, tendo a municipalidade, inclusive, ingressado com demanda para tanto perante o imóvel lindeiro ao em questão, estando todos os demais imóveis em procedimento de regularização desde então;

Considerando que a rua Aroldo Bloedorn tem início na Rua Bahia e término na Rua Paineira, com extensão de 250 metros, largura 14,00 metros, rolamento de 8,00 metros e passeio de 3,00 metros;

Considerando ser necessária a retificação de área dos imóveis beneficiados pela consolidação do logradouro, antes de iniciar-se o procedimento de desapropriação da área;

Considerando que após a retificação da área verificou-se que a área do imóvel inicialmente determinada em 5.000m² era somente de 4.708,88m²;

Considerando que o procedimento de retificação de área é suficiente para abertura do logradouro e regularização do imóvel junto ao Registro de Imóveis;

Considerando que essa é a segunda etapa da regularização para consolidação do logradouro Aroldo Bloedorn para que passe a constar no gabarito oficial do Município;

Considerando que a retificação da área é suficiente para consolidar a situação já existente, beneficiando assim os moradores e proprietários de imóveis localizados com testadas para essas ruas e transeuntes que as utilizam,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de regularização de área por via amigável, uma área de terras com 291,12m2, destinada ao prolongamento da Rua Aroldo Bloedorn, assim descrita: Terreno urbano, distando pelo lado direito do imóvel, 108,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Bahia, com

as seguintes confrontações: frente em 64,19 metros com a Rua Aroldo Bloedorn; fundos em 63,30 metros com terras do proprietário, matrícula 23.237, livro 2; lado direito em 2,12 metros com a Rua Aroldo Bloedorn; e, lado esquerdo em 7,17 metros com a Rua Aroldo Bloedorn, matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob no. 23.237, livro 2.

Art. 2º A retificação da área do imóvel pertencente a Almira Bloedorn, é considerada de "urgência", razão pela qual efetivar-se-á mediante acordo administrativo, que deverá ser imediatamente levado ao registro de imóveis previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1219, de 17 de Julho de 2014

PORTARIA Nº 1219, DE 17 DE JULHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2011:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos

Ref.Salarial: GA-30

Jornada Semanal: 35h

NOME	CPF
Luciano Schneider	902.425.059-53

Art. 2º CONVOCAR o Servidor nomeado para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Público nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeado.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 81 2014 PMT - REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS EM PNEUS
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 81/2014 - PMT

OBJETO: serviços em pneus (recauchutagem, recapagem, conserto, balanceamento entre outros serviços) para atender as necessidades da administração direta e indireta do município. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 08 de agosto de 2014. ABERTURA: dia 08 de agosto de 2014 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/07/2014.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 83 2014 PMT - Registro de Preços Para Contratação de Serviços de Jardinagem

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 83/2014 - PMT

OBJETO: Contratação de serviços de jardinagem (conforme descrição constante no anexo I) para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e FUNREPOM. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 11 de agosto de 2014. ABERTURA: dia 11 de agosto de 2014 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/07/2014
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

Extrato de Inexigibilidade Nº 84 2014 PMT - Serviços Postais

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 84/2014
CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.

VALOR TOTAL: R\$ 241.537,86 (duzentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

Timbó, 24 de julho de 2014.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2014.097 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/097
AUTORIZANTE: Município de Timbó.
AUTORIZADO: Universidade Regional de Blumenau - FURB.

OBJETO: Execução de atividades de formação continuada aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino de Timbó, em consonância com a Política de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Timbó e em parceria com o "Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação".
VALOR: R\$ 176.460,00 (cento e setenta e seis mil quatrocentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

SAMAE**Portaria Nº SAMAE -094, de 17 de Julho de 2014**

PORTARIA Nº SAMAE -094, DE 17 DE JULHO DE 2014

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de servidor lotado no SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação do Servidor abaixo relacionado:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
JEFERSON JOÃO RES-SUAGLI	SAMAE n. 080, de 16/06/2014	31/08/2014
THIAGO LUIZ SCHWEDER	SAMAE n. 084, de 27/06/2014	31/08/2014
ROSELI ALVES PIRES	SAMAE n. 086, de 30/06/2014	31/08/2014
LUIZA DO ROSÁRIO TABAKA	SAMAE n. 86, de 30/06/2014	31/08/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE -095, de 17 de Julho de 2014

PORTARIA Nº SAMAE -095, DE 17 DE JULHO DE 2014

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de servidor lotado no SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação do Servidor abaixo relacionado:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	SAMAE n. 084, de 27/06/2014	31/08/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras**PREFEITURA****Procedimento Licitatorio Nº. 75/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 75/2014 - Edital nº. 53/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 07 de agosto de 2014, Propostas para "Registro de Preço de diversos Moveis Sob Medida" destinados ao Paço Municipal.

Entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 07 de agosto de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 16 de julho de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

Treze Tílias**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 87/2014**

EXTRATO DE CONTRATO 87/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: MERCANTIL PP DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de óleo hidráulico e lubrificante para os caminhões e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: 87/2014 - Pregão Presencial

VIGÊNCIA: 24/07/2014 - 24/07/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.721,00 (Sete mil, setecentos e vinte e um reais)

DATA ASSINATURA: 24/07/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 24 de Julho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 88/2014

EXTRATO DE CONTRATO 88/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de óleo hidráulico e lubrificante para os caminhões e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: 87/2014 - Pregão Presencial

VIGÊNCIA: 24/07/2014 - 24/07/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 22.806,10 (Vinte e dois mil oitocentos e seis reais e dez centavos).

DATA ASSINATURA: 24/07/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 24 de Julho de 2014.

Trombudo Central

PREFEITURA

Contrato 109/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 109/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Valor : 2.130,00 (dois mil cento e trinta reais)
Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : REFERENTE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO AMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTARIA APROVADA PELO CIGA.
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA
Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:

Contrato 110/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 110/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: WILFRID BOETTGER
Valor : 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E REPOSIÇÃO DE PLANTAS E FLORES PARA MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO.

Contrato 111/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 111/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME
Valor : 12.920,00 (doze mil novecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 17/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO.

Contrato 112/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 112/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: AGROPECUARIA GOEDERT LTDA
Valor : 4.990,00 (quatro mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA.

Contrato 113/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 113/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: ALVEMAR SOARES DE AZEVEDO
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS NO PAVILHÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.

Contrato 114/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 114/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
Valor : 156.542,18 (cento e cinquenta e seis mil quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 25/06/2014 Término: 25/12/2014
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE, PADRÃO FNDE, COM ÁREA TOTAL DE 627M² DE COBERTURA.

Aditivo 115/2014 - Pmtc

Aditivo Nº : 115/2014 - Contrato Nº.: 036/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: JLM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Valor : 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Vigência : Início: 27/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO E COMBATE AO BORRACHUDO

Contrato 116/2014 - Pmtc

Contrato Nº.: 116/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: TIAGO JACO GOEDERT 05851026944
Valor : 35.730,00 (trinta e cinco mil setecentos e trinta reais)
Vigência : Início: 30/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, ILUMINAÇÃO DE EVENTOS E SONORIZAÇÃO DE RUAS PARA VEICULAÇÃO DE ATIVIDADES LIGADAS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE CULTURA, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO

Contrato 049/2014 - FMS

Contrato Nº.: 049/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

Valor : 19.709,60 (dezenove mil setecentos e nove reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E

MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE SAUDE

Contrato 050/2014 - FMS

Contrato Nº.: 050/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: DIMAPEL DISTR.DE MAQUINAS E PAPELARIA LTDA

Valor : 278,00 (duzentos e setenta e oito reais)

Vigência : Início: 13/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E

MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE SAUDE

Aditivo 051/2014 - FMS

Aditivo Nº : 051/2014 - Contrato Nº: 003/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: FERNANDO BUENO

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/06/2014 Término: 31/07/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE

IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DA

SAÚDE, COM METRAGEM DE 76,00 M2.

Aditivo 052/2014 - FMS

Aditivo Nº : 052/2014 - Contrato Nº: 004/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: PEREIRA & ZIZEMER MEDICOS ASSOCIADOS LTDA

Valor : 48.806,70 (quarenta e oito mil oitocentos e seis reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 30/06/2014 Término: 31/10/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 1º TERMO ADITIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MÉDICOS DE CLINICA GERAL E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA, PEDIATRIA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

Portaria 392/14

PORTARIA 392/14 DE 18 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com base nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 816/90 de 31 de Outubro de 1990 e no Decreto nº 007/2003 de 05 de Fevereiro de 2003.

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a comissão de avaliação dos servidores públicos municipais em estágio probatório na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, conforme descrito abaixo:

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE - Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação.

MIRIAN PROCHNOW - Auxiliar Administrativo

MARCIA DEBATIM - Auxiliar Administrativo

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

Portaria 393/14

PORTARIA 393/14 DE 23 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. MICHELLE SOUZA DE OLIVEIRA BOGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico emitido em 21 de Julho de 2014.

Artigo 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Artigo 3º - Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à data de 21 de Julho de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Julho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.323.664,44	14.323.664,44	3.057.682,36	21,35	9.336.882,51	65,19	4.986.781,93
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.323.664,44	14.323.664,44	3.057.682,36	21,35	9.336.882,51	65,19	4.986.781,93
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.396.656,45	—	—	791.771,21	—	—
Superávit Financeiro	—	1.396.656,45	—	—	791.771,21	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	14.323.664,44	5.046.196,05	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	46,55	10.353.367,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.355.408,44	1.233.062,10	14.588.470,54	1.748.875,14	8.903.987,34	2.268.394,14	6.900.792,58	47,30	7.687.677,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.339.428,37	266.651,09	6.606.079,46	1.102.118,50	3.342.424,73	1.103.614,28	3.338.355,89	50,53	3.267.723,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	2.000,00	305,71	946,94	18,94	4.053,06
DESPESAS DE CAPITAL	7.010.980,07	986.411,01	7.977.391,08	646.756,64	5.559.562,61	1.164.474,15	3.561.489,75	44,64	4.415.901,73
INVESTIMENTOS	938.256,00	3.813.133,95	4.751.389,95	1.754.048,64	3.600.943,87	330.020,15	2.115.700,08	44,53	2.635.689,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	885.256,00	3.813.133,95	4.698.389,95	1.754.048,64	3.552.943,87	322.211,00	2.092.508,82	44,54	2.605.881,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	0,00	53.000,00	0,00	48.000,00	7.809,15	23.191,26	43,76	29.808,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.323.664,44	5.046.196,05	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	46,55	10.353.367,83

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.323.664,44	5.046.196,05	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	10.353.367,83
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	320.389,85	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.323.664,44	5.046.196,05	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.336.882,51	10.353.367,83

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-	TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	LEGISLATIVA	14.323.664,44	502.779,41	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55	10.353.367,83
	AÇÃO LEGISLATIVA	502.779,41	502.779,41	502.779,41	54.396,89	195.074,39	57.090,86	186.148,46	2,06	37,02	316.630,95
Administração	Administração Geral	1.721.529,90	1.664.012,76	1.664.012,76	185.650,41	1.199.506,39	275.417,07	897.423,04	9,95	53,93	766.589,72
	Segurança Pública	1.721.529,90	1.664.012,76	1.664.012,76	185.650,41	1.199.506,39	275.417,07	897.423,04	9,95	53,93	766.589,72
Policimento	Policimento	36.149,28	162.839,88	162.839,88	1.639,20	103.530,38	666,60	101.568,98	1,13	62,37	61.270,90
	Assistência Social	36.149,28	162.839,88	162.839,88	1.639,20	103.530,38	666,60	101.568,98	1,13	62,37	61.270,90
Assistência ao Idoso	Assistência Social	624.704,93	813.570,40	813.570,40	49.748,10	340.951,56	92.995,23	244.979,75	2,72	30,11	568.590,65
	Assistência ao Idoso	166.162,16	187.089,51	187.089,51	12.581,59	74.566,02	23.219,52	60.425,04	0,67	32,30	126.664,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	Assistência à Criança e ao Adolescente	147.375,17	150.237,40	150.237,40	7.389,62	87.757,30	17.737,76	53.017,80	0,60	35,82	96.419,60
	Assistência Comunitária	311.167,60	476.243,49	476.243,49	29.776,89	178.628,24	52.037,95	130.736,91	1,45	27,45	345.506,58
Saúde	Saúde	3.152.626,86	4.363.306,78	4.363.306,78	548.286,32	2.420.360,97	599.986,12	1.928.873,42	21,39	44,21	2.434.433,36
	Atenção Básica	2.042.569,53	3.069.670,65	3.069.670,65	408.388,27	1.564.021,11	404.376,98	1.274.128,87	14,13	41,51	1.795.541,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.083.215,69	1.194.497,53	1.194.497,53	122.654,22	824.818,22	194.070,22	644.630,22	7,15	53,97	549.887,31
	Vigilância Sanitária	15.130,40	38.208,53	38.208,53	474,31	14.752,12	1.538,92	10.114,33	0,11	26,47	28.094,20
Vigilância Epidemiológica	Vigilância Epidemiológica	9.711,24	18.557,50	18.557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.557,50
	Alimentação e Nutrição	2.000,00	2.000,00	2.000,00	16.769,52	16.769,52	0,00	0,00	0,00	0,00	42.372,57
Educação	Educação	3.383.406,49	3.973.826,80	3.973.826,80	1.026.707,02	2.264.099,11	525.014,74	1.526.909,65	16,93	38,42	2.446.917,15
	Alimentação e Nutrição	72.190,95	72.250,95	72.250,95	10.477,80	22.920,52	9.910,53	21.986,14	0,24	30,43	50.264,81
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	1.944.621,84	2.025.969,62	2.025.969,62	307.655,07	1.090.570,12	294.670,66	929.247,44	10,31	45,87	1.096.722,18
	Ensino Médio	137.755,95	137.755,95	137.755,95	14.913,79	46.286,30	14.913,79	38.752,05	0,43	28,13	99.003,90
Ensino Superior	Ensino Superior	51.000,00	51.000,00	51.000,00	29.131,80	29.131,80	29.131,80	29.131,80	0,32	57,12	21.868,20
	Educação Infantil	1.092.837,75	1.601.850,28	1.601.850,28	664.528,56	992.190,37	163.387,96	466.292,22	5,17	29,11	1.135.558,06
Educação Especial	Educação Especial	85.000,00	85.000,00	85.000,00	0,00	83.000,00	13.000,00	41.500,00	0,46	48,82	43.500,00
	Cultura	364.400,25	494.400,25	494.400,25	54.961,98	337.728,47	126.712,36	300.122,30	3,33	60,70	194.277,95
Difusão Cultural	Difusão Cultural	222.400,25	222.400,25	222.400,25	23.235,23	77.599,49	23.922,86	73.310,87	0,81	32,96	149.089,38
	Turismo	40.000,00	40.000,00	40.000,00	33.317,55	33.317,55	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Lazer	Lazer	102.000,00	232.000,00	232.000,00	-1.590,80	226.811,43	102.789,50	226.811,43	2,52	97,76	5.188,57
	Urbanismo	643.779,96	1.164.719,42	1.164.719,42	545.201,03	863.719,13	82.856,70	289.206,54	3,21	24,83	875.512,88
Infra-Estrutura Urbana	Infra-Estrutura Urbana	643.779,96	1.164.719,42	1.164.719,42	545.201,03	863.719,13	82.856,70	289.206,54	3,21	24,83	875.512,88
	Habitação	105.000,00	102.377,71	102.377,71	-4.000,00	56.000,00	9.324,24	21.933,63	0,24	21,42	80.444,08
Habitação Urbana	Habitação Urbana	105.000,00	102.377,71	102.377,71	-4.000,00	56.000,00	9.324,24	21.933,63	0,24	21,42	80.444,08

Continua 1/3



Município de TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55
Saneamento	387.712,90	454.616,51	15.800,53	302.115,60	41.767,02	195.672,10	2,17	43,04
Saneamento Básico Urbano	387.712,90	454.616,51	15.800,53	302.115,60	41.767,02	195.672,10	2,17	43,04
Agricultura	1.302.024,07	2.692.274,34	270.098,36	2.283.293,24	145.646,32	1.928.535,52	21,39	71,63
Extensão Rural	1.068.024,07	2.482.274,34	270.098,36	2.096.594,03	110.004,70	1.750.582,00	19,42	70,52
Promoção da Produção Agropecuária	204.000,00	204.000,00	0,00	181.845,75	35.641,62	173.100,06	1,92	84,85
Defesa Agropecuária	30.000,00	6.000,00	0,00	4.853,46	0,00	4.853,46	0,05	80,89
Indústria	65.000,00	309.993,22	293.459,91	301.961,41	736,37	2.400,91	0,03	0,77
Promoção Industrial	65.000,00	309.993,22	293.459,91	301.961,41	736,37	2.400,91	0,03	0,77
Comércio e Serviços	100.000,00	95.000,00	-10.000,00	65.000,00	10.310,90	30.878,19	0,34	32,50
Promoção Comercial	100.000,00	95.000,00	-10.000,00	65.000,00	10.310,90	30.878,19	0,34	32,50
Comunicações	0,00	83.244,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	83.244,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	122.678,40	122.810,67	9.222,44	28.813,54	9.222,44	28.813,54	0,32	23,46
Energia Elétrica	122.678,40	122.810,67	9.222,44	28.813,54	9.222,44	28.813,54	0,32	23,46
Transporte	1.503.390,11	2.061.606,21	406.879,75	1.545.550,72	571.831,50	1.205.981,41	13,38	58,50
Transporte Rodoviário	1.503.390,11	2.061.606,21	406.879,75	1.545.550,72	571.831,50	1.205.981,41	13,38	58,50
Desporto e Lazer	220.481,88	220.481,88	54.871,84	147.226,30	40.720,96	102.907,02	1,14	46,67
Desporto Comunitário	220.481,88	220.481,88	54.871,84	147.226,30	40.720,96	102.907,02	1,14	46,67
Encargos Especiais	88.000,00	88.000,00	0,00	50.000,00	8.114,86	24.138,20	0,27	27,43
Serviço da Dívida Interna	58.000,00	58.000,00	0,00	50.000,00	8.114,86	24.138,20	0,27	41,62

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55	10.353.367,83
Encargos Especiais	88.000,00	88.000,00	0,00	50.000,00	8.114,86	24.138,20	0,27	27,43	63.861,80
Outros Encargos Especiais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.323.664,44	19.369.860,49	3.502.923,78	12.504.931,21	2.598.414,29	9.016.492,66	100,00	46,55	10.353.367,83

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 027.120/O-	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (JUL. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		1.110.450,95	1.241.118,31	1.319.717,32	1.343.125,31	1.395.116,15	1.719.445,54	1.539.434,00	1.512.964,78	1.287.352,31	1.489.126,63	1.459.852,18	1.357.178,44	16.774.781,92	16.705.422,18
RECEITA TRIBUTÁRIA		46.997,55	40.198,17	39.141,33	40.705,20	40.538,59	51.236,01	47.157,80	80.887,22	77.993,47	125.436,98	46.510,47	60.602,10	697.195,69	690.855,18
I.P.T.U.		4.446,51	1.925,93	1.59,78	50,19	13,62	255,37	0,00	104,34	8.190,05	40.961,73	5.861,39	5.317,48	67.287,39	76.191,67
I.R.R.F		9.987,54	10.080,22	10.765,57	9.237,56	14.392,25	20.945,28	7.948,39	6.447,96	22.282,51	13.615,05	14.116,14	12.855,56	152.654,03	127.386,48
I.S.S.		13.226,40	16.746,90	13.054,87	17.067,55	17.193,94	17.801,59	19.446,90	19.956,78	21.549,15	18.634,92	19.653,90	17.644,88	212.177,68	209.619,96
I.T.B.I.		14.628,40	9.896,00	13.622,00	12.842,00	6.679,62	9.396,00	8.800,00	10.218,00	6.835,60	16.980,00	2.120,00	20.620,00	132.637,69	135.342,55
Outras Receitas Tributárias		4.708,63	1.567,12	1.539,11	1.510,90	2.259,26	2.836,77	10.962,31	43.860,14	19.126,16	35.045,28	4.759,04	4.184,18	132.438,90	142.314,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.738,22	6.392,25	6.365,56	7.080,39	7.575,94	7.883,54	7.883,54	7.516,78	7.740,10	8.425,89	7.214,98	8.150,65	86.823,14	99.178,40
RECEITA PATRIMONIAL		6.552,22	6.582,75	6.523,57	7.913,83	7.519,18	8.105,97	9.310,36	11.382,39	10.215,80	9.663,57	11.505,08	10.934,06	106.211,78	60.039,70
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		40.479,80	55.125,82	54.969,36	59.545,30	55.273,99	82.385,09	44.774,03	57.242,17	70.305,46	59.950,19	58.924,03	91.317,02	721.290,26	571.282,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.009.009,63	1.123.147,60	1.210.307,23	1.222.448,24	1.280.934,53	1.588.637,06	1.427.945,70	1.339.934,11	1.119.022,05	1.282.327,98	1.328.668,59	1.176.973,55	15.099.357,27	15.247.480,52
Cota-Parte do F.P.M.		325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,50	376.793,29	430.046,10	573.086,30	429.779,99	5.727.807,81	5.875.145,33
Cota-Parte do I.C.M.S.		427.656,12	448.386,26	476.033,89	456.705,44	508.638,22	506.481,33	506.729,60	482.251,94	486.233,63	477.096,12	484.964,59	492.008,42	5.756.555,56	5.738.340,86
Cota-Parte do I.P.V.A.		33.466,23	34.873,11	30.787,70	22.375,92	18.104,55	11.180,68	15.647,71	21.073,84	30.397,73	34.394,31	38.083,85	33.484,40	323.870,03	278.423,71
Cota-Parte do ITR.		0,00	36,60	776,39	22.210,14	18,07	0,00	18,83	6,16	7,49	35,59	0,00	0,00	23.109,27	2.181,08
Outras Transferências Correntes		114.548,00	98.336,51	234.088,47	255.460,23	136.764,57	184.108,12	182.419,93	77.250,55	109.586,91	234.212,38	105.345,13	101.175,18	1.833.593,98	1.862.434,20
Transferências da LC 61/1989		6.865,76	7.346,42	6.682,52	7.143,64	7.924,16	8.460,22	8.103,74	6.860,82	6.703,91	7.299,29	7.939,16	7.561,63	88.900,27	82.998,28
Transferências da LC 87/1996		2.105,31	2.105,31	2.105,31	2.103,61	2.105,31	2.105,31	2.141,44	2.141,44	0,00	2.141,44	2.141,44	2.141,44	23.339,06	26.902,72
Transferências do FUNDEB		98.152,39	105.933,62	106.784,66	103.764,85	116.201,00	118.053,09	115.156,46	115.156,46	106.299,09	107.102,75	117.107,12	110.822,49	1.322.181,29	1.381.454,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.670,53	9.673,72	2.410,27	5.428,35	3.273,92	2.344,57	2.382,77	16.102,11	2.085,43	2.322,02	7.029,03	9.201,06	63.903,78	35.605,69
DEDUÇÕES (II)		189.201,64	183.775,32	173.886,60	172.644,59	208.473,05	208.845,83	225.494,29	229.952,21	180.627,02	190.202,41	221.245,48	192.994,98	2.341.894,42	2.400.718,40
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		189.201,64	183.775,32	173.886,60	172.644,59	208.473,05	208.845,83	225.494,29	229.952,21	180.627,02	190.202,41	221.245,48	192.994,98	2.341.894,42	2.400.718,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		951.249,31	1.057.342,99	1.145.830,72	1.170.480,72	1.186.643,10	1.510.599,71	1.313.939,71	1.283.359,57	1.106.725,29	1.298.924,22	1.238.606,70	1.164.183,46	14.432.887,50	14.304.703,78

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER	JANETE REMPEL BIEGER	CLEVERSON INACIO KERKHOFF
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR(A) CRO/SC 027.129/O-5	TECNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	296.842,61	281.460,50	273.651,35
DEDUÇÕES (II)	1.653.240,79	1.340.125,80	1.795.705,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.671.954,83	3.293.455,37	2.611.909,74
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.714,04	1.953.329,57	816.204,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.356.398,18	-1.058.665,30	-1.522.053,98
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.356.398,18	-1.058.665,30	-1.522.053,98

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-463.388,68	-165.655,80

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RREO

Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.244.664,08	2.380.353,02	7.342.729,69	6.488.810,03
Receita Tributária	690.855,18	107.112,57	438.377,84	376.182,67
I.P.T.U.	76.191,67	11.178,87	60.434,99	58.260,14
I.S.S.	209.619,95	37.298,78	117.086,53	90.499,01
I.T.B.I.	135.342,55	22.740,00	65.573,60	51.096,54
I.R.R.F.	127.386,48	26.971,70	77.265,61	71.564,96
Outras Receitas Tributárias	142.314,53	8.923,22	118.017,11	104.762,02
Receita de Contribuição	99.178,40	15.365,63	46.931,94	42.850,23
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	99.178,40	15.365,63	46.931,94	42.850,23
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	60.039,70	22.439,14	63.011,26	31.519,61
(-) Aplicações Financeiras	60.039,70	22.439,14	63.011,26	31.519,61
Transferências Correntes	12.846.762,12	2.091.403,68	6.444.804,59	5.787.401,67
F.P.M.	4.700.116,26	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	4.590.672,69	781.578,59	2.345.827,97	2.077.383,94
Convênios	26.749,28	5.895,55	15.332,76	11.512,22
Outras Transferências Correntes	3.529.223,89	501.634,07	1.651.857,35	1.441.830,40
Demais Receitas Correntes	607.868,38	166.471,14	412.615,32	282.375,46
Dívida Ativa	20.927,64	11.579,66	22.975,43	14.982,47
Diversas Receitas Correntes	586.940,74	154.891,48	389.639,89	267.392,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18.960,66	654.890,20	1.931.141,56	330.666,38
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	14.460,66	0,00	6.771,81	19.610,09
Alienação de Ativos (V)	3.000,00	84.960,00	84.960,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	569.930,20	1.839.409,75	311.056,29
Convênios	0,00	569.930,20	1.661.063,75	58.576,29
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	178.346,00	252.480,00
Outras Receitas de Capital	500,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	500,00	569.930,20	1.839.409,75	311.056,29
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.245.164,08	2.950.283,22	9.182.139,44	6.799.866,32
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.588.470,54	2.268.394,14	6.900.792,58	6.108.710,10
Pessoal e Encargos Sociais	6.606.079,46	1.103.614,28	3.338.355,89	2.892.791,74
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	305,71	946,94	1.123,79
Outras Despesas Correntes	7.977.391,08	1.164.474,15	3.561.489,75	3.214.794,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.583.470,54	2.268.088,43	6.899.845,64	6.107.586,31
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.751.389,95	330.020,15	2.115.700,08	512.498,35
Investimentos	4.698.389,95	322.211,00	2.092.508,82	490.561,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	53.000,00	7.809,15	23.191,26	21.936,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.698.389,95	322.211,00	2.092.508,82	490.561,65



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.311.860,49	2.590.299,43	8.992.354,46	6.598.147,96
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.066.696,41	359.983,79	189.784,98	201.718,36
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	791.771,21	0,00
Superávit Financeiro	-	-	791.771,21	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-211.873,74

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

 ENOI SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Turvo

PREFEITURA

Portaria 234/2014

PORTARIA Nº 234/14, de 21 de Julho de 2014.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Luciano Cipriano Martins	060.392.659-22	3184

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de julho de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 235/2014

PORTARIA Nº 235/14, de 21 de Julho de 2014.

DEMITE A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - ESFs, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Simone Lopes Tomaz	089.977.279-07	2938

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de julho de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 236/2014

PORTARIA Nº 236/14, de 22 de Julho de 2014.

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA XXII FESTA DO COLONO E XIV ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Central Organizadora da XXII Festa do Colono e XIV Arrancada Catarinense de Tratores, como segue:

Presidente: Jair Toreti

Vice - presidente: Cintia Aparecida Silveira Brígido

Tesoureiro: Nestor Reco

Secretária: Priscila Tramontin Bianchini

Art. 2º - Os membros da comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de julho de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 237/2014

PORTARIA Nº 237/14, de 22 de Julho de 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995

(Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora MARIA DE LOURDES MATILDE, CPF nº. 517.975.779-72, matrícula nº. 0763, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 23.07.2014 a 02.09.2014, referente ao período aquisitivo de 30.04.2009 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de julho de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 238/2014

PORTARIA Nº 238/14, de 22 de Julho de 2014.
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal no 1.814/06, de 21 de dezembro de 2006,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os membros do Conselho Municipal do Idoso, conforme segue:

I - Representantes das Secretarias Municipais.
. Marta Elisabete Ribeiro Ávila

. Jiane Tiscoski Ramos

. Barbara Gabriel Simon
. Kátia Cristina Biz
. Rosa Farias

II - Representantes da Sociedade Civil.
. Sandra Aparecida Manenti

. Maria Moreira Salvaro

. Maria das Dores de Faveri

. Anadir Santana Ronchi Menegon
. Elia Daros

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º. Os membros do conselho não serão remunerados, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de julho de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 239/2014

PORTARIA Nº 239/14, de 24 de Julho de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Julho de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, nomeadas através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Lorena Meister Ribeiro	029.558.919-16	2956
Neuza Cadorin	617.914.239-49	2952
Joana Tonetto Raupp	057.753.529-39	2954
Scheila Canever	095.311.779-02	2955

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de julho de 2014.
RONALDO CARESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 240/2014

PORTARIA Nº 240/14, de 24 de Julho de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Julho de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, admitida em caráter temporário na Área da Estratégia Saúde da Família - ESFs, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Cibele Pasquali da Luz	067.987.509-31	2979
Graziela Lock Pinheiro	064.069.329-60	2961
Paloma Figueredo Mandelli	067.987.609-02	2962

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de julho de 2014.
RONALDO CARESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 241/2014

PORTARIA Nº 241/14, de 24 de Julho de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 02 de Setembro de 2014, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Maria de Lourdes Matilde que se encontra em Licença.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Marcia Regina Bif	033.320.939-75	3178

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de julho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.**Portaria 242/2014**

PORTARIA Nº 242/14, de 24 de Julho de 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora ADRIANA CADORIN, CPF nº 918.766.059-87, matrícula nº 0747, exercendo o Cargo em Caráter Efetivo de Professor II, no período de 24 de Julho de 2014 a 20 de Novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de julho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.**Portaria 244/2014**

PORTARIA Nº 244/14, de 24 de Julho de 2014.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Venício Américo	613.018.099-34

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 28 de Julho de 2014 e encerrará em 12 de Setembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de julho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.**Portaria 243/2014**

PORTARIA Nº 243/14, de 24 de Julho de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 20 de Novembro de 2014 a contratação da servidora a baixo relacionada, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a Servidora Adriana Cadorin, que se encontra em Licença Maternidade.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Mariluci Zavariz	066.565.039-69	3062

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de julho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Processo FMS 017/2014 PR 016/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº017/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº016/2014

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de Material Odontológico, para consumo nas Unidades de Saúde do Município.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 07 de Agosto de 2014 às 09:00 horas.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 07 de agosto de 2014

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 24 de Julho de 2014.

LENIR RADAVELLI
GESTORA DO F.M.S.

Decreto N.056/2014

DECRETO N.º 056/2014, de 23 de JULHO de 2014
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL COM A UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1007/2014 de 23 de julho de 2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
UNIDADE 03.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE 1.003 - Melhoramento de unidades Habitacionais Urbanas
Modalidade 449000000000000000.0024.55 - Aplicações Diretas
R\$ 80.575,37

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.55 - Transferências de Convênios - Outros - Transferências de Convênios do Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 80.575,37

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 23 de julho de 2014
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 23/07/2014

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato N. 0481/14

Extrato do Contrato n. 0481/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DULCILENE MARIA DE ARAUJO MARINHO

CPF: 334.985.043-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR JOEL SILVEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA

VIGÊNCIA: de 06 de junho de 2014 a 21 de junho de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0086/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0086/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIRALLINE PEREIRA FRAGOZO

CPF: 098.076.469-60

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 12 de agosto de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0342/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0342/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DILONETE LIBARDONI

CPF: 025.379.509-50

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0344/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0344/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA

CPF: 347.531.509-25

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo de Rescisão N. 0094/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0094/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0086/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIRALLINE PEREIRA FRAGOSO

CPF: 098.076.469-60

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 12 de julho de 2014.

Edital de Processo Seletivo Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL Nº 03, DE 10 DE JULHO DE 2014

Abre inscrições e estabelece normas para o Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Videira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.369, de 22 de julho de 2010 e suas alterações, Lei Complementar Municipal nº 118, de 21 de dezembro de 2011 e suas alterações, Lei Municipal nº 3.049/2014, além das demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargos em caráter temporário do quadro de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Videira, que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SIGMA Assessoria e Consultoria, com sede em Capinzal (SC).

1.2. O presente certame terá a supervisão, em todas as suas fases, da Comissão Especial do Processo Seletivo designada pela Portaria nº 758, de 4 de junho de 2014 e se destina ao provimento temporário e à formação de cadastro de reserva de cargos públicos do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Videira, na forma do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de total responsabilidade do candidato conhecer o presente conteúdo, bem como consultar o site da organizadora do certame no endereço eletrônico www.sigmaconsultoriasc.com.br para acompanhar as publicações e eventuais alterações do processo originado pelo presente Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição neste processo seletivo implicará no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, sendo condições mínimas para inscrição:

2.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ter nacionalidade portuguesa e, neste caso, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal.

2.1.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o cargo, consoante disposto no Anexo I.

2.1.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, estar quite, também, com as obrigações do serviço militar.

2.1.4. Ser titular de CPF válido.

2.1.5. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, ante assinatura de regular termo de declaração.

2.1.6. Encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e

políticos.

2.1.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências deste Edital, das atribuições ao cargo que postula e das instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente certame.

2.1.8. Manter comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.9. Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento do formulário de inscrição.

2.1.10. Ter idade mínima de dezoito (18) anos na data da posse.

2.2. As inscrições serão realizadas, exclusivamente pela internet, no período de 28/07/2014 até às 23h59min do dia 26/08/2014, com base no horário oficial de Brasília/DF, conforme o cronograma constante do Anexo II, parte integrante deste Edital, mediante o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível no site do Município de Videira, no endereço eletrônico www.videira.sc.gov.br, no link "Concursos Públicos" e no endereço www.sigmaconsultoriasc.com.br na aba relativa ao Município de Videira.

2.2.1. O candidato deverá preencher todos os campos do formulário eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, sob pena de indeferimento de plano de sua inscrição.

2.2.2. O candidato deverá indicar um endereço eletrônico (e-mail) válido, o qual deverá permanecer ativo a fim de receber eventuais comunicações da empresa responsável.

2.2.3. O candidato que não tiver acesso a rede mundial de computadores poderá buscar auxílio junto ao Centro de Apoio ao Candidato disponível junto à Secretaria Municipal de Saúde no PAM, no horário de expediente, sito à Rua João Contini, s/nº - Bairro São Cristóvão, em cima do Mercado do Povo, nesta cidade.

2.2.4. A SIGMA Assessoria e Consultoria não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por razões de ordem técnica, falhas de comunicação, endereço de e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo obrigação do candidato acompanhar a publicação das inscrições deferidas e homologadas.

2.3. Não serão admitidas inscrições, sob qualquer condição ou pretexto, após os prazos e horários fixados no item 2.2.

2.4. Não serão admitidas e não serão validadas inscrições recebidas pela via postal, correio eletrônico, fac-símile ou qualquer outra modalidade em desacordo com o estabelecido no item 2.2.

2.5. Será indeferida a inscrição do candidato que indicar cargo, cuja vaga não esteja prevista e ou que deixar de indicá-lo no formulário de inscrição e ou que indicar mais de um cargo no ato da inscrição.

2.6. Cada candidato poderá inscrever-se uma única vez, considerando-se nulas as demais inscrições anteriores, valendo-se a última, sendo que uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato, exceto do endereço ou telefone do candidato.

2.7. Ao efetuar a inscrição, o candidato está declarando formalmente que preenche as condições exigidas para o cargo pretendido constantes no Edital, sendo que os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação profissional, habilitação e demais requisitos exigidos para investidura nos cargos de que trata o Anexo I deverão ser apresentados e comprovados pelo

candidato por ocasião da convocação para contratação no respectivo cargo público.

2.8. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão considerados nulos de pleno direito todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato ensejador seja constatado posteriormente.

2.9. A adulteração de qualquer elemento constante dos documentos pessoais ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.10. A veracidade das informações contidas no formulário de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

2.11. As taxas de inscrição corresponderão aos seguintes valores:

a) O valor da taxa de inscrição para os cargos de Nível Superior será de R\$ 60,00 (sessenta reais) por candidato.

b) O valor da taxa de inscrição para os cargos de Nível Médio será de R\$ 30,00 (trinta reais) por candidato.

c) O valor da taxa de inscrição para os cargos de Nível Fundamental será de R\$ 10,00 (dez reais) por candidato.

2.12. O boleto bancário estará disponível para impressão no endereço eletrônico www.sigmaconsultoriasc.com.br, na aba relativa ao Município de Videira e deverá ser impresso imediatamente após a conclusão do preenchimento do formulário de inscrição.

2.12.1. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado até a data do vencimento constante do boleto, preferencialmente, nas agências do Banco do Brasil.

2.12.2. Caso não seja efetuado o pagamento até a data do vencimento, o candidato poderá imprimir a segunda via do boleto, no mesmo endereço indicado no item 2.12, observando o prazo limite para inscrições constante do item 2.2.

2.13. A taxa de inscrição deverá ser recolhida, obrigatoriamente, no prazo das inscrições estabelecido no item 2.2 deste Edital.

2.14. O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o pagamento do valor relativo à taxa de inscrição correspondente ao cargo pretendido.

2.15. Não será efetuada, em qualquer hipótese, inclusive quanto às inscrições indeferidas, a devolução de valores referente ao pagamento da taxa de inscrição.

2.16. São considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago o valor de inscrição, não tenham preenchido o respectivo formulário de inscrição.

2.17. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.

2.18. O comprovante definitivo de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico www.sigmaconsultoriasc.com.br, na aba correspondente ao processo seletivo do Município de Videira, após a validação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

2.19. Caso a inscrição do candidato não conste no relatório das inscrições deferidas a ser divulgado consoante disposições do

Anexo II, o candidato deverá contactar através do endereço eletrônico contato@sigmaconsultoriase.com.br nos prazos recursais estabelecidos neste Edital.

2.20. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados para acesso ao local de realização das provas.

2.21. A inscrição somente será deferida se cumpridos todos os procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscreverem neste processo seletivo, devendo indicar sua condição especial no campo específico do formulário de requerimento de inscrição.

3.2. Será reservada vaga para candidato portador de necessidade especial para o cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de uma para cada cinco vagas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal.

3.3. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, quando aplicável, estas serão preenchidas pelos demais candidatos classificados.

3.4. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização das provas deverão indicar, no campo específico do requerimento de inscrição, previsto no Anexo VI, as condições especiais que necessitam para realizar as provas, sendo que a decisão desses requerimentos caberá à Comissão Especial do Processo Seletivo que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

3.5. Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas na Lei Federal nº 7.853/89 e nos Decretos Federais nº 3.298/99 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações.

3.6. O candidato com deficiência, após formalizar a inscrição e consignar sua condição especial, deverá encaminhar à SIGMA Assessoria e Consultoria (Rua Alvice Caldart, 16 - centro - CEP 89.665-000 - Capinzal/SC), obrigatoriamente, via SEDEX, o requerimento constante do Anexo VI, devidamente preenchido, anexando cópia simples do CPF e do documento de identidade e o laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impedirá o candidato ao exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital.

3.6.1. O candidato que necessitar realizar a prova de conhecimentos em braille ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição.

3.6.2. O candidato que necessitar realizar a prova com fonte de impressão ampliada deverá requerer no ato da inscrição.

3.6.3. Para usufruir das condições especiais elencadas nos subitens 3.6.1 e 3.6.2 o candidato deverá requerer na forma do Anexo VI e apresentar laudo médico que comprove a condição especial.

3.6.4. A remessa dos documentos referidos no item 3.6 e seus subitens a empresa responsável é de responsabilidade exclusiva

do candidato.

3.7. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente do candidato que, no ato da inscrição, não declarar e/ou requerer e comprovar a condição especial.

3.8. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9. O candidato inscrito para vaga reservada a candidato com deficiência, quando aplicável, que deixar de atender prazos e exigências editalícias, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer como candidato não portador de necessidades especiais.

3.10. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para investidura e exercício das atribuições do cargo público.

3.11. Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos à junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

3.12. Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, critérios de aprovação, nota mínima exigida, data, horário e local de aplicação das provas, desde que a deficiência não seja óbice ao desempenho das atividades do cargo.

3.13. A publicação do resultado final deste certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todos os requisitos estabelecidos neste Edital serão homologadas no prazo previsto no cronograma do Anexo II e estarão disponíveis no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Videira e na internet, nos endereços eletrônicos www.videira.sc.gov.br, www.sigmaconsultoriase.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

4.2. Será publicado relatório contendo, apenas, as inscrições deferidas.

4.3. Caberá recurso à inscrição indeferida à SIGMA Assessoria e Consultoria, nos prazos fixados no Anexo II, cujo recurso deverá ser interposto conforme modelo disponível no site www.sigmaconsultoriase.com.br, na aba correspondente ao Município de Videira e encaminhado eletronicamente, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, à organizadora do certame para o endereço contato@sigmaconsultoriase.com.br.

V - DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos contratados em decorrência de aprovação neste processo seletivo submeter-se-ão à Lei Municipal nº 2.369/2010 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, tendo como regime de previdência, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo assegurado ao contratado a sua filiação de acordo com a legislação federal vigente.

VI - DAS PROVAS

6.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, reger-se-á de prova

objetiva de conhecimentos para todos os cargos e prova prática para o cargo de Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos.

6.2. O candidato que necessitar de alguma condição especial para realização das provas deverá requerer no ato da inscrição, bem como comprovar tal condição, para fins de análise quanto à concessão pela organizadora e a Comissão Especial do Processo Seletivo.

6.3. As provas objetivas de conhecimentos serão aplicadas, para todos os cargos, no dia 7 de setembro de 2014 - com início às 8:00h - na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Paulo Fioravante Penso, sito à Rua Saul Brandalise, nº 1.656 - Bairro Dois Pinheiros, nesta cidade de Videira, conforme cronograma constante do Anexo II.

6.4. Caso o número de inscrições exceda a capacidade disponível do local previsto para realização das provas, o Município de Videira, juntamente com a organizadora do certame e a Comissão Especial do Processo Seletivo, poderão alterar os horários e até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de um turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações pertinentes através dos endereços eletrônicos www.videira.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.sigmaconsultoriasc.com.br.

6.5. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de quatro horas (4h) de duração, no período das 8h às 12h, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário às instruções gerais transmitidas pelos fiscais de sala.

6.6. Para entrar nos locais de prova e assinar a lista de presença, os candidatos deverão apresentar documento original de identificação válido e com foto (vide item 6.7) e portar o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

6.7. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos...); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.8. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, Carteira Nacional de Habilitação (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. O candidato que não apresentar o documento de identificação original válido na forma definida no item 6.7 estará impedido de assinar a lista de presença e, automaticamente, de adentrar a sala e de realizar a prova, estando, sumariamente, eliminado do certame.

6.11. Não será aceito nenhum outro documento em substituição aos exigidos no item 6.7 deste Edital.

6.12. Para início das provas, após as instruções dos fiscais, serão

convidados três (03) candidatos para comprovarem a inviolabilidade do lacre e abertura do invólucro que contem os cadernos de provas, os quais assinarão, juntamente com os fiscais de sala e os membros da Comissão Especial do Processo Seletivo, a Ata de Abertura do processo de aplicação das provas do certame.

6.13. Ao receber o caderno de provas, o candidato deverá conferir o cargo pretendido e se a impressão não possui imperfeições gráficas.

6.14. O candidato será identificado no cartão-resposta apenas pelo número de inscrição, onde deverá apor a assinatura e conferir a identificação do cargo para o qual se inscreveu, devendo entregá-lo, obrigatoriamente, aos fiscais, devidamente preenchido com suas respostas, antes de sair da sala de prova.

6.15. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a desobediência implicará na eliminação do certame e na remoção do candidato do referido estabelecimento.

6.15.1. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento eletro eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do processo seletivo.

6.15.2. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais de salas antes do início das provas, sendo depositados na parte frontal da sala, abaixo do quadro, sendo devolvidos apenas na saída, sob pena de eliminação do candidato do certame.

6.16. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal, sob pena de eliminação do certame.

6.17. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após decorrido, no mínimo, uma hora de seu início.

6.18. Ao retirar-se da sala, o candidato deverá entregar ao fiscal de prova o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado. Caso não o faça, estará sumariamente eliminado do certame.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local de forma simultânea, após cumpridos os procedimentos dos itens 6.20 e 6.21.

6.20. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independentemente do cargo postulado, inclusive os cartões dos candidatos ausentes.

6.21. Encerradas as provas, na presença dos três últimos candidatos remanescentes em sala e de membros da Comissão Especial do Processo Seletivo, será lavrada a Ata de Encerramento da Prova, ante a assinatura destes e dos respectivos fiscais de sala.

6.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital ou em seus termos aditivos.

VII - DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos constituir-se-á de questões de Língua Portuguesa, Matemática, Informática Básica, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo

programático constantes dos Anexos III e IV deste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de Nível Fundamental e Médio será objetiva teórica e conterá 30 (trinta) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.

7.3. A composição da prova objetiva de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,2	1,00
Matemática	05	0,2	1,00
Informática Básica	05	0,2	1,00
Conhecimentos Gerais	05	0,2	1,00
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,00
Total	30		10,00

7.4. A prova de conhecimentos para os cargos de Nível Superior será objetiva teórica e conterá 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.

7.5. A composição da prova objetiva de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,2	2,00
Matemática	05	0,2	1,00
Conhecimentos Gerais	05	0,2	1,00
Conhecimentos Específicos	30	0,2	6,00
Total	50		10,00

7.6. À prova objetiva de conhecimentos será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) para todos os cargos.

7.7. As notas serão expressas com uma casa decimal, sem arredondamento, tomando-se por base a pontuação estabelecida pelos Quadros constantes dos itens 7.3 e 7.5.

7.8. Para realização da prova de conhecimentos o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas no cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.9. A adequada marcação e o preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá observar as instruções constantes do caderno de provas.

7.10. Será atribuída nota zero às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

- espaço(s) não assinalado(s) no cartão-resposta;
- cartão-resposta preenchido fora das especificações estabelecidas neste Edital, isto é, preenchido a lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.8, ou ainda, com marcação diferente da indicada nas instruções do caderno de provas.

7.11. O Gabarito referente à prova de conhecimentos será divulgado a partir das 9:00h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova nos endereços eletrônicos www.videira.sc.gov.br e www.sigmaconsultoriasc.com.br e no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Videira.

7.12. Havendo impugnação de questão(ões) da prova objetiva de conhecimentos o candidato poderá preencher o requerimento próprio no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.12.1. O formulário para interposição de recursos ou impugnação de questão(ões) está disponível no Anexo VII deste Edital.

7.12.2. As respostas às impugnações de questões serão publicadas juntamente com a classificação final do processo seletivo, bem como o gabarito definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.13. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII - DA PROVA PRÁTICA

8.1. A prova prática será aplicada para o cargo de Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos no dia 7 de setembro de 2014, com início às 13h30min.

8.2. A prova prática será realizada nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes Medalhão, sito à Av. Constantino Crestani, s/nº - Bairro Cidade Alta, nesta cidade.

8.3. A prova prática será específica com veículo utilitário e terá duração individual mínima de quinze (15) minutos, onde o candidato deverá executar atividades inerentes ao cargo efetuando manobras, demonstrando conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando, manutenção do veículo, direção e operação veicular.

8.4. A avaliação será realizada pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.

8.5. São fatores a serem avaliados:

- habilidades de direção;
- verificação das condições do veículo (pneus, água, óleo, bateria);
- produtividade;
- técnica / aptidão / eficiência.

8.6. À prova prática será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

8.7. O sistema de avaliação da prova prática será decrescente, isto é, o candidato iniciará com dez (10) pontos consignados no formulário do teste prático que contém pesos específicos para a avaliação de cada quesito, onde o seu desempenho e perícia na condução do equipamento referido no item 8.3 determinará se este manterá ou perderá pontos, de acordo com a observação e avaliação do instrutor de trânsito e fiscal de prova.

IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Serão considerados aprovados neste processo seletivo e integrarão o relatório que conterà a classificação final os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

9.2. A nota da prova objetiva de conhecimentos será calculada através da soma de acertos obtidos pelo candidato na forma dos itens 7.3 e 7.5 e determinará a classificação final no certame.

9.3. A nota da prova prática será definida nos termos do item 8.7.

9.4. A nota final para o cargo que o Edital exige prova prática será determinada pela média aritmética das notas das duas provas.

9.5. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

9.6. Ocorrendo empate na classificação, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de língua portuguesa;
- c) maior nota na prova de matemática;
- d) maior nota na prova de conhecimentos gerais; e
- e) maior idade.

X - DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para cada uma das etapas ou fases do processo seletivo que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado, de modo legível e nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo II deste Edital.

10.2. Os recursos deverão ser apresentados em formulário eletrônico disponível no endereço www.sigmaconsultoriasc.com.br, na aba correspondente ao Município de Videira, devendo este ser enviado para o endereço contato@sigmaconsultoriasc.com.br nos prazos estabelecidos no Anexo II.

10.3. Os recursos serão apreciados pela banca examinadora da SIGMA Assessoria e Consultoria, cujas decisões serão publicadas e nos endereços eletrônicos www.diariomunicipal.sc.gov.br, www.videira.sc.gov.br e www.sigmaconsultoriasc.com.br.

10.4. O candidato poderá solicitar revisão da(s) nota(s) da(s) prova(s) mediante requerimento fundamentado.

10.5. Não serão acolhidas solicitações de revisão de nota de prova de outros candidatos, isto é, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

XI - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do processo seletivo, objeto deste Edital, será homologado, através de Decreto, pela autoridade competente e publicado no órgão de publicação oficial, no portal do Município de Videira e no site da organizadora.

XII - DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Para contratação, o candidato convocado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

- a) comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- b) uma foto 3x4;
- c) comprovante de residência e número de telefone;
- d) Documento de Identidade (frente e verso), CPF e Título de Eleitor;
- e) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

- f) comprovante do tipo sanguíneo;
- g) Certidão de Nascimento ou casamento;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda contendo nome e data de nascimento;
- j) Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- k) declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos, de acordo com o art. 37, XVI, da Constituição Federal e não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas em lei;
- l) carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- m) declaração de bens;
- n) certidão negativa de antecedentes criminais; e
- o) convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

12.2. O candidato convocado para contratação deverá submeter-se à avaliação médica de saúde física e mental a ser realizada pela Junta Médica do Município de Videira.

12.3. As exigências constantes nos itens 12.1 e 12.2 serão aplicadas apenas por ocasião da convocação para contratação nas funções do cargo público.

12.4. Apresentada a documentação exigida no item 12.2 e seguintes, ou outras julgadas necessárias pelo Município de Videira, o candidato convocado será contratado para o cargo público.

12.5. A investidura dar-se-á em até dez (10) dias após a convocação, sob pena de decadência do direito de ser contratado.

XIII - DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Delega-se competência à SIGMA Assessoria e Consultoria, responsável pela organização e realização do certame, para:

- a) elaborar, aplicar, corrigir, julgar e avaliar as provas objetivas de conhecimentos e prova prática;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o processo seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) designar bancas examinadoras, conforme a necessidade; e
- g) selecionar fiscais para aplicação das provas.

XIV - DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Videira/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da fase/etapa correspondente, conforme cronograma do Anexo II.

15.2. Será eliminado do processo seletivo por ato da SIGMA Assessoria e Consultoria o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado utilizando-se de qualquer meio de consulta ou

tentando burlar a prova ou, ainda, que apresentar falsa identificação pessoal;
d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização sem autorização ou sem estar acompanhado por um fiscal;
e) ausentar-se da sala de prova sem entregar aos fiscais o cartão-respostas devidamente preenchido e assinado.

15.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial em requerimento específico durante o ato de inscrição previsto no Anexo VI, deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada especialmente para essa finalidade, o qual será responsável pleno pela guarda e necessários cuidados da criança; caso contrário ficará impossibilitada de realizar a prova.

15.4. O prazo de validade deste processo seletivo originado pelo presente Edital é de doze (12) meses, a contar da data de homologação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

15.5. Os candidatos aprovados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade.

15.6. A aprovação neste processo seletivo não assegura ao candidato o direito à imediata contratação, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame, de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas eventualmente criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

15.7. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela SIGMA Assessoria e Consultoria e pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

15.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
a) Anexo I - Demonstrativo dos cargos, número de vagas e cadastro de reserva, carga horária semanal, remuneração inicial, habilitação e tipos de provas;
b) Anexo II - Cronograma do processo seletivo;
c) Anexo III - Conteúdo programático geral para todos os cargos;
d) Anexo IV - Conteúdo programático específico por cargo;
e) Anexo V - Atribuições dos cargos;
f) Anexo VI - Requerimento / Declaração de condição especial; e
g) Anexo VII - Formulário para interposição de recursos.

15.9. O presente Edital será publicado no órgão de publicação oficial do Município de Videira e estará disponível nos endereços eletrônicos www.diariomunicipal.sc.org.br, www.videira.sc.gov.br e www.sigmaconsultoriasc.com.br.

Videira/SC, em 10 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS OU CADASTRO DE RESERVA, CARGA HORÁRIA SEMANAL, REMUNERAÇÃO, HABILITAÇÃO E TIPO DE PROVAS

CARGOS	NÚMERO DE VAGAS OU CADASTRO DE RESERVA (CR)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO INICIAL (R\$)	HABILITAÇÃO / ESCOLARIDADE MÍNIMA	TIPOS DE PROVAS
Bioquímico Farmacêutico	CR	40h	R\$ 3.103,32	Nível Superior em Bioquímica.	Escrita objetiva
Nutricionista	CR	40h	R\$ 3.103,32	Nível Superior em Nutrição, com registro no CFN.	Escrita objetiva
Terapeuta Ocupacional	CR	40h	R\$ 3.103,32	Nível Superior em Terapia Ocupacional e registro no órgão de classe	Escrita objetiva
Fisioterapeuta	CR	40h	R\$ 3.103,32	Nível Superior em Fisioterapia, com registro no COFFITO.	Escrita objetiva
Técnico de Enfermagem	02 vagas + CR	40h	R\$ 1.173,41	Ensino Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e suas alterações	Escrita objetiva
Motorista I: Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos	01 vaga + CR	40h	R\$ 1.412,68	Ensino Médio Completo e CNH conforme o CBT.	Escrita objetiva e Prática
Auxiliar de Serviços Gerais	02 vagas + CR	40h	R\$ 724,00	Ensino Fundamental Incompleto	Escrita objetiva

ANEXO II

DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

ITEM	FASES / ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO	DATAS / PRAZOS
1	Publicação do Edital	28/7/2014
2	Período das inscrições (exclusivamente pela internet)	28/7/2014 a 26/8/2014
3	Publicação do relatório das inscrições deferidas	29/8/2014
4	Prazo para recursos relativos às inscrições indeferidas	30/8/2014 a 2/9/2014
5	Publicação do relatório de homologação das inscrições	4/9/2014
6	Realização das provas objetivas de conhecimentos para todos os cargos - início 8:00h	7/9/2014

7	Realização da prova prática para o cargo de Motorista I início - 13h30min	7/9/2014
8	Divulgação do gabarito provisório	8/9/2014
9	Prazo para recursos relativos ao gabarito	9 a 10/9/2014
10	Divulgação do gabarito definitivo	12/9/2014
11	Divulgação do relatório de classificação dos aprovados	15/9/2014
12	Prazo para recursos relativos à classificação	16 a 17/9/2014
13	Homologação do resultado final	19/9/2014

O Cronograma detalhado de que trata este Anexo é uma projeção estimada da ordem das fases/etapas do presente processo seletivo sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em consideração o número de inscritos e o número de intercorrências imprevistas, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações e suas eventuais alterações durante os prazos estabelecidos neste Cronograma no site da contratada: www.sigmaconsultoriasc.com.br.

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS

1. Para os cargos de Nível Fundamental e Médio:

Língua Portuguesa: A Interpretação de texto(s). Análise de texto: compreensão e interpretação, estrutura e vocabulário. Gêneros e tipos de texto. O sistema ortográfico do português: emprego de letras; acentuação gráfica; emprego dos sinais de pontuação. Classes de palavras, flexão e emprego. Sintaxe da oração e do período. Valores da coordenação e da subordinação. Sintaxe de Concordância nominal e verbal. Sintaxe de Regência nominal e verbal. Sintaxe de Colocação dos Pronomes Oblíquos. Aspectos semânticos: adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambiguidade; homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia.

Matemática: Conjuntos. Razão e Proporção. Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples e Composto. Descontos Simples e Composto. Equações, Inequações, Sistemas e Problemas envolvendo Variáveis do 1º e 2º Graus. Relações Métricas e Trigonometrias no Triângulo. Problemas que envolvam Figuras Planas. Funções. Sistemas Legais de Medidas.

Informática Básica: Fundamentos gerais da área de Informática. Sistema Operacional - Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar, abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas - Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na

planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional. Versões dos softwares utilizados no programa:

a) Sistema operacional Windows 98 e XP;
b) Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP e BR Office 2.0.
c) Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows 7 e 8: uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessórios - execução de programas e suas funcionalidades.

Noções de Hardware. Instalação e manutenção de periféricos: impressora, scanner, teclado e mouse. Noções de Redes e Protocolos. Cuidados com equipamentos e programas. Limpeza do ambiente de trabalho. Backup. Antivírus. MS-Office 2010. Correio Eletrônico. Navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, etc...). Aspectos básicos de Segurança de Informática.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral e aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais e atualidades a nível local, estadual, nacional e internacional.

2. Para os cargos de Nível Superior:

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Emprego do sinal indicativo da crase. Divisão silábica. Acentuação gráfica. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção) Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências). Pontuação. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal, verbal) e de colocação (pronominal). Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas.

Matemática: Conceito de número e algarismo. Números reais. Números complexos. Números ordinais. Números fracionários. Razão e Proporção. Regra de três simples e composta. Potenciação e radiciação. Operações com frações Equação de 1º grau e sistemas de equações de 1º grau. Expressões algébricas. Equações de 2º grau. Equações envolvendo frações algébricas. Relação entre grandezas. Sistema de medidas usuais. Média aritmética, simples e ponderada. Produtos notáveis. Porcentagem. Máximo Divisor Comum e Mínimo Múltiplo Comum. Progressões (aritméticas e geométricas). Juros simples e composto. Análise combinatória. Probabilidade. Trigonometria. Funções trigonométricas. Resolução de triângulos. Poliedros. Geometria. Relação entre ponto, reta e circunferência. Ângulos. Lugar Geométrico. Polígonos. Sólidos geométricos. Cálculo de áreas e volumes. Raciocínio Lógico.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral e aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais e atualidades a nível local, estadual, nacional e internacional.

ANEXO IV

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO POR CARGO

1. Para os cargos de Nível Fundamental e Médio:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Sistema Único de Saúde (SUS): Políticas Públicas de Saúde. Lei Orgânica da Saúde - Lei

federal nº 8.080/90. NOB-SUS/96 - Norma Operacional Básica do SUS. Lei federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Aspectos Éticos e Legais da Prática de Enfermagem. Fundamentos de Enfermagem - técnicas básicas. Enfermagem Médico-Cirúrgica. Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis e a pacientes portadores de afecção digestiva, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina e hematológica. Assistência de enfermagem a pacientes no pré, trans e pós operatório e cirurgias de tórax, de abdome, de membros e vascular. Assistência de Enfermagem em Saúde Mental. Assistência de Enfermagem a Pacientes em Situações de Emergência. Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão. Atendimento de enfermagem à saúde da mulher. Planejamento familiar. Pré-natal, parto e puerpério. Climatério. Prevenção do câncer cérvico uterino. Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes. Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno. Crescimento e desenvolvimento. Doenças mais frequentes na infância. Principais riscos de saúde na adolescência. Enfermagem em urgência. Primeiros socorros. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Enfermagem Materno-Infantil - Vacinas. Ações de vigilância epidemiológica e imunização. Noções básicas de administração. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MOTORISTA I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos: Legislação: Lei Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos. Decreto nº 62.127, de 16/01/68 e Decreto nº 2.327, de 23/09/97. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Condução de veículos da espécie. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Legislação: Lei Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Técnicas de lavagem e secagem de roupas. Técnicas de desinfecção de ambientes. Limpeza de vidros, pisos, escadas, banheiros e copa. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Carregamento e descarregamento de mercadorias leves de veículos em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Noções de Varrição de superfícies diversas. Cuidados e práticas no preparo de refeições, lanches e assemlhados. Conhecimento e uso dos utensílios de trabalho braçal, mobiliários e utensílios. Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Jardinagem. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Noções de Primeiros Socorros. Ética e cidadania. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

2. Para os cargos de Nível Superior:

BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO: Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Municipal nº 1.942/2007. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Lei

Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Sistema Único de Saúde - SUS: Lei Orgânica da Saúde - Lei federal nº 8.080/90. Política Nacional de Humanização do Atendimento - HUMANIZASUS. NOB-SUS/96 - Norma Operacional Básica do SUS. Lei federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Tipos de medicamentos. Acondicionamento de formas farmacêuticas. Farmacocinética (absorção, vias de administração, biodisponibilidade, distribuição, biotransformação e excreção). Farmacodinâmica (interação droga-receptor e transdução do sinal farmacológico, interações medicamentosas, reações diversas). Classificação das formas farmacêuticas. Matérias primas farmacêuticas. Pós, granulados e comprimidos. Tecnologia das formas farmacêuticas revestidas, líquidas, não estéreis e oriundas de vegetais. Esterilização e conservação dos produtos farmacêuticos. Manipulação de produtos farmacêuticos. Política de assistência farmacêutica. Farmácia básica. Medicamentos especiais. Aquisição de medicamentos. Gestão de estoque. Padronização de medicamentos. Sistemas de distribuição de medicamentos. Avaliação, preparo e dispensação de nutrição parenteral e medicamentos oncológicos. Comissões hospitalares. Vigilância Epidemiológica. Vigilância em Saúde. Aspectos epidemiológicos das doenças endêmicas no Brasil. Indicadores de nível de saúde da população. Doenças de notificação compulsória no Estado de Santa Catarina. Legislação: RDC 50/2002 - Projetos Físicos. RDC 206/2006 - Regulamento de Produtos para Diagnóstico de uso in vitro. RDC 302/2005 - Funcionamento de Laboratórios Clínicos. RDC 306/2004 - Gerenciamento de Resíduos. Bioquímica: metodologia dos testes laboratoriais e interpretação clínico-laboratorial. Hormôniose, marcadores tumorais: metodologia e interpretação clínico-laboratorial. Hematologia: interpretação clínico-laboratorial do hemograma. Fisiopatologia e métodos de diagnóstico laboratorial das anemias, leucemias, doenças mieloproliferativas e infecciosas. Imunohematologia. Hemostasia e coagulação. Imunologia: Diagnóstico sorológico das doenças infecciosas, virais, bacterianas, parasitárias, colagenoses e alergias. Princípios metodológicos, uso e interpretação de ensaios imunológicos. Microbiologia: Métodos de esterilização e desinfecção. Cultura, identificação, antibiograma e resistência bacteriana. Diagnóstico das doenças sexualmente transmissíveis. Parasitologia: Protozoários e helmintos de importância médica: transmissão, patogenia, estudo da morfologia e diagnóstico laboratorial. Métodos e técnicas utilizadas para o diagnóstico laboratorial das parasitoses humanas. Interpretação dos resultados. Urinálise: interpretação clínico-laboratorial. Aplicação dos diagnósticos por biologia molecular e citometria de fluxo, automação. Controle de qualidade e biossegurança. Conhecimentos gerais da profissão de Bioquímico-Farmacêutico. Políticas públicas de saúde. NASF (Núcleo de apoio à saúde da família). Promoção de práticas de promoção à saúde. Ética profissional. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

NUTRICIONISTA: Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Municipal nº 1.942/2007. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Lei Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Sistema Único de Saúde - SUS. Política Nacional de Humanização do Atendimento - HUMANIZASUS. Conhecimentos gerais da profissão de Nutricionista: Conceitos, generalidades, classificação e definições sobre alimentos e nutrição. Nutrição Básica: Cálculo de NPDCal e IMC. Classificação de macro e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações). Metabolismo energético. Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento. Fisiopatologia, prevenção e controle de doenças nutricionais. Tratamentos Dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Fenilcetonúria, Obesidade, Oncologia e etc...). Planejamento e produção de refeições em Serviços de Alimentação. Segurança Alimentar e legislação aplicada. Métodos de conservação dos alimentos. Causas

de deterioração dos alimentos. Guias alimentares. Composição de dietas equilibradas. Nutrição clínica. Fisiologia e Avaliação do estado nutricional. Alimentação Coletiva. Alimentação Escolar. DTAs (Doenças transmitidas por alimentos). Planejamento de cardápios. Alimentação e Nutrição. Núcleos de Apoio à Família. Saúde Coletiva (Saúde Pública): Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição. Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde. Alimentação e Nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos). Políticas públicas de saúde. NASF (Núcleo de apoio à saúde da família). Promoção de práticas de promoção à saúde. Ética profissional. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

TERAPEUTA OCUPACIONAL: Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Municipal 1.942/2007. Portaria nº 648 de 28 de março de 2006. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Lei Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Sistema Único de Saúde - SUS. Política Nacional de Humanização do Atendimento - HUMANIZASUS: histórico, definição, objetivos. Processo de Terapia Ocupacional: avaliação, recursos terapêuticos, modelo de atuação, materiais e instrumentais. Análise da atividade: abordagem individual e grupal. A importância do terapeuta ocupacional na equipe interdisciplinar. Ocupação terapêutica: princípios e fundamentos. Evolução histórica da ocupação como forma de tratamento. Tratamento da Terapia Ocupacional nas áreas de: Ortopedia, Cirurgia da Mão, Neurologia, Saúde Pública, Reumatologia, UTI adulto e neonatal. Reabilitação, Dermatologia/Hanseníase, Geriatria, Cirurgia Plástica Reparadora, Queimados, Oncologia, Saúde do Trabalhador, Pediatria, Hemodiálise, Ginecologia, Oftalmologia, Psiquiatria, Cuidados Paliativos, Órteses, princípios e indicações. Processo saúde/doença nas suas múltiplas determinações: o trabalho, as relações, o ambiente natural, o ambiente transformado, os valores sociais, o ócio, a recreação, entre outros. Desenvolvimento dos componentes psicomotores, psico-afetivos, psicossociais, perceptivo-cognitivos e senso-perceptivos. Estilo de vida. Análise da atividade e da ocupação humana. Avaliação de tecnologias assistiva. Ergonomia. Políticas públicas de saúde. NASF (Núcleo de apoio à saúde da família). Promoção de práticas de promoção à saúde. Ética profissional. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

FISIOTERAPEUTA: Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Municipal 1.942/2007. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Lei Orgânica do Município de Videira. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Sistema Único de Saúde - SUS. Política Nacional de Humanização do Atendimento - HUMANIZASUS. Anatomia muscular. Anatomia óssea. Artropatias: Degenerativas e Inflamatórias. Diagnóstico das anomalias posturais (patomecânica e correção). Doenças dos Vasos Sanguíneos e Linfáticos, Úlceras e Tecido Acatricial. Doenças e Distúrbios dos ossos e articulações. Efeitos Fisiológicos da massagem. Fisioterapia aplicada a Pediatria. Fisioterapia Cardiorespiratória. Fisioterapia em Cardiologia e Angiologia. Fisioterapia: Conceituação, recursos e objetivos. Fisioterapia em Geriatria. Fisioterapia em Ginecologia e Reeducação Obstétrica. Fisioterapia Pré e Pós Operatórios. Fisioterapia em Pneumologia. Fisioterapia nas Afecções Reumáticas. Fisioterapia em queimaduras. Fraturas. Lesões dos Tecidos Moles. Luxações. Massagem relaxante. Modelos alternativos de atenção à saúde das pessoas deficientes. Municipalização - Processo Saúde. Nervos. Neurologia (Geral). Papel dos Serviços de Saúde. Papel do Fisioterapeuta na equipe multiprofissional de Saúde. Pneumologia. Prevenção: modelos alternativos de atenção à saúde. Processo de fisioterapia: semiologia, exame e diagnóstico, postura. Processos incapacitantes mais importantes (processo de trabalho, problemas de atenção à saúde pré, peri, pós-natal e na infância: doenças infecto contagiosas). Reabilitação: Conceituação, objetivos, sociologia, processo e equipe

técnica. Reabilitação de pacientes crônicos. Reabilitação Profissional: conceitos, objetivos, processo e equipe técnica. Recursos terapêuticos em Fisioterapia. Reeducação Postural Global. Tendões. Diretrizes e bases da implantação do SUS. Políticas públicas de saúde. NASF (Núcleo de apoio à saúde da família). Promoção de práticas de promoção à saúde. Ética profissional. Conhecimentos inerentes observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO

ATRIBUIÇÕES: Fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina, fezes, liquor e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas. Analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos. Proceder a análise legal de peças anatômicas e de substâncias suspeitas de estarem envenenadas.

Efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da Saúde Pública. Fazer análise de água, como pesquisa de microorganismo e determinações de elementos químicos, valendo-se de técnicas específicas. Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Trabalhar segundo normas técnicas de biosegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Executar outras atividades correlatas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

CARGO: NUTRICIONISTA

ATRIBUIÇÕES: Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere às atividades inerentes à alimentação e nutrição. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes a estas consultas. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional e central, estudos e padronização relativos às atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde. Coordenar e supervisionar os programas de suplementação alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais instituições envolvidas no programa, Segundo as diretrizes Municipais de Saúde. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos, do número de beneficiários, dos desligamentos etc., às demais entidades envolvidas no programa. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes municipais de saúde. Participar de projetos de pesquisa que envolvam a ciência da nutrição. Emitir parecer técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados a área de alimentação e nutrição. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene e conservação dos mesmos. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplementação alimentar e assemelhados, e inspecionar o seu cumprimento. Elaborar e desenvolver o

treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados. Estudar os hábitos alimentares e o estado nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

ATRIBUIÇÕES: Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas. Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes. Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo. Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros. Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo. Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições. Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação. Avaliar os trabalhos realizados. Promover atividades sócio recreativas. Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes. Participar de programas voltados para a saúde pública;

12. Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade. Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares. Participar de equipes interdisciplinares na elaboração e execução de políticas de saúde. Planejar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar programas de saúde. Participar de estudos e pesquisas na área de saúde. Orientar, supervisionar, controlar e avaliar estágios sob a sua responsabilidade. Prestar assistência direta a pacientes. Realizar práticas e intervenções terapêuticas de terapia ocupacional. Orientar paciente, familiar e comunidade quanto à preservação de doenças promoção e recuperação da saúde. Promover cursos de atualização para equipes de terapeutas ocupacionais. Orientar, coordenar e supervisionar equipes de terapeutas ocupacionais. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

ATRIBUIÇÕES: Definir, planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar as atividades da assistência fisioterapêutica aos munícipes. Avaliar o estado funcional do paciente, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame de cinesia, funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas. Estabelecer rotinas para a assistência fisioterapêutica, fazendo sempre as adequações necessárias. Solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do paciente. Recorrer a outros profissionais de saúde e/ou solicitar pareceres técnicos especializados, quando necessário. Reformular o programa terapêutico sempre que necessário. Registrar no prontuário do paciente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e a alta em Fisioterapia. Integrar a equipe multidisciplinar de saúde, com participação plena na atenção prestada ao paciente. Colaborar na formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios. Efetuar controle periódico da qualidade e resolutividade do seu trabalho. Elaborar pareceres técnicos especializados. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ATRIBUIÇÕES: Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados. Receber, conferir e armazenar material

de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem. Participar da programação da assistência de enfermagem. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncológica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor. Participar da equipe de saúde. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: MOTORISTA I - VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS

ATRIBUIÇÕES: Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos. Executar pequenas atividades administrativas como encaminhar ou buscar orçamentos, levar e buscar documentos cartoriais, judiciais e outros do gênero dentro e fora do Município, assinando, se necessário, dando a contra fé como servidor público. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Executar tarefas correlatas.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ATRIBUIÇÕES: Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao

aterro sanitário. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras. Preparar e servir chá, café ou água. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluindo o suporte pedagógico. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha. Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha. Elaborar pedidos de material para merenda. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle. Receber, guardar os alimentos recebidos. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho. Executar outras atividades correlatas.

ANEXO VI

REQUERIMENTO / DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL

CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, do CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Processo Seletivo originado pelo Edital nº 03/2014 do Município de Videira (SC), inscrição sob o número _____ para o cargo de _____ requer:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico Realizar a Prova:

Deficiência: _____
CID nº: _____

Nome do Médico: _____
CRM: _____

02) () Condição Especial para Realização da Prova de Conhecimentos:

a) Prova com tamanho da fonte ampliada:
() 18 / () 20 / () 22 / () outra _____

b) () Amamentação:
Nome do Acompanhante: _____

Nº de Identidade do acompanhante: _____

c) () Outra Necessidade:
Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi.

Termos em que pede Deferimento.

Videira (SC), _____ de _____ de 2014.
Assinatura Candidato

ANEXO VII

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

AO MUNICÍPIO DE VIDEIRA
À COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO
À SIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA

CANDIDATO: _____
Nº INSCRIÇÃO: _____

CARGO: _____

ESPÉCIE DO RECURSO: (assinale a opção desejada)
() CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO
() CONTRA GABARITO PRELIMINAR: Nº da questão: _____
() CONTRA RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS
() CONTRA RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

Razões do Recurso:

Data: ____/____/2014.

Assinatura do candidato

Decreto Nº 11.198/14

DECRETO Nº 11.198/14, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Nomeia Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTIANE MARIA CHAPIESKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 25 de junho de 2013, para exercer o emprego público de Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 042/14 - C.P.E.P Nº 005/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012:

CONVOCADADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CRISTIANE MARIA CHAPIESKI	ENFERMEIRA - ESF	11.198/14, DE 23/07/2014

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos, conforme disposto no Capítulo IV, do Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 005/12:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital, conforme estabelecido no Capítulo XIII, do Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 005/12.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 23 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 043/14 - P.S Nº 007/12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADADO	CARGO
1 - Andrey Lucas Ascwartz	Psicólogo

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 23 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0859/14

PORTARIA nº 0859/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 9975/2014,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, por Luiz Domingos Corrêa, no dia 09 de agosto de 2014, nos períodos vespertino e noturno, a fim de realização de uma Noite Cultural e Pública com Lançamento de um CD.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 847/14.

Videira, 23 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.127/14

LEI Nº 3.127/14, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelo Grupo Espírita Pequena Semente de Amor, inscrita no CNPJ nº 02.337.778/0001-11, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.127/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, o GRUPO ESPÍRITA PEQUENA SEMENTE DE AMOR, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 02.337.778/0001-11, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.127/14, a permissão de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a permissão do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização de uma peça teatral denominada "Há Dois Mil Anos", na data de 28 de julho do corrente ano, a partir das 13h30min.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente permissão de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, na data prevista na cláusula primeira.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Será de responsabilidade exclusiva do requerente, o pagamento

de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente contrato, bem como da atividade para a qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais;

j. Em caso da venda/cobrança de ingressos a requerente se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.

k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente permissão de uso vigorará somente na data prevista na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

GRUPO ESPÍRITA PEQUENA SEMENTE DE AMOR
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 3.128/14

LEI N.º 3.128/14, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavan, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pelo Centro de Ensino Telepresencial - CENTEL - Polo LFG, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.128/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, o Centro de Ensino Telepresencial - CENTEL - Polo LFG, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.128/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavan, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar evento de divulgação dos cursos oferecidos pelo respectivo Centro de Ensino, na data de 26 de julho do corrente ano, das 08h00min as 12h00min.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, na data de 26 de julho do corrente ano, das 08h00min as 12h00min.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Segurança no local do evento;

b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data de 26 de julho do corrente ano, das 08h00min às 12h00min, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CENTRO DE ENSINO TELEPRESENCIAL - CENTEL - POLO LFG
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Aditivo 75/2014 - PMV

Aditivo nº: 75/2014 - PMV.
Contrato/Ata nº: 215/2013.
Licitação: PR 111/2013 - PMV.
Contratado: ELIANE BOLZONI ME
Objeto: AUMENTAR O QUANTITATIVO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (LINHA 17) DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2013.
Valor: R\$ 15.002,52.
Data: 24/07/2014.

Aditivo 76/2014 - PMV

Aditivo nº: 76/2014.
Contrato/Ata nº: 191/2013.
Licitação: PR 95/2013.
Contratado: FURCKEL E MANENTI SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA ME
Objeto: Aumento a quilometragem da Linha 19 passando a ser 109,50 KM diários.
Valor: R\$ 3.931,57.
Data: 24/07/2014.

Pregão Presencial Nº 44/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 44/2014-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DE PACIENTES DO PROGRAMA DE ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: até as 14:00 horas do dia 21/08/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Julgamento do Edital CC 01-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO FINAL DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO E CONTROLE DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA DENOMINADOS "ZONA AZUL", após a interposição de recurso pela empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda - ME mantendo vencedora a empresa Serviços de Estacionamento e Guincho Videira EIRELI ME. Torna público também que a empresa vencedora requereu sua desistência do certame e do Mandado de Segurança impetrado, do qual já foi exarada sentença de extinção do processo sem julgamento do mérito, cessando os efeitos da liminar deferida, retroagindo os efeitos da decisão contrária, restando, portanto, INABILITADA a empresa Serviços de Estacionamento e Guincho Videira EIRELI ME e vencedora a segunda colocada, empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda - ME por apresentar o maior percentual de repasse ao Município. Outrossim, ficam todas as licitantes intimadas do presente julgamento, nos termos do art. 109 da Lei de Licitações.

Videira, 21 de julho de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Aplicação de Penalidade CC 01-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica que, à empresa Serviços de Estacionamento e Guincho Videira EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.614.934/0001-65, com sede à Rodovia SC 453, s/n, Km 52, na cidade de Videira/SC, foi aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do art. 87, inciso I da Lei de Licitações.

Videira, 21 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 101/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 101/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 08/08/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 93/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014 - pmv

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA O MÚSICO SUÍÇO NOAH ARNOLD, QUE ATUARÁ COMO PROFESSOR E INSTRUTOR NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3110/14 foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 23 de Julho de 2014.
VILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 94/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014 - pmv

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA), PARA O MÚSICO SUÍÇO NOAH ARNOLD, QUE ATUARÁ COMO PROFESSOR E INSTRUTOR NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL LEI 3.110/14 foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 23 de Julho de 2014.
VILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lista Preliminar das Inscrições ao Concurso Público Nº 001/2014

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, considerando o disposto no Edital do concurso público nº 001/2014, no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Vitor Meireles, torna público:

Art. 1º Ficam deferidas as inscrições relacionadas no anexo único deste edital para os cargos do concurso público nº 001/2014.

Art. 2º Este edital e seus anexos encontram-se afixados no mural da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios no site www.diariomunicipal.sc.gov.br e também estão disponíveis no site www.vitormeireles.sc.gov.br.

Art. 3º Fica aberto o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação deste Edital, para apresentação de recursos em relação as inscrições deferidas e indeferidas, na forma prevista no Edital do concurso público nº 001/2014.

Art. 4º Os candidatos com a inscrição deferida ficam convocados a comparecer para a realização das provas no dia 03 de agosto de 2014, às 8 horas e 30 minutos, na Escola de Educação Básica Victor Meirelles, situada na Rua Leopoldo Krambeck, 03, Centro, Município de Vitor Meireles / SC.

Art. 5º Os candidatos com a inscrição deferida e aprovados na prova escrita para os cargos de operador de máquinas, motorista, auxiliar de manutenção e conservação, auxiliar de serviços gerais e servente/merendeira, ficam convocados a realizarem as provas práticas no dia 17 de agosto de 2014, com horário e local a serem divulgados.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Vitor Meireles, 24 de Julho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Ficam DEFERIDAS, após verificação de regularidade, as inscrições dos seguintes candidatos aos cargos do certame aberto através do Edital do Concurso Público nº 001/2014 de 16 de Junho de 2014.

Ordem	Inscrição	Nome	Nascimento	RG	Cargo
01	69	JORGE GOMES MONTEIRO NETO	25/03/1977	1095137525	Médico da ESF
02	96	TATIANE VELHO MOREIRA	16/06/1977	2066669975	Médico da ESF
03	05	SANDRA SAYURI MURANAKA	01/10/1976	25484720	Farmacêutico
04	103	RICARDO HECK	02/01/1991	4.690.851	Engenheiro Civil

05	130	JEAN CARLOS GRIMM	15/09/1992	5.307.575	Engenheiro Civil
06	133	BRENO VILHALBA PAMPLONA	29/08/1986	3.738.975	Engenheiro Civil
07	141	FRANKY BRUNO WITZKE	23/02/1992	4.834.103	Engenheiro Civil
08	16	ELIZABETE FERNANDES	15/06/1991	5.447.128	Engenheiro Agrônomo
09	19	JUNIELE RODRIGUES PIVETTA SURECK	06/06/1981	4.014.738	Engenheiro Agrônomo
10	39	NELSON TEIXEIRA SANTOS JUNIOR	21/11/1985	9.186.526-2	Engenheiro Agrônomo
11	48	WALMIR VIEIRA WOLFF JUNIOR	17/06/1981	3.783.824	Engenheiro Agrônomo
12	52	MARCO SEGALLA PRAZERES	21/04/1991	4.625.559	Engenheiro Agrônomo
13	55	LUIS GUSTAVO WITT	09/04/1990	5.192.869	Engenheiro Agrônomo
14	83	CICERO TEÓFILO BERTON	25/03/1978	2.419.239	Engenheiro Agrônomo
15	126	RICARDO KIYOSHI TOKUNAGA	17/10/1986	9.018.969-7	Engenheiro Agrônomo
16	142	DEISE CRISTINA DA SILVA	25/03/1988	4.932.011-4	Engenheiro Agrônomo
17	145	ALEXANDRE PAULO SOARES	28/05/1974	266182173	Engenheiro Agrônomo
18	18	DALILA EBERHAD BEHLING	08/07/1976	7.064.297	Assistente Social
19	49	SIBELE JEREMIAS	19/08/1986	5.012.595-8	Assistente Social
20	80	LEONICE MORGENROTH	31/05/1973	3.205.247-2	Assistente Social
21	81	RENATA NARDI	21/08/1990	4.088.644	Assistente Social
22	132	ELISANGELA BEATRIZ DOS SANTOS TECZAK	28/07/1977	3.437.548	Assistente Social
23	70	JOSÉ DA CRUZ	23/03/1953	576.097	Técnico em Enfermagem
24	75	CATRÍCIA CATARINA BOING	19/05/1990	5.181.860	Técnico em Enfermagem
25	106	VERA LUCIA SANTANA DE ARRUDA	17/04/1968	3.766.312	Técnico em Enfermagem
26	115	VANIA MARISE DOS SANTOS TAVARES	13/02/1969	7R/2.624.102	Técnico em Enfermagem
27	139	SANDRA NUNES DE MELLO	06/08/1976	3071658995	Técnico em Enfermagem

28	151	JUCILEI CIPRIANI	26/05/1982	3.980.989	Técnico em Enfermagem
29	01	GABRIELE IUNCEK	09/09/1994	5.772.447	Agente Administrativo e Operacional
30	03	JAMES ANDREAS VETSCH	17/08/1986	2.916.212-2	Agente Administrativo e Operacional
31	13	NATANAEL DA CRUZ	13/02/1994	5.772.446	Agente Administrativo e Operacional
32	15	JAÍNI MACHADO	18/08/1997	6.445.605	Agente Administrativo e Operacional
33	17	IARA DAROLT	28/03/1996	5.772.769	Agente Administrativo e Operacional
34	22	VILMAR GUILHERME CANI	03/04/1996	5.772.731	Agente Administrativo e Operacional
35	26	HELENA DE SOUZA	24/09/1991	5.720.674	Agente Administrativo e Operacional
36	27	CAROLINE APARECIDA MAZOTI	09/06/1992	5.772.501	Agente Administrativo e Operacional
37	36	KARINA MENEGHELLI TOMAZ	14/07/1990	4.457.728	Agente Administrativo e Operacional
38	50	KARINA GAMBA	06/02/1997	5.548.187	Agente Administrativo e Operacional
39	56	BÁRBARA SABEL	18/05/1992	5.548.631	Agente Administrativo e Operacional
40	72	CIDICLEI MELO DE JESUS	12/08/1996	5.772.480	Agente Administrativo e Operacional
41	73	TATIANA PENZ FELICIANO	29/09/1988	4.529.471	Agente Administrativo e Operacional
42	78	JANAINA CARDOZO	09/03/1980	4.125.529	Agente Administrativo e Operacional
43	85	CLEBER REIL MASOTE	07/10/1983	4.342.406	Agente Administrativo e Operacional
44	86	MARCOS FELIPE STEUCK	11/10/1993	6.132.718	Agente Administrativo e Operacional

45	89	GISELE SOARES LUTKE	19/04/1987	4.457.021-0	Agente Administrativo e Operacional
46	90	MAURÍCIO SOARES	17/02/1980	3645500	Agente Administrativo e Operacional
47	93	LUANA APARECIDA SANDNER	27/11/1984	4.085.475	Agente Administrativo e Operacional
48	97	SÉRGIO ALVES DOS SANTOS	28/01/1972	2055869289	Agente Administrativo e Operacional
49	98	RAQUEL CASEMIRO	23/06/1989	5.412.783-1	Agente Administrativo e Operacional
50	100	JOICE BORGHESANG	16/09/1995	5.797.392	Agente Administrativo e Operacional
51	107	FABIANE PREILIPPER	24/01/1990	5.274.121	Agente Administrativo e Operacional
52	108	ARIANE PIANESSER	20/01/1992	4.744.061	Agente Administrativo e Operacional
53	109	JOEL ANTONIO STALOCH	02/10/1985	4.234.908-7	Agente Administrativo e Operacional
54	111	JOSIANE HOEPERS	26/03/1992	5.720.514	Agente Administrativo e Operacional
55	113	TAÍNA CÍRICO	10/04/1993	5.307.742	Agente Administrativo e Operacional
56	116	LORIVAL FELICIANO	15/07/1978	3.625.979	Agente Administrativo e Operacional
57	117	RENATO JOSÉ DE ALMEIDA	06/02/1990	5.011.179	Agente Administrativo e Operacional
58	119	ANA PAULA FRANÇA	15/03/1995	5.465.855	Agente Administrativo e Operacional
59	122	NAIARA FUSINATO	01/03/1992	5.368.800	Agente Administrativo e Operacional
60	129	MIRLEI GRASCIELI DIETRICH	05/10/1985	3.993.926	Agente Administrativo e Operacional

61	147	BRUNA CRISTINY DA SILVA	04/10/1995	6.445.585	Agente Administrativo e Operacional
62	150	WILLIAM RUAN VAN-SUITA	12/12/1994	5.844.330	Agente Administrativo e Operacional
63	44	MARLISE IGLIKOVSKI	29/02/1996	6.747.985	Telefonista
64	47	KARINA SARDAGNA	02/07/1996	5.772.740	Telefonista
65	53	DIUVANA VASELESKI	04/12/1980	3.820.271	Telefonista
66	67	ROSIME-RI LUZIA SCHUTZ MAIBERG	20/09/1988	5.181.346	Telefonista
67	68	REJANI SCHMITT CLAUDINO DOS SANTOS	30/09/1972	2.912.604	Telefonista
68	71	DAIANA PATRICIA BELLI VENDRAMI	18/01/1990	4.690.127	Telefonista
69	88	SOLANGE APARECIDA FAUSTO BOING	27/05/1971	2.917.892	Telefonista
70	105	JULIANE WANGRADT	06/02/1983	4.088.254	Telefonista
71	110	JOSIANA RUCSINSKI	01/07/1993	5.772.441	Telefonista
72	135	ALESSANDRA FELICIANO	21/09/1996	6.703.119	Telefonista
73	04	VANDERLEI DAROLT	31/05/1971	2.124.474-0	Motorista
74	12	DOUGLAS PETERSEN	25/12/1992	6189117	Motorista
75	24	MÁRCIO RINALDI	30/01/1976	7C/3.353.467	Motorista
76	28	JONAS WACHHOLZ	15/07/1986	4.642.381-8	Motorista
77	30	LAERCIO VAHLDIECK	16/09/1987	4.642.491	Motorista
78	32	JULIO CESAR TOMAZ	03/08/1985	4.690.062	Motorista
79	33	CRISTIANO CARDOSO	14/12/1986	5.087.861-1	Motorista
80	38	MARIO IUNCEK	10/12/1971	2.257.604	Motorista
81	59	GEOVANI MENEGHELLI DE LIZ	02/09/1987	4.457.433	Motorista
82	62	JAIR DE ANDRADE	13/01/1981	4.528.805-4	Motorista
83	63	JAIR FAUSTO	07/05/1973	2.919.097	Motorista
84	64	EDINO DE SOUZA	19/06/1969	2.253.446	Motorista
85	77	PEDRO SOE-THE	12/09/1959	868528	Motorista
86	82	MARIO DOMINGOS DE SOUZA ALMEIDA	02/09/1972	2.746.873	Motorista

87	91	DENILSON MENEGHELLI	14/02/1968	2.125.959	Motorista
88	92	DIEGO DAROLT	18/06/1988	4.690.068	Motorista
89	102	TIAGO FELIPE FRANÇA	08/07/1989	5.011.182	Motorista
90	112	VILSONIR FUSINATO	18/05/1978	3.395.068	Motorista
91	123	OSNI DELUCA	26/07/1980	4.642.967-0	Motorista
92	143	RONALDO KOEHLER	14/02/1984	3.930.101	Motorista
93	148	VILDOMAR CANI	23/10/1971	2.626.118	Motorista
94	06	SIDEMAR KRAUS	21/09/1985	5.368.093	Operador de Máquinas
95	08	ROMARIO DE ARRAZÃO	28/09/1993	5.772.549	Operador de Máquinas
96	10	MÁRCIO ALEXANDRE TOSE	08/09/1989	4.744.058	Operador de Máquinas
97	45	MAURICIO FRAZÃO	04/10/1993	5.772.834	Operador de Máquinas
98	65	VANDERLEI DA ROCHA	24/11/1985	4.529.754	Operador de Máquinas
99	94	MARCELINO DAROLT	29/05/1964	5.529.695-5	Operador de Máquinas
100	99	JOSÉ TAVARES	14/08/1966	1.897.146	Operador de Máquinas
101	121	JEFFERSON IVAN FAUSTO	04/10/1987	4.203.624	Operador de Máquinas
102	125	VOLNEI MENEGHELLI	04/05/1976	7C/3.394.336	Operador de Máquinas
103	137	LUIS WATRAS	28/06/1976	3.792.414-1	Operador de Máquinas
104	11	ISABEL MERTEN IUNCEK	03/02/1973	3.161.440-0	Servente/Merendeira
105	25	LAURICI SABEL	26/07/1967	1.890.520	Servente/Merendeira
106	34	DENAIR DELUCA KUSTER	13/02/1976	3.395.834	Servente/Merendeira
107	35	ROSA AUGUSTIN	15/12/1970	7R-2.916.699	Servente/Merendeira
108	43	ROSANGELA APARECIDA VIEIRA ROZA	23/01/1982	4.118.103	Servente/Merendeira
109	120	BU CUTSCHO	07/10/1968	3.243.687	Servente/Merendeira
110	152	SANTILIA CONSTANTINO SCHAFFER	11/08/1962	7R/2.919.809	Servente/Merendeira
111	23	CRISTIAN LUDWIG WANGRADT	19/05/1992	5.772.457	Auxiliar de Manutenção e Conservação

112	29	EDSON HERMINIO FOSSA	01/04/1995	5.181.748	Auxiliar de Manutenção e Conservação
113	57	OSNI DE LIMA	01/05/1966	2.026.275	Auxiliar de Manutenção e Conservação
114	104	SILVIO DE-LUCA	28/04/1978	4.024.878	Auxiliar de Manutenção e Conservação
115	128	VALDEMIR RODRIGUES	20/09/1983	4.485.194-4	Auxiliar de Manutenção e Conservação
116	149	CRENDO CAMLEM	04/02/1974	3.732.488	Auxiliar de Manutenção e Conservação
117	02	ROSELENE DO CARMO FERREIRA	23/07/1970	3.579.257	Auxiliar de Serviços Gerais
118	20	LISIANE DA CRUZ	30/04/1983	4.744.069-4	Auxiliar de Serviços Gerais
119	31	PATRICIA DE SOUZA GONÇALVES	02/11/1977	3.273.414	Auxiliar de Serviços Gerais
120	54	SIRLEI MELO DE JESUS DA SILVA	21/07/1975	3.395.849	Auxiliar de Serviços Gerais
121	74	MAFALDA BARCELOS	11/01/1962	1.037.136	Auxiliar de Serviços Gerais
122	127	TATIANE FERREIRA RODRIGUES	02/06/1988	7.102.683	Auxiliar de Serviços Gerais
123	140	JULIANA EZIDIO	21/11/1983	5.011.639-8	Auxiliar de Serviços Gerais
124	14	CLEIDE MAIBERG WIPPEL	02/12/1974	3.547.357	Professor Nível II
125	37	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	27/06/1969	2.026.454	Professor Nível II
126	46	LUCIARA KUHLE	04/05/1991	5.368.981-0	Professor Nível II
127	51	DENY ELEN DOS SANTOS	06/11/1985	4.836.923-3	Professor Nível II
128	58	ALINI NEILI MASOTE	28/08/1990	4.744.056	Professor Nível II
129	60	CIRLEI FAUSTO	17/10/1986	5.797.133	Professor Nível II
130	61	PATRICIA HOBOLD ZALASKO	14/05/1988	5.307.320	Professor Nível II
131	66	ELAINE CRISTINA BENINCA	24/11/1989	4.088.650	Professor Nível II
132	76	ROZANE DA SILVA	15/06/1973	2.628.826	Professor Nível II
133	84	ISABEL BORGHESANG MORGHEN-ROTH	17/04/1974	3.394.958	Professor Nível II

134	95	LEONIRCE RINALDI FAUSTO	08/04/1974	3.353.726	Professor Nível II
135	114	GRACIELI MONDINI	31/03/1988	5.412.061	Professor Nível II
136	124	MARCIA QUESINSKI	09/11/1981	4.311.855	Professor Nível II
137	134	SILVANA VAVASSORI GAMBA	10/07/1978	3.486.855-0	Professor Nível II
138	138	PATRICIA TILLMANN	14/02/1992	5.529.335-2	Professor Nível II
139	146	LUCIANE MEIRE DALPRÁ DA SILVA	27/10/1975	4.187.907-4	Professor Nível II
140	09	JOICE BATISTA DA SILVA	21/01/1983	4409888	Fiscal de Tributos
141	79	MARIO JOSÉ PIRATH JUNIOR	01/07/1981	3.404.432	Fiscal de Tributos
142	118	ORIVAL DE ALMEIDA	05/06/1985	4.404.458-5	Fiscal de Tributos
143	136	GUSTAVO LUIZ CUNHA	15/09/1989	3.253.571	Fiscal de Tributos
144	144	LUCIANA CORREA FELICIANO	04/07/1976	2.987.974-4	Fiscal de Tributos

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Ficam INDEFERIDAS, após verificação de irregularidade, as inscrições dos seguintes candidatos aos cargos do certame aberto através do Edital do Concurso Público nº 001/2014 de 16 de Junho de 2014.

01	40	ELISA REGINA PETTER	10/09/1990	4.235.663	Engenheiro Civil
02	87	FATIMA WALTRICK BRANCO	28/08/1966	1.829.555	Assistente Social
03	07	EVANILDO ANZINI	07/11/1987	4.024.269	Agente Administrativo e Operacional
04	21	LUIZ ANTONIO CIRICO	26/12/1994	5.232.236	Agente Administrativo e Operacional
05	41	LAIZ JACINTO FERREIRA	30/01/1997	6.423.969	Agente Administrativo e Operacional
06	131	EDERSON WINTER	10/11/1982	4.085.434	Agente Administrativo e Operacional
07	42	GEVERSON ALVES DA SILVA	12/11/1990	5.923.486	Operador de Máquinas
08	101	JEAN CARLOS JUNIOR BORGHESANG	08/07/1994	5.772.947	Professor Nível II

Vitor Meireles, 24 de Julho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 152/2014

PORTARIANº. 152/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: REJANI SCHMITT CLAUDINO DOS SANTOS
Cargo: DIRETOR DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 28/07/2014 a 06/08/2014, referentes ao período aquisitivo de 18/03/2013 a 17/03/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 28 de julho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JULHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****Contrato Nº 13/2014 FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: SOCIEDADE MÉDICA GONZALLES S/C LTDA.

Número do Contrato: 13/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS PARA PROJETO ODONTOSC.

Data da Assinatura: 24/07/2014.

Vigência: 30/09/2014.

Valor mensal: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Adendo PP 48/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014 PMXV

LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 PMXV

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas sendo 03 colhedoras de forragens para o departamento de agricultura, conforme relação especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

ERRATA Nº 01 - PP 48/2014 PMXV

Considerando: Que no dia 25 de julho do ano de 2014 será feriado municipal.

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO a ocorrência de alterações no edital de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 48/2014 PMXV, nos seguintes termos:

1 - Fica alterado o Item 1.3 do Edital, passando a data de abertura do Processo Licitatório nº 66/2014 PMXV, Modalidade Pregão Presencial nº 48/2014 PMXV para as 09:00 horas do dia 28 de julho do ano de 2014.

2 - Continuam em pleno vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Edital inicial.

Xavantina/SC, em 14 de julho de 2014.
MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Pregão 078/2014 Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 078/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 153/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 078/2014, com protocolo dos envelopes até às 08h45min do dia 06 de AGOSTO de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de ASSESSORIA NA ÁREA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR OFICINAS DE CAPACITAÇÃO JUNTO A GESTÃO E TODOS OS TRABALHADORES, CONSELHEIROS E SERVIÇOS/MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme especificações constantes do anexo I do Edital, tipo menor preço GLOBAL, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC, 24 de abril de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Associações

AMREC

Resolução Nº01

Resolução nº 01/2014

Resolução nº 01/2014, de 30 de maio de 2014

Aplica revisão geral anual de salários do CIASAMREC

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera, CIASAMREC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Aplicar revisão geral anual de salários do CIASAMREC, incidindo uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais seguindo os termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme atribuições definidas no Contrato de Consórcio Intermunicipal de Atenção a Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina, em seu art.43, em 6,08%.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Criciúma, 30 de maio de 2014

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito de Cocal do Sul

Presidente do CIASAMREC

AMUREL

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária - Agosto - 2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 08 de agosto de 2014, às 09 horas e 30 minutos, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

Aprovação da Ata Anterior;

Prestação de contas do terceiro bimestre de 2014;

Palestra sobre Lar Legal com o Desembargador Lédio Rosa de Andrade e o Presidente Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Desembargador Nelson Schaefer Martins;

Tubarão, 23 de julho de 2014.

Moacir Rabelo da Silva

Presidente da AMUREL

Prefeito de Capivari de Baixo

Consórcios

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 07/2014

Ato de Dispensa nº 07/2014

Processo de Licitação nº 10/2014

Objeto: aquisição de token USB para instalação de certificado digital do tipo e-CPF A3.

Contratado: DIGITAL S DO BRASIL INFORMATICA LTDA.

CNPJ: 07.830.105/0002-06

VALOR: R\$ 90,75 (noventa reais e setenta e cinco centavos).

Florianópolis, 24 de julho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Lebon Régis, Macieira, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Videira e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 04 de julho a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1892;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1893;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1894;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1895;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1896;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1897;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1898;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1899;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1900;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1901;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1902;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1903.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.07.2014

à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 24 de julho de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 15 de julho a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1904;

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1905;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1906;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1907;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1908;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1909;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1910;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1911;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1912;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1913;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1914;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1915;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1916;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1917;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1918;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1919;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1920;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1921;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1922;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1923;

DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1924;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1925.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 15.07.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 24 de julho de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0015/2014 - Pneus

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 01 de agosto à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1926;
BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1927;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1928;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1929;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1930;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1931;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1932;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1933;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1934;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1935;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1936;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1937;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1938;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1939;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1940;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1941;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1942;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1943;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1944;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1945;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1946;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1947;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1948;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1949;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1950;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1951;

JK PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1952;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1953;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1954;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1955;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1956;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1957;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1958;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1959;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1960;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1961;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1962;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1963;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1964;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1965;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1966;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1967;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1968;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1969;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1970;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1971;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1972;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1973;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1974;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1975;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1976;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1977;
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1978;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1979;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1980;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1981;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1982;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1983;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1984;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1985;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1986;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1987;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1988;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1989;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1990;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1991;
PNEUFORTE COMÉRCIO E RACAPAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1992.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.08.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0020/2014. Pregão Eletrônico nº: 0015. Registro de Preços nº: 0017.

Fraiburgo (SC), 24 de julho de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP**Resolução Nº 23/2014**

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 23/2014

Euzébio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços Médicos Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas, a seguir:

CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELES/S, CNPJ 12.219.111/0001-72, situada na Rua Saul Brandalise, 1377, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Edilson Fontinele Cerqueira, RG 670.154 SSP-PI, CPF 287.260.493-68, Termo de Credenciamento 64/2014 .

Ultrassonografia de Abdomem Superior (Fígado,Visícula,Vias)	0.20.50.20.03-8	59,40
Ultrassonografia de de Abdomem Total	0.20.50.20.04-6	110,00
Ultrassonografia de de Aparelho Urinário	0.20.50.20.05-4	59,40
Ultrassonografia de de Bolsa Escrotal	0.20.50.20.07-0	59,40
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	0.20.50.20.09-7	59,40
Ultrassonografia de de Prostata (via abdominal)	0.20.50.20.10-0	59,40
Ultrassonografia de Tireóide	0.20.50.20.12-7	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica	0.20.50.20.14-3	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica c/Doppler	0.20.50.20.15-1	110,00
Ultrassonografia de Pélvica (Ginecológica)	0.20.50.20.16-0	59,40
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026*	130,00
Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (Até 3 vasos)	0.20.50.10.04-0	182,60
Ultrassonografia Transvaginal	0.20.50.20.18-6	59,40
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA (CONSULTA)	0.30.10.10.06-4	50,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de julho de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº. 06/2014-Cpl

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 06/2014-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S/S, CNPJ 12.219.111/0001-72, situada na Rua Saul Brandalise, 1377, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Edilson Fontinele Cerqueira, RG 670.154 SSP-PI, CPF 287.260.493-68, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços Médicos de Ginecologia/Obstetria e Exames Diagnósticos .

Ultrassonografia de Abdomem Superior (Fígado,Visícula,Vias)	0.20.50.20.03-8	59,40
Ultrassonografia de de Abdomem Total	0.20.50.20.04-6	110,00
Ultrassonografia de de Aparelho Urinário	0.20.50.20.05-4	59,40
Ultrassonografia de de Bolsa Escrotal	0.20.50.20.07-0	59,40
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	0.20.50.20.09-7	59,40
Ultrassonografia de de Prostata (via abdominal)	0.20.50.20.10-0	59,40
Ultrassonografia de Tireóide	0.20.50.20.12-7	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica	0.20.50.20.14-3	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica c/Doppler	0.20.50.20.15-1	110,00
Ultrassonografia de Pélvica (Ginecológica)	0.20.50.20.16-0	59,40
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026*	130,00
Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (Até 3 vasos)	0.20.50.10.04-0	182,60
Ultrassonografia Transvaginal	0.20.50.20.18-6	59,40
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA (CONSULTA)	0.30.10.10.06-4	50,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 25 de junho de 2014.
VERA MATHEUS DE CASTRO
Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

CISAM**Aviso de Licitação - Convite CISAM Nº 01/2014**

EDITAL DE EXPEDIÇÃO DE ATO CONVOCATÓRIO DE LICITAÇÃO

(CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI Nº 8.666 DE 21.06.93)

PROCESSO Nº: 35/2014

CONVITE Nº: 01/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO SEDAN, CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, ZERO KM

DATA DE EMISSÃO: 24/07/2014

DATA DE ABERTURA: 06/08/2014

HORÁRIO DE ENTREGA E ABERTURA: 14:30 HORAS

EMPRESAS CONVIDADAS:

1 - Auto Elite Ltda.

2 - De Marco Ltda.

3 - Carboni Veículos Ltda.

4 - Joaçaba Auto Ltda.

Os demais interessados em participar desta licitação, porém não convidados, poderão se inscrever e retirar o edital no escritório do CISAM, mediante registro cadastral até 24 horas antes da data de entrega das propostas e apresentarem suas propostas no dia da abertura até as 14:00 horas.

Maiores esclarecimentos serão prestados na sede do CISAM, sito à Rua Domingos Omizollo, 447, Bairro São Luiz - Capinzal/SC, CEP 89.665.000, ou pelos telefones (49) 3555-1107 e 3555-1970, com o Presidente da Comissão de Licitação: Tales Henrique Morés.

Capinzal/SC, 24 de julho de 2014.

Tales Henrique Morés

Presidente da Comissão de Licitação

CITMAR**Ata de Abertura do Envelope Nº. 01, Referente A Habilitação Jurídica E Técnica dos Concorrentes No Certame**

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 01, REFERENTE A HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA DOS CONCORRENTES NO CERTAME

Processo de Licitação - Tomada de Preços nº. 001/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, QUE SE COMPÕE DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, PROMOÇÕES, MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO, PRODUÇÃO GRÁFICA, ELETRÔNICA, EVENTOS E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS ÀS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR.

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, os membros da Comissão de Licitação Pública do respectivo consórcio, juntamente com os participantes do Edital de Licitação nº. 001/2014, para contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica,

eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, conforme estabelecido pelo respectivo Edital. Presidiu a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, que foi por mim secretariado, Vivian Mengarda Floriani. Entregaram os envelopes até as 9h. as respectivas empresas: AGENCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME, DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME, TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. Entregando os envelopes até o horário previsto em Edital, estão habilitadas para a abertura do Envelope nº. 01, o qual compreende a Habilitação Jurídica dos concorrentes. Sendo analisado a parte documental prevista no Edital, verificou-se que as empresas AGENCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME e TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA preencheram os requisitos estabelecidos no Edital. A empresa DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME possui Certificado junto ao Conselho Executivo das Normas-Padrão - CENP vencida, não preenchendo os requisitos do Edital, notadamente no item 4.1, alínea "c", bem como a Certidão Municipal está positiva, não preenchendo os requisitos do Edital, notadamente no item 4.1, alínea "h". Como não preencheu os requisitos estabelecidos pelo Edital, a empresa DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME foi considerada inabilitada, e, assim não podem passar para a fase de abertura das propostas de preço. A empresa DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME, desiste de recorrer da decisão da Comissão de Licitação, assinando a presente ata abaixo identificado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Licitação deu por encerrada esta fase, que vai assinada pelo Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, por mim, Sra. Vivian Mengarda Floriani, Secretária designado, pelo Sr. Jean Carlos Coelho e Vilmar Fronza, membros da Comissão de Licitação, pelo Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto, Assessor Jurídico do CITMAR e pelo representante da empresa participante na respectiva licitação.

Célio José Bernardino
PresidenteVivian Mengarda Floriani
Secretária designadoJean Carlos Coelho
MembroVilmar Fronza
MembroDr. Cirino Adolfo Cabral Neto
Assessor Jurídico

Participantes do Certame:

Pelo presente, a empresa DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME, desiste de recorrer da decisão tomada pela Comissão de Licitação, tendo em vista que a empresa concorrente no certame não preencheu os requisitos estabelecidos no Edital, notadamente ao item 4.1, alíneas "c" e "h", e por ser verdade firmo para que surta os efeitos legais:

DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME
Representante Legal**Ata de Abertura do Envelope Nº. 02, Referente A Proposta Técnica dos Concorrentes No Certame**

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 02, REFERENTE A PROPOSTA TÉCNICA DOS CONCORRENTES NO CERTAME

Processo de Licitação - Tomada de Preços nº. 001/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, QUE SE COMPÕE DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS

PUBLICITÁRIAS, PROMOÇÕES, MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO, PRODUÇÃO GRÁFICA, ELETRÔNICA, EVENTOS E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS ÀS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR.

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, os membros da Comissão de Licitação Pública do respectivo consórcio, juntamente com os participantes do Edital de Licitação nº. 001/2014, para contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica, eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, conforme estabelecido pelo respectivo Edital. Presidiu a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, que foi por mim secretariado, Vivian Mengarda Floriani. Considerando que a empresa DOHMA COMUNICAÇÃO - JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI ME foi considerada inabilitada na Habilitação, desistindo a mesma de interpor qualquer recurso, a Comissão devolveu lacrados os envelopes n. 01 e 02 - Proposta Técnica e Proposta de Preço, respectivamente. Passando para a análise das Propostas Técnicas, a Comissão solicitou parecer da Comissão Especial, instaurada através da Portaria n. 01/2014. Pela análise das propostas técnicas, a empresa TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA somou 195 (cento e noventa e cinco) pontos. A empresa AGENCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME somou 158 (cento e cinquenta e oito) pontos. Sendo analisado as Propostas Técnicas pelos concorrentes, a empresa AGENCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME levantou dois pontos de questionamento: 1) Que a empresa TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA não seguiu o Edital, no item 5.1.5 alínea "a", tendo em vista que o Edital pediu a relação de 03 (três) clientes atendidos pela concorrente, e a empresa apresentou uma relação com 10 (dez) empresas; 2) Que a empresa TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA não cumpriu o Edital, no item 3.4. A empresa TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA informa que não aceita a assinatura e a data colocadas na Proposta Técnica da empresa AGENCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME, tendo em vista que as mesmas estão à caneta. Para que não hajam nulidades no presente processo, foi então suspensa a licitação e aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para Recurso das empresas que desejam recorrer, conforme art. 109, §6º da Lei Federal 8.666/93. A Comissão deliberou pelo retorno do processo licitatório para abertura do envelope de proposta de preços para o dia 31/07/2014 às 9h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Licitação deu por encerrada esta sessão, que vai assinada pelo Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, por mim, Sra. Vivian Mengarda Floriani, Secretária designado, pelo Sr. Jean Carlos Coelho e Vilmar Fronza, membros da Comissão de Licitação, pelo Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto, Assessor Jurídico do CITMAR e pelo representante da empresa participante na respectiva licitação.

Célio José Bernardino
Presidente

Vivian Mengarda Floriani
Secretária designado

Jean Carlos Coelho
Membro

Vilmar Fronza
Membro

Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto
Assessor Jurídico

Participantes do Certame:

CONSÓRCIO CATARINA

Resolução Administrativa Nº 01, de 31 de Outubro de 2013 - Apresentação do Projeto do Estatuto Social do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - Consórcio Catarina E Fixação de Procedimento Para A Sua Aprovação

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Apresenta o projeto do Estatuto Social do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, e fixa o procedimento para a sua aprovação.

O Presidente e o Secretário eleitos pela Assembléia Estatuante do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições previstas na Cláusula Vigésima Sexta do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO CATARINA, expede a seguinte Resolução Administrativa:

Art. 1º. Fica estabelecido o projeto do Estatuto Social do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Fica fixado o prazo de até a realização da continuidade desta Assembléia Estatuante para os entes consorciados analisarem o projeto do Estatuto Social e apresentarem suas propostas de emendas e destaques para votação em separado, as quais deverão ser apresentadas por escrito para discussão e votação.

Art. 3º. Somente serão apreciadas na continuidade da Assembléia Estatuante as propostas de emendas e destaques apresentados por escrito, devendo constar obrigatoriamente o nome do ente consorciado proponente e o texto da emenda ou destaque proposto.

Parágrafo único. A proposta de emenda do Estatuto Social não poderá alterar ou contrariar os termos que estão expressos no protocolo de intenções.

Art. 4º. Somente serão aprovadas as propostas de emenda ou destaque que obtiverem os votos de, ao menos, 2/3 (dois terços) da totalidade dos entes consorciados presentes à Assembléia Estatuante, respeito o quorum mínimo de instalação.

Art. 5º. Fica designado o dia 20 de novembro de 2013, às 09h30min para a continuidade da Assembléia Estatuante, a qual será instalada com a presença de entes federados consorciados que representem 50% mais um dos votos totais do consórcio, na qual será ultimada a votação do Estatuto Social do CONSÓRCIO CATARINA.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação em assembléia.

Tubarão/SC, 31 de outubro de 2013.
Antonio Avelino Honorato Filho
Presidente da Assembléia Estatuante

Jorge Leonardo Nesi
Secretário da Assembléia Estatuante

ANEXO ÚNICO

ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA

Pelo presente instrumento, os Municípios de Armazém, Capivari de

Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Jaguaruna, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio e Tubarão, por meio de seus representantes legais abaixo assinados, com base na legislação municipal, estadual e federal correlata, instituem o Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade de regulação dos serviços de saneamento básico, observados os termos e condições previstos no protocolo de intenções formalizado em 13/06/2011, na Lei nº 11.107, de seis de abril de 2005, na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e demais legislação pertinente.

Título I

Da denominação, constituição, sede, duração, área de atuação e finalidades

Capítulo I

Da denominação e constituição

Art. 1º. O Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, é uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Código Civil Brasileiro, Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, demais legislação pertinente, Estatuto Social e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Art. 2º. O Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA é formado pelos municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Jaguaruna, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio e Tubarão.

Parágrafo único. A ratificação do protocolo de intenções pelo município, após 2 (dois) anos da subscrição, implicará em aceitação como membro consorciado após deliberação da Assembléia Geral.

Art. 3º. É facultado o ingresso de novos municípios ao Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria Executiva, a qual, após análise de atendimento aos requisitos legais, colocará à apreciação da Assembléia Geral que decidirá pela aceitação ou não do novo consorciado.

Parágrafo único - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao consórcio, a subscrição do Contrato de Programa e a celebração do Contrato de Rateio.

Capítulo II

Da sede, duração e área de atuação

Art. 4º. O Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA tem sede e foro na cidade de Tubarão/SC, junto à sede da AMUREL, localizada na Rua Rio Branco nº 067, Bairro Vila Moema, e terá duração indeterminada.

Art. 5º. A área de atuação do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Capítulo III

Dos objetivos

Art. 6º. O Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA tem por objetivo defender, ampliar, promover a interação, fortalecer e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios que integram este consórcio, podendo para tanto:

I - planejar e executar a gestão associada de serviço público de saneamento básico, nos termos de contrato de programa próprio de cada serviço;

II- firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

III- nos termos do Contrato Consórcio de direito público promover desapropriações e instituir servidões nos termos da declaração de utilidade ou necessidades pública, ou interesse social, realizada pelo poder público;

IV- ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir e respeitando este protocolo;

V- estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos associados, através do planejamento institucional, apoiando-se na execução dos serviços administrativos;

VI - estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação municipal, visando a ampliação e melhoria dos serviços locais dos associados;

VII - defender junto aos Governos Federal, Estaduais e Municipais que os serviços públicos de saneamento básico sejam considerados de fundamental importância para a vida da população brasileira;

VIII - colaborar e cooperar com os poderes legislativos e executivos municipais integrados na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento e fortalecimento dos serviços públicos de saneamento básico;

IX - promover o desenvolvimento local das políticas de resíduos sólidos;

X- estudar, propor e promover campanhas educativas sobre a adequada disposição final dos resíduos sólidos, incluindo a recuperação de áreas e corpos receptores degradados pela disposição inadequada de resíduos sólidos e líquidos, e pelas deficiências de drenagem urbana que provoquem inundações e erosões;

XI - promover reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos federais e estaduais de interesse comum dos associados;

XII - promover gestões junto aos órgãos competentes visando à obtenção de recursos financeiros para futuras melhorias nos serviços de saneamento básico;

XIII - desenvolver outras atividades que por sua natureza venham promover o aperfeiçoamento dos Serviços Públicos Municipais de Saneamento;

XIV - informar a população sobre as questões relevantes para a preservação do meio ambiente, incentivando a criação de mecanismos de controle social sobre a prestação dos serviços de saneamento básicos;

XV - Disciplinar e organizar o serviço público de saneamento básico no território dos municípios efetivamente consorciados, incluindo padrões de qualidade impacto sócio-ambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação; bem como, fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XVI - Elaborar estudos e projetos, com vista à captação de recursos junto aos órgãos públicos Estaduais e Federal, bem como entidades governamentais ou privadas nacionais ou estrangeiras, para aplicação nos sistemas de saneamento básico.

Parágrafo Primeiro - Para atender o objetivo proposto o Consórcio exercerá as atividades de fiscalização e planejamento dos serviços de saneamento básico, em nome dos entes federativos consorciados, subscritores e ratificadores do presente instrumento, em consonância com as disposições da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007 e prevista no Protocolo de Intenções.

Parágrafo Segundo - A execução dos objetivos do consórcio poderá ser efetivada por meio de ações que aproveitem apenas a parte dos membros consorciados, cuja disciplina se dará por meio dos contratos de programa próprios de cada serviço.

Título II

Da gestão, do contrato de programa e de rateio e dos direitos e deveres

Capítulo I

Da gestão associada dos serviços públicos

Art. 7º. Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos delegando ao Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA a prestação de serviços previstos no art. 6º deste estatuto social.

Parágrafo Primeiro - A gestão associada autorizada no caput refere-se:

I - ao planejamento, fiscalização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - a implementação de melhorias sanitárias domiciliares, desenvolvimento de programas de educação sanitária e ambiental, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou semelhantes;

III - a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento básico nos Municípios consorciados;

IV - a prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

V - a realização de licitações compartilhadas, das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por municípios consorciados ou entes de sua administração indireta;

VI - aquisição ou administração dos bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;

VII - a contratação de serviços para operação de sistemas de saneamento básico;

VIII - a outorgar concessões, autorizações e permissões para o uso dos sistemas de saneamento básico.

Parágrafo Segundo - Mediante solicitação, é facultado à Assembleia Geral devolver qualquer dos poderes mencionados no inciso

I do parágrafo primeiro à administração direta de município consorciado.

Art. 8º. A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos municípios que efetivamente se consorciarem.

Art. 9º. Para a consecução de gestão associada, os municípios consorciados transferem ao consórcio o exercício das competências de estudo e elaboração de projetos, planejamento, fiscalização e regulação dos serviços público de saneamento básico.

Parágrafo Único. Os entes consorciados, mediante Contrato de Programa, poderão transferir ao Consórcio outras competências do sistema público de saneamento básico.

Das Diretrizes Para os Serviços Públicos de Saneamento Básico

Art. 10. No que não contrariar a legislação federal, são diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico provido pelo Consórcio ou pelos Municípios consorciados:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV- disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltada para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários quando for o caso, e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração da infra-estrutura e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

XIII - a promoção das ações de educação sanitária e ambiental para a conscientização sobre os procedimentos para evitar a contaminação do solo, da água e do ar.

Dos Regulamentos

Art. 11. Atendidas as diretrizes fixadas no Protocolo de Intenções, neste Estatuto Social, na legislação do titular dos serviços e na resolução a ser aprovada pela Assembléia Geral do Consorcio estabelecerá parâmetros para execução dos serviços, que deverão compreender pelo menos:

I- Os indicadores de qualidade dos serviços e sua adequada e eficiente prestação;

II- as metas de expansão e qualidade dos serviços e os respectivos prazos, quando adotados metas parciais e graduais;

III- sistema de medição, faturamento e cobrança dos serviços;

IV - o método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das taxas ou preços públicos;

V - os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e de reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;

VI - os planos de contingência e de segurança

VII - as penalidades a que estarão sujeitos os usuários e os prestadores.

Das Tarifas

Art. 12. Os valores das tarifas e de outros preços públicos, bem como seu reajuste e revisão, observarão os seguintes critérios:

I - a tarifa se comporá de duas partes, uma referida aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referida aos custos do Consórcio, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico a seu cargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futuras;

II - ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em volumes medidos ou estimados mensalmente, com valores distintos para cada qual;

III - as tarifas serão progressivas de acordo com o consumo de água, e diferenciadas para as categorias não residenciais, que poderão subsidiar o consumo residencial

IV - as tarifas poderão ser reajustadas ou revistas para atender a necessidade de execução de programas de melhoria e ampliação dos serviços de saneamento básico.

Capítulo II

Do contrato de programa

Art. 13. Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual em estrita observância à legislação vigente.

Art. 14. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consorcio Público as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II- o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III- o critério, indicadores, formula e parâmetros definidores de qualidade dos serviços;

IV- o cálculo de tarifas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;

V- procedimentos que garantam transparência de gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

VI - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VIII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

IX - as penalidades e sua forma de aplicação;

X - os casos de extinção;

XI - os bens reversíveis;

XII - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes das prestações dos serviços;

XIII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIV - a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XV - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Parágrafo Primeiro - No caso de a prestação de serviços for operada por transferência total ou parcial de encargos, serviço, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V- a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizado mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade da administração direta do Município

contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

Parágrafo Terceiro - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Parágrafo Quarto - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para e execução dos investimentos previstos no contrato.

Parágrafo Quinto - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

Parágrafo Sexto - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada, e

II - extinção do consórcio.

Capítulo III

Do contrato de rateio

Art. 15. Os recursos necessários ao custeio das despesas administrativas e operacionais do Consórcio, bem como referente aos serviços eventualmente custeados pelo Município, serão repassados mediante prévia celebração de contrato de rateio, vinculado à vigência dos respectivos créditos orçamentários, cujos critérios e valores serão deliberados pela Assembléia Geral.

Capítulo IV

Dos direitos e deveres dos consorciados

Art. 16. Os municípios que integram o quadro de consorciados do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, nele terão representação por seus prefeitos municipais, como membros titulares e como suplentes os vice-prefeitos.

Art. 17. Constituem direitos dos consorciados:

- I - participar das Assembléias e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II - votar e ser votado;
- III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;
- IV - compor a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Consórcio nas condições estabelecidas neste Estatuto;
- V - quando adimplente com suas obrigações, de exigir o pleno cumprimento das cláusulas do Protocolo de Intenções, Contrato de Programa, Estatuto Social e Contrato de Rateio do CONSÓRCIO CATARINA.

Art. 18. Constituem deveres dos consorciados:

- I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Programa, o Estatuto e o Regimento Interno, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;
- II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CONSÓRCIO CATARINA, em especial, ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de

Rateio;

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO CATARINA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do CONSÓRCIO CATARINA.

Título III

Das estruturas e competência

Capítulo I

Da estrutura

Art. 19. O Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA terá a seguinte estrutura básica:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Presidência;
- IV - Conselho Fiscal.

Capítulo II

Da assembléia geral

Natureza e composição

Art. 20. A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes efetivamente consorciados.

Parágrafo Primeiro - Os substitutos legais dos Chefes do Poder Executivo dos municípios consorciados poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral com direito à voz.

Parágrafo Segundo - No caso de ausência do Chefe do Poder Executivo, seu substituto legal assumirá a representação do ente federativo na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto.

Parágrafo Terceiro - O disposto no parágrafo segundo desta cláusula não se aplica caso tenha sido enviado representante especialmente designado pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo Quarto - O servidor de um ente consorciado não poderá representar outro ente na Assembléia Geral. A mesma proibição se estende aos servidores do Consórcio.

Das reuniões

Art. 21. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente 04 vezes por ano, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Parágrafo Primeiro - As reuniões da Assembléia Geral Ordinária serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em edital expedido pelo Presidente do Consórcio, tendo como local a sede do Consórcio, algum município consorciado ou outros locais aprovados em assembléia.

Parágrafo Segundo - As Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Consórcio ou por iniciativa de no mínimo 1/5 (um quinto) dos representantes dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações estatutárias, por motivos fundamentados e escritos, segundo a forma de convocação do parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - Os editais de convocação e demais atos expedidos pelo CONSÓRCIO CATARINA serão publicados em Diário Oficial ou no sítio do CONSÓRCIO CATARINA mantido na rede mundial de computadores (internet).

Dos votos

Art. 22. Cada ente consorciado terá direito a 01 voto na Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - Não se admite o voto por procuração.

Parágrafo Segundo - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Parágrafo Terceiro - O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

Do quorum

Art. 23. A Assembléia Geral será instalada com a presença de entes federados consorciados que representem 50% mais um dos votos totais do consórcio. Matérias que versem sobre aprovação, alteração de estatutos, recusa, admissão e rescisão dos indicados pela Diretoria Executiva para cargos em comissão, alteração de sede e cessão de funcionários para o Consórcio deverão ter a presença e votos favoráveis de, no mínimo, 2/3 dos votos totais dos consorciados.

Parágrafo Único. Com exceção do quorum qualificado previsto no caput deste artigo e demais disposições deste estatuto, as Assembléias Geral e Extraordinária exigirão para a deliberação das demais matérias, em primeira convocação, o quorum de 1/2 (metade) mais um dos consorciados, ou 1/3 (um terço) dos consorciados em segunda convocação, sendo consideradas aprovadas as matérias que obtiverem o voto da maioria simples dos consorciados presentes.

Da competência

Art. 24. Compete à Assembléia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria Executiva;

VI - ratificar ou recusar a indicação da Diretoria quanto ao Coordenador Técnico-Operacional, do Coordenador Administrativo e do Coordenador Jurídico do CONSÓRCIO, bem como decidir pela admissão ou rescisão contratual dos indicados para estes cargos e sua consequente substituição;

VII - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, e

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VIII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

IX - aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

X - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos de saneamento básico;

XI - aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em no máximo cento e vinte dias, sob pena de perda da eficácia;

XII - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XIII - Homologar retificações propostas ao Contrato de Consórcio, com no mínimo dois terços dos votos, dos entes consorciados presentes na assembléia;

Parágrafo Primeiro - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presente pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

Parágrafo Segundo. A competência prevista neste artigo não impede que outras sejam reconhecidas por este estatuto ou outros regulamentos.

Da eleição

Art. 25. O Presidente do CONSÓRCIO CATARINA será eleito em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos da Assembléia, e somente serão aceitas candidaturas do Chefe do Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo Primeiro - O Presidente será eleito mediante voto público e nominal.

Parágrafo Segundo - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 3/5 (três quintos) dos consorciados.

Parágrafo Terceiro - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado os 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á imediatamente o

segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos.

Parágrafo Quarto - Não obtido o número de votos mínimos mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente em exercício.

Da nomeação e da homologação da Diretoria

Art. 26. Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie os demais membros da Diretoria Executiva, os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo de entes consorciados.

Parágrafo Primeiro - Uma vez nomeados, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por meio de documento subscrito pelo indicado.

Parágrafo Segundo - Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação.

Parágrafo Terceiro - Estabelecida lista válida, as nomeações somente produzirá efeito caso aprovadas por 3/5 (três quintos) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos associados.

Da destituição do Presidente e de Diretor Executivo

Art. 27. Em qualquer Assembléia Geral poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou qualquer dos Diretores Executivos, bastando ser apresentado requerimento com apoio de pelo menos 1 /5 (um quinto) dos membros efetivamente consorciados, para apreciação e deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - A destituição do Presidente ou Diretores se dará pelo voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados, em votação pública e nominal.

Das Atas da Assembléia

Art. 28. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

IV - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

Parágrafo Primeiro - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter indicação expressa e nominal dos representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

Parágrafo Terceiro - A ata será rubricada em todas as suas folhas,

inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 29. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores de Internet.

Parágrafo Único - Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer cidadão.

Capítulo III

Da diretoria executiva

Art. 30. A Diretoria Executiva é composta por quatro membros, neles compreendidos o Presidente, o vice-presidente, o diretor geral e o diretor financeiro.

Parágrafo Primeiro - Nenhum dos Diretores perceberá remuneração ou qualquer espécie de verba indenizatória.

Parágrafo Segundo - Somente poderão ocupar cargos na Diretoria chefes do poder executivo de ente federativo consorciado.

Art. 31. O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a recondução para o mesmo cargo por mais 1 (um) ano, devendo a representação municipal recair sobre o Chefe do Poder Executivo do Município consorciado.

Art. 32. A eleição para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, que obedecerá o disposto nos artigos 25 e 26 deste Estatuto, será realizada no mês de dezembro de cada ano, ficando automaticamente empossados seus membros a partir de 01 de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Primeiro - A eleição ocorrerá por declaração de voto manifestado por cada ente consorciado e devidamente registrado na ata da Assembléia.

Parágrafo Segundo - Cessará automaticamente o mandato do presidente do CONSÓRCIO CATARINA, ou de qualquer membro da diretoria, caso não mais ocupem a Chefia do Poder Executivo Municipal, sendo nestes casos substituído por outro membro da diretoria.

Parágrafo Terceiro - Os membros da diretoria executiva eleitos deverão assinar o termo de nomeação constante do anexo deste Estatuto.

Art. 33. Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada por metade mais um dos votos da Diretoria, poderá haver redesignação interna de cargos, com exceção do Presidente.

Art. 34. A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria simples dos votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do Presidente.

Art. 35. Compete à Diretoria Executiva:

I - julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) de impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio.

II - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar o Coordenador Técnico Operacional a contratar estagiários e a dispensar ou exonerar empregados e servidores temporários.

IV - autorizar o Coordenador Técnico Operacional a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CONSÓRCIO CATARINA;

V - aprovar e modificar o regimento interno do CONSÓRCIO CATARINA;

VI - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CONSÓRCIO CATARINA;

VII - deliberar sobre o Plano de Cargos e Salários do CONSÓRCIO CATARINA e a remuneração de seus empregados;

VIII - autorizar o Coordenador Técnico Operacional a contratar serviços de auditoria interna e externa;

IX - autorizar a alienação de bens móveis livres do consórcio, de acordo com as normas do Contrato do Consórcio;

X - propor a estrutura administrativa e o plano de cargos e salários a serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral, os quais integrarão o regimento interno do CONSÓRCIO CATARINA;

XI - Indicar, para decisão pela Assembléia Geral, os nomes para ocuparem os cargos em comissão de Coordenador Técnico-Operacional, Coordenador Administrativo e Coordenador Jurídico do CONSÓRCIO CATARINA;

XII - Instituir comissões técnicas para discussão e aconselhamento para assuntos específicos, cujas atribuições e período de funcionamento constarão no ato de sua criação.

Art. 36. Compete ao Presidente:

I - convocar e presidir as Assembléias Gerais do CONSÓRCIO CATARINA, as reuniões da Diretoria Executiva e manifestar o voto de qualidade;

II - tomar e dar posse aos membros da Diretoria Executiva;

III - representar o CONSÓRCIO CATARINA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como, constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia.

IV - movimentar em conjunto com o Coordenador Administrativo do Consórcio as contas bancárias e os recursos do CONSÓRCIO CATARINA, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente aos demais membros da Diretoria Executiva e ao Coordenador Técnico-operacional nos termos do artigo 44, II deste Estatuto.

V - contratar, enquadrar, promover, demitir e punir funcionários, bem como, praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

VI - administrar e zelar pelo cumprimento das normas do Contrato de Consórcio e do presente Estatuto;

VII - firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas, inclusive com municípios consorciados, com vista ao atendimento dos objetivos do consórcio;

VIII - estabelecer normas internas através de resoluções, sobre atribuições funcionais, remuneração, vantagens, adicionais de salário e outras voltadas ao funcionamento normal e regular do consórcio;

IX - administrar o patrimônio do Consórcio, visando a sua formação e manutenção;

X - executar e divulgar as deliberações da Assembléia Geral;

XI - colocar a disposição do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, quando solicitado, toda a documentação físico-financeira, projetos, programas e relatórios do CONSÓRCIO CATARINA;

XII - encaminhar o balancete financeiro mensal aos municípios consorciados;

XIII - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CONSÓRCIO CATARINA venha a receber.

Parágrafo Primeiro - Ao Diretor Geral compete orientar, auxiliar e fiscalizar os órgãos e demais empregados responsáveis pelo bom funcionamento administrativo e técnico do CONSÓRCIO CATARINA, observadas as normas e regulamentos de regência.

Parágrafo Segundo - Ao Diretor Financeiro compete orientar, auxiliar e fiscalizar os órgãos e demais empregados responsáveis pela regularidade financeira e fiscal do CONSÓRCIO CATARINA, observadas as normas e regulamentos de regência.

Parágrafo Terceiro - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente na sua ausência e emprestar sua colaboração para o funcionamento adequado do CONSÓRCIO CATARINA.

Capítulo IV

Do conselho fiscal

Art. 37. O Conselho Fiscal é composto por:

I - Três conselheiros titulares e dois suplentes, representantes dos entes consorciados, eleitos juntamente com o Presidente em Assembléia Geral.

II - Cinco conselheiros titulares e cinco suplentes representantes dos usuários indicados pelas entidades e forma definidas nos parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro - São representantes dos usuários as seguintes entidades:

I - Associação Comercial e Industrial;

II - Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL);

III - Associação das Donas de Casa, Consumidores e Cidadania (ADOCON);

IV - Associação das Micro e Pequenas Empresas (AMPE);

V - Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos.

Parágrafo Segundo - Serão consideradas as entidades referidas no parágrafo anterior com sede no município consorciado de maior população. Na ausência de entidade no município consorciado de maior população ou recusa ou omissão deste na indicação do

conselheiro, o direito de indicação passará a ser da entidade equivalente com sede no município consorciado com a segunda maior população e assim sucessivamente.

Parágrafo Terceiro - Cada entidade referida no parágrafo primeiro deste artigo será comunicada por ofício assinado pelo Presidente do CONSÓRCIO CATARINA para, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, apresentar mediante ofício protocolado na sede do Consórcio, os nomes com a devida qualificação (CPF, RG, estado civil, profissão e endereço) de um conselheiro e o respectivo suplente.

Art. 38. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante requerimento aprovado por 1/3 (um terço) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença de 2/3 (dois terços) de entes consorciados.

Art. 39. Compete ao Conselho Fiscal:

I - exercer o controle de legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas;

II - fiscalizar a contabilidade do Consórcio, emitindo parecer anual, sob forma de resolução, sobre os relatórios financeiros e aplicação dos recursos, submetendo-a à homologação da Assembléia Geral;

III - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor à Diretoria Executiva a contratação de auditorias;

IV - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembléia Geral pela Diretoria Executiva e pela Diretoria Administrativa;

V - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

Título IV

Da Gestão Administrativa

Capítulo I

Dos Agentes Públicos

Seção I Disposições Gerais

Art. 40. Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados previstos neste Estatuto e no Protocolo de Intenções.

Parágrafo Primeiro - A atividade de Presidência do Consórcio, dos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo Segundo - O Presidente e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal, bem como os que integrem outros órgãos do Consórcio não serão remunerados e não poderão receber qualquer quantia do Consórcio, inclusive a título indenizatório ou de compensação.

Seção II Dos empregos públicos

Art. 41. Os servidores do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

Parágrafo Primeiro - O regulamento de pessoal, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Estatuto e no Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação e jornada de trabalho, licenças, fixação e recebimento de verbas indenizatórias, gratificações de função e adiantamento de despesas, além de outras matérias correlatas.

Parágrafo Segundo - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva.

Art. 42. O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, na conformidade do Anexo I deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral poderá, de acordo com as necessidades do CONSÓRCIO CATARINA, alterar o quadro de funcionários do presente artigo.

Parágrafo Segundo - Com exceção dos empregos públicos de Coordenador Técnico-operacional, Coordenador Administrativo e Coordenador Jurídico, de nível superior de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Terceiro - A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo I deste Estatuto, com revisão geral anual pelo índice e na forma definida em Assembléia. A Assembléia Geral poderá alterar a remuneração definida no Anexo I deste Estatuto, fora da data base e em percentuais diferenciados entre os servidores, a fim de garantir a continuidade e eficiência dos serviços e a equivalência salarial com o mercado.

Parágrafo Quarto - Poderão ser agregados ao quadro de pessoal do Consórcio funcionários cedidos, dos órgãos públicos da administração direta e indireta dos entes federativos consorciados, com ônus à origem, casos estes devidamente analisados e homologados pela Diretoria Executiva do Consórcio.

Art. 43. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e, pelo menos, mais dois Diretores.

Parágrafo Primeiro - Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

Parágrafo Segundo - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores-Internet, bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Terceiro - Nos trinta primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderão ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em quinze dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 44. Compete ao Coordenador Técnico Operacional:

I - quando convocado, comparecer às reuniões da Diretoria Executiva;

II - movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente, bem como elaborar os boletins diários de caixa

e de bancos;

III - praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com Diretoria Executiva, dentre os quais:

a) promover o lançamento das receitas, inclusive de taxas, tarifas e outros preços públicos;

b) inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;

c) emitir as notas de empenho de despesa;

d) examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;

e) preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;

f) realizar pagamentos e dar quitações;

g) providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos atos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;

h) providenciar, subscrever e, solidariamente com o presidente, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

IV- Exercer a gestão patrimonial, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:

a) a aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção, a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;

b) cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;

c) baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis, perdidos ou destruídos;

d) manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;

e) seguro dos bens patrimoniais;

f) programação e controle do uso de veículos;

g) elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;

h) a limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;

V- zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VI- praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:

a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregos;

b) manter os registros e os assentos funcionais;

c) elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;

d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;

e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;

f) propor o presidente os valores de ajudas de custo e de diárias;

g) planejar e promover a capacitação pessoal, incluído a dos serviços locais;

VII- promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em lei, no Contrato do Consórcio Público ou seus estatutos.

Parágrafo Único - Além das atribuições previstas neste artigo, o Coordenador Técnico Operacional poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do presidente.

Art. 45. O Coordenador Técnico Operacional anualmente deverá apresentar demonstrativo que indique:

I - o valor investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

Art. 46. Ao Coordenador Administrativo compete auxiliar o Coordenador Técnico Operacional no desempenho das funções da sua competência.

Art. 47. Ao coordenador Jurídico compete:

I - promover a defesa jurídica dos interesses do CONSÓRCIO CATARINA judicial ou extrajudicialmente;

II - prestar assessoria exclusivamente jurídica à Diretoria Executiva e aos demais órgãos do CONSÓRCIO CATARINA, emitindo pareceres jurídicos opinativos, sem caráter vinculativo, quando solicitado.

Seção III

Das contratações temporárias

Art. 48. Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nas seguintes hipóteses:

I - preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público;

II - substituição de servidor afastado em caráter temporário;

III - assistência a situações de calamidade pública;

IV - assistência a emergências em saúde pública;

V - para implantação de serviço em caráter de urgência, assim definido pela Assembléia Geral.

Parágrafo único - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago ou função equivalente e perceberão a remuneração para eles prevista.

Art. 49. As contratações temporárias terão prazo máximo de 12 (doze) meses, exceto aquelas fundadas em situações emergenciais

que ficam limitadas ao período anterior e à cessação da causa que demandou a contratação.

Título V

Do patrimônio, recursos financeiros e do uso dos serviços

Capítulo I

Do patrimônio

Art. 50. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 51. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio quando:

I - tenha contratado o Consórcio para a prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado;

II - houver contrato de rateio.

Parágrafo Único - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

Art. 52. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos e contratos administrativos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Capítulo II

Dos recursos financeiros

Art. 53. Constituem recursos financeiros do CONSÓRCIO CATARINA:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e publicados em Resolução pelo Presidente da Diretoria Executiva e outras normas que venham a disciplinar a matéria;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições, convênios e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - outras receitas eventuais.

Art. 54. Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - O Consórcio fica autorizado a, em nome dos Municípios consorciados, elaborar estudos e projetos que visem a captação de recursos junto às entidades citadas no caput para aplicação em saneamento básico.

Art. 55. Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.

Capítulo III

Do uso dos equipamentos e serviços

Art. 56. Terão acesso aos serviços e equipamentos do Consórcio os consorciados que contribuírem para a sua aquisição.

Art. 57. A utilização dos serviços e equipamentos serão regulamentados pela Assembléia Geral, consubstanciados em "Contrato de Programa".

Art. 58. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar a disposição do Consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação aprovada em "Contrato de Programa".

Título VI

Da retirada dos consorciados, da exclusão e da dissolução

Capítulo I

Da retirada

Art. 59. Cada consorciado poderá se retirar a qualquer momento do CONSÓRCIO CATARINA dependendo de ato formal da sua decisão, referendada pela Câmara Municipal de Vereadores, com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da liquidação das contribuições previstas no "Contrato de Rateio" e dos serviços a que tenha direito, até sua efetiva retirada.

Capítulo II

Da exclusão

Art. 60. Será excluído do CONSÓRCIO CATARINA, após prévia suspensão, o consorciado que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de "Contrato de Rateio".

Art. 61. Será igualmente excluído do CONSÓRCIO CATARINA o participante que deixar de efetuar o pagamento das parcelas mensais devidas pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - A exclusão prevista neste artigo não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes referente ao período em que permaneceu inadimplente e como ativo participante, devendo o CONSÓRCIO CATARINA proceder à execução dos direitos.

Art. 62. A exclusão dar-se-á por deliberação da Assembléia Geral e a suspensão por deliberação da Diretoria Executiva, após procedimento administrativo que assegure direito de defesa e recurso.

Art. 63. O consorciado que optou pela retirada ou que foi excluído, que queira reingressar à sociedade, pagará um valor fixado pela

Assembléia Geral, a título de indenização, pelos investimentos realizados durante o período de sua retirada até o seu reingresso.

Capítulo III

Da dissolução

Art. 64. O CONSÓRCIO CATARINA somente será extinto nos termos definidos pelo Protocolo de Intenções.

Título VII

Disposições gerais e transitórias

Prever o prazo do primeiro mandato até 31/12/15, permitida uma recondução por mais um ano.

Art. 65. Em assuntos de interesse comum, fica autorizado o CONSÓRCIO CATARINA a representar os Municípios consorciados perante outras esferas de governo, pessoas jurídicas de direito público e privado, pessoas físicas e instituições de qualquer natureza.

Art. 66. Mediante deliberação da Diretoria Executiva, poderá o CONSÓRCIO CATARINA celebrar contrato de gestão ou termo de parceria, com vistas a cumprir as finalidades a que se propõe.

Art. 67. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de atendimento as normas de contabilização do CONSÓRCIO CATARINA.

Art. 68. As competências a serem delegadas ao consórcio pelos entes consorciados serão definidas em contrato de programa, conforme legislação vigente, cujo financiamento se dará através de recursos repassados por contratos de rateio entre entes consorciados e o consórcio e ou recursos de convênios firmados com outras esferas do Poder Público ou setor privado.

Art. 69. Os municípios consorciados ao CONSÓRCIO CATARINA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e seus empregados não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no Contrato do Consórcio e no Estatuto.

Art. 70. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da gestão anterior, caso convocados, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e dar as explicações devidas.

Art. 71. O Contrato de Programa estabelecerá que, em igualdade de condições, a preferência pela prestação de serviços será dada ao município consorciado por sua administração direta ou indireta.

Art. 72. O mandato da primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal eleitos nos termos do Protocolo de Intenções terá vigência do dia doze de junho do ano de dois mil e treze (12/06/2013) até o dia trinta e um de dezembro de dois mil e quinze (31/12/2015), podendo ser renovado por mais um (01) ano.

Art. 73. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral e pela legislação aplicável aos consórcios públicos.

....., de de 20...

Aprovado em Assembléia Geral

ANEXO I QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal do CONSÓRCIO CATARINA será composto por 15 servidores com contratação sob forma de emprego público atendendo programas específicos, e com exceção dos cargos de Coordenador Técnico Operacional, Coordenador Administrativo e Coordenador Jurídico todos, técnicos de nível superior de livre provimento nomeação e exoneração, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante teste seletivo ou concurso público

de provas ou de provas e títulos.

Função	Nível Escolar	Vagas	Remuneração	Carga Horária Semanal
Coordenador Técnico Operacional	Superior	01	R\$ 5.400,00	Cargo em Comissão
Engenharia (diversos)	Superior	01	R\$ 4.360,00	40 horas
Engenharia (diversos)	Superior	02	R\$ 3.270,00	30 horas
Coordenador Administrativo	Superior	02	R\$ 2.720,00	Cargo em Comissão
Coordenador Jurídico	Superior	01	R\$ 2.720,00	Cargo em Comissão
Tecnólogos ou Técnicos (contábil, Biólogo, Químico)	Técnico	03	R\$ 1.250,00	30 horas
Auxiliares (Administrativo: Secretária, Recepção, Arquivo)	Técnico	03	R\$ 765,00	40 horas
Serviços Gerais	Médio	02	R\$ 600,00	40 horas

ANEXO II TERMO DE POSSE E NOMEAÇÃO

Aos dias do mês de do ano de, eu,, Prefeito do Município de, DECLARO que aceito a nomeação para Presidente do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, decorrente da eleição ocorrida na Assembléia Geral realizada no dia 00/00/0000, e, por consequência, NOMEIO nos termos do artigo 26 do Estatuto Social do CONSÓRCIO CATARINA, o Prefeito do Município de, Sr para o cargo de Vice-Presidente, o Prefeito do Município de Sr para o cargo de Diretor Geral e o Prefeito do Município de Sr para o cargo de Diretor Financeiro.

Neste mesmo ato ficam nomeados os Prefeitos dos Municípios de e Srs. para os cargos de Conselheiros Fiscais titulares do CONSÓRCIO CATARINA.

Presidente Eleito

Vice-Presidente Eleito	Diretor Geral Eleito
------------------------	----------------------

Diretor Financeiro Eleito	Conselheiro Fiscal titular eleito
---------------------------	-----------------------------------

Conselheiro Fiscal titular eleito	Conselheiro Fiscal titular eleito
-----------------------------------	-----------------------------------

